

19 22

1160

145

104a. fiv. 1976

Superior Tribunal Militar

Nº 39 2.36

TRIBUNAL MILITAR

ATIVO

2174

Estado da Guanabara

Relator: Sr. Ministro

Revisor: Sr. Ministro

APELANTE: A PROCURADORIA MILITAR DA 2ª AUDITORIA DO EXÉRCITO DA 1ª CJM

APELADA: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria do Exército da 1ª CJM, de 19 de janeiro de 1971, que, desclassificando o crime atribuído a ADALBERTO TIMÓTEO DA SILVA, AFONSO CELSO NOGUEIRA MONTEIRO, BENEDITO DE CARVALHO, FRANCISCO ALVES DA COSTA, FRANCISCO GOMES FILHO, FRANCISCO WALTER DE SOUZA MOTA, GIVALDO PEREIRA DE SIQUEIRA, GLAUCO DA ROCHA MOTA, HUMBERTO ALVES CAMPELO, JOSÉ ALBUQUERQUE SALES, LUIZ GUILHARDINE, MARIA SÉGOVIA JACOBSEN, MIGUEL BATISTA DOS SANTOS, ROLAND CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE CORBISIER, SALOMÃO MALINA e WALDIR GOMES DOS SANTOS para o artigo 36 do DL 314/67, declarou extinta a punibilidade, pela prescrição da ação penal.

Aos 10 dias do mês de abril de 1972

Superior Tribunal Militar, fez a presente autuação.

Selo Sr. Diretor Geral

Oficial Judiciário

1969

JUSTIÇA MILITAR

2a. AUDITORIA DA 1a. REGIÃO MILITAR

N.º 7735

AUDITOR

ESCRIVÃO

Dr. MILTON FIUZA

MILTON GOMES GUIMARÃES

PROTOCOLADO

-7488 11452 72

01538

SUPERIOR MILITAR
SECRETARIA

acusados: ADALBERTO TIMÓTEO DA SILVA, AFONSO CELSO NOGUEIRA LOPES, BENEDITO DE CARVALHO, FRANCISCO ALVES DA COSTA, FRANCISCO MES FILHO, FRANCISCO WALTER DE SOUZA MOTA, GIVALDO PEREIRA DE SIQUEIRA, GLAUCO DA ROCHA FROTA, HUMBERTO ALVES CAMPELO, JOSÉ ALBUQUERQUE DE SALES, LUIZ GUILHARDINE, MARIA SEGÓVIA JACOBSEN, MIGUEL BATISTA DOS SANTOS, ROLAND CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE CORBISSIER, SALOMÃO MALINA e WALDIR GOMES DOS SANTOS, --

Incurros nas sanções previstas no art. 21, do Dec:-Lei 314, de 13.3.67.

AUTUAÇÃO

Aos vinte e seis (26) dias do mês de maio do ano de mil novecentos e sessenta e nove (1969), nesta cidade do Rio de Janeiro, em meu cartório, autuo o presente processo que adiante se segue; do que, para constar, lavro este termo.

Milton Gomes Guimarães
Escrivão

2
un

Exmº Sr. Dr. Auditor da 2ª Auditoria da 1ª Região Militar.

A. A. conclusões
Rio, 26 de maio de 1969
[assinatura]
Auditor

O representante do Ministério Público, junto a esta Auditoria, no desempenho de suas atribuições legais, vem oferecer denúncia contra os indiciados abaixo relacionados, todos estes incurso nas sanções previstas no art. 21, do Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967, com as modificações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 510/69, que define de forma semelhante o delito anteriormente descrito no art. 2º, nº IV, da Lei nº 1802/53, por com pena mais branda, uma vez que todos os denunciados, como dirigentes efetivos das atividades clandestinas, são considerados cabeças do movimento, para os efeitos jurídicos.

I

A ação delituosa de todos os indiciados, desenvolvida por vários anos, pelo menos até 31 de março de 1964, e por alguns deles, posteriormente a essa data, consistiu em fazer funcionar, ainda que clandestinamente, o extinto PCB, através de todos os meios ao seu alcance, inclusive reuniões, arregimentação de novos adeptos, transmissão de dados e literatura, instrução sobre forma de ação e muitos outros, fazendo, também, propaganda de processos violentos para a subversão da ordem político-social, o que constitui prática de atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva, tudo com o objetivo definido de procurar ou tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, para o efeito de, inclusive por aqueles meios, estabelecer ditadura de grupo ou partido político.

Uma parte da ação individual de cada um dos denunciados, acima relatada em rápido resumo, vai exposta abaixo, em seguimento à qualificação de cada um deles, a saber:

1) ADALBERTO TIMÓTEO DA SILVA,

casado, com 48 anos de idade, natural de Alagoas.

É componente ativo da cúpula do extinto PCB, exercendo suas atividades desde 1950, quando integrou o Comitê Estadual do Rio de Janeiro (Doc.1723, vol. 6º, fls. 1220).

Já em 1961, era membro dirigente daquele partido, trabalhando ilegal e clandestinamente, inclusive nas reuniões

03

Comitê Central, que funcionava nesta Cidade, no escritório sito à Praça Floriano, nº 35, Sala 303 (Doc.60, vol.38, fls.9503).

Entre muitas outras atividades, sempre ilegais e clandestinas, foi designado como emissário do Comitê Central, aos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Minas Gerais, a fim de proceder a um levantamento da situação do PCB, e isso após a Revolução de 31 de Março de 1964 (Doc.268, vol. 39, fls.9719).

Aparece inúmeras vezes em registros nas "Cadernetas Prestes", que constituem os volumes 122 a 140, pregando, inclusive, a necessidade de ação violenta para a derrubada do regime.

Não sendo conhecida a sua residência, foi citado por edital, para prestar depoimento no IPM, e, por tal motivo, não foi possível tomar suas declarações.

Prontuário no vol. 63, às fls. 15.257. (15244)

+ + +

2) AFONSO CELSO NOGUEIRA MONTEIRO,

casado, com 47 anos de idade, natural do Estado do Rio de Janeiro, advogado, residente à rua Miguel de Frias, 84 - apto 401 - Niterói.

Militante ativo nas fileiras do PCB, no Estado do Rio de Janeiro, foi indicado, através do manifesto de Luiz Carlos Prestes, para concorrer às eleições para deputado estadual, em 1962, tendo sido eleito.

Foi um dos dirigentes máximos do PCB, no Estado do Rio de Janeiro, como integrante do respectivo comitê estadual (Doc. 2024, vol. 55, fls. 13.607 - Doc. 1718, vol.34, fls. 8567 - Doc. 2013, vol. 34, fls. 8577 - Doc. 2035, vol. 62, fls. 15.100 - Doc. 1723, vol. 6, fls. 1241, entre outros).

Participou de vários congressos em prol do regime comunista e fez parte do Instituto Cultural Brasil-Rússia (Doc. 1746, vol. 25, fls. 6812).

Essas e outras atividades estão descritas no prontuário às fls. 15.337, do vo. 63.

Prestou declarações no IPM, às fls. 1065, do 6º volume.

+ + +

3) BENEDITO DE CARVALHO,

casado, com 60 anos de idade, natural de Mato Grosso, ex-Oficial do Exército, de residência ignorada.

É militante antigo nas hostes comunistas, e por tais atividades foi condenado pelo então Tribunal de Segurança Nacional e expulso das Forças Armadas.

Em 1964, era membro do Comitê Central do PCB (Doc.402, vol. 24, fls. 6095 e doc. 224, vol. 39, fls. 9691).

fls.9691).

Viajou, como dirigente nacional do PCB, à China Comunista (Doc. 16, vol. 27, fls. 6652) e figura nas "Cadernetas Prestes" (vol.130, fls.78, e vol. 139, fls. 58).

Não foi possível tomar as suas declarações, por se manter foragido, tendo sido intimado por edital, na fase do IPM.

Prontuário, vol. 65, fls. 15.865.

+ + +

- 4) FRANCISCO ALVES DA COSTA,
ex-deputado à Assembléia do Estado do Rio de Janeiro, onde permaneceu vinculado aos setores de trabalho do PCB, onde dava conta de suas atividades na Assembléia (doc.237, vol. 33, fls. 8335).

Exerceu maior atividade no Comitê Regional Marítimo da Guanabara e Estado do Rio, fazendo parte de sua Comissão Executiva e como responsável pela Comissão de Agitação e Propaganda - (doc.1271, vol. 59, fls. 14.457).

Mantém as suas atividades de agitador subversivo, após Março de 1964, inclusive como adepto da ação violenta, objetivando a queda do Governo e das instituições democráticas (doc.412, vol.24, fls. 6191, e doc.968, vol.25, fls.6487).

Foragido, não prestou declarações tendo sido chamado por edital.

Prontuário à fls. 15.589 do vol. 68. (16590)

+ + +

- 5) FRANCISCO GOMES FILHO,
casado, com 59 anos de idade, natural do Estado do Rio de Janeiro, operário de construção civil, residente à rua Noronha Torrezão, 560, Casa 3, Engenho-
ca, Rio de Janeiro.

Foi membro do Comitê Municipal de Niterói e do Comitê Estadual do Rio de Janeiro (doc.1723, vol. 58, fls. 14.218) antes de integrar o Comitê Central do PCB (doc. 231, vol. 39, fls. 9702, e doc. 1124, vol. 42, fls. 10.552).

Referido várias vezes nas "Cadernetas Prestes", uma dessas referências mostra ser partidário da ação armada (vol.128, fls. 19).

Integrou, ativamente, vários congressos e reuniões clandestinas do PCB (doc.79, vol. 39, fls. 9544).

Não foi ouvido, apesar de convocado por edital.

Prontuário à fls. 16.649 do vol. 68.

+ + +

- 6) FRANCISCO WALTER DE SOUZA MOTA,
casado, com 51 anos de idade, natural do Estado do

5
fls. 4

Estado do Rio de Janeiro, comerciante, residente à rua 24 de Maio, 325 - GB.

Foi um dos dirigentes do PCB, no Comitê Estadual do Estado do Rio, responsável pelo setor de finanças (doc. 1718, vol. 34, fls. 8567, e doc. 2035, vol. 62, fls. 15.100).

Teve participação de relevo na parte de doutrinação, ministrando aulas de preparo dos militantes (doc. 1717, vol. 50, fls. 12.407).

Viajou à Rússia e Tchecoslováquia, como representante do partido (doc. 1728, vol. 76, fls. 17.755).

Prestou declarações no IPM, à fls. 807 do volume 6, encontrando-se o prontuário no vol. 76, fls. 17.742.

+ + +

7) GIVALDO PEREIRA DE SIQUEIRA,

advogado, natural do Estado da Paraíba, de residência ignorada.

É membro ativo do PCB, como integrante do Comitê Estadual da Guanabara, exercendo, entre outras, atividade junto às organizações clandestinas de agitação no meio estudantil (doc. 2016, vol. 15, fls. 3865 - doc. 225, vol. 23, fls. 5943 - doc. 451, vol. 40, fls. 9989).

Após a Revolução de Março de 1964, várias foram as suas atividades agitadoras, na qualidade de membro do setor de agitação e do "Ativo Setor Estudantil" (doc. 373, vol. 23, fls. 8985 - doc. 366, vol. 23, fls. 5981 - doc. 1747, vol. 25, fls. 6515 - doc. 48, vol. 38, fls. 9452).

Prontuário à fls. 17.860 do vol. 76.

+ + +

8) GLAUCO DA ROCHA FROTA,

ainda não qualificado neste processo, era membro efetivo do Comitê Estadual da Guanabara, atuando no setor estudantil, como "estudante profissional" (doc. 224, vol. 39, fls. 9691).

Desenvolveu maior atividade no sentido de incitar à agitação no "setor secundarista" (doc. 451, vol. 40, fls. 9989).

Era elemento importante do PCB, incumbido de organizar os "Comitês Distritais", com elementos de sua confiança (doc. 445, vol. 24, fls. 6211), tendo elaborado plano nesse sentido (doc. 1322, vol. 24, fls. 6491).

Não depôs, apesar de convocado por edital.

Prontuário à fls. 17.872 do vol. 76.

+ + +

9) HUMBERTO ALVES CAMPELO, vulgo "Ceará", casado, com 61 anos de idade, natural do Ceará, fogueirista, residente à rua Ipameri nº 125 - GB.

Foi um dos principais dirigentes do Comitê Regional Marítimo da Guanabara e Estado do Rio (doc. 2021, vol. 47, fls. 11.619 - doc. 1721, vol. 59, fls. 14.456 - doc. 451, vol. 40, fls. 9990 - doc. 108, vol. 23, fls. 5871).

Ainda, após Março de 1964, compareceu à reunião do PCB, onde se discutiu e estudou a linha a ser adotada, a fim de permitir o combate frontal ao Governo constituído (doc. 968, vol. 25, fls. 6847).

Intimado por edital, não compareceu para depor no IPM.

Prontuário à fls. 17.958 do vol. 77.

+ + +

10) JOSÉ ALBUQUERQUE SALES,

natural do Estado da Bahia, com 29 anos de idade, estudante, residente à rua Antonio Parreiras nº 60 - ap. 504 - GB.

Membro do Comitê Estadual da Guanabara, é um dos grandes responsáveis pela infiltração subversiva nos meios universitários (doc. 1183, vol. 79, fls. 18.410 - doc. 1940, vol. 46, fls. 11.195).

É aliciador de elementos nos meios universitários (doc. 2015, vol. 25, fls. 6573 - doc. 2016, vol. 25, fls. 6578).

Não foi ouvido, tendo sido convocado por edital.

Prontuário à fls. 18.403, vol. 79.

+ + +

11) LUIZ GUILHARDINE,

ainda não qualificado neste processo.

Era membro dirigente do Comitê Regional Marítimo da Guanabara e Estado do Rio, (doc. 2021, vol. 47, fls. 11.619) onde exercia importantes funções (doc. 690, vol. 24, fls. 6343).

Compôs o secretariado da Comissão de Agitação e Propaganda, onde foi favorável à linha radical (doc. 373, vol. 23, fls. 5985).

Foi um dos dirigentes da publicação "Orla Marítima", veículo de agitação subversiva (doc. 2021, vol. 47, fls. 11.619, e doc. 87, vol. 23, fls. 5844).

Convocado por edital, não compareceu para depor.

Prontuário à fls. 19.524 do vol. 86. (192 54)

+ + +

12) MARIA SEGOVIA JACOBSEN,

12) MARIA SEGOVIA JACOBSEN,

casada, com 49 anos de idade, natural do Espírito Santo, costureira, residente à rua Audomaro Costa, 167 - aptº 202 - GB.

É membro efetivo do Comitê Estadual da Guanabara (doc. 98, vol. 71, fls. 17.086-4) inclusive reunido, já em abril de 1965 (doc. 583, vol. 24, fls. 6261).

Agia como elemento do partido junto ao Sindicato dos Alfaiates (doc. 2092, vol. 17, fls. 4501 - doc. 1911, vol. 45, fls. 11.070).

Participou de vários congressos comunistas, inclusive na Rússia e na Alemanha.

Prestou depoimento no IPM, à fls. 3429, do 2º vol. Prontuário à fls. 19.487 do vol. 86.

+ + +

13) MIGUEL BATISTA DOS SANTOS,

casado, com 43 anos de idade, comerciário, natural do Estado do Rio de Janeiro.

É um dos membros integrantes do Comitê Central do PCB (doc. 402, vol. 24, fls. 6095 - doc. 451, vol. 40, fls. 9989 - doc. 14, vol. 87, fls. 19.824 - doc. 1124, vol. 42, fls. 10.551).

Funcionou, também, como membro destacado do Comitê do Estado do Rio (doc. 1723, vol. 58, fls. 14.219).

Foi enviado a Cuba, como delegado do partido (doc. 685, vol. 40, fls. 10.231).

Numa ordem do dia para reunião daquele Comitê Central, encontra-se a intervenção do indiciado que, entre outras iniciativas, recomendava a de "recrutar impetuosamente" (doc. 971, vol. 42, fls. 10.538).

Convocado por edital, não foi ouvido. Prontuário à fls. 19.775 do vol. 87.

+ + +

14) ROLAND CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE CORBISIER,

casado, advogado, com 55 anos de idade, natural do Estado de S. Paulo, residente à rua Sta. Clara, 393 - aptº 501 - GB.

Fez parte da fração parlamentar do PCB (doc. 625, vol. 41, fls. 10.170) e membro da diretoria da Frente de Libertação Nacional, dirigida e orientada pelo PCB (doc. 122, vol. 23, fls. 5888).

Prestou declarações no IPM, à fls. 3752 do 15º volume, encontrando-se o respectivo prontuário à fls. 20.121 do vol. 89.

+ + +

15) SALOMÃO MALINA,

casado, com 44 anos de idade, natural da Guanabara, talúrgico, residente à rua Lino Teixeira, 206 - GB.

É membro dirigente do Comitê Estadual da Guanabara (doc. 225, vol. 23, fls. 5943 - doc. 224, vol. 39, fls. 9693 - doc. 451, vol. 40, fls. 9989).

Participou, como delegado da Guanabara, no Congresso do PCB, e teve importante atuação no problema da União da Juventude Comunista (doc. 946, vol. 42, fls. 10.529).

Ainda como delegado, participou ativamente de sermões em Belo Horizonte (doc. 1838, vol. 43, fls. 10.885 - doc. 1104, vol. 62, fls. 15.126).

Convocado por edital, não prestou declarações. Prontuário à fls. 20.145 do vol. 89.

+ + +

16) WALDIR GOMES DOS SANTOS,

casado, com 51 anos de idade, natural do Estado da Bahia, marítimo, residente à rua Sacadura Cabral nº 53 - 3º andar - Rio de Janeiro.

Era membro efetivo do Comitê Regional Marítimo da Guanabara e Estado do Rio (doc. 1721, vol. 59, fls. 14.456), sendo que esse mesmo documento mostra sua atividade como dirigente da "Organização de Base dos Marinheiros".

Elemento muito ativo nas reuniões clandestinas do PCB (doc. 875, vol. 24, fls. 6422-B).

Convocado por edital, não compareceu para depôr. Prontuário à fls. 20.335 do vol. 90.

+ + +

Somente quatro dos denunciados foram ouvidos no IPM, conforme referido no corpo desta denúncia, sendo que os demais se encontram foragidos, tendo ficado demonstrados os fatos articulados pela farta documentação junta e pelos depoimentos de várias testemunhas, estas na parte que tem conhecimento, entre elas as que vão abaixo arroladas.

Nessas condições, requer o M.P. que, recebida a presente, se prossiga nos ulteriores termos do sumário, na forma da lei.

Rio de Janeiro, GB, 26 de maio de 1969.

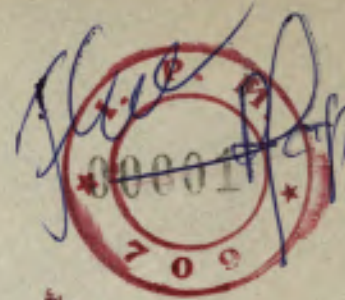
Wally M. G. G.
1º Substituto de Procurador, em exercício.

TESTEMUNHAS:

- 1) Maj PAULO CESAR CHAVES AMARANTE, fls. 5/809 e outras; ✓
2) Cap HILTON DA ROCHA VILLARINHO, idem, idem, idem; ✓
3) Cap DARCY CARMEM DE DAVID, fls. 8/1524 e outras; ✓

- B (4) LÚCIO GUSMÃO LOBO, fls. 6/1137; ✓ +
- A (5) PEDRO TORRES, fls. 8/1680; ✓ +
- (6) OSWALDO DE RIBEIRO PERALVA, fls. 12/2949, 2974 e 3014; .
- A (7) HORACIO MONTEIRO, fls. 15/3863; ✓ +
- F (8) Cel HALLEY SOARES PINHEIRO, fls. 17/4530 e 18/4781. ✓ +

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR



ENCARREGADO:

Tenente Coronel FERDINANDO DE CARVALHO

10
w

ESCRIVÃO:

Capitão RAYMUNDO THEOTÔNIO DE MORAES QUADROS FILHO

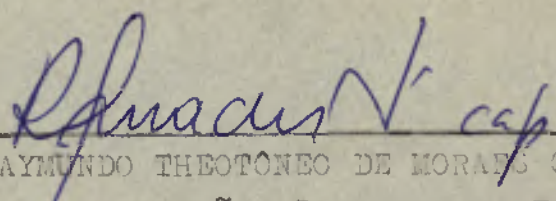
OFENDIDO: O E S T A D O

INDICIADOS: Luiz Carlos Prestes e outros.

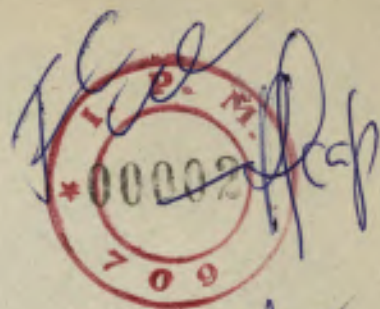
A U T U A Ç Ã O

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de 1964, nesta Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, na Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, autue a Delegação de Poderes nº 709, de 21 de Setembro de 1964 e mais os documentos que a este junto e me foram entregues pelo Encarregado do presente Inquérito; do que, para constar, lavrei o presente termo.

Eu, RAYMUNDO THEOTÔNIO DE MORAES QUADROS FILHO, Capitão, servindo de escrivão, que o datilografei e assino.


RAYMUNDO THEOTÔNIO DE MORAES QUADROS FILHO
Capitão, Servindo de Escrivão

P O R T A R I A



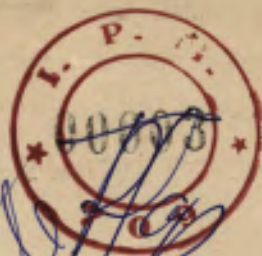
Handwritten signature/initials

Tendo-me sido delegadas pelo Exmo Sr General de Divisão HUGO PANASCO ALVIM, as atribuições policiais que lhe competem para apurar os "fatos e as devidas responsabilidades de todos aquêles que, nos órgãos dirigentes do extinto PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, tenham desenvolvido atividades capituláveis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social", conforme consta da Delegação de Poderes nº 709, de 21 de setembro de 1964 da aquela autoridade, investida de todos os poderes legais e regulamentares para esse fim, determino que se proceda aos necessários exames e diligências para esclarecimento dos fatos. De termino ao Sr Escrivão que autue a presente com os documentos inclusos, juntando sucessivamente, as demais peças que forem crescendo, e intime as pessoas que tiverem conhecimento dos aludidos fatos a comparecer para prestarem declarações sobre os mesmos e suas circunstâncias, em dia e hora que forem designadas.

Rio de Janeiro, GB, 22 de setembro de 1964

Ferdinando de Carvalho
FERDINANDO DE CARVALHO
TEN CEL ENC DO IPM/709
Fen Cel

DELEGACÃO DE PODERES Nº 709



O General de Divisão HUGO PANASCO ALVIM, tendo em vista o Decreto S/N de 7 de agosto de 1964, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que o encarregou da instauração de Inquérito Policial Militar, a fim de apurar os fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, no País, tenham desenvolvido ou estejam desenvolvendo atividades capituláveis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social,

Resolve, nos termos do Art 1º, letras A e B do Ato nº 9, do Comando Supremo da Revolução:

a) delegar ao Ten Cel Art 1G-164.254 FERDINANDO DE CARVALHO - poderes para proceder Inquérito Policial Militar, a fim de apurar fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, no órgãos dirigentes do extinto PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, tenham desenvolvido atividades capituláveis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social;

b) determinar que ultimados os trabalhos, que deverão obedecer, no que fôr aplicável, as normas atinentes aos Inquéritos, fixadas no Código de Justiça Militar, seja remetido a este Encarregado, apenas o Relatório e a Solução desse IPM, não devendo, o mesmo, ser remetido à Auditoria competente ou a qualquer outro Órgão de Julgamento, antes da autorização deste Encarregado de IPM.

Rio de Janeiro, GB, 21 de Setembro de 1964

General de Divisão HUGO PANASCO ALVIM
Encarregado do IPM

Of nº 1-IPM/709

Rio de Janeiro, GB, 22 Set 1964

Do Cel Art FERDINANDO DE CARVALHO, Encarregado de IPM no PCB

Ao Exmo Sr Gen HUGO PANASCO ALVIM, Encarregado dos IPMs

ASSUNTO: Indicação de Escrivão (Faz)

Indico a Vossa Excelência para servir como Escrivão no Inquérito de que sou Encarregado o Capitão RAYMUNDO QUADROS FILHO, do PRIMEIRO BATALHÃO DE CARROS DE COMBATE.

Ferdinando de Carvalho
FERDINANDO DE CARVALHO-Cel
Encarregado de IPM-PCB

D E S P A C H O:

Nomeio o Capitão RAYMUNDO QUADROS FILHO para servir como escrivão do IPM indicado.

Em 22 de setembro de 1964

Gen Hugo Panasco Alvim
Gen Div HUGO PANASCO ALVIM
Encarregado do I P M

PROTOCOLO

22 Set 64



Handwritten: 14
Handwritten signature: [illegible]

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I — PARTE I

DECRETO N.º 46.237 — DE 18 DE JUNHO DE 1959

ANO 6 — N.º 11

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 1964

ATOS DO COMANDO SUPREMO DA REVOLUÇÃO

ATO N.º 4 — SUSPENDE DIREITOS POLÍTICOS

O Comando Supremo da Revolução resolve, nos termos do Art. 10, do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, suspender, pelo prazo de dez anos, os Direitos Políticos dos seguintes cidadãos:

- | | |
|---|--|
| 1) Gen.-Bda. Euryale de Jesus Zer-dini | 26) Alm. FN Washington Frazão Braga |
| 2) Gen.-Bda. Luiz Tavares da Mello | 27) Almirante Alexandre Fausto Alves de Souza |
| 3) Gen.-Bda. Chrysantho de Miranda Figueiredo | 28) Brigadeiro Epaminondas Gomes dos Santos |
| 4) Gen.-Bda. Argemiro de Assis Brasil | 29) Brigadeiro Francisco Teixeira |
| 5) Cel. Enz. Jarbas Ferreira de Souza | 30) Brigadeiro Ricardo Nicoll |
| 6) Cel. Inf. Lauro Almeida Bandeira de Mello | 31) Coronel-Av. Adhemar Scaffa de Azevedo Falcão |
| 7) Cel. Inf. Humberto Freire de Andrade | 32) Coronel-Av. Priamo Ferreira de Souza |
| 8) Cel. Art. Jefferson Cardim de Alencar Osório | 33) Coronel-Av. Fortunato Câmara de Oliveira |
| 9) Ten.-Cel. Cav. Kardeck Leine | 34) Coronel-Av. Carlos Alberto Martins Alvarez |
| 10) Ten.-Cel. Cav. Anacir Marques Ferreira de Abreu | 35) Ten.-Cel.-Av. Fernando Durval Lacerda |
| 11) Ten.-Cel. Art. Donato Ferreira Maciel | 36) Capitão-Av. Alfredo Ribeiro Daudt |
| 12) Ten.-Cel. Inf. Joaquim Inácio Pereira Cardoso | 37) Waldemar Darós |
| 13) Ten.-Cel. Inf. Hermano Povoá de Mattos | 38) Walter Pecoits |
| 14) Ten.-Cel. "T" Dagoberto Rodrigues | 39) João Simões |
| 15) Ten.-Cel. Cav. José Niepce da Silva Filho | 40) Basílio Abud |
| 16) Ten.-Cel. Cav. Paulo Eugênio Pinto Guedes | 41) Moisés Santiago Pimentel |
| 17) Ten.-Cel. Inf. Humberto Molinaro | 42) Armando Maia |
| 18) Ten.-Cel. Art. Carlos Molinari | 43) José Pedrosa Teixeira da Silva |
| 19) Ten.-Cel. Inf. Nicolau José de Seixas | 44) Luiz Portela de Carvalho |
| 20) Ten.-Cel. QME Alberto - Goulart Paes Filho | 45) Alberico Tavares de Moraes |
| 21) Major QME Theodoro Hildebrand de Garcia | 46) Júlio Sambaguê |
| 22) Major Inf. Ademar Cirilo da Silva | 47) Marino Rodrigues dos Santos |
| 23) Alm.-Esq. Pedro Paulo de Araújo Suzano | 48) Pedro de Arbues Martins Alvarez |
| 24) Alm. FN Cândido da Costa Araújo | 49) Gregório Bezerra |
| 25) Almirante José Luiz de Araújo Toyano | 50) Miguel Leuzi |
| | 51) Nelson Werneck Sodré |
| | 52) Ivan Ramos Ribeiro |
| | 53) Alberto Guerreiro Ramos |
| | 54) Múcio Ataíde |
| | 55) Sinval Palmeira Vieira |
| | 56) Paulo Alberto Monteiro de Barros |
| | 57) Ib Teixeira |
| | 58) José Saldanha da Gama Coelho Pinto |
| | 59) José Gomes Talarico |
| | 60) Walteno Cunha Barbosa |
| | 61) João Batista de Paula |
| | 62) Waldemar Viana Carvalho |

Rio de Janeiro, Guanabara, 13 de abril de 1964. — Gen.-Ex. Arthur da Costa e Silva. — Ten.-Brig. Francisco de Assis Correia de Mello. — Vice-Alm. Augusto Hamann Rademaker Grunewald.

ATO N.º 5 — SUSPENDE DIREITOS POLÍTICOS

O Comando Supremo da Revolução resolve, nos termos do Art. 10 do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, suspender, pelo prazo de dez anos, os Direitos Políticos dos seguintes cidadãos:

- | | |
|-------------------------|------------------------------------|
| 1) Franklin de Oliveira | 4) Gumerindo Cabral de Vasconcelos |
| 2) Edmar Morel | 5) Enio Silveira |
| 3) Osvaldo Costa | |

Rio de Janeiro, Guanabara, 13 de abril de 1964. — Gen.-Ex. Arthur da Costa e Silva. — Ten.-Brig. Francisco de Assis Correia de Mello. — Vice-Alm. Augusto Hamann Rademaker Grunewald.

ATO N.º 6 — TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DE OFICIAIS DAS FORÇAS ARMADAS

O Comando Supremo da Revolução resolve, nos termos do § 1º do Artigo 7 do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, transferir para a Reserva os seguintes Oficiais das Forças Armadas:

EXERCITO

- 1) Cel. Art. Ubiratan Miranda
- 2) Cel. Art. João de Moura Dias
- 3) Cel. Art. Celso Freire de Alencar Araripe

- 4) Ten.-Cel. Cav. Raul de Araújo Alves Carnaúba
- 5) Ten.-Cel. Cav. Cyro Labarthe Alves
- 6) Maj. Cav. Alcino Silva da Silva
- 7) 1º Ten. QOE Atílio Donini

Rio de Janeiro, Guanabara, 13 de abril de 1964. — Gen.-Ex. Arthur da Costa e Silva. — Ten.-Brig. Francisco de Assis Correia de Mello. — Vice-Alm. Augusto Hamann Rademaker Grunewald.

ATO N.º 7 — TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DE OFICIAIS DAS FORÇAS ARMADAS

O Comando Supremo da Revolução resolve, nos termos do § 1º do Artigo 7 do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, transferir para a Reserva os seguintes Oficiais das Forças Armadas:

AERONAUTICA

- 1) Major-Brig.-do-Ar Anyrio Botelho
- 2) Coronel-Aviador Eng. Fernando Caggiano Hall
- 3) Tenente-Coronel-Aviador Carlos Jorge Mirandola
- 4) Tenente-Coronel-Aviador Maurício Martins Seidl
- 5) Tenente-Coronel-Aviador Maurício Eugênio do Nascimento Silva
- 6) Major-Aviador Walter Humberto Monte
- 7) Major-Aviador Leo Afonso Sobral
- 8) Major-Intendente Aer. Amandio Ribeiro de Magalhães

- 9) Major-Intendente Aer. Helio Fernandes Avila
- 10) Major Ig. Gaspar Caetano da Silva
- 11) Capitão-Intendente Aer. Alcyr Cândido de Almeida
- 12) Capitão Esp. Arm. Tertuliano Rocha Filho
- 13) Capitão Esp. Arm. Ony Magalhães Machado
- 14) 1º Tenente-Aviador Renato Arantes Tinoco
- 15) 1º Tenente-Aviador Roberto Julião Pereira de Saêre
- 16) 1º Tenente-Aviador Silvino Romero Pereira Martins
- 17) 1º Tenente Administração Odilário Brasil

Rio de Janeiro, Guanabara, 13 de abril de 1964. — Gen.-Ex. Arthur da Costa e Silva. — Ten.-Brig. Francisco de Assis Correia de Mello. — Vice-Alm. Augusto Hamann Rademaker Grunewald.

PORTARIA N.º 1

O Comando Supremo da Revolução, representado pelos Comandos em Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica:

Considerando que a destinação das Forças Armadas, nos termos da Constituição, é defender a Pátria e garantir os Poderes Constitucionais, a Lei e a Ordem;

Considerando as atividades subversivas desenvolvidas por indivíduos, grupos e organizações no País;

Considerando que tais atividades têm base em ideologia contrária ao Regime Democrático e estão, no seu conjunto, subordinadas a planos;

Considerando que a atitude das Forças Armadas, no cumprimento de sua missão Constitucional, fez abortir tais planos, mas não eliminou, por completo, os focos nem apurou responsabilidades;

Considerando fatos públicos e notórios trazidos ao conhecimento do povo brasileiro, através da imprensa falada, escrita e televisada;

Considerando, enfim, a existência inequívoca de um clima subversivo, de caráter nitidamente comunista, resolve:

A) Determinar a abertura de Inquérito Policial Militar, a fim de apurar fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, no País,

— As Repartições Públicas deverão remeter o expediente destinado à publicação nos jornais, diariamente, até às 15 horas, exceto aos sábados, quando deverão fazê-lo até às 11,30 horas.

— As reclamações pertinentes à matéria retribuída, nos casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito, à Seção de Redação, das 9 às 17,30 horas, no máximo até 72 horas após a saída dos órgãos oficiais.

— Os originais deverão ser dactilografados e autenticados, ressalvadas, por quem de direito, rasuras e emendas.

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão se-tom ar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso prévio.

Para facilitar aos assinantes a verificação do prazo de validade de suas assinaturas, na

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I — PARTE I

Órgão destinado à publicação dos atos da administração descentralizada
impressos nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior:

Semestre . . . Cr\$ 600,00
Ano Cr\$ 1.200,00

Exterior:

Ano Cr\$ 1.300,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior:

Semestre . . . Cr\$ 450,00
Ano Cr\$ 900,00

Exterior:

Ano Cr\$ 1.000,00

parte superior do endereço vão impressos o número de talão de registro, o mês e o ano, em que findará.

A fim de evitar solução de

continuidade no recebimento dos jornais, devem os assinantes providenciar a respectiva renovação com antecedência mínima, de trinta (30) dias.

— As Repartições Públicas cingir-se-ão às assinaturas anuais renovadas até 29 de fevereiro de cada ano e as iniciadas, em qualquer época, pelos órgãos competentes.

— A fim de possibilitar a emissão de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos usem os interessados preferencialmente cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem no ato da assinatura.

— O funcionário público federal, para fazer jus ao desconto indicado, deverá provar esta condição no ato da assinatura.

— O custo de cada exemplar atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 0,50, se do ano em curso, e de Cr\$ 1,00, por ano decorrido.

tenham desenvolvido ou ainda estejam desenvolvendo atividades capituláveis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social;

B) O Inquérito acima deverá apurar também as atividades exercidas pelos elementos citados no Ofício número 170, de 5 de abril de 1964, do Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado da Guanabara;

C) Designar encarregado desse Inquérito o Exmo. Sr. General-de-Divisão Estevão Taurino de Resende Neto, que, assim, fica investido de todos os poderes legais e regulamentares, para o fim em tela.

Rio de Janeiro, Guanabara, 14 de abril de 1964. Gen-Ex Arthur da Costa e Silva — Ten-Brig Francisco de Assis Correia de Mello — Vice-Alm Augusto Hamann Rademaker Grunewald.

ATO Nº 9 — DISPÕE SOBRE O ART. 8º DO ATO INSTITUCIONAL DE 9 DE ABRIL DE 1964

O Comando Supremo da Revolução,

Considerando o imperativo de facilitar, no interesse da Justiça, a purgação da responsabilidade pelo crime contra o Estado ou seu Patrimônio e a Ordem Política e Social, ou atos de Guerra Revolucionária, a que se refere o Artigo 8º do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, resolve:

Art. 1º Os Encarregados de Inquéritos e de Processos, para a apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu Patrimônio e a Ordem Política e Social, ou de atos de Guerra Revolucionária, poderão, sem prejuízo de suas atribuições já previstas em Lei:

A) Delegar a servidores, da sua confiança, todas as atribuições que lhe competem, para a realização de Diligências ou Investigações, que se tornem necessárias, em qualquer ponto do Território Nacional;

B) Requisitar quaisquer Inquéritos ou Sindicâncias em curso, ou já concluídos, pertinentes à matéria a investigar, ou sob investigação.

Art. 2º O presente Ato entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, Guanabara, 14 de abril de 1964. — Gen-Ex Arthur da Costa e Silva — Ten-Brig Francisco de Assis Correia de Mello — Vice-Alm Augusto Hamann Rademaker Grunewald.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 53.886 — DE 14 DE ABRIL DE 1964

Revoga o Decreto nº 53.405, de 21 de janeiro de 1964, que instituiu o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República, no uso das atribuições constantes do art. 87, inciso I, da Constituição Federal é

Considerando a necessidade de reestruturar o Planejamento para a eliminação do analfabetismo no país;

Considerando ainda que o material a ser empregado na Alfabetização da População Nacional deverá veicular ideias nitidamente democráticas e preservar as instituições de nosso povo;

Considerando, finalmente, que o Departamento Nacional de Educação é o órgão do Ministério da Educação e Cultura ao qual incumbe, por lei, a administração dos assuntos de educação, decreta:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964, que instituiu o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 2º O Departamento Nacional de Educação recolherá todo o acervo empregado na execução do Programa Nacional de Alfabetização, cujos recursos também ficarão à disposição daquele órgão.

Art. 3º O Ministro da Educação e Cultura baixará os atos que se tornarem necessários para a execução deste Decreto.

Art. 4º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Brasília, 14 de abril de 1964 143º da Independência e 76º da República.

RANIERI MAZZILLI

Luiz Antonio da Gama e Silva

DECRETO Nº 53.887 — DE 14 DE ABRIL DE 1964

Dispõe sobre edição de livros didáticos e revoga o Decreto nº 53.583, de 21 de fevereiro de 1964.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição:

a) Considerando que o Decreto nº 53.583, de 21 de fevereiro de 1964, fere o princípio da liberdade do ensino, ao declarar a obrigatoriedade de inclusão de livros didáticos editados pelo Ministério da Educação e Cultura entre os que forem selecionados para as diferentes séries e disciplinas;

b) Considerando que a Lei número 4.024, de 1961, estabeleceu em seu artigo 110 o prazo de cinco (5) anos

para a implantação de sistemas estaduais de ensino, prazo este a se completar em dezembro de 1966;

c) Considerando que os sistemas estaduais de ensino e a própria Lei nº 4.024, conduzem à desarticulação do ensino, desaconselhando por mais esta razão a adoção do livro oficial;

d) Considerando que a Campanha Nacional de Material de Ensino tem atendido com êxito às suas finalidades, que devem ser ampliadas e estimuladas; resolve:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 53.583, de 21 de fevereiro de 1964.

Art. 2º A Campanha Nacional de Material de Ensino fará a publicação e distribuição de livros didáticos, de acordo com escala prioritária previamente aprovada pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Brasília em 14 de abril de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

RANIERI MAZZILLI

Luiz Antonio da Gama e Silva

DECRETO Nº 53.888 — DE 14 DE ABRIL DE 1964

Declara existente a Confederação Brasileira de Bridge.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício do cargo de Presidente da República, usando a atribuição que lhe confere o art. 87, número I, da Constituição, e nos termos do art. 57, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 3.198, de 14 de abril de 1961, decreta:

Art. 1º É declarada existente a Confederação Brasileira de Bridge.

Art. 2º Os estatutos da Confederação Brasileira de Bridge entrarão em vigor depois de aprovados pelo Conselho Nacional de Desportos, em parecer homologado pelo Ministro da Educação e Cultura.

Art. 3º Uma vez constituída, será a Confederação Brasileira de Bridge

**AÇÃO DEMOCRÁTICA GENERAL
CASTELO BRANCO**

EXTRATO DOS ESTATUTOS

*Progresso, Justiça, Democracia
e Paz*

ESTATUTOS

Da denominação, sede e fins

Art. 1º Com a denominação de "Ação Democrática General Castelo Branco" fica criada em Brasília, Distrito Federal, uma associação democrática e cultural, com sede provisória a Q 38, casa 69, na Av. W-3, com tempo de duração indeterminada.

Art. 2º A "Ação" compor-se-á de cidadãos cuja honrabilidade e ideais correspondam aos princípios democráticos e que se alistarem na luta pela redemocratização do País.

Art. 3º A "Ação" exercerá suas atividades: a) Difundindo as obras e os ideais democráticos do General Castelo Branco; b) Propagando e fomentando o respeito às liberdades e aos direitos fundamentais do homem, consubstanciados nos princípios revolucionários.

Das órgãos da "Ação" e funcionamento

Art. 4º São órgãos da "Ação Democrática General Castelo Branco":

- O Diretório Nacional;
- Os Diretórios Regionais;
- Os Diretórios Municipais;
- Os movimentos autônomos que se identifiquem com suas diretrizes.

Art. 5º Os Diretórios têm sua localização nas capitais e nas sedes urbanas em que respectivamente exercam sua influência deliberativa ou diretiva.

Art. 6º Os Diretórios reúnem-se quando convocados por seus Presidentes ou pela maioria de sua Diretoria.

Representação

Art. 7º A "Ação" será representativa ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente por sua Diretoria Nacional.

Art. 8º Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações da "Ação".

Das eleições

Art. 9º Nas eleições dos membros dos Diretórios, reputar-se-ão escolhi-

dos os que obtiverem a maioria simples dos sufrágios.

Da dissolução

Art. 14. A dissolução da "Ação" se dará com a aquiescência de 2/3 dos membros do Diretório Nacional, reunida em convenção.

Art. 15. Dissolvida a "Ação", seu patrimônio será doado à entidade filantrópica ou beneficente, domiciliada em Brasília, a ser designada no ato da dissolução.

Art. 17. Os estatutos poderão ser reformados, pelo seu Diretório Nacional, mas qualquer alteração não poderá afetar sua estrutura.

Art. 21. A presente "Ação" só poderá ser extinta de acordo com o Art. 21, parágrafos I a III.

Brasília, 2 de abril de 1964. — Presidente: Padre Lucio Rennó, Capelão do D.F.S.P.

(Firma reconhecida).
(Nº 953 — 14-4-64 — Cr\$ 3.060,00).

**DISTRIBUIDORA BRASÍLIA DE
VEÍCULOS S. A. — "DISBRAVE"**

Assembléia Geral Extraordinária

Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Distribuidora Brasília de

Veículos S. A. "Disbrave", a comparecer no próximo dia 23 de abril, às 10 horas, na sede social, a Av. W-3, Quadra 3, Lote 10, para reunião da Assembléia Geral Extraordinária, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

a) — Aumentamento do aumento do capital social, objeto de uma Proposta da Diretoria aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 1 de outubro de 1963.

b) — Outros assuntos de interesse social.

Brasília, 6 de abril de 1964. — Orlando Antônio Vicente Taurisano, Diretor Superintendente.

Dias: 14, 15 e 16-4-64.

DECLARAÇÃO

Antônio Felix de Melo, Cirurgião-Dentista formado pela Faculdade de Odontologia do Pará, no ano de 1937, declara para fins devidos o extraviado da 1ª via de seu diploma.

Antônio Felix de Melo.

Dias: 10 a 14.4.64

(Nº 878 — 3.4.64 — Cr\$ 1.224,00)

**Guia de Recolhimento do Impôsto do Sêlo
por Verba Especial
Preço: Cr\$ 2,00**

A VENDA: Avenida Rodrigues Alves, 15 - Agência I - Ministério da Fazenda
ATENDE-SE A PEDIDOS PELO SERVIÇO DE REEMBOLSO POSTAL

LEI DO INQUILINATO

LEI Nº 4.240, DE 28-6-1963

LEI Nº 1.300, DE 28-12-1950

LEI Nº 1.462, DE 26-10-1951

LEI Nº 1.912, DE 3-7-1961

DIVULGAÇÃO Nº 663-A

11ª edição

PREÇO CR\$ 35,00

A VENDA:

Seção de Vendas: Av. Rodrigues Alves, 15

Agência I: — Ministério da Fazenda

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

ORDEN DOS ADVOGADOS

Regulamento, Código de Ética e Regimentos Internos dos Conselhos Federal e Seccional do Distrito Federal, Caixa de Assistência dos Advogados

DIVULGAÇÃO Nº 557

Preço Cr\$ 35,00

A VENDA:

Seção de Vendas: Av. Rodrigues Alves, 15

Agência I: Ministério da Fazenda

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Texto da Consolidação atualizado até 30 de março de 1959. Leis, decretos-leis, decretos complementares. Portaria n.º 43, de 5 de janeiro de 1953, do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. Relatório e exposição de motivos da Comissão Elaboradora do anteprojeto e do projeto da Consolidação. Exposição de motivos ministerial. Índice alfabético-remissivo.

DIVULGAÇÃO N.º 652

3.ª edição

Preço: Cr\$ 150,00

A VENDA:

Seção de Vendas: Av. Rodrigues Alves, 11

Agência I: Ministério da Fazenda

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

PREÇO DO NÚMERO DE HOJE: CR\$ 4,00

DECRETO Nº 54.084 — DE 31 DE JULHO DE 1964

Approva a revisão dos Quadros de Pessoal do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, e dá outras providências.

(Publicado no D. O. de 3-8-64)

Retificação

Na página 6.863, 4ª coluna, no § 1º do Art. 2º, onde se lê: ... e do Decreto nº 45.592, de 27 de dezembro de 1960. Leia-se: ... e do Decreto nº 49.562, de 27 de dezembro de 1960.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DECRETOS DE 6 DE AGOSTO DE 1964

O Presidente da República resolve DISPENSAR:

O Marechal R/1 Estevão Taurino de Rezende Netto de Encarregado do Inquérito Policial Militar, de que trata a Portaria nº 1, de 14 de abril de 1964, do Comando Supremo da Revolução, publicada no Diário Oficial da mesma data, ratificada por decreto de 27 de maio de 1964.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Milton Soares Campos

O Presidente da República resolve DESIGNAR:

O General-de-Divisão Hugo Panasco Alvim Encarregado do Inquérito Policial Militar mandado abrir, em Portaria nº 1, de 14 de abril de 1964, pelo Comando Supremo da Revolução, para apurar fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, no País, tenham desenvolvido ou ainda estejam desenvolvendo atividades capituláveis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a ordem política e social, em substituição ao Marechal R/1 Estevão Taurino de Rezende Netto.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Milton Soares Campos

MINISTÉRIO DA MARINHA

DECRETOS DE 6 DE AGOSTO DE 1964

O Presidente da República resolve NOMEAR:

O Capitão-de-Mar-e-Guerra — Sávio Duarte Nunes para o cargo de Subsecretário da Marinha.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Ernesto de Mello Baptista

O Presidente da República resolve NOMEAR:

O Capitão-de-Corveta — Hernani Goulart Fortuna para o cargo de Comandante da Estação Rádio da Marinha em Brasília.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Ernesto de Mello Baptista

O Presidente da República resolve EXONERAR:

O Capitão-de-Mar-e-Guerra — Henrique Alberto Sadok de Sá Motta do cargo de Adido Naval à Embaixada do Brasil em Roma.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Ernesto de Mello Baptista

O Presidente da República resolve EXONERAR:

O Capitão-de-Mar-e-Guerra — Sávio Duarte Nunes do cargo de Comandante da Força de Minagem e Verredura.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Ernesto de Mello Baptista

O Presidente da República resolve REVERTER:

De acordo com o art. 94 do Estatuto dos Militares,

Ao Serviço Ativo da Marinha a contar de 6 de julho de 1964 o Capitão-de-Mar-e-Guerra Henrique da Motta Pereira Filho, visto haver cessado o motivo de sua agregação.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Ernesto de Mello Baptista

O Presidente da República resolve REVERTER:

De acordo com o art. 94 do Estatuto dos Militares,

Ao Serviço Ativo da Marinha a contar de 7 de julho de 1964, o Capitão-de-Fragata José Fortes de Vasconcellos, visto haver cessado o motivo de sua agregação.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Ernesto de Mello Baptista

O Presidente da República resolve REVERTER:

De acordo com o art. 94 do Estatuto dos Militares,

Ao Serviço Ativo da Marinha a contar de 13 de dezembro de 1963 o Capitão-de-Corveta Antonio Luiz Franco de Sá, visto haver cessado o motivo de sua agregação.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Ernesto de Mello Baptista

O Presidente da República resolve AGREGAR AO RESPECTIVO CORPO:

De acordo com o artigo 22 da Lei nº 4.128, de 27 de agosto de 1962, combinado com os artigos 5º e 10 da Lei nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954,

O Capitão-Tenente Annibal Malta Ferraz Velloso, visto haver sido designado Professor em Comissão de Mecânica dos Fluidos, da Escola Naval.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Ernesto de Mello Baptista

O Presidente da República resolve PROMOVER "POST-MORTEM":

Ao posto de 2º Tenente, o SO-ES 12.256 — Francisco de Carvalho, nos termos do artigo 1º, § único, da Lei 1.156, de 12 de julho de 1950, combinado com o artigo 2º do Decreto número 886, de 11 de abril de 1962, ficando assegurados aos seus herdeiros os benefícios decorrentes desta promoção a partir da vigência do referido Decreto 886-1962.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Ernesto de Mello Baptista

O Presidente da República resolve:

PROMOVER POR MERECIMENTO:

No Quadro de Oficiais-Auxiliares da Marinha, ao posto de Capitão-de-Corveta o Capitão-Tenente (AM) Egydio Predes Monte, a partir de 9 de julho de 1964.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Ernesto de Mello Baptista

O Presidente da República resolve:

REFORMAR POR INVALIDEZ DEFINITIVA:

Nos termos dos artigos 25, alínea b), 27, alínea c), 30, alínea d), § 2º, 31 e 33, § 2º, alínea a), da Lei número 2.370, de 9 de dezembro de 1954,

No posto de Segundo-Tenente com o distintivo de sua especialidade, o 2º SG-EF-47.0443.3 — José Serrano da Silva, percebendo o soldo deste posto e a gratificação da Categoria "A" integrais, e mais a gratificação de Tempo de Serviço, na forma dos artigos 135, alínea a), 136, 137, alíneas a) e b), 138, 140 alíneas a) e c), 146, alínea a), e 138 do Código de Vencimentos dos Militares visto contar 18 anos, 7 meses e dias de serviço.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Ernesto de Mello Baptista

O Presidente da República resolve:

RETIFICAR:

O Decreto de 3 de julho de 1958, que reformou por invalidez definitiva no posto de Segundo-Tenente, o então 1º SG-MR-44.8158.4 — José Correia de Lima, para o fim de considerá-lo reformado na mesma situação de inatividade no posto de Segundo-Tenente, com o distintivo de sua especialidade, de acordo com os artigos 25, alínea b), 27, alínea c), 30, alínea d), 31 e 33 § 2º alínea a), da Lei nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954; e, nessa situação, promovê-lo ao de Primeiro-Tenente, nos termos dos artigos 2º da Lei nº 288, de 8 de junho de 1948 e 1º inciso II alínea a) item 2 do Decreto número 26.907, de 18 de julho de 1949, percebendo os proventos correspondentes a este último posto, a partir da data de sua inatividade, de acordo com as tabelas então em vigor até 1º de abril de 1964; e, daí em diante, os constantes dos artigos 145, 146, alínea d) e 188 do Código de Vencimentos dos Militares, Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Ernesto de Mello Baptista

O Presidente da República resolve CONSIDERAR POR INVALIDEZ DEFINITIVA:

A partir de 8 de outubro de 1962, no mesmo posto, de acordo com os artigos 25, alínea b), 27, alínea c), 30, alínea d), da Lei nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954, o Primeiro-Tenente (EF) da Reserva Armada Amalio Rodrigues de Lima, percebendo os proventos integrais do referido posto, na forma da legislação então em vigor até 1º de abril de 1964; e, daí em diante, de que tratam os artigos 135, alínea a), parágrafo único, 136, 137, alíneas a) e c), 156 e 188 do Código de Vencimentos dos Militares, elevar seu tempo de serviço para 47 anos, 2 meses e dias, de conformidade com os artigos 3º e 5º da Lei nº 421, de 7 de outubro de 1948, e tornar insubsistente o Decreto (Marinha) de 8 de outubro de 1962, sobre o mesmo assunto.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Ernesto de Mello Baptista

DECRETO DE 29 DE JULHO DE 1964

Publicado no Diário Oficial de 30 de julho de 1964

Retificação

Na página 6.777, 1ª coluna, onde se lê: Capitão-de-Fragata o Aranha Pereira. Leia-se: Capitão-de-Fragata Olavo Aranha Pereira.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

DECRETOS DE 6 DE AGOSTO DE 1964

O Presidente da República resolve

CONCEDER EXONERAÇÃO:

Tendo em vista o que consta do processo nº 298.467-63, do Ministério da Fazenda,

A Ary Cantanhede da função de Membro da 2ª Câmara do 1º Conselho de Contribuintes do mesmo Ministério.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Otávio Gouveia de Bulhões

O Presidente da República resolve

TORNAR SEM EFEITO:

Tendo em vista o que consta do processo nº 3.C. 135.731-64, do Ministério da Fazenda,

O decreto de 16 de agosto de 1963, que nomeou Fábio Egypto da Silva para exercer, como representante da Indústria, a função de Suplente da 3ª Câmara do Conselho Superior de Tarifas do mesmo Ministério, na vaga decorrente do término do mandato de Segismundo Cerqueira.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Otávio Gouveia de Bulhões

O Presidente da República resolve

TORNAR SEM EFEITO:

O decreto publicado no Diário Oficial de 9 de dezembro de 1963, que nomeou Alvaro Moreira para exercer, como representante do Comércio, até 31 de julho de 1966, a função de Membro da 1ª Câmara do 1º Conselho de Contribuintes do Ministério da

Fazenda, na vaga decorrente da exoneração de Jonas Barbosa Bokel.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

O Presidente da República resolve
CONCEDER DISPENSA:

De acordo com o art. 77, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1962,

A Eurindo de Oliveira Barros, ocupante do cargo da Série de Classes de Agente Fiscal do Imposto Aduaneiro, nível 11-A, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, da função de Guarda-mor da Alfândega de Corumbá, símbolo 4-F, da mesma Parte e Ministério.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

O Presidente da República resolve
CONCEDER DISPENSA:

De acordo com o art. 77, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1962,

A Cezar Cozzi, ocupante do cargo da Série de Classes de Agente Fiscal do Imposto Aduaneiro, nível 13-B, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, da função de Auxiliar de Guarda-mor da Alfândega de Santos, símbolo 5-F, da mesma Parte e Ministério.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

O Presidente da República resolve
DESIGNAR:

De acordo com o art. 38, da Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Renda

Anibal Lucena Barreto, ocupante do cargo da Série de Classes de Agente Fiscal do Imposto Aduaneiro, nível 13-B, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, para exercer a função de Guarda-mor da Alfândega de Corumbá, símbolo 4-F, da mesma Parte e Ministério, vaga em virtude da dispensa de Eurindo de Oliveira Barros.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

O Presidente da República resolve
DESIGNAR:

De acordo com o art. 25, da Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Renda

Eplário Albuquerque de Farias, ocupante do cargo da Série de Classes de Agente Fiscal do Imposto Aduaneiro, nível 16-D, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, para exercer a função de Auxiliar de Guarda-mor da Alfândega de Santos, símbolo 5-F, da mesma Parte e Ministério, vaga em virtude da dispensa de Cezar Cozzi.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

O Presidente da República resolve
DESIGNAR:

Lúiz Freitas Vieira, ocupante do cargo da nível 9, da Série de Classes

de Guarda Aduaneiro, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, para exercer a função de Administrador do Posto Fiscal Federal de Alegrete, no Estado do Rio Grande do Sul, símbolo 7-F, da mesma Parte e Ministério, vaga em virtude do falecimento de Dirceu Crispim.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

O Presidente da República resolve
NOMEAR:

De acordo com o artigo 1º, § 1º, do Decreto nº 40.729, de 9 de janeiro de 1957, combinado com o artigo 2º do Decreto nº 44.378, de 26 de agosto de 1958

José Fragoso Vianna, ocupante do nível 18-E, da série de classes de agente fiscal do imposto de renda, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, para exercer, como representante da Fazenda, até 31 de julho de 1967, a função de Membro da 1ª Câmara do 1º Conselho de Contribuintes do mesmo Ministério, na vaga decorrente do término do mandato de Mozart de Castro.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

O Presidente da República resolve
NOMEAR:

De acordo com o artigo 1º, § 1º, do Decreto nº 40.729, de 9 de janeiro de 1957, combinado com o artigo 2º do Decreto nº 44.378, de 26 de agosto de 1958

Elycio Moreira da Fonseca, para exercer, como representante da Indústria, até 31 de julho de 1967, a função de Membro da 1ª Câmara do 1º Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, na vaga decorrente do término do seu mandato anterior.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

O Presidente da República resolve
NOMEAR:

De acordo com o artigo 1º, § 1º, do Decreto nº 40.729, de 9 de janeiro de 1957, combinado com o artigo 2º do Decreto nº 44.378 de 26 de agosto de 1958

Dirceu Alves Pinto, para exercer, como representante do Comércio, até 31 de julho de 1966, a função de Membro da 1ª Câmara do 1º Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, na vaga decorrente da exoneração de Jonas Barbosa Bokel.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

O Presidente da República resolve
NOMEAR:

De acordo com o artigo 1º, parágrafo 2º, do Decreto nº 40.729, de 9 de janeiro de 1957, combinado com o artigo 2º do Decreto nº 44.378, de 26 de agosto de 1958

Gastão Wolff, para exercer, como representante do Comércio, até 31 de julho de 1967, a função de Suplente da 1ª Câmara do 1º Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda,

na vaga decorrente do término de seu mandato anterior.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

O Presidente da República resolve
NOMEAR:

De acordo com o artigo 1º, parágrafo 2º, do Decreto nº 40.729, de 9 de janeiro de 1957, combinado com o artigo 2º do Decreto nº 44.378, de 26 de agosto de 1958

Celso Padilha, ocupante do nível 18-E, da série de classes de agente fiscal do imposto de renda, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, para exercer, como representante da Fazenda, até 31 de julho de 1967, a função de Suplente da 1ª Câmara do 1º Conselho de Contribuintes do mesmo Ministério, na vaga decorrente do término do mandato de Oswaldo de Barros.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

O Presidente da República resolve
NOMEAR:

De acordo com o artigo 2º, § 1º, do Decreto nº 40.729, de 9 de janeiro de 1957, combinado com o artigo 2º do Decreto nº 44.378, de 26 de agosto de 1958

Carlos Euclides de Mattos Beltrão, para exercer, como representante da Indústria, até 31 de julho de 1965, a função de Membro da 2ª Câmara do 1º Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, na vaga decorrente do falecimento de Isaac de Rossi.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

O Presidente da República resolve
NOMEAR:

De acordo com o artigo 1º, parágrafo 1º, do Decreto nº 40.729, de 9 de janeiro de 1957, combinado com o artigo 2º do Decreto nº 44.378, de 26 de agosto de 1958

Olavo Câmara de Castro, ocupante do nível 18-E, da série de classes de agente fiscal do imposto de renda da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, para exercer, como representante da Fazenda, até 31 de julho de 1967, a função de membro de 2ª Câmara do 1º Conselho de Contribuintes do mesmo Ministério, na vaga decorrente do término do mandato de Walter Eustáquio Coelho.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

O Presidente da República resolve
NOMEAR:

De acordo com o parágrafo 1º do artigo 1º do Decreto número 40.729, de 9 de janeiro de 1957, combinado com o artigo 2º do Decreto número 44.378, de 26 de agosto de 1958

José Barcellos Cassino, para exercer, como representante do Comércio, até 31 de julho de 1966, a função de membro da 2ª Câmara do 1º Conselho de Contribuintes do Ministério da

Fazenda, na vaga decorrente da exoneração de Ary Cantanhede.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

O Presidente da República resolve
NOMEAR:

De acordo com o artigo 2º do Regulamento baixado com o Decreto nº 24.763, de 14 de julho de 1934, combinado com o disposto no artigo 2º do Decreto nº 44.378, de 26 de agosto de 1958

Jerônimo Dias Meinel, ocupante do cargo do nível 16-C, da Série de Classes de Agente Fiscal do Imposto de Consumo da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, para exercer, como representante da Fazenda, até 31 de julho de 1967, a função de Membro da 1ª Câmara do 2º Conselho de Contribuintes do mesmo Ministério, na vaga decorrente do término do mandato de Antônio Carlos Barcelos.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

O Presidente da República resolve
NOMEAR:

De acordo com o artigo 2º do Regulamento baixado com o Decreto nº 24.763, de 14 de julho de 1934, combinado com o disposto no artigo 2º do Decreto nº 44.378, de 26 de agosto de 1958

Antônio Osmar Gomes, para exercer, como representante da Indústria, até 31 de julho de 1967, a função de Membro da 1ª Câmara do 2º Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, na vaga decorrente do término de seu mandato anterior.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

O Presidente da República resolve
NOMEAR:

De acordo com o artigo 2º do Regulamento baixado com o Decreto nº 24.763, de 14 de julho de 1934, combinado com o disposto no artigo 2º do Decreto nº 44.378, de 26 de agosto de 1958

Roberto Winter Viana, ocupante do cargo do nível 16-C, da Série de Classes de Agente Fiscal do Imposto de Consumo, da Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Fazenda, para exercer, como representante da Fazenda, até 31 de julho de 1967, a função de Membro da 2ª Câmara do 2º Conselho de Contribuintes do mesmo Ministério, na vaga decorrente do término do mandato de Walter Norberto Klein.

Brasília, 6 de agosto de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Otávio Gouveia de Bulhões

O Presidente da República resolve
NOMEAR:

De acordo com o artigo 2º do Regulamento baixado com o Decreto nº 24.763, de 14 de julho de 1934, combinado com o disposto no artigo 2º do Decreto nº 44.378, de 26 de agosto de 1958

Armando Figueiredo, para exercer, como representante da Indústria, até 31 de julho de 1967, a função de

CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA

CARTA CONVITE Nº

L. A. Nº

DEPTº

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE
	RELAÇÃO DO MATERIAL DESTINADO AO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS DA NOVACAP, DE QUE SE TRATA O EDITAL Nº 109/DCB.	
1º	Postes de madeira travada de 11m	u
2º	Cruzetas de madeira de 2,4m	u
3º	Mãos francesas de 700m	u
4º	Parafusos franceses de 3/8"x1.1/2"	u
5º	Parafusos de máquina de 5/8"x12"	u
6º	Parafusos de rêsca soberba de 1/2"x4"	u
7º	Arruelas quadradas de 55mm	u
8º	Arruelas redondas para parafusos de 3/8" Ø	u
9º	Arruelas redondas para parafusos de 5/8" Ø	u
10	Pinos para isolador de 3/4"	u
11	Isoladores de pino para 15 Kv	u
12	Parafusos de máquina de 5/8" x 16"	u
13	Olhal de 1/2"	u
14	Maxilhas de 1/2"	u
15	Isoladores de suspensão de 10" Ø	u
16	Cabo de tensão	u
17	Armas quadradas p/parafusos de 5/8"	u
18	Cabo de alumínio ACSR 2/0 AWG	kg
19	Armaduras paralelas p/cabo ACSR 2/0 AWG	u
20	Virolas p/armaduras paralelas para cabo ACSR 2/0 AWG	u
21	Cabo de aço de 3/8" Ø	m
22	Frensa fio de 4"	u
23	Tresilhas p/cabo de aço de 3/8"	u
24	Sapatilhas p/cabo de aço de 3/8"	u
25	Hastes de âncora de 5/8" x 2400mm	u
26	Âncoras tipo cidade satélite	u
27	Arruelas quadradas de 4"	u

VERIFICADO: 2

horas.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Concurso Público para Auxiliar Legi

RESULTADO DA PROVA DE DATILOGR

Clas.	Insc.	Nome
1º	716	Geraldo Jair Barros
2º	941	Jacy da Nova Amarante
3º	1.256	Arthur Geraldo Vicente Maria
4º	3	Eleonora Rocha de Azeredo
5º	805	Sylvio Rômulo Guimarães Andrade
6º	798	Maria Lúcia Lapageze Alves Corrêa
7º	620	Maria Luzia Brandão
8º	290	Ana Maria Wandalsen
9º	577	Ary Porto Nunes
10º	679	Helena Oazem
11º	938	Leonide da Costa Central
12º	1.161	José Wilson Barbosa Júnior
13º	129	Maria de Lourdes Malheiro da Pinto
14º	27	Jorge Marques Ferreira
15º	296	Edson Carlos Mota
16º	426	Iracyldes Dornado Sampaio
17º	203	Maria Rosinda Ramos da Silva
18º	733	Helena Ribeiro da Cunha
19º	1.054	Zilda Neves de Carvalho
20º	13	Nancy de Campos Araújo Goes
"	680	Eraldo Soares da Paixão
21º	23	Cléa Drumond Vasconcellos

Nome

Nota

Ataliba Luiz Mota Teixeira	80,925
Wilder Tavares de Goes	60,657
Ives de Freitas	60,354
Natolino Cavalcante de Melo	60,236
Ophello Drumond Andrade Müller	60,163
Yone Abreu de Almeida	60,067
Josafá Cavalcante Lacerda	60,051
Romoaldo Fernandes Arnaldo	60,000
Maria Luiza Saldanha Gomes	60,000
Raimundo Floriano de Albuquerque e Silva	60,000

S LEIS

VOLUME V

LEIS DO PODER LEGISLATIVO

Leis de julho a setembro

Divulgação n° 903

Preço: Cr\$ 400,00

★

VOLUME VI

LEIS DO PODER EXECUTIVO

Decretos de julho a setembro

Divulgação n° 904

Preço: Cr\$ 1.300,00

★

VOLUME VII

LEIS DO PODER LEGISLATIVO

Leis de outubro a dezembro

Divulgação n° 906

Preço: Cr\$ 500,00

★

VOLUME VIII

LEIS DO PODER EXECUTIVO

Decretos de outubro a dezembro

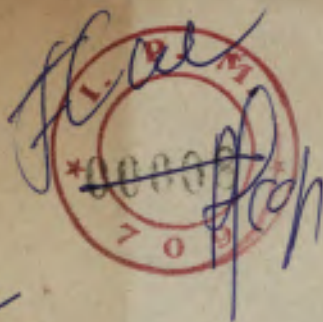
Divulgação n° 907

Preço: Cr\$ 1.600,00

es, T

ção Postal

da



17
m

CONCLUSÃO

Aos vinte e dois dias, do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, faço concluso os presentes autos ao Sr. Tenente Coronel, FERDINANDO DE CARVALHO, Encarregado dêste / Inquérito; do que, para constar, lavrei o presente termo. Eu, Capitão RAYMUNDO THEOTONEO DE MORAES QUADROS FILHO, servindo de escrivão, o escreví e assino.

Raymundo N. de Moraes Quadros Filho
RAYMUNDO THEOTONEO DE MORAES QUADROS FILHO
Capitão, servindo de escrivão.

D E S P A C H O

- 1 - Oficie-se ao DOPS/GB, solicitando que os comunistas FRANCISCO ANTONIO LEIVAS OTERO, IVAN RAMOS RIBEIRO, MARIO ALVES DE SOUZA VIEIRA, CARLOS ALBERTO BANDEIRA RAMOS e EMERITA SANTOS ANDRADE, todos membros / do CC/PCB, sejam passados, como prêso, à disposição deste Encarregado, nos termos do art. 156 do // C.J.M.
- 2 - Expeçam-se ofícios a tôdas às Secretarias de Segurança dos Estados, Territórios e Distrito Federal, bem como, aos DOPS respectivos, encaminhando um pedido de buscas de informações, a respeito de elementos comunistas;
- 3 - Após, voltem-me os autos.

Rio de Janeiro, GB, 23 de setembro de 1964

Ferdinando de Carvalho
FERDINANDO DE CARVALHO
TEN CEL ENC DO IPM/709 *Teufel*

10
19
Cw
F. Costa
00010
H. Costa

RECEBIMENTO

Aos vinte e tres dias, do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, na Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, recebi do Sr. Tenente Coronel FERDINANDO DE CARVALHO, Encarregado d'êste Inquérito, os presentes autos; do // que, para constar, lavrei o presente termo. Eu, Capitão RAYMUNDO THEOTONEO DE MORAES QUADROS FILHO, servindo de escrivão o escrevi e assino.

Raymundo Theotoneo de Moraes Quadros Filho cap ten Esc
RAYMUNDO THEOTONEO DE MORAES QUADROS FILHO
Capitão, servindo de escrivão.

20
w
R
100011
709
Hap

CERTIDÃO

C E R T I F I C O, em cumprimento ao despacho de Fls 9
do Senhor Encarregado do inquérito, Q U E, expedi ofício núme-
ro 1/IPM/709, a todas as Secretarias de Segurança de todos os
Estados, Territórios e Distrito Federal e DOPS respectivas, en-
caminhando o Pedido de Busca de informações número 1, bem co-
mo expedi o ofício número 2 ao Sr Diretor do DOPS/GB, solici-/
tando a passagem à disposição, como presos, de: Francisco Anto-
nio Leivas Othero, Ivan Ramos Ribeiro, Mario Alves Vieira de
Souza, Carlos Alberto Bandeira Ramos e Emérita Santos Andrade;
do que, para constar, lavrei a presente, que dato e assino.

Rio de Janeiro, GB, 23 de setembro de 1964.

Raymundo Theotoneo de Moraes Quadros Filho cep ser Esc
RAYMUNDO THEOTONEO DE MORAES QUADROS FILHO,
Capitão, servindo de escrivão.

12
21/9
00012
7000

J U N T A D A

Aos vinte e tres dias, do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade do Rio de Janeiro, Estado da / Guanabara, na Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional faço juntada a êstes autos dos documentos que adiante se vêem, do que, para constar, lavrei o presente termo. Eu, Capitão RAYMUNDO THEOTONEO DE MORAES QUADROS FILHO, servindo de escrivão, o escrevi e assino.

Raymundo Theotoneo de Moraes Quadros Filho

RAYMUNDO THEOTONEO DE MORAES QUADROS FILHO,
Capitão, servindo de escrivão

COMISSÃO DE INQUÉRITO

Ofício-Circular nº 1-IPM/709
=SECRETO=

Rio de Janeiro, GB,

Do ENCARREGADO DO I P M

Secretarias de Segurança de todos
Ao os Estados, Ter. e DF e DOPS res-
pectivos

ASSUNTO: Solicitação - Faz

ANEXO: - Pedido de Busca de Infor-
mações nº 1

1. Através da Delegação de Poderes nº 709, de 21 de setem-
bro de 1964, do Exmº Sr General Encarregado Geral dos IPM, recebemos a se-
guinte missão: ...

"... apurar fatos e as devidas responsabilidades de todos a
quêles que, nos órgãos dirigentes do extinto PARTIDO COMU-
NISTA DO BRASIL, tenham desenvolvido atividades capitulá-
veis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes/
contra o Estado e Ordem Política e Social".

2. Considerando os importantes objetivos acima expressos e
as características de clandestinidade, ~~splitude~~ e rigor disciplinar da or-
ganização visada, foi elaborado um Planejamento de Informações de cuja e-
xecução dependerá o sucesso de tôdas as investigações para o levantamento
de indiciados e das provas essenciais de sua ação subversiva.

3. O Pedido anexo, decorrente do referido Planejamento, fo-
caliza uma série de quesitos sôbre os quais solicitamos a cooperação dêsse
Órgão e cujo atendimento será extremamente valioso para que o IPM instau-
rado constitua um fator eficiente na repressão à organização comunista em
nosso País. Será possivelmente ocioso ressaltar que as ações planejadas /
neste sentido, no quadro dêste IPM, terão suas bases na colaboração patri-
ótica de todos os setores de Informações os quais nêle encontrarão, tal -
vez pela primeira vez, a oportunidade para uma efetiva e profícua conjuga-
ção de esforços.

4. Todos os informes e informações relativas ao Pedido a-
nexo devem ser remetidos para o seguinte endereço:

MINISTÉRIO DA GUERRA
COMISSÃO DE INQUÉRITO POLICIAL-MILITAR
INQUÉRITO POLICIAL-MILITAR 709
PALÁCIO DA GUERRA - 8º andar
PRAÇA DA REPÚBLICA - RIO DE JANEIRO-GB

Ferdinando de Carvalho

Tenente - Coronel

Encarregado do IPM/709

23
w
100014
70
Hep

PEDIDO DE BUSCA DE INFORMAÇÕES Nº 1

ELEMENTOS ESSENCIAIS DE INFORMAÇÕES

I - ORGANIZAÇÃO DO P C B

1. Qual a organização geral do PCB ? (Se possível, apresentar o esquema).
2. Qual a organização do Comitê Central ? (Se possível apresentar o esquema).
3. Qual a organização dos Comitês Estaduais ? (Se possível, apresentar o esquema).
4. Quais os efeitos do PCB ? (Se possível, discriminar).
5. Quais as entidades ou organizações, permanentes ou temporárias, que representam ou se ligam ao PCB (Frentes, Associações, Sociedades, Movimentos etc) ? (Se possível, apresentar as respectivas organizações e efetivos).
6. Qual a situação atual dos diversos setores do PCB ? (Especificar os que se acham desarticulados, em vias de reorganização ou intactos).
7. Quais as sedes, enderços, locais de reunião e outras localizações relativas a órgãos clandestinos ou ostensivos, ligados ao PCB, particularmente aos referidos no item 5 ?

II - INTEGRANTES DOS ÓRGÃOS DIRIGENTES DO P C B

1. Quais os membros do Comitê Central do PCB, antes da Revolução e atualmente ? (Se possível, apresentar os respectivos prontuários).
2. Quais os membros dos Comitês Estaduais do PCB, antes da Revolução e atualmente ?
3. Quais as pessoas, não integrantes dos Comitês Central e Estaduais que, entretanto, exercem grande influência nos quadros do PCB ? (Se possível, apresentar os respectivos prontuários).
4. Onde se encontram as pessoas acima referidas ? (Enderços ou locais conhecidos, ou prováveis, inclusive os que se acham presos ou exilados).
5. Quais as pessoas que, pertencendo aos quadros dirigentes do PCB ou a eles relacionadas, exercem cargos públicos, particularmente de chefia ? (Discriminar pelos Três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário e indicar as funções exercidas).
6. Quem dirigia ou era encarregado dos diversos setores de ação do PCB (militar, sindical, bancário, educacional, estudantil, etc) ?
7. Quais os elementos comunistas que estabeleciam ligações com países estrangeiros ?
8. Quais os elementos dirigentes com missão de espionagem e onde atuavam ?
9. Quem dirigia ou representava as confederações sindicais, em particular o CGT e o PUA ?

24
w
00015
Hap

III - ATIVIDADES SUBVERSIVAS

Considerando as atividades abaixo enumeradas, como componentes da ação subversiva do PCB, indicar quais os fatos que concretizaram ou concretizam essas atividades, quais os seus responsáveis ou executores principais, quando e onde se verificaram tais fatos e se foram motivo de investigação ou repressão:

1. Propaganda

- de ódio e de luta de classes;
- de difamação de autoridades constituídas;
- de regimes contrários à ordem democrática;
- da derrubada do regime vigente, pelo uso de meios violentos.

2. Doutrinação

- através de meios de divulgação da imprensa escrita, falada e televisada;
- através de conferências, cursos, palestras, etc;
- pela difusão de livros, documentos e panfletos.

3. Infiltração

- nos órgãos dos poderes constituídos;
- nas autarquias, sociedades de economia mista, sociedades para-estatais, etc.;
- nas Forças Armadas;
- nas Associações políticas, patronais, sindicais, nas empresas, indústrias, etc.

4. Corrupção

- tentativas ou casos comprovados de suborno, em particular em órgãos dos poderes constituídos;
- por meio de chantagem e tráfico de influência;
- pela exploração de vícios, tóxicos, sexo, etc.

5. Desmoralização

- das autoridades constituídas e dos padrões políticos, religiosos e sociais do País;
- dos princípios básicos do regime democrático;
- dos vultos e acontecimentos históricos da Pátria.

6. Espionagem

7. Conspiração

- reuniões clandestinas;
- planejamento subversivo;
- conluios subversivos.

8. Contribuições para fins subversivos

- de natureza monetária;
- de outras naturezas, como roupas, alimentos, visando apoiar pessoas ou organizações comunistas.

25
w
H
M
00016
7
0
Hap

9. Recebimento de ajuda estrangeira
 - em dinheiro;
 - em recursos diversos, para fins subversivos.
10. Campanhas de reorganização e legalização do PCB
- 10a. Campanha de solidariedade comunista
11. Contrabando de armas
12. Preparação de material bélico
 - fabricação de armamento e munições;
 - confecção de bombas, "cocktail MOLOTOF", etc.
13. Manifestações violentas de desagrado
14. Resistência pacífica
15. Greves de caráter político
16. Paralisação de serviços
 - de serviços públicos;
 - de atividades essenciais à vida das populações.
17. Devastação, saque e depredação
18. Desordens, arruaças e tumultos
19. Terrorismo
 - terrorismo sistemático;
 - terrorismo seletivo;
 - perseguição sistemática, etc.
20. Sabotagem
21. Provocação de guerra civil
22. Organização de milícias para-militares
23. Invasões armadas
24. Guerrilhas

IV - DOCUMENTAÇÃO

1. Quais os documentos de cuja existência tem conhecimento e que podem servir como provas para a caracterização de crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, cometidos por dirigentes e personalidades influentes do Partido Comunista ou por pessoas a este ligadas? (Remeter, se possível, originais ou cópias autenticadas ou informar onde se pode obter tais documentos, os quais se devem relacionar, em princípio com os quesitos constantes do presente documento).
2. Quais os documentos de interesse para a apuração de atividades comunistas por parte de pessoas dirigentes ou relacionadas com o PCB, que foram apreendidos durante a Revolução? (Remeter originais, cópias autenticadas, ou, pelo menos, as relações de tais documentos, especificando onde podem ser encontrados).

26
w
17
00017
209
Hip

V - MATERIAL SUBVERSIVO

1. Qual o material subversivo, em particular de natureza bélica, apreendido ou de existência conhecida, em poder de dirigentes ou de personalidades/influentes do PCB ou a êste ligadas ? (Remeter as relações autenticadas/do citado material, especificando onde pode ou provavelmente poderá ser encontrado, tendo em vista as necessidades de obtenção de provas ou realização de perícias ou apreensão).
2. Quais as fábricas, oficinas ou outras instalações, inclusive domésticas, ostensivas ou clandestinas que produziam ou produzem material subversivo para o PCB, em particular, de natureza gráfica ou bélica ? (Relacionar / por especialidade, indicando responsáveis, localização e produção, se possível).
3. Que material bélico, de proveniência estrangeira, para utilização em atividades subversivas, por membros do PCB ou pessoas a êste ligadas, foi / introduzido ou vem sendo introduzido no País, recentemente ? (Especificar origens, locais de apreensão, responsáveis, etc).
4. Que material de fabricação rústica ou apurada, para emprêgo em ações de terrorismo ou sabotagem, por membros do PCB ou pessoas a êste ligadas, foi apreendido ou é de existência conhecida ? (Informar onde pode ser encontrado e quais as pessoas envolvidas na fabricação para fins de captura, obtenção de provas, realização de perícias, etc).
5. Quais as estações transmissoras de rádio, clandestinas ou não, controladas por essas pessoas ligadas ao PCB, poderão ser ou estão sendo utilizadas para propaganda e outras atividades subversivas ?
6. Que fotografias conhece de dirigentes ou personalidades comunistas isoladas ou em grupos, capazes de servir para identificar ou comprovar atividades subversivas ? (Remeter cópias autenticadas).
7. Conhece a existência de depósitos clandestinos ou a execução de transporte de substâncias ou engenhos explosivos para fins subversivos por membros do PCB ou pessoas a êste ligadas ? (Enviar relações, localização e indicação dos responsáveis).

VI - AUXÍLIO ESTRANGEIRO

1. Que fatos conhece sobre o emprêgo ou recebimento de recursos ou auxílios estrangeiros para obtenção de informações ou documentação para propaganda subversiva e para a realização de ações violentas no País, nos quais estejam envolvidos personalidades do PCB ou a êste ligadas ?
2. Que cidadãos estrangeiros exercem ou exerceram recentemente atividades / subversivas, ligadas ao PCB, em particular os membros de representações diplomáticas, missões comerciais ou mesmo integrantes de empresas do País ? (Relacionar as pessoas e suas principais atividades, enviando, se possível, provas autenticadas).

27
27/10/68
00018
P. R.

3. Que fatos conhece sobre a ingerência estrangeira na subversão da ordem pública no País e quais os elementos nacionais envolvidos em tais fatos ? (Remeter, se possível, comprovação autenticada).
4. Que pessoas, pertencentes ao PCB ou a êste ligadas, estão realizando ou / realizaram cursos de doutrinação comunista ou de guerrilhas, subvencionados por potência estrangeira, no País ou fora dêste ? (Discriminar a natureza e a duração dos cursos).
5. Que casos conhece de ajuda ou subsídio de organização internacional, visando a alteração da ordem pública e social vigente no País ?

VII.- POSSIBILIDADES DO P C B

1. Quais as possibilidades atuais do PCB em matéria de:
 - infiltração nos Partidos e nos órgãos dos Poderes Públicos;
 - propaganda;
 - atividades subversivas;
 - ligações com o estrangeiro, etc.
2. Qual a situação interna do PCB e quais as divergências ou vulnerabilidades atuais ?
3. Quais as possibilidades de alteração das lideranças no seio do PCB ?
4. Qual a atual Palavra-de-Ordem do PCB ?
5. Em que frentes ou organizações de fachada pode o PCB prosseguir em suas atividades, particularmente visando a reconquista das posições perdidas, e quais os "slogans" de suas futuras campanhas ?

.....

SECRETO

28
[Handwritten signature]

[Circular stamp with "P. M." and "00019"]
[Handwritten signature]

OFICIO Nº 2-IPM/709

Rio de Janeiro, GE,

Em 23 de setembro de 1964

Do Encarregado de IPM/PCB

Ao Ilmo Sr Diretor do DOPS/GE.

ASSUNTO:- Passagem a disposição de detido
(Solicita)

+

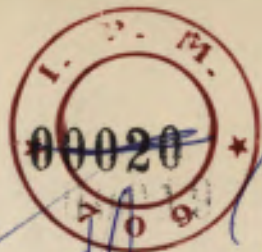
Solicito de V.S. sejam passados à disposição deste Encarregado de IPM, para averiguações, na forma do Art 156, do Código de Justiça Militar os indivíduos abaixo e que se encontram detidos nêsse Departamento:

- FRANCISCO ANTONIO LEIVAS OTHERO - P.P.
- IVAN RAMOS RIBEIRO - P.P.
- MARIO ALVES VIMIRA DE SOUZA - P.P.
- CARLOS ALBERTO BANDEIRA RAMOS - 12 407 (P. de A.)
- EMÉRITA SANTOS ANDRADE. -

Aproveito o ensejo para apresentar a V. S. os meus protestos de elevada consideração.

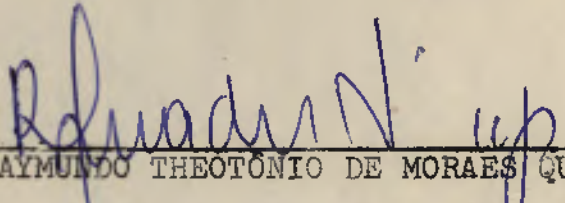
[Handwritten signature: Fernando de Carvalho]
FERDINANDO DE CARVALHO - Tenente Coronel
Encarregado do IPM/PCB

SECRETO



C O N C L U S ã O

Aos 23 dias, do mês de SETEMBRO de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, na Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, faço concluso os presentes autos ao Sr. Tenente Coronel FERDINANDO DE CARVALHO, En carregado dêste Inquérito; do que, para constar, lavrei o presente termo. Eu, Capitão RAYMUNDO THEOTÔNIO DE MORAES QUADROS FILHO, sêrvindo de escrivão, o escreví e assino.


RAYMUNDO THEOTÔNIO DE MORAES QUADROS FILHO

Capitão, sêrvindo de escrivão.

DESPACHO

I - Junte-se aos autos o seguinte:

1. - Organogramas, em fotocópias, após conferidas:

- a) do sistema de comando da Conspiração Internacional Comunista;
 - b) Simplificado das Org. Comunistas e das Org. Auxiliares Internacionais e Nacionais;
 - c) Da Ação Comunista e a Reconstrução Democrática;
 - d) Dos Degraus da formação Comunista;
 - e) Da Ação Subversiva entre a Juventude;
 - f) Da Classificação dos elementos subversivos e seus auxiliares;
 - g) Dos Diversos tipos de ação subversiva para conquistar o Poder;
 - h) Da Sabotagem econômica;
- 2 - Os seguintes folhetos:
- a) Curso Básico do Partido Comunista Brasileiro (7 aulas)
 - b) Os Comunistas dirigem a Nação - março de 1958
 - c) Resolução Política da Convenção Nacional dos Comunistas-
 - d) Os Comunistas Brasileiros definem sua posição ante a grave situação do País" (1962)
 - f) A posição dos Comunistas diante das reformas de base (1963)
 - g) Havana Bombardeada.
- 3 - Uma cópia de "A Internacional";
- 4 - 9 exemplares de uma tômbola "PASSEIO EM MOSCOU".
- 5 - 20 exemplares de um bonus "CINCO MILHÕES EM 60 DIAS".
- 6 - 3 exemplares de uma rifa de um relógio marca "Tressa".
- 7 - 40 fôlhas impressas da Comissão de Finanças do Partido Comunista para execução do balancete mensal.
- 8 - 10 exemplares de um bonus "PELA REVOLUÇÃO ANTI-IMPERIALISTA E ANTI-FEUDAL.
- 9 - 20 exemplares - impressos - do recibo de contribuição ao Partido Comunista.
- 10 - 20 exemplares - impressos - do recibo do pagamento das mensalidades ao Partido Comunista;
- 11 - O seguinte material recebido das autoridades do Estado da Bahia, constante de:
- a) 3 selos pró anistia para os condenados e processados políticos.
 - b) 14 bonus (em forma de celulas).
 - c) 2 cartões postais da Rádio de Moscou.
- 12 - 1 exemplar do Manifesto e Programa do Partido Comunista Brasileiro, com 2 fôlhas.
- 13 - 1 flâmula comemorativa do 40º Aniversário do Partido Comunista Brasileiro - (25-3-922/25/3-962).

31
00022
- 2 -

- 14 - um exemplar do Programa (De Prestes) da Frente Democrática de Libertação Nacional, (parte Man./AGOSTO).
- 15 - uma cópia do discurso pronunciado por ocasião da instalação do Comitê Municipal do P.C.B. de Belo Horizonte, por Constancio Dulci.
- 16 - recorte do Diário de Notícias de Porto Alegre (1º caderno, pag. 2,) no qual consta a publicação de uma entrevista intitulada "CGT é a principal ponte de lança vermelha no Brasil, afirma o líder Nacional dos Portuários".
- 17 - Programa e Estatuto do Partido Comunista Brasileiro, com 31 páginas (1962).
- 18 - Estatuto do Partido Comunista da União Soviética, com 31 páginas (Moscou-1961).
- 19 - Regulamento de Finanças do Partido Comunista Brasileiro com 10 páginas- (Abril-1961)
- 20 - Programa do Partido Comunista da União Soviética (Projeto) com 156 páginas.
- 21 - 1 folheto intitulado "Socialismo e Comunismo, de autoria de Nikita Kruschov, Editado pela Editorial Vitória Limitada"(Trechos de entrevista, informes e discursos nos anos de 1956/1963).
- 22 - 1 Manifesto do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, de maio de 1964, aos "Operários! trabalhadores e Trabalhadoras ! "
- 23 - 1 folheto com 12 páginas, denominado "Organização dos "Grupos de Onze Companheiros" ou "Comandos Nacionalistas".
- 24 - Um documento, em termo-fax, e reprodução em cópia autêntica, denominado "CARTA DA AMAZÔNIA", datado de 8 de setembro de 1963 e assinado por elementos ligados ao Partido Comunista.
- 25 - Um documento, em termo-fax, e reprodução em cópia autêntica, denominado "Solidariedade aos Sargentos", firmado por comunistas do Estado do Pará.
- 26 - Uma carta sobre um Simpósio Estudantil Internacional, realizado em Moscou, de 12 a 15 de março de 1964 respectivo programa.
- 27 - Um Manifesto dos comunistas, contendo trechos da entrevista de LUIZ CARLOS PRESTES à imprensa e rádio, intitulado "Os comunistas e o novo Gabinete".
- 28 - Uma Resolução do P.C.B., com 2 folhas, denominado "Resolução dos Comunistas sobre a crise política e o Governo Jango - Tancredo Neves", de outubro de 1961.

- 32
33
- 00023
09
- 29 - Um Manifesto ao Povo do Pará, assinado pelo Comitê Estadual do P.C.B. daquele Estado.
 - 30 - Um Manifesto sobre um congresso realizado por convocação da Liga de Defesa Nacional a respeito do problema do Petróleo.
 - 31 - Um impresso de propaganda de Benedito Monteiro, (Bené) do Estado do Pará, no qual entre outras coisas, se lê: "Reforma Agraria ! ... NA LEI OU NA MARRA.
 - 32 - Um impresso "Une veio para unir".
 - 33 - Carta-resposta da UNE, sobre o título "UNE PERGUNTA: "QUEM SERÁ O GORILA 63?".
 - 34 - Um folheto-manifesto, com 4 folhas, do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Extração do Petróleo nos Estados do Amazonas, Pará e Maranhão, denominado "O que o trabalhador da Petrobrás deve saber", de janeiro de 1964.
 - 35 - Um folheto, com 4 paginas, sobre a IV Conferência Internacional da União Internacional dos Sindicatos, editado em Helsinki - maio 1962.
 - 36 - um folheto com 8 paginas sobre o Congresso Latino Americano de Mulheres.
 - 37 - Uma carta-convocatória do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de S. Paulo, de 1.7.62 para uma assembléia Geral Extraordinária permanente.
 - 38 - Um "manifesto dos Ferroviários e ao povo em geral", de 4-7-62, assinado pelos Presidente e Secretario do S. E.T.E.F./SP. (nº 37).
 - 39 - um boletim contendo Instruções aos ferroviários da Sorocabana, para o cumprimento dos "DEZ MANDAMENTOS DA GREVE", de 21.8.61, firmado pela Comissão Central e Comando Geral de Greve de São Paulo.
 - 40 - 11 manifestos de Trabalhadores de São Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara.
 - 41 - Convite da Frente de Mobilização Popular para uma concentração na qual estariam presentes os Srs. ALMINO AFONSO, PAULO DE TARSO, NEIVA MOREIRA, PLINIO ARRUDA, PE. ALIPIO e o estudante JOSÉ SERRA.
 - 42 - Manifesto de Leonel Brizola
 - 43 - Manifesto "Aos Servidores Federais e Autárquicos".
 - 44 - Um boletim denominado "Resistência".
 - 45 - 3 manifestos aos estudantes.
 - 46 - Um manifesto do P.C.B., denominado "Os Comunistas se dirigem aos Trabalhadores e ao Povo".
 - 47 - Um manifesto do CGT aos Trabalhadores hoteleiros e ao Povo.

- 33
4 -
- 00024
- 48 - 7 manifestos-convites de trabalhadores, donas de casa e intelectuais, remetidos pelas autoridades do Estado do Pará;
- 49 - Análise feita pelo deputado Fernando Luiz Lobo Carneiro sobre o Acôrdio Militar-Brasil-Estados Unidos.
- 50 - Manifesto de Generais, Oficiais e Deputados, contra o Acôrdio de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos.
- 51 - Os seguintes folhetos editados em Rekin-China, pela s "Ediciones en lenguas extranjerass" :
- a - Un Campesino y su caballo
 - b - El hacha de oro
 - c - Las carpitas saltan el Arco del Dragón
 - d - La Cordera y el lobo
 - e - La Niña y el Pájaro
 - f - El General envanecido
 - g - A bela Guang-Brokato
 - h - Coplas Serranas
 - i - Florecen los Ciruelos
- 52 - 10 cartazes típicos dos comunistas.
- 53 - um boletim contendo discurso de Fidel Castro, intitulado "A linha de Cuba".
- 54 - 2 folhas de um calendário editado em Rekin-China, cortesia da Revista "China Reconstruye".
- 55 - Em fotocópia após conferidas o seguinte:
- a) Situação Política do Nordeste com 29 fôlhas e "Teses da III Conferência Nacional do P.C.B., com 16 folhas.
 - b) "Em Marcha para o IV Congresso do P.C.B., com 15 folhas.
 - c) Estatuto do P.C. da União Soviética, com 14 folhas (em português)
 - d) "A situação Nacional e a Tática dos Comunistas, com 15 folhas.
 - e) "As tarefas as fôrças nutrises e o caminho da revolução" (comunista) , com 17 folhas.
 - f) "Perspectivas de nossa luta", com 9 folhas.
 - g) "Por um partido de ação, dirigente de grandes massas", com 9 folhas.
 - h) "Informe do Balanço do C.M.R.", com 19 folhas.
 - i) "Ficha de Contrôle de nossa atividade", com 2 fôlhas.
 - j) "Informe de Balanço do Plano de Trabalho do C.M. do Recife", com 6 folhas.
- 56 - Um folheto, com 8 páginas, intitulado "A Posição dos Comunistas diante das Reformas de Base."

- 34
00025
- 57 - "Programa das Emissões de Rádio Central de ~~Brasil~~ para o período de novembro de 1956 a Abril de 1957".
- 58 - Folheto intitulado "Por que votar contra o parlamentarismo do ISEB", com 18 fôlhas.
- 59 - Um folheto intitulado "Resolução Política dos Comunistas - dezembro de 1962", com 9 fôlhas.
- 60 - Um folheto intitulado "Os comunistas e a Situação Nacional - INTENSIFICAR A LUTA PELAS REFORMAS - PARA GOLPEAR O IMPERIALISMO E O LATIFÚNDIO"- julho 1963, 8 fôlhas.
- 61 - Um manifesto intitulado "Aos Comunistas e amigos do Partido", com 3 fôlhas (Divergência entre PCB e o PCDB).

II - Após, voltem-me êstes autos.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1964.

Ferdinando de Carvalho
FERDINANDO DE CARVALHO
Ten.Cel. - Enc.IPM/709
Ten Cel

35
w

00028

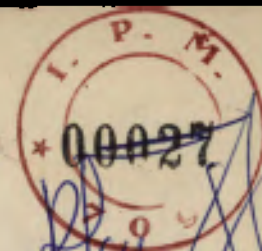
RECEBIMENTO

Aos trinta dias, do mês de setembro de
mil novecentos e sessenta e quatro, nesta Cidade do Rio
de Janeiro, Estado da Guanabara, na Secretaria Geral do
Conselho de Segurança Nacional, recebi do Sr. Tenente Co
ronel FERDINANDO DE CARVALHO, Encarregado deste Inquérito,
os presentes autos; do que, para constar, lavrei o presen
te termo. Eu, Capitão RAYMUNDO THEOTÔNIO DE MORAES JUA-
ROS FILHO, servindo de escrivão, o escrevi e assino.

Raymundo Theotônio de Moraes Juáros Filho
RAYMUNDO THEOTÔNIO DE MORAES JUA-ROS FILHO

Capitão, servindo de escrivão.

36



A hand-drawn graph on lined paper. The curve starts at the top left, slopes downward, and then levels off towards the bottom right.

Rio de Janeiro, GB, 30 de setembro de 1964.

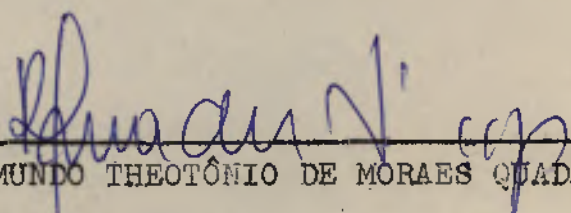
RAYMUNDO THEOTÔNIO DE MORAES QUADROS FILHO
Capitão, servindo de escrivão.

28
37
m

1. P. M.
00028
209

J U N T A D A

Aos trinta dias, do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, na Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, faço juntada a êstes autos dos documentos que adiante se vêem (29/495 0), do que, para constar, lavrei o presente termo. Eu, Capitão RAYMUNDO THEOTÔNIO DE MORAES QUADROS FILHO, servindo de escrivão, o escreví e assino.


RAYMUNDO THEOTÔNIO DE MORAES QUADROS FILHO
Capitão, servindo de escrivão.

SISTEMA DE COMANDO DA CONSPIRAÇÃO INTERNACIONAL COMUNISTA

SISTEMA DE COMANDO
GOVERNOS COMUNISTAS

LEGENDA
Linhas grossas ———
Cadeia de Comando Comunista
Linhas finas ———
Cadeia de Comando Soviética
Linhas pontilhadas.....
Forças Aliadas e Associações
Linhas tracejadas-----
Interligação de dois sistemas.

P.C.U.B.
N. S. KHRUSHCHEV
1º Secretário
do
Partido Comunista
da
União Soviética

PRESEDAUM (ATLADO POLYMER)
Membros Permanentes
N. S. Khrushchev
L. I. Brezhnev
A. B. Arlov
F. R. Kozlov
O. V. Kuznetsov
N. A. Buldakov
N. V. Podgorny
M. A. Sholov
Membros
Ya. E. Kalashnikov
A. P. Kirilenko
D. S. Korotchenko
K. P. Maslennikov
V. P. Pavlov
M. G. Perestukhin
P. M. Pospelov
D. S. Voronov
G. V. Grishin
V. P. Pavlov
Secretariado do Comité Central
1. N. S. Khrushchev
2. P. R. Kozlov
3. O. V. Kuznetsov
4. N. A. Buldakov
5. M. A. Sholov-Sigovoy o/PC, Estrangeiros

PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA
MEMBROS: 8.239.231 - 4% DA POPULAÇÃO

CONSPIRAÇÃO INTERNACIONAL COMUNISTA
27 Partidos Comunistas Subordinados
(COMPOSTO DE 14 MILHÕES DE MEMBROS AGENTES PROVOCAÇÕES)
Organizações e Frontes Comunistas abrangendo milhões de
Agentes ativos e revolucionários, como sejam: FEMINISMO
SINDICAL MUNDIAL (PM); CONSELHO MUNDIAL DA PAZ (CWP); FEDERAÇÃO
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE JORNALISTAS (OIJ); FEDERAÇÃO
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE MULHERES DEMOCRÁTICAS (OIM); FEDERAÇÃO
MUNDIAL DA JUVENTUDE DEMOCRÁTICA (FMD); UNIAO DE
FEDERAÇÕES DE ESTUDANTES (UE); ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL
MUNDIAL DOS JOVENS DEMOCRÁTAS (AJD); ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL
CIVIL DE MULHERES (OIM); FEDERAÇÃO INTERNACIONAL
MUNDIAL DA RESISTÊNCIA (FIR); ASSOCIAÇÃO MÚLTIPLA INTERNACIONAL
MUNDIAL (AM); ORGANIZAÇÃO DE SOLIDARIEDADE DOS POVOS AFRO-ASIÁTICOS (OAS); FEDERAÇÃO INTERNACIONAL E SINDICAL
DO ENSINO (FIE); FEDERAÇÃO MUNDIAL DOS TRABALHADORES
CIENTÍFICOS (FMC).

INTELIGÊNCIA ORGANIZACIONAL DE
DOIS SISTEMAS DE COMANDO

Os Serviços Soviéticos são praticamente instrumentos estratégicos do P.C.U.B.

N. S. KHRUSHCHEV
Presidente do Conselho
de Ministros da U.R.S.S.

**PRESEDAUM DO COMANDO DE MINISTROS
DA U.R.S.S.**
N. S. Khrushchev
A. I. Mikoyan
A. N. Kozlov
A. I. Kuznetsov
D. P. Pavlov

MINISTROS DE ESTADO DA U.R.S.S.
16 Ministros, inclusive:
N. S. Khrushchev (Defesa)
L. A. Partov (Propaganda e Cultura)
A. A. Gromyko (Relações Exteriores)
V. P. Pavlov (Finanças)
e outros

INTERVIA
Jornal para assuntos
de Serviços Soviéticos.
Serviço telegráfico
para assuntos do Go-
verno e dos Partidos.

TRAVIA
Jornal Comunista
para assuntos dos
P.C., mundiais e
Soviéticos.

**FORÇAS PARTICIPANTES ALIADAS
E ASSOCIADAS**
CUBA
ROMÂNIA
CHINA VIOLETA
VIETNÃ DO NORTE
COREIA DO NORTE
MONGÓLIA (INTERIOR)

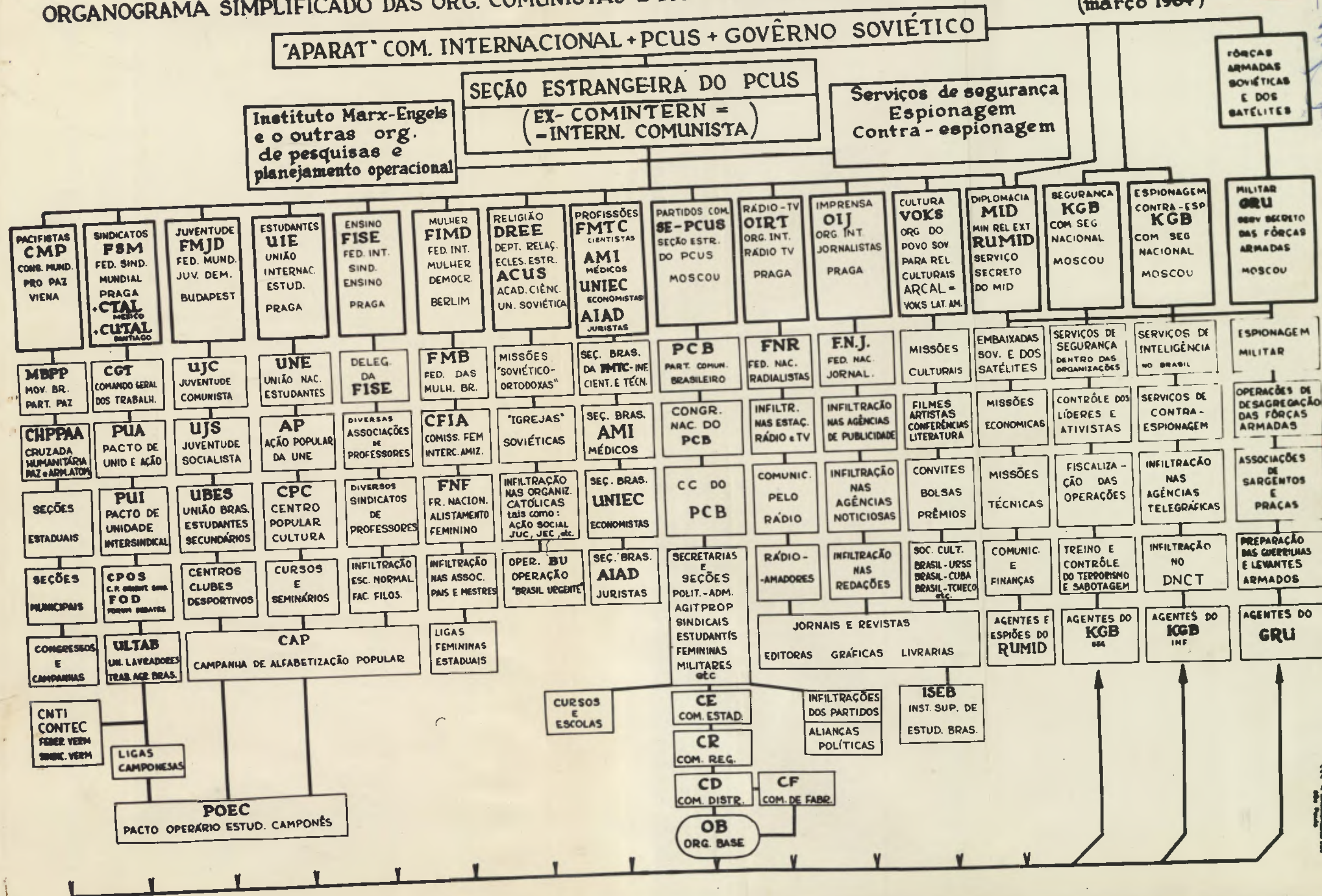
FORÇAS PARTICIPANTES
ALBÂNIA
BULGÁRIA
YUGOSLÁVIA
ROMÂNIA
POLÓNIA
ROMÂNIA
ALBÂNIA E BULGÁRIA ORIENTAL

709

709

38

ORGANOGRAMA SIMPLIFICADO DAS ORG. COMUNISTAS E DAS ORG. AUXILIARES INTERNACIONAIS E NACIONAIS (março 1964)



Este organograma foi elaborado pelo Departamento de Organização e Administração do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em março de 1964.

C... a presente cópia
fotostática está... ao original que
me foi...
C... Dou fé
Luiz de Janeiro, GB, 30 de set de 1964
Assinatura
Escritão do IPM

B-3

CERTIFICO que a presente cópia
fotostática está idêntica ao original que
me foi apresentado.
Conferi. Dou fé

Rio de Janeiro, GB, 30 de Set de 1964

[Handwritten signature]

Cartão de IPM

~~CERTIFI. que a presente cópia
fotostática está idêntica ao original que
me foi apresentado.
Conferi. Dou fé
Rio de Janeiro, GB, 30 de Set de 1964~~

A AÇÃO COMUNISTA e a RECONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA

A revolução venceu mas a luta continua entre

DESMORALIZAÇÃO DAS AUTORIDADES
CORRUPÇÃO, DEMAGOGIA E CHANTAGEM
SABOTAGEM ECONÔMICA
 (na agricultura, transportes, abastecimento, crédito, etc.)

AGITPROP

Deturpação das notícias e manchetes; difamação, etc.

FORMAÇÃO DE 'QUADROS',
 líderes e ativistas, em cursos.
 Conquista dos professores
 e estudantes

"Operação Catolicismo Revolucionário"
 deturpação da Doutrina Social

"Operação Nacionalismo"
 deturpação do patriotismo

"Frente de Libertação Nacional"
 (Frentes Únicas)

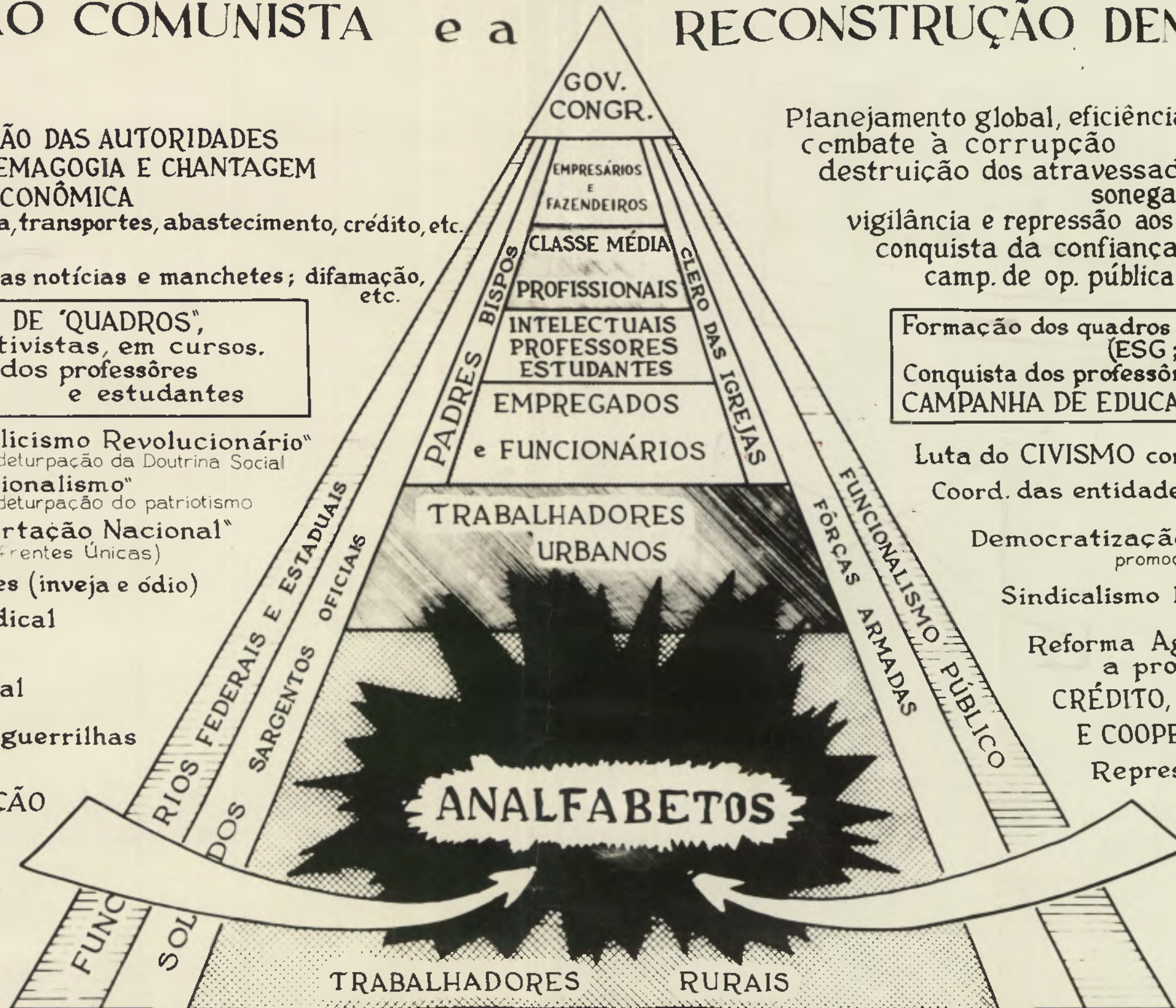
Luta de Classes (inveja e ódio)

Agitação Sindical

Agitação Rural

Terrorismo e guerrilhas

ALFABETIZAÇÃO
 COM
MOTIVAÇÃO
SUBVERSIVA



Esquema da estrutura social brasileira

Planejamento global, eficiência administrativa
 combate à corrupção
 destruição dos atravessadores,
 sonegadores e sabotadores
 vigilância e repressão aos agentes comunistas
 conquista da confiança do povo
 camp. de op. pública de cunho POPULAR

Formação dos quadros cívicos
 (ESG; cursos, escolas)
 Conquista dos professores e estudantes.
CAMPANHA DE EDUCAÇÃO CÍVICA

Luta do CIVISMO contra o ANTI-CIVISMO
 Coord. das entidades dem. e cívicas

Democratização do capital
 promoção da poupança popular

Sindicalismo livre e autêntico

Reforma Agrária objetivando
 a produtividade rural

CRÉDITO, ENSINO, TÉCNICA
E COOPERATIVISMO RURAIS

Repressão ao terrorismo
 e às guerrilhas

ALFABETIZAÇÃO
CÍVICA

OS DEGRAUS DA FORMAÇÃO COMUNISTA

mediante:

PROPAGANDA
CURSOS
AÇÃO (PRAXIS)
CONTRÔLE

1 | PROPAGANDA SUBLIMINAR
Rádio, Imprensa,
TV, Teatro

2 | PROPAGANDA DIRETA
Rádio Soviética,
Chinesa, Cubana.
Livros e folhetos "Cultura Popular"

3 | RECRUTAMENTO
INDIVIDUAL
"Operação Camaradagem"

4 | CURSO DE CAPACITAÇÃO
formação de ATIVISTAS
curso de doutrinação,
noturno. 3 meses.

5 | ATIVISTAS (PRAXIS)
tarefas práticas
Organizações Auxiliares

6 | CURSO DE LIDERANÇA + + + Cursos de AÇÃO DIRETA
formação de líderes
regime de internato
6 a 8 semanas
informações
sabotagem
tropas de choque

7 | AÇÃO DE LIDERANÇA (PRAXIS)
em organizações do partido
e principalmente nas
Organizações Auxiliares

8 | INSTITUTO MARX-ENGELS (Moscou)
ou filiais Tcheca, Cubana, etc.
2 anos - Universidade do Comunismo
Formação dos membros do APARAT

9 | "APARAT" COMUNISTA
Planeja e controla todas as
operações do partido, das Org.
Auxiliares, de espionagem,
subversão e administração.

B-11

CERTIFICO que a presente cópia
fotostática está idêntica ao original que
me foi apresentado.

Conferi. Dou fé

Rio de Janeiro, GB, 30 de Set de 1964

[Handwritten signature]

Escrivão de IPM

AÇÃO SUBVERSIVA ENTRE A JUVENTUDE

"Conquistar a juventude
é obter uma força dinâmica no imediato
e garantir-se o futuro" (Lenin)

FISE
Fed. Int. Sind.
do Ensino (prof.)
PRAGA

Sindicatos e
Assoc. de Prof.
Escolas Normais
Cursinhos - pré
seleção de alunos
Fac. de Filosofia
Círculos de Estudo
Ensino tendencioso
pró-comunista

VOKS
Org. Culturais
MOSCOU

Literatura
Filmes
Missões Culturais
Artistas
Clubes
Institutos de
Intercâmbios
Culturais

FIMD
Fed. Internac.
Mulheres Dem.
BERLIM ORI.

Org. femininas
comunistas
e disfarçadas
Infiltração nas
Assoc. de Pais
e Mestres
Ajuda aos prof.
esquerdistas

FMJD
Fed. Mundial
Juventude Dem.
BUDAPEST

Juv. Comunista
Juv. Socialista
Org. Desportivas
Cursos e seminários
Infiltração na UBES
Viagens e Bolsas

UIE
União Internac.
dos Estudantes
PRAGA

Infiltração na
UNE e grêmios
Política Estudantil
Agitação e greves
Cursos e seminários
Viagens e bolsas

"Ação Popular" da UNE

"Centro Popular de Cultura"

"Teatro Popular"

"Alfabetização Popular"

PROCESSO IDEOLÓGICO PARA CONQUISTAR A JUVENTUDE

- 1º Usar a generosidade dos jovens para incentivar o ódio às classes produtoras
- 2º Confundir todas as classes produtoras com o capitalismo feudal
(“o pobre é bom porque não é rico”)
- 3º Criar o mito de que funcionários públicos são melhores que patrões privados
- 4º Desmoralizar a democracia, apontando apenas seus defeitos e injustiças
(“liberdade cria fome”)
- 5º Deturpar as Encíclicas e usar o ideal de caridade cristã para os pobres,
a fim de promover o ódio pelos mais favorecidos, inclusive os próprios pais.

B. 22

CERTIFICO que a presente cópia
fotostática está idêntica ao original que
me foi apresentado.
Conferi. Dou fé
Rio de Janeiro, GB, 30 de set de 1964
[Signature]
Serviço do IPM

CLASSIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS SUBVERSIVOS E SEUS AUXILIARES

MEMBROS DO 'APARAT' COMUNISTA (chamados 'aparatchik' ou 'aparatchic')
têm curso de capacitação, curso de liderança e curso superior; severamente selecionados após muitos anos de prática, obsecados pelo poder, raramente acreditam no Marxismo-Leninismo. São os "donos" da máquina comunista, aprox. 300.000 elementos no mundo todo. Nos países democráticos, agem quase sempre sob disfarce.

LÍDERES COMUNISTAS
têm curso de capacitação e liderança. 30% no partido, 70% nas organizações auxiliares. Almejam o poder ostensivo e absoluto. Alguns são idealistas que acreditam no comunismo.

ATIVISTAS COMUNISTAS
têm só curso capacitação. 50% no partido, 50% nas organizações auxiliares.
A grande maioria é idealista e tem fé na doutrina comunista.

'AD's' = Ação direta
elementos das tropas de choque, sabotadores, terroristas.

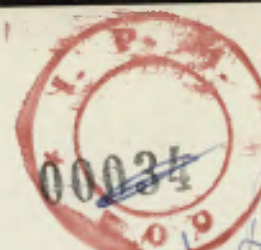
ESPIÕES E INFORMANTES
bastantes elementos do aparat, alguns idealistas, muitos aproveitadores.

IDEALISTAS COMUNISTAS, SOCIALISTAS, ESQUERDISTAS
muitos em profissões liberais, no ensino e nos meios proletários.

APROVEITADORES E CORRUPITOS
poucos na juventude, muitos no sindicalismo e funcionalismo,
alguns patrões, muitos ambiciosos.

"INOCENTES ÚTEIS" E "DESAJUSTADOS"
burgueses e proletários com idéias vagas e atitudes sentimentais
("nacionalistas", "pacifistas", "anti-capitalistas", etc.)

IGNORANTES
massa de manobra que segue slogans e líderes.



88-7

DECLARO que a presente cópia
fotostática está idêntica ao original que
me foi apresentado.
Conferi. Dou fé

Rio de Janeiro, GB, 30 de Set de 1969

[Handwritten Signature]

Escrivão de IPM

35-1
Tel-15

CERTIFIQUEI que a presente cópia
fotostática está fiel à original que
me foi apresentada.

Conferi. Dou fé

Rio de Janeiro, 30 de Set de 1964

Alfredo Vaz

Elaboração do I.P.M.

DIVERSOS TIPOS DE AÇÃO SUBVERSIVA PARA CONQUISTAR O PODER

Senhas ou siglas
às vezes usadas

1. "Agitprop"

PROPAGANDA

-provocar inveja, medo, ódio (guerra psicológica)

2. "SAC" ou "SEC"

SABOTAGEM ECONÔMICA

-criar penúria, baixar a produção, sabotar transportes,
criar FOME, promover INFLAÇÃO

3. "REC"

RECRUTAMENTO

-recrutar inocentes úteis e ativistas

4. Cursos ou Escolas
"CUCAP", "CULI"

FORMAÇÃO DE QUADROS

-cursos de líderes e ativistas "praxis"

5. "IFE" ou "OFIN"

INFILTRAÇÃO

-nas Forças Armadas, administração, entidades cívicas
e assistenciais, partidos.

6. "COLE" ou "COLEF"

COLETA DE FUNDOS

-dos associados, dos patrões (chantagem),
comércio com países comunistas, entorpecentes.

7. "FINO" ou "INFO"

INFORMAÇÃO (Espionagem)

-militar, econômica, política, científica, técnica.

8. "QD"

ENQUADRAMENTO

-consiste em "enquadrar" auditórios e massas populares
para, com poucos elementos, dominar manifestações
e obter aparência de maioria.

9. "MED"

TERROR

-chantagem, difamação, seqüestro,
represálias, atentados, sabotagem

10. "AM" ou "AMA"

AÇÃO DE MASSAS

-congressos, assembleias, movimentos de rua,
greves.

11. "AD"

AÇÃO DIRETA (insurrecional)

-ação violenta, armada, de indivíduos, grupos e
massas populares; guerrilha e
insurreição armada.

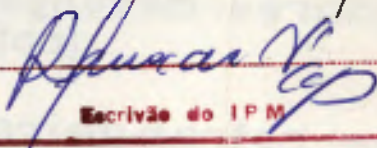


31

(CONFIRMAÇÃO) que a presente cópia
fotostática está idêntica ao original que
me foi apresentado.

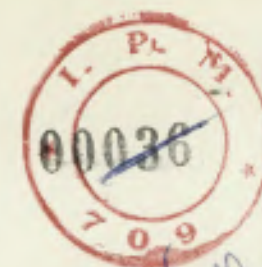
Conferi. Dou fé

Rio de Janeiro, 30 de Set de 1969


Escrivão do IPM

SABOTAGEM ECONÔMICA

1. Na luta salarial, promover reivindicações exageradas de certas categorias (marítimos, portuários)
2. Criar competição salarial entre as categorias
3. Paralisar transportes e portos, prejudicar a manutenção do equipamento
4. Promover psicose inflacionária, noticiar futuros aumentos (psicose altista)
5. Favorecer intermediários e atravessadores desonestos (café, arroz, frutas)
6. Promover desconfiança dos mercados estrangeiros
7. Afugentar investidores estrangeiros
8. Sabotar os créditos e o sistema bancário
9. Corromper a administração, aliar-se aos corruptos
10. Infiltrar os organismos governamentais de controle de preços, mercado e produção



Este Envelope contém os seguintes documentos:

- 1 - Um folheto com 72 páginas, contendo 7 (sete) aulas e respectivos exercícios do Curso Básico do Partido Comunista Brasileiro.
- 2 - Um folheto com 48 páginas denominado "Os Comunistas dirigem a Nação, // (março de 1958).
- 3 - Um folheto contendo 38 páginas, denominado "Resolução Política da Convenção Nacional dos Comunistas" (1960).
- 4 - Um folheto com 16 páginas, intitulado "Os Comunistas Brasileiros definem sua posição ante a grave situação do país" (1962).
- 5 - Um folheto com 16 páginas, intitulado "A posição dos Comunistas diante das reformas de base. (Abril 1963).
- 6 - Um folheto com 28 páginas, intitulado "Havana Bombardeada" contendo 4, (quatro) Notas Oficiais do Governo de Cuba, Um comunicado do Governo Soviético, manifesto de intelectuais europeus, manifesto do movimento dos partidários da paz no Brasil, manifesto dos intelectuais Brasileiros, manifesto da Frente Parlamentar Nacionalista e fotografias com legendas.

HAVANA BOMBARDEADA

FIDEL

60

**O POVO CUBANO
CONCLAMA "PAREDÃO"
PARA OS ASSASSINOS**

Uma Geração Heróica...

Na foto da capa se observa uma amostra da coragem e o valor da juventude do povo cubano.

Eduardo Garcia foi um jovem artilheiro de 17 anos.

No criminoso bombardeio mercenário de 15 de abril de 1961, foi atingido pelo chumbo imperialista.

Mortalmente ferido depositou sua extrema homenagem à revolução que defendia com sua metralhadora: com seu sangue escreveu o nome de Fidel!

24 de agosto de 1962:



HAVANA BOMBARDEADA

**Nota oficial expedida pelo Vice-Ministro das Relações
Exteriores de Cuba sobre o bombardeio de Havana
na noite de 24 de agosto de 1962**

Havana, 28 de agosto de 1962

Sexta-feira passada, 24 de agosto, aproveitando as sombras da noite, realizou-se o covarde e traiçoeiro ataque dos mercenários em barcos artilhados e protegidos pelos Estados Unidos. Não insistimos nos fatos por estarem expostos com precisão na denúncia feita pelo nosso Primeiro-Ministro, Fidel Castro, que já lha remetemos. Sômente acrescentaremos que a participação dos Estados Unidos, cuja posição o Departamento de Estado não procurou negar, ficou provada por fatos, de maneira irrefutável, quando o próprio Departamento de Estado informou a detenção, pelo Serviço de guarda-costas dos barcos autores da vândala agressão, em Marathon, na Flórida onde correram a refugiar-se, deixando em liberdade os 93 mercenários que tripulavam os barcos. À essa prova indubitável acrescentou-se a informação do «New York Times» de que dois aviadores norte-americanos, Williams Johnson e Frank Swamer, realizaram vôos de reconhecimento prévio sôbre Havana a fim de localizar «o alvo».

Como interpretar êsse ataque? Em nossa opinião significa:

1) O desespero dos círculos mais agressivos do imperialismo norte-americano devido à sua impotência para destruir nossa Revolução Socialista. Dizemos círculos mais agressivos do imperialismo porque sem aprovação do Pentágono e da Agência Central de Inteligência não seria possível levar a cabo a covarde agressão.

Por que qualificamos êsse ataque de fruto do desespero?

Porque não tinha nenhum objetivo militar. A diferença entre os covardes bombardeios que pre-

cederam a tentativa de invasão por Praia Girón e o ataque da noite de 24 de agosto era que esse não procurava destruir a força aérea cubana — o que por outro lado não podem intentar agora — nem de nenhum recurso defensivo cubano. Tampouco a destruição de um centro importante de produção, nem de nenhuma posição vital do governo. Foi um ato próprio de piratas, sim, mas sobretudo de gente desesperada, que queria fazer algo, por estúpido e criminoso que fôsse. Porque até os piratas atacam com o fim de saquear.

2) A continuação dos planos de agressão armada dos Estados Unidos contra Cuba. Sobretudo, é um índice de que aumenta o perigo de agressão direta.

Por que afirmamos isto?

Porque o ataque de sexta-feira não pode ser analisado separadamente. Não foi casual que coincidissem com a presença em nossas águas durante dias e à vista do litoral de Havana, o vaso de guerra ianque «Oxford». Nem que seguisse a constantes violações do espaço aéreo de Cuba por aviões ianques, o que já motivou 147 denúncias do Ministério das Forças Armadas no período que vai de 1.º de julho a 27 de agosto. Nem que fôsse precedido por vôos provocadores, rasantes de aviões norte-americanos sobre navios soviéticos que vêm a nossos portos. Nem que ocorresse quando diariamente se produzem provocações vindas da Base Naval de Guantânamo, contra nossos heróicos soldados. Nem que tenha sido acompanhada por uma algazarra da imprensa imperialista com a chegada de técnicos soviéticos, principalmente agrícolas, assim como de mercadorias e de equipamentos necessários para nossa economia, que essa imprensa apresentou como se fôsem militares e armamentos soviéticos, respectivamente. Nem que tenha sido seguida pelos pedidos dos imperialistas mais agressivos e de seus porta-vozes, como David Lawrence no «New York Herald Tribune», para que os Estados Unidos desatem a guerra intervencionista contra Cuba.

Essa atitude dos círculos mais agressivos se explica: Tôdas as agressões contra Cuba: econômicas, políticas e militares, fracassaram. Sabem que não há invasão mercenária capaz de derrotar nossas forças armadas revolucionárias. E agora clamam por isso, histêricamente, pela agressão direta dos Estados Unidos. Dizemos histêricamente porque uma agressão direta dos Estados Unidos contra Cuba significaria com tôdas as probabilidades o fim do imperialismo norte-americano, dada a resistência invencível que encontraria em Cuba e a oposição que se levantaria em todo o mundo. Porque, como advertiu o companheiro Fidel em sua denúncia:

«A Revolução Cubana que não pôde ser dobrada pelo bloqueio econômico nem pelas reiteradas ações paramilitares e ataques indiretos organizados pelos Estados Unidos, poderá resistir e rechaçar também o ataque direto.»

3) os objetivos do manhoso ataque parecem evidentes, como sendo:

a) estimular a contra-revolução interna, b) causar danos e semear o pânico; c) forçar uma transferência de mais braços da produção para a defesa; d) contribuir na criação de um ambiente propício para uma nova agressão.

Porém os resultados são negativos para a contra-revolução e o imperialismo que a protege. Porque o dano foi mínimo e não lograram semear o pânico senão o contrário, redobrar a decisão do povo de resistir e rechaçar tôda agressão, aumentando o ódio contra pessoas capazes de tais crimes. Tanto menos diminuirão o esforço na produção pois êste redobrará. Não contribuíram na criação de um ambiente propício de uma agressão armada mas ainda colocaram o govêrno de Kennedy numa situação difícil, como também alertaram tôda a opinião mundial sobre o perigo de uma agressão armada a Cuba, provocando um enérgico protesto de todos os Conti-

nentes contra o bárbaro ato e uma nova e sublime onda de solidariedade para com a Revolução Cubana. Nada melhor do que citar os jornais imperialistas norte-americanos para confirmar a derrota sofrida pelo imperialismo:

«Fidel Castro e os comunistas são obviamente os principais beneficiados com o bombardeio «morde e fuge» de Havana por duas pequenas embarcações, de Miami». Esse é o pensamento do «New York Herald Tribune» em sua edição de 27 de agosto.

Com toda probabilidade «o raide momentâneo» dos estudantes cubanos, como o chamou o Departamento de Estado, também ajudou a Castro. É compreensível a ingerência de refugiados cubanos que atuam contra a supressão das liberdades em sua terra (que cinismo!) sua «sanha», em nada contribuiu para debilitar o aparato comunista. Ao contrário, ele indubitavelmente fortalece o regime de Castro, ao mesmo tempo que coloca os Estados Unidos numa situação embaraçosa». Esse é o juízo do editorial do «New York Times» no mesmo dia do ataque.

Esse é o balanço da traiçoeira agressão: uma nova derrota política para o imperialismo e para a contra-revolução. Que se transformará em derrota militar se recorrem à agressão armada.

Não podemos ignorar entretanto, o estado de desespero dos círculos mais agressivos do imperialismo. Frente a isso, Cuba redobra sua vigilância, sua preparação e sua vontade de luta, segura da vitória. E aproveita — é necessário aproveitar — o ato de vândalos para denunciar ante todo o mundo a responsabilidade do governo dos Estados Unidos assim como os planos de agressão dos imperialistas norte-americanos contra Cuba.

Com saudações revolucionárias de «PÁTRIA OU MORTE! VENCEREMOS!» reiteramo-nos,

Fraternalmente,

Doutor Pelegrin Torras de la Luz
Vice-Ministro

Cuba Denuncia

Declaração do Primeiro-Ministro Fidel Castro ante a agressão da noite de 24 de agosto:

As 11,30 da noite de ontem o litoral da cidade de Havana foi atacado por barcos artilhados que fizeram numerosos disparos de canhão calibre 20.

Os navios atacantes protegidos pela obscuridade, se acercaram da costa cêrca de 1 quilômetro abrindo fogo sôbre os edifícios da Rua n.º 1 do bairro de Miramar. Nessa zona se encontram numerosos hotéis de estudantes bolsistas. Os edifícios do Hotel ICAP, do Teatro Chaplin e numerosas casas, locais onde residem famílias, mulheres e crianças, receberam numerosos impactos de balas perfurantes e explosivas, pondo em perigo a vida de seus moradores.

O ataque supressivo e traidor, reveste-se da covardia, do espirito criminoso e flibusteiro de seus autores: o Govêrno dos Estados Unidos e os agentes mercenários recrutados e armados por êle, e que atuam impunemente desde as costas da Flórida, escarnecendo-se das mais elementares leis e normas internacionais.

Fazemos responsável o govêrno dos Estados Unidos por êsse nôvo covarde ataque a nosso país. Denunciamos ante a opinião do mundo os planos de agressão que prepara o imperialismo contra Cuba. Advertimos ao presidente dos Estados Unidos que nosso povo adotou tôdas as medidas necessárias para afrontar o perigo.

A Revolução Cubana que não pôde ser dobrada pelo bloqueio econômico nem pelas reiteradas ações paramilitares e ataques diretos organizados pelo Estados Unidos, poderá resistir e rechaçar também o ataque direto.

«PATRIA OU MORTE! VENCEREMOS!»

Fidel Castro — Primeiro-Ministro do Govêrno Revolucionário de Cuba.

Ante a Opinião do Mundo

O governo dos Estados Unidos emitiu na tarde de hoje a seguinte declaração:

«Dois pequenos barcos que acredita-se serem cubanos, dispararam contra uma aeronave dos Estados Unidos, desarmada, às 14 horas de Cuba no dia 30 de agosto.

O ataque ocorreu aproximadamente a 15 milhas ao norte de Cuba, em, e sobre águas internacionais enquanto a aeronave fazia um rotineiro voo de instrução. Estava tripulada por 3 reservistas da Marinha, em serviço ativo provisório.

Caso ocorra outro incidente semelhante, disparando-se contra aeronaves e barcos dos Estados Unidos, sobre ou em águas internacionais, durante o pacífico desempenho de suas funções, as forças armadas dos Estados Unidos empregarão todos os meios necessários para sua própria proteção e assegurarão o uso livre das citadas águas. Pelos canais competentes se informa as autoridades cubanas.»

Afirmamos categoricamente que essa declaração do governo norte-americano é absolutamente falsa. Trata-se de um incidente puramente inventado, método em que tem larga experiência a política ianque.

Não há nada de estranho que depois do vergonhoso e criminoso ataque contra a cidade de Havana, por navios artilhados que saíram da Flórida e ali se refugiaram depois, o governo de Washington recorra agora a êsse recurso cínico e inescrupuloso.

Nenhum avião ou navio de Cuba realizou qualquer ato de hostilidade em nenhuma forma contra aviões, nem contra barcos, ou instalações em águas ou territórios norte-americanos.

Por outro lado aviões militares dos Estados Unidos violaram centenas de vezes nosso espaço aéreo, nossas águas jurisdicionais e hostilizando com vôos rasantes, nossos barcos. Suas posições na Base Naval de Guantânamo — território usurpado à Nação Cubana — quase diâriamente realizam disparos contra nosso solo. Isso à parte das incontáveis ocasiões em que aviões procedentes dos Estados Unidos incendiaram nossos canaviais ou lançaram armas e explosivos contra nosso território nacional, e os barcos piratas que procedentes desse país, atacaram navios, instalações industriais e zonas urbanas antes e depois da criminosa invasão da Praia Girón que foi obra reconhecida e confessada do presidente, do Pentágono, da Agência Central de Informações e do Departamento de Estado ianques.

Cuba em caso algum respondeu a uma provocação com outra provocação. Centenas de vezes violaram-se nossos direitos, e sempre, invariavelmente, respondemos com protestos públicos, denúncias aos organismos internacionais e à opinião mundial.

Vimos denunciando que os Estados Unidos preparam uma agressão contra nossa Pátria. A invasão cínica, inescrupulosa e desavergonhada, deste incidente que apresenta barcos cubanos disparando contra um avião ianque em águas internacionais, coincidente com a campanha belicista e a histeria anticubana desatada nesses dias, confirmam a justa advertência que Cuba faz ao mundo, do perigo que encerra para nosso país e para a paz mundial, a política aventureira e guerreirista do governo dos Estados Unidos.

Na outra linha de suas calúnias o governo dos Estados Unidos ameaça: «que caso ocorra outro incidente semelhante suas forças armadas atuarão».

Incidentes reais provocados por Cuba não ocorrerão nunca. Mas incidentes inventados, truculentos, criminosos, forjados com a finalidade de agredir nossa Pátria, sim, é possível que possam ocorrer. O governo dos Estados Unidos carece de escrúpulos.

Mas não pense que Cuba se intimidará ante suas brutais ameaças. Se as forças armadas dos Estados Unidos atacarem Cuba terão que vir dispostas a perecer na contenda.

«PATRIA OU MORTE! — VENCEREMOS!»

Comandante Fidel Castro
Primeiro-Ministro do Governo
Revolucionário de Cuba

OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE E SUA POLÍTICA DE "BOA VIZINHANÇA":

DOIS SÉCULOS DE FASCISMO ORGANIZADO

Relação das invasões militares ostensivas, ingerências e outras atividades intervencionistas do Departamento de Estado Ianque na América Latina.

- 1831 — Os «marines» atacam as Ilhas Malvinas e destroem Puerto Soledad.
- 1835 — Os ianques intervêm na Guerra da «independência» do Texas
- 1846 — Ataque ao México. Dois anos de guerra colonial. Roubam ao México os territórios de Texas, New Mexico, Arizona e Califórnia.
- 1852 — Os ianques desembarcam na Argentina
- 1856 — Os ianques desembarcam na Colômbia
- 1857 — Os ianques desembarcam na Nicarágua
- 1858 — Os ianques desembarcam no Uruguai
- 1860 — Novo desembarque na Colômbia
- 1868-1882 — Tropas ianques penetram nos territórios de Colômbia, Uruguai e México.
- 1888 — Demonstração das forças navais ianques no Haiti

- 1890 — Invasão ianque na Argentina
- 1891 — Desembarque ianque no Valparaíso, Chile
- 1893 — Barcos ianques disparam contra o Brasil.
- 1894-1896 — Os «marines» desembarcam na Colômbia e na Nicarágua
- 1898 — Intervenção na guerra da independência de Cuba
- 1898 — Bombardeiam San Juan, Puerto Rico e a invadem (até hoje)
- 1903 — Roubam o território do Canal de Panamá
- 1906 — Segunda intervenção em Cuba
- 1909 — Intervenção na Nicarágua
- 1912 — Terceira intervenção em Cuba
- 1913 — Desembarque no México. Assassinato do Presidente Madero
- 1914 — Desembarque no Haiti. Ocupação militar da Ilha.
- 1914 — Desembarque na República Dominicana. Ocupação militar.
- 1914-1917 — Desembarque e ocupação do México.
- 1917 — Quarta intervenção em Cuba
- 1919 — Desembarque em Honduras.
- 1919 — Ocupação do Panamá
- 1920 — Ocupação da Cidade de Guatemala
- 1924 — Desembarque em Honduras
- 1925 — Nova Ocupação do Panamá
- 1926-1933 — Invasão e ocupação na Nicarágua. Bombardeio de povoados. Assassinato do patriota Augusto C. Sandino.
- 1954 — Assassinato da democracia guatemalteca. Operação Foster Dulles.
- 1961 — 17 de abril de 1961: PRAIA GIRÓN: PRIMEIRA DERROTA HISTÓRICA DO IMPERIALISMO IANQUE NA AMÉRICA LATINA.
- 196... — ? ? ? ? ? ? ? ?

COMUNICADO DO GOVERNO SOVIÉTICO

Moscú, 3 de setembro — Prensa Latina.

Permaneceram na União Soviética desde o dia 27 de agosto até 2 de setembro os membros da Direção Nacional das Organizações Revolucionárias Integradas de Cuba, camarada Ernesto Guevara Serna, Ministro das Indústrias e Emílio Aragonez Navarro. Durante sua estadia na União Soviética os camaradas Ernesto Guevara Serna e Emílio Aragonez Navarro foram recebidos pelo Presidente do Conselho de Ministros da URSS, camarada Nikita Kruschiov. Na entrevista, transcorrida num ambiente extraordinariamente amistoso e cordial e num espírito de plena compreensão mútua, teve lugar um intercâmbio de opiniões sobre uma série de problemas internacionais, que interessam a ambos países sobre questões relacionadas com o robustecimento sucessivo das relações fraternais entre a União Soviética e a República de Cuba. Os camaradas Ernesto Guevara Serna e Emílio Aragonez Navarro, mantiveram também conversações com o Vice-Ministro do Comércio Exterior, de Ministros da URSS para Relações Econômicas Exteriores, camarada S. Skachkov com o Vice-Ministro do Comércio Exterior camarada S. Borisov, com altos funcionários do GOSPLAN da URSS e do Conselho Econômico da URSS para os problemas da colaboração econômica

e técnica. Durante o transcurso destas amistosas conversações ambos os países acordaram a construção em Cuba, com ajuda da União Soviética, de uma usina metalúrgica, de grande significação para o desenvolvimento econômico da República de Cuba, prevista no acôrdo soviético-cubano de 16 de novembro de 1960. Acertou-se que as organizações soviéticas elaborarão dentro do prazo mais breve possível, um informe técnico-econômico sôbre a construção da Usina dotada de um ciclo metalúrgico completo usando como matéria-prima os minérios ferrosos existentes na República de Cuba; para ser apresentado em meados de 1963 ao Governo da República de Cuba.

Simultaneamente as partes julgaram necessário, em vista de possibilidades adicionais, que estão tomando posição de relêvo, levar a cabo a reconstrução de três emprêsas metalúrgicas, elevando seu potencial total, de 110.000 para 350.000 toneladas de aço anuais.

Conveio-se também prosseguir o intercâmbio de experiências entre a União Soviética e a República de Cuba, na esfera da agricultura, tanto mediante a solução de problemas da agropecuária separadamente, como através do envio de especialistas a Cuba para trabalhar na esfera da irrigação, melhoramento das condições hidroelétricas e demais questões.

Logrou-se também um acôrdo sôbre as questões práticas de assistência da União Soviética a Cuba na agricultura, incluindo o envio à União Soviética, de cidadãos cubanos para que se preparem nos diferentes ramos da produção agropecuária.

Ambos os países assinalam com satisfação o resultado feliz das negociações de Moscou coadjuvando o ulterior desenvolvimento da amizade fraternal e da estreita colaboração econômica entre a URSS e a República de Cuba.

Durante a estadia na União Soviética, dos camaradas Ernesto Guevara Serna e Emilio Aragonez Navarro, teve lugar um intercâmbio de opiniões, face

às ameaças dos círculos agressivos do imperialismo sobre Cuba. Devido a essas ameaças o Governo da República de Cuba se dirigiu ao Governo da URSS solicitando assistência em armamentos com os correspondentes especialistas, técnicos e para preparação dos quadros militares cubanos. O Governo soviético tomou em consideração esse pedido, tendo-se chegado a um acordo sobre esse problema. Enquanto perdurarem as ameaças dos círculos imperialistas com relação a Cuba, a República cubana terá todos os fundamentos para adotar as medidas que venham a garantir sua segurança e a defesa de sua soberania e independência, todos os sinceros amigos de Cuba gozarão de plenos direitos para aceder a essas legítimas demandas.

No dia 1.º de setembro teve lugar no Kremlin a assinatura do documento sobre a assistência da União Soviética à República de Cuba para a construção e ampliação de suas empresas metalúrgicas.

Pela parte soviética assinaram o documento o Presidente do Comitê do Conselho de Ministros da URSS para as Relações Exteriores; S. Skachkov e pela parte cubana, o Ministro das Indústrias; Ernesto Guevara Serna.

Assistiram à assinatura do citado documento: o Primeiro Vice-Presidente do Conselho de Ministros da URSS, A. Kosiguin; o Vice-Ministro de Relações Exteriores da URSS, V. Senionov; o Vice-Presidente do GOSPLAN da URSS, S. Vasilenko; o Vice-Presidente do Conselho Econômico da URSS, S. Tijomironov; o «Premier» Vice-Ministro do Comércio Exterior, S. Borisov; o Vice-Presidente do Conselho de Ministros da URSS para a metalurgia ferrosa e não-ferrosa, V. Kostin; o Vice-Ministro de Finanças da URSS, P. Letin e outras personalidades oficiais. Pela parte cubana estavam presentes: a Direção Nacional das Organizações Revolucionárias Integradas, Emílio Aragonez Navarro e o Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República de Cuba na URSS, Carlos Olivares Sanchez.

OS INTELECTUAIS EUROPEUS DEFENDEM CUBA

Carta ao Presidente Kennedy

Durante a reunião do Congresso de Escritores Europeus, celebrada na cidade de Florença no mês de março passado, os intelectuais ali presentes decidiram enviar ao Presidente Kennedy o seguinte documento:

«Senhor Presidente dos Estados Unidos, Washington. — Depois da inadmissível expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos e as sanções adotadas no decorrer da Conferência de Punta del Este, por pressão direta dos Estados Unidos, temos razões para crer na existência de um novo plano de invasão, financiado e apoiado pelo governo dos Estados Unidos, contra o Governo Revolucionário Cubano, plano análogo ao que, em abril de 1961, culminou com a infeliz agressão na baía de Cochinos.

Alarmados por tais informações, os abaixo-assinados — intelectuais e artistas de todos os países da Europa, pertencentes a todas as correntes: políticas, religiosas e ideológicas — solicitam em nome da legalidade internacional, e do direito dos povos a dispor de si mesmos, assim como em nome da paz mundial ameaçada, vossa intervenção pessoal a fim de evitar qualquer intervenção direta ou indireta de

vosso governo nos assuntos internos de Cuba a fim de obter a solução das divergências existentes entre ambos os países por meios pacíficos de negociações fundadas no respeito mútuo e na igualdade.»

Florença, 14 de março de 1962

Assinam: Guido Piovene (Itália), Ugo Piore (Itália), Tanasidje Vladenovic (Iugoslávia), Jean Genet (França), Natalia Correia (Portugal) Pier Paolo Pasolini (Itália), Salvatore Quasimodo (Itália), Giancarlo Vigorelli (Itália), Carlo Bernari (Itália), Mihail Beniuc (România), Alba de Céspedes (Itália), Vera Panova (URSS), Nekrassov (URSS), Louis René des Forets (França), André Frenaud (França), Grigori Chujrai (URSS), Alexei Surkov (URSS), Enzenberger (República Federal Alemã), Elio Vittorini (Itália), Tristan Tzara (França), Jaroslav Iwaskiewicz (Polónia), Marquerite Duras (França), Camilo José Cela (Espanha), Urbano Tavares Rodrigues (Portugal), Maurice Nadeau (França), Carlo Levi (Itália), Christiane de Rochefort (França), José Maria Castelet (Espanha), Franco Fortini (Itália), Jesus López Pacheco (Espanha), Bernard Pingaud (França), Alfonso Sastre (Espanha), Jean Goytisolo (Espanha), Nazim Hikmet (Turquia), Armando López Salinas (Espanha), Valerio Riva (Itália), Giancarlo Feltrinelli (Itália), Paolo Spriano (Itália), Seborga (Itália), Repetto (Itália), Walter Mauro (Itália), Elena Clementelli (Itália), Angel González (Espanha), Alexander Tvardovski (URSS), Domenico Javarone (Itália), Eerguei Antonov (URSS), Gerard Jarlot (França), Attilio Veraldi (Itália), Velso Mucci (Itália), Luisa Orioli (Itália), Rossa Rossi (Itália), Giulia Illyes (Hungria) Gavor Tolnay (Hungria), Francisco Valverde (Espanha), José Cardoso Pires (Portugal), Alexandre O'Neil (Portugal), Liliane Magrini (Itália), Victor de Sá (Itália), Dario Puccini (Itália), Andrei Vosnessenski (URSS), Dimiter Dimov (Bulgária), Jean Paul Sartre (França), Simone de Beauvoir (França) e centenas de outros.

MANIFESTO DO MOVIMENTO DOS PARTIDÁ- RIOS DA PAZ NO BRASIL

AO POVO BRASILEIRO

Na qualidade de convocantes e participantes do Congresso Mundial pelo Desarmamento e Pela Paz, que se realizou recentemente em Moscou, e na qualidade de membros do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, queremos trazer ao povo de nossa terra as nossas profundas apreensões em face do que está ocorrendo com a defesa da independência da República de Cuba, problema crucial para toda a América Latina.

Nada pode disfarçar a gravidade do que se está passando na zona do Caribe, com amiudados incidentes, cada vez mais significativos, não sendo ignorado por ninguém que a Ilha de Cuba se acha cercada de bases de mercenários fortemente armados e prontos para uma invasão.

Isso pode resultar, a qualquer momento, em tentativa de agressão ao território cubano, independentemente mesmo de qualquer responsabilidade direta de governos contrários ao regime vigente em Cuba, apesar da condição de patrocinadores morais

e materiais dessa invasão. Um fato dessa natureza tem o caráter indisfarçável de ameaça à paz no Continente americano, e, obviamente, de ameaça à paz universal.

Assim, em face dos compromissos assumidos por nós próprios em relação à defesa da causa da paz, queremos dirigir o nosso apêlo ao povo brasileiro em geral e às autoridades responsáveis pela direção de nosso país, cuja política externa deve ter como vínculo central o respeito intransigente ao princípio de autodeterminação dos povos, para que tudo façam no sentido de não se permitir que a situação envolvendo a República de Cuba degenerem em conflito armado, contrariando os desejos e os interesses mais legítimos do nosso próprio povo e dos povos do mundo inteiro.

A República de Cuba tem o iniludível direito de adotar o regime que seu povo escolheu. Usando desse direito, o povo cubano está defendendo o direito de nosso próprio povo latino-americano ao encaminhamento da solução de nossos problemas sociais, econômicos e políticos. A solidariedade brasileira ao povo cubano é um imperativo de nosso afã de sobrevivência como povo independente.

Ass.) Embaixador Álvaro Lins,
Lúcio Costa, arquiteto
Di Cavalcanti, pintor
General Henrique Oest
Ministro Domingos Velasco
Prof. Álvaro Dória
Dr. Mário Fittipaldi
Dr. Noel Nuttels
Dr. Mauro Lins e Silva
Dr. Milton Eloy Vaz
Prof. Alberto Carneiro Leão
Honório Peçanha, escultor
Dr. Valério Konder

DOS INTELECTUAIS AO POVO BRASILEIRO

Em face da iminência de um ataque armado a Cuba para derrubar pela força o regime que a grande maioria do povo cubano escolheu, após anos de duras e sangrentas lutas contra a ditadura, achamos necessário advertir ao povo brasileiro das trágicas conseqüências que uma invasão de Cuba poderia vir a ter para o porvir não só dos povos americanos mas, da própria Humanidade.

Ante a atual correlação das forças em luta, talvez essa invasão se transformasse no primeiro ato da terceira guerra mundial.

Governo e povo brasileiros são defensores intransigentes do princípio de autodeterminação, do princípio de não-intervenção nos assuntos internos de cada Nação. Agora, porém, faz-se necessário que essa posição se expresse de tôdas as formas possíveis, fazendo-se ouvir nossa voz de advertência nos lugares onde tal invasão está sendo planejada, de modo que os seus responsáveis saibam do total repúdio do Brasil a tal violência e da irrestrita solidariedade do povo brasileiro à política exterior sustentada pelo Governo na última reunião de Chanceleres em Punta del Este.

Assinam êste documento as seguintes personalidades:

Jorge Amado — escritor

Oscar Niemeyer — arquiteto, presidente do Instituto Brasil-Cuba

Emílio Mira y Lopez — professor e psicólogo

Roberto Lira — escritor, ex-ministro de Educação

Di Cavalcanti — pintor

Alvaro Vieira Pinto — professor e escritor, diretor do ISEB

Embaixador Alvaro Lins — escritor, diplomata

Lima Barreto — cineasta

Osny Duarte Pereira — jurista e escritor

Djanira — pintora

Frank Schaeffer — pintor

Enio da Silveira — editor

Barboza Mello — editor e escritor

Coronel Luiz Bayard da Silva — presidente da ADISEB

Eneida — jornalista e escritora

Vinicius de Moraes — poeta, compositor e diplomata

Edmundo Moniz — diretor do Serviço Nacional de Teatro, escritor

Francisco Julião — deputado

Roland Corbisier — deputado

Paulo Alberto — deputado

Adão Pereira Nunes — deputado, médico

A. Latorre de Faria — professor e sociólogo

Ferreira Gullar — jornalista e poeta

Astrojildo Pereira — escritor

Geir Campos — poeta

Max da Costa Santos — presidente da Associação Brasileira de Juristas Democratas

Nora Ney — atriz

Mário Lago — ator

Milton Pedrosa — romancista

Sílvia — pintora

Aristóteles Moura — economista

Orlando Valverde — diretor Divisão Cultural do Conselho Nacional de Geografia

Nestor de Holanda — escritor e jornalista

Paulo Mendes Campos — poeta e jornalista

Luciano Martins — jornalista

Mário Alves — jornalista

Arnaldo Estrêla — compositor e pianista

Hélio Marques da Silva — professor

Mourão Filho — candidato a senador

Wanderley Guilherme — escritor

Alvércio Moreira Gomes — professor da Faculdade de Filosofia

Chlau Deveza — pintor

Israel Pedroza — pintor

Paulo Werneck — pintor

Anibal de Mello Pinto — pintor

Beatriz Bandeira — poetisa

Henrique Miranda — professor

Antônio Bandeira — pintor

Aníbal Machado — escritor

Dias Gomes — teatrólogo

Ibere Camargo — pintor

Aparício Torrelli (Barão de Itararé) — jornalista

Maria Martins — escultora

James Amado — escritor

Eduardo Portela — escritor

Dias da Costa — escritor

Moacir Werneck de Castro — jornalista, diretor de redação da "Última Hora"

Miecio Tati — escritor

Jacques Danon — cientista

Moacyr Felix — escritor

e centenas de outras assinaturas.

**Manifesto
da Frente Parlamentar
Nacionalista
Lido da Tribuna da Câmara
Pelo Deputado Celso Brant**

Os Estados Unidos preparam nova agressão contra Cuba. Intensificam os preparativos militares e procuram cobertura diplomática para a sua empreitada criminosa.

O Brasil, fiel à sua política de paz e de respeito à soberania e à autodeterminação dos povos, não pode silenciar nem omitir-se diante dêsse covarde atentado contra uma nação irmã.

O general Mark Clark, que veio assistir aos festejos do Dia da Independência, abusou da hospita-

lidade do povo brasileiro e ofendeu a soberania nacional, atacando um país com o qual temos relações diplomáticas e tentando pressionar o governo brasileiro para que aderisse à aventura dos Estados Unidos que põe em perigo a segurança de tôdas as nações do continente e a paz mundial.

Qualquer agressão contra Cuba, que os Estados Unidos promovam ou patrocinem, implicará no rompimento de todos os acôrdos continentais e o Brasil não poderá continuar mantendo relações com uma nação que ameaça a sua e a soberania de tôdas as nações latino-americanas.

Será um ato de guerra contra os povos da América Latina, a que não poderemos ficar indiferentes.

Brasília, 12 de setembro de 1962.

Ass.) Sérgio Magalhães (PTB-GB), Salvador Lossaco (PTB-SP), Bento Gonçalves (PR-Minas), Celso Brant (PR-Minas), José Joffily (PSB-Paraíba), Fernando Santana (PTB-Bahia), Barbosa Lima Sobrinho (PSB-Pernambuco), Jacob Frantz (PTB-Paraíba), Campos Vergal (PSP-São Paulo), Lício Hauer (PTB-GB), Clidenor Freitas (PTB-Piauí), Lamartine Távora (PTB-Pernambuco), Souza Leão (PTB-Alagoas), Almino Afonso (PTB-Amazonas), Waldir Simões (PTB-GB), Andrade Lima Filho (PTB-Pernambuco), Ramon de Oliveira (PTB-Estado do Rio), Ferro Costa (UDN-Pará), José Sarney (UDN-Maranhão), Neiva Moreira (PSP-Maranhão), Dager Serra (PSP-Ceará), José Silveira (PTB-Paraná), Armando Storni (PSD-Goiás), Ivete Vargas (PTB-São Paulo), Gabriel Gonçalves e outras assinaturas.



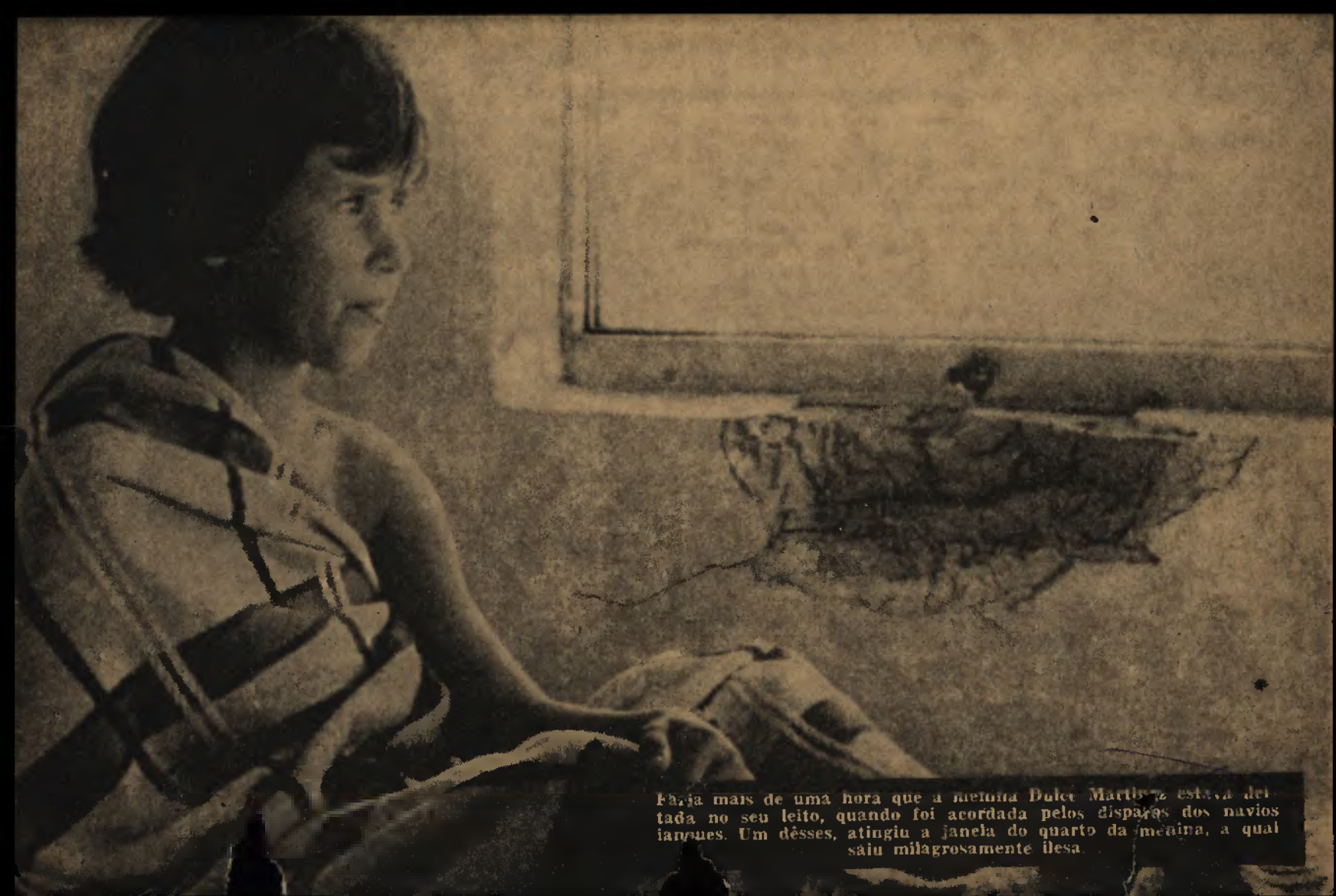
Nesta fotografia o menino olha inocentemente no lugar dos fatos o grande efeito do criminoso bombardeio da população civil de Havana.



O leitor observará a pequena distância que existe entre as crianças na janela e o lugar onde atingiu o chumbo imperialista.



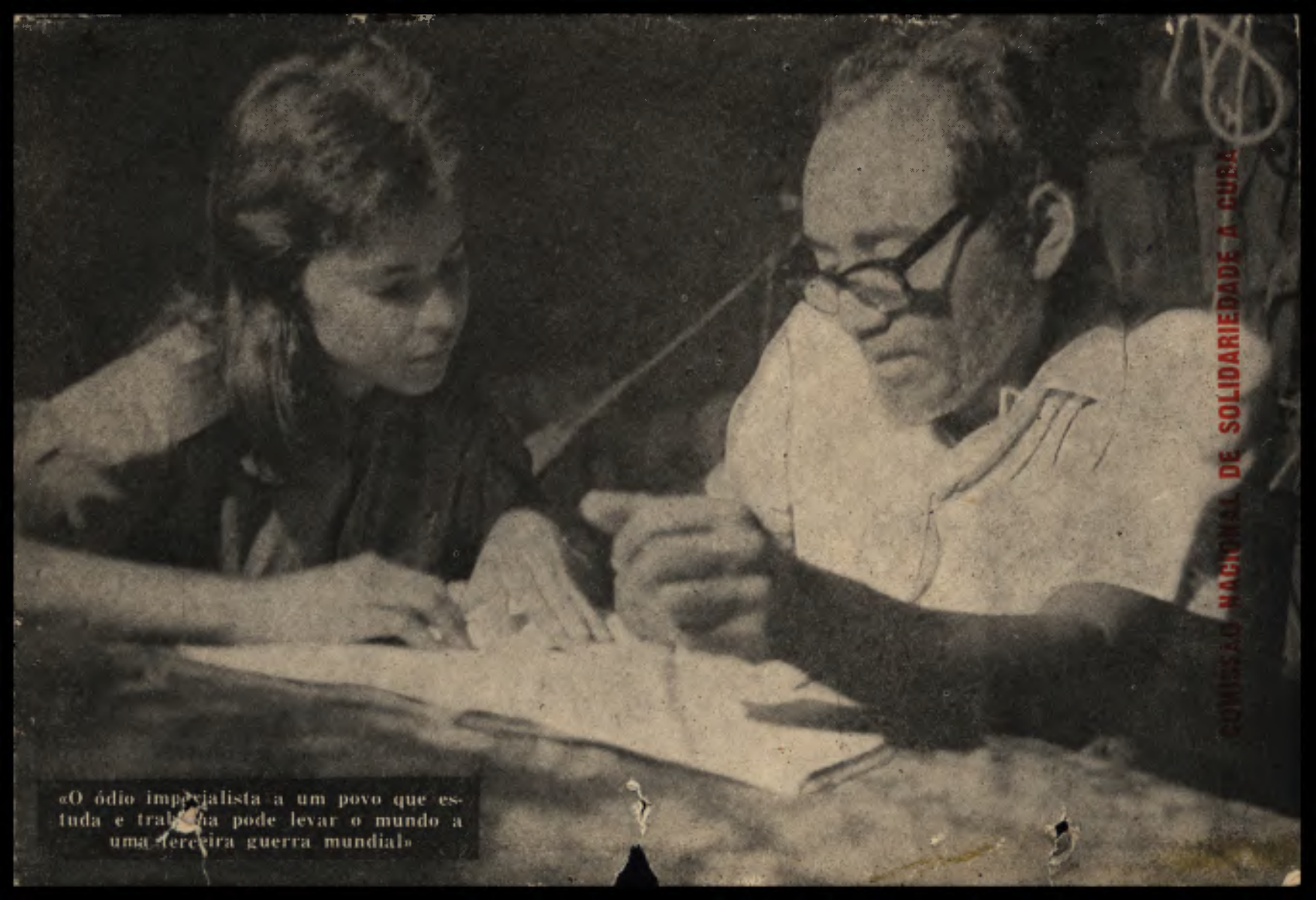
Minutos depois de efetivada a covarde agressão ao povo cubano, estudantes bolsistas, enfermeiras da zona bombardeada, saíram com faixas e cartazes, condenando a manobra do imperialismo yanque..



Faria mais de uma hora que a menina Dulce Martins estava deitada no seu leito, quando foi acordada pelos disparos dos navios ianques. Um desses, atingiu a janela do quarto da menina, a qual saiu milagrosamente ilesa.

RECEIVED AT THE OFFICE OF THE SECRETARY OF THE ARMY
JAN 10 1892

W. H. S. V.



COMISSÃO NACIONAL DE SOLIDARIEDADE A CUBA

«O ódio imperialista a um povo que estuda e trabalha pode levar o mundo a uma terceira guerra mundial»

OS COMUNISTAS
DIRIGEM-SE
À NAÇÃO

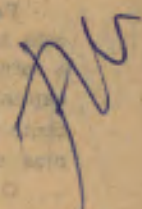


- ★ Política exterior independente e de paz
- ★ Desenvolvimento independente da economia nacional
- ★ Medidas de reforma agrária
- ★ Elevação do nível de vida do povo
- ★ Consolidação e ampliação da legalidade democrática

Os documentos do XX Congresso do PCUS motivaram nas fileiras do nosso Partido intensa discussão, no curso da qual foram submetidos à crítica os graves erros de caráter dogmático e sectário da orientação política do Partido.

O exame destes erros e a necessidade de superá-los levaram o Comitê Central do P.C.B. a traçar uma nova orientação política, que é exposta na presente Declaração. Ao fazê-lo, o Comitê Central considerou a experiência passada do Partido e as modificações essenciais ocorridas na situação do Brasil e do mundo.

O Comitê Central espera que, no processo de sua aplicação prática, a política aqui traçada seja submetida à comprovação e enriquecida pela experiência do Partido e do povo brasileiro.



O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL

MODIFICAÇÕES importantes têm ocorrido, durante as últimas décadas, na estrutura econômica que o Brasil herdou do passado, definida pelas seguintes características: agricultura baseada no latifúndio e nas relações pré-capitalistas de trabalho, predomínio maciço da produção agropecuária no conjunto da produção, exportação de produtos agrícolas como eixo de toda a vida econômica, dependência da economia nacional em relação ao estrangeiro, através do comércio exterior e da penetração do capital monopolista nos postos-chave da produção e da circulação.

Nos quadros desta estrutura atrasada, foi se processando um desenvolvimento capitalista nacional, que constitui o elemento progressista por excelência da economia brasileira. Este desenvolvimento inelutável do capitalismo consiste no incremento das forças produtivas e na expansão, na base material da sociedade, de novas relações de produção, mais avançadas.

Por sua própria natureza e ainda por se chocar com a resistência de elementos econômicos atrasados e sofrer a pressão do imperialismo, o desenvolvimento capitalista nacional vem se realizando num ritmo bastante desigual, se bem que tenha se acelerado nos últimos vinte anos.

O desenvolvimento capitalista nacional já trouxe resultados que modificaram sensivelmente a vida econômica e social do país. Assim é que foi construído no Brasil um parque industrial, que abastece o mercado interno da quase totalidade de artigos de consumo comum. A indústria de meios de produção elevou a sua participação de 20 a 33% no conjunto da produção industrial, entre os anos de 1939 a 1956. Num prazo relativamente breve, de 1944 a 1956, o volume físico da produção industrial total foi duplicado. Surgiu e se fortaleceu no setor da indústria pesada um capitalismo de Estado de caráter nacional e progressista, que abrange empresas poderosas como a Petrobrás e a Companhia Siderúrgica Nacional. Embora mais lentamente, também na agricultura vêm se desenvolvendo o capitalismo, que se traduz no crescimento do número de assalariados e semi-assalariados, bem como na multiplicação da quantidade de máquinas e instrumentos agrícolas. Ampliou-se de modo acentuado o mercado interno, sendo que o volume do comércio de cabotagem entre 1921 e 1955 aumentou de cinco vezes.

Em consequência do desenvolvimento capitalista, cresceram os efetivos do proletariado industrial e aumentou o seu peso específico no conjunto da população. Enquanto esta duplicou de 1920 até hoje, o número de

operários industriais aumentou de sete vezes no mesmo período, passando de 275.000 a cerca de 2 milhões. Simultaneamente surgiu e se fortaleceu cada vez mais uma burguesia interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia do país.

O desenvolvimento capitalista, entretanto, não conseguiu eliminar os fatores negativos, que determinam as características do Brasil como país subdesenvolvido. Ao tempo em que se incrementam as forças produtivas e progridem as novas relações de produção capitalista, conservam-se em vastas áreas as relações atrasadas e permanecem a dependência diante do imperialismo, particularmente o norte-americano.

Com a penetração do capitalismo na agricultura, combinam-se, em proporção variável, os métodos capitalistas à conservação do monopólio da terra e das velhas relações semifeudais, o que permite um grau mais elevado de exploração dos trabalhadores do campo. O Brasil continua a ser um país de grande concentração latifundiária: em 1950, os estabelecimentos agrícolas com 500 hectares e mais constituíam 3,4% do número total de estabelecimentos e abrangiam 62,3% de toda a área ocupada. As sobrevivências feudais obstaculizam o progresso da agricultura, que se realiza, em geral, lentamente, mantém o baixíssimo nível de vida das massas camponesas e restringem de modo considerável as possibilidades de expansão do mercado interno. As sobrevivências feudais são um dos fatores que acentuam a extrema desigualdade de desenvolvimento das diferentes regiões do país, especialmente

entre o sul e parte do leste, que se industrializam, e o resto do país, quase inteiramente agrário.

Apesar de detida sua penetração em algumas importantes esferas da economia brasileira, o imperialismo continua a dominar posições-chave em ramos fundamentais. Esta penetração é realizada em elevado grau sobretudo pelos monopólios norte-americanos que, a partir da segunda guerra mundial, alcançaram o predomínio absoluto sobre os seus competidores. Os investimentos diretos norte-americanos aumentaram de 193,6 milhões de dólares, em 1929, para 1.107,0 milhões de dólares em 1955. Cerca de 60% dos financiamentos estrangeiros procedem dos Estados Unidos. Mais de um terço do comércio exterior brasileiro é realizado com os Estados Unidos, que, além disso, dominam o mercado internacional de nossos principais produtos de exportação e podem, assim, fazer do comércio exterior um instrumento de controle da vida econômica e política do país.

Mantendo embora o seu predomínio, o imperialismo norte-americano enfrenta no Brasil a crescente concorrência de outras potências imperialistas, principalmente da Alemanha Ocidental e da Inglaterra.

A exploração imperialista impõe pesado tributo à nação, transferindo para o exterior considerável parte do valor criado pelos trabalhadores brasileiros, o que reduz, em consequência, a taxa de acumulação capitalista no país, diminui o ritmo do seu progresso e influi no baixo nível de vida da sua população.

A independência política do Brasil sofre sérias restrições em virtude da situação de dependência econô-

mica. A medida que a nação se desenvolve, aguça-se o seu antagonismo com o imperialismo norte-americano. O desenvolvimento capitalista nacional exige cada vez mais, como seu instrumento, uma independência política completa, que se traduza numa política exterior independente e na proteção consequente do capital nacional contra o capital monopolista estrangeiro.

Enquanto altera a velha estrutura econômica e cria uma nova e mais avançada, o desenvolvimento capitalista nacional entra em conflito com a exploração imperialista e a estrutura tradicional, arcaica e em decomposição. Este desenvolvimento se processa através de contradições, de avanços e recuos, mas é a tendência que abre caminho e se fortalece.

II

**A DEMOCRATIZAÇÃO DA VIDA
POLÍTICA NACIONAL**

○ **DESENVOLVIMENTO** capitalista do país não podia deixar de refletir-se no caráter do Estado brasileiro, em seu regime político e na composição do governo.

O Estado brasileiro atualmente representa os interesses dos latifundiários, dos setores de capitalistas ligados ao imperialismo, particularmente ao norte-americano, e também da burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional. Daí surgem contradições e tipos diversos de compromisso de classe no seio do próprio Estado. Os diferentes interesses de classe representados nos órgãos do Estado encontram pontos de contato e de acordo, mas, ao mesmo tempo, lutam entre si para impor determinados rumos à política estatal, chegando por vezes a conflito aberto, como em agosto de 1954 e em novembro de 1955.

As forças novas que crescem no seio da sociedade brasileira, principalmente o proletariado e a burguesia, vêm impondo um novo curso ao desenvolvimento político do país, com o declínio da tradicional influência conservadora dos latifundiários. Este novo curso se realiza no sentido da democratização, da extensão dos direitos políticos a camadas cada vez mais amplas.

A democratização do regime político do país, que tomou impulso com os acontecimentos de 1930, não segue o seu curso em linha reta, mas, enfrentando a oposição das forças reacionárias e pró-imperialistas, sofre, em certos momentos, retrocessos ou brutais interrupções, como sucedeu com o Estado Novo, com a ofensiva reacionária de 1947 ou por ocasião do golpe de 1954. Mas o processo de democratização é uma tendência permanente. Por isto, pode superar quaisquer retrocessos e seguir incoercivelmente para diante. Vem se firmando assim, em nosso país, a legalidade democrática, que é defendida por amplas e poderosas forças sociais.

A Constituição promulgada em 1946 encerra traços reacionários que resultaram da correlação de forças existente na época de sua elaboração e expressam aspectos retrógrados da estrutura econômico-social brasileira. Ao mesmo tempo, a Constituição consagra as liberdades democráticas e os direitos sociais das massas alcançados após a derrota mundial do nazi-fascismo e do Estado Novo em nosso país: as liberdades de expressão, inclusive de imprensa, de reunião e de organização, o direito de greve, etc. As massas trabalha-

doras das cidades têm obtido vitórias na justa luta pela concretização de seus direitos já consolidados em lei, como a liberdade sindical, a previdência social e outros. A democratização do país também influi, menos acentuadamente, nas zonas rurais, onde o despotismo dos grandes senhores de terra é obrigado a ceder terreno, conquanto ainda perdure. Os atentados cometidos pelos elementos reacionários do aparelho do Estado encontram a resistência cada vez mais eficiente das massas na defesa das liberdades e direitos constitucionais. Tudo isso explica por que, no curso da vida política recente do país, as forças nacionalistas e democráticas se colocaram ao lado da Constituição, como sucedeu a 24 de agosto de 1954 e a 11 de novembro de 1955, ao passo que as forças golpistas pró-imperialistas atentaram contra ela.

O processo de democratização se reflete no parlamento. E' verdade que os setores reacionários e entreguistas ainda possuem poderosas posições naquela instituição e conseguem impor decisões opostas aos interesses nacionais, a exemplo da aprovação do Acôrdio Militar Brasil-Estados Unidos, da rejeição de uma legislação social para os trabalhadores do campo e da cassação do direito de representação parlamentar para o Partido Comunista. E' igualmente inegável, porém, que vem aumentando nas sucessivas legislaturas o número de parlamentares nacionalistas e democráticos, integrantes dos mais variados partidos. Isto indica o aumento da influência da burguesia nesses partidos e a utilização do voto por grandes setores das massas,

particularmente do proletariado, para apoiar uma política nacionalista e democrática. Se bem que o processo eleitoral ainda esteja submetido a restrições anti-democráticas, as massas têm conseguido influir na composição do parlamento e pressionando sobre ele com a ação extra-parlamentar, já o levaram a adotar decisões positivas para a emancipação nacional, a exemplo do monopólio estatal do petróleo e da política nacionalista dos minerais-atômicos.

O processo de desenvolvimento capitalista e a participação da burguesia no poder do Estado se refletem também na composição do atual governo. Em decorrência da coligação de que surgiu, o governo do sr. Juscelino Kubitschek tomou um caráter heterogêneo, com um setor entreguista ao lado de um setor nacionalista burguês.

A composição do governo do sr. Juscelino Kubitschek é, em virtude disso, o resultado de um compromisso entre as duas alas que o integram. Este compromisso é frágil, não anula as contradições internas do governo e não impede a luta que lavra no seu seio. Apoiado nas massas, na Frente Parlamentar Nacionalista e no setor nacionalista das forças armadas, o setor nacionalista do governo tem influido para importantes decisões positivas. Disto são exemplos expressivos a defesa do monopólio estatal do petróleo e a manutenção de um clima de legalidade constitucional na vida política. Por outro lado, sob a pressão do setor entreguista e do imperialismo norte-americano, os elementos nacionalistas do governo têm sido levados a

vacilações, derrotas e mesmo a graves capitulações, como foi o caso da cessão do arquipélago de Fernando de Noronha aos Estados Unidos.

As contradições existentes no seio do governo se manifestam em tôdas as esferas de sua atividade.

A política exterior permanece em geral caudatária do Departamento de Estado norte-americano, mas se fortalece a pressão do setor nacionalista por importantes modificações, como a exigência do estabelecimento de relações com a União Soviética e demais países socialistas.

O governo tem desenvolvido, apoiado no povo, formas nacionais e progressistas de capitalismo de Estado, a exemplo da Petrobrás e de Volta Redonda. O capitalismo de Estado vem sendo um elemento progressista e antilimperialista na política econômica do governo, mas este ainda permite que empresas de capitalismo de Estado realizem uma política favorável ao imperialismo, como no caso dos financiamentos do BNDE ou da distribuição, pelos trustes, da energia produzida nas centrais elétricas estatais.

Enquanto toma medidas de interesse nacional, ao defender o café contra a especulação das firmas norte-americanas no mercado interno e mundial, o governo continua a propiciar inversões imperialistas à base de excepcionais privilégios, que suscitam protestos dos círculos mais representativos da burguesia. As medidas de reforma agrária não figuram sequer nos planos governamentais. A inflação e a carestia de vida continuam sendo fatores de instabilidade da economia nacional e de crescentes dificuldades para as massas.

A política do governo do sr. Juscelino Kubitschek não atende, assim, aos interesses nacionais e às aspirações das massas populares em questões essenciais, contendo, entretanto, aspectos positivos de caráter nacionalista e democrático. A medida que os aspectos negativos da atuação do governo se tornam mais evidentes, acentua-se a luta por modificações na sua composição e na sua política num sentido favorável aos interesses nacionais e populares. Esta luta é apoiada pelo setor nacionalista do próprio governo e aprofunda as suas contradições com o setor entreguista.

E' na luta contra o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos que as forças progressistas da sociedade brasileira podem acelerar o desenvolvimento econômico independente e o processo de democratização da vida política do país. Para atingir este objetivo, as forças progressistas têm interesse em defender, estender e consolidar o regime de legalidade constitucional e democrático.

III

CRESCEM NO MUNDO INTEIRO AS FORÇAS DA PAZ, DA DEMOCRACIA E DO SOCIALISMO

NA SITUAÇÃO do Brasil, no desenvolvimento de suas forças antiimperialistas e democráticas, influem poderosamente as modificações essenciais verificadas na situação internacional, sobretudo após a segunda guerra mundial.

A característica nova e principal de nossa época, o seu conteúdo fundamental, é a transição do capitalismo ao socialismo, iniciada pela Grande Revolução Socialista de Outubro na Rússia. O socialismo ultrapassou os marcos de um só país e se transformou num sistema mundial vigoroso e florescente, que exerce influência positiva na evolução política e social de todos os povos. São enormes os êxitos econômicos e culturais dos países socialistas, e em primeiro lugar da União Soviética, que já assumiu a vanguarda em importantes ramos da ciência e da tecnologia, marchando

para superar, em breve prazo histórico, o país capitalista mais adiantado, os Estados Unidos, quanto aos índices fundamentais da produção por habitante. Estes êxitos crescentes atraem para a idéia do socialismo a consciência das grandes massas de todos os continentes. Aplicando com justeza os princípios do marxismo-leninismo às condições nacionais específicas, fortalecem-se os partidos comunistas e operários de numerosos países do mundo capitalista. O movimento comunista mundial elevou a novo nível a sua unidade. A luta da classe operária obtém grandiosas vitórias e constitui uma força decisiva na situação internacional.

Fato novo de imensa significação é o adiantado processo de desagregação do sistema colonial do imperialismo. Populações de mais de um bilhão de pessoas se libertaram do jugo colonial e alcançaram a independência política, enquanto os povos ainda submetidos àquele jugo intensificam a sua luta de libertação, colocando em situação cada vez mais difícil as potências imperialistas. Surgiu no mundo uma vasta zona de paz, que abrange os países socialistas e os países da Ásia e da África amantes da paz e promotores de uma política de defesa da sua soberania e de emancipação econômica.

A luta contra o imperialismo norte-americano, pela democracia e pela paz eleva o seu nível na América Latina. As ditaduras terroristas a serviço dos monopólios dos Estados Unidos, estão sendo derrubadas, o que abre caminho para o avanço do processo democrático e emancipador. A política de chantagem guerrei-

ra praticada pelos círculos de Washington vem fracasando na América Latina, à medida que se acentua o alívio da tensão internacional.

Em consequência do impetuoso ascenso do socialismo e da vitória do movimento de libertação nacional, acelerou-se o processo de debilitamento e decomposição do imperialismo. Não só se reduziu drasticamente a área do seu domínio, como se agravaram as contradições entre os países imperialistas e dentro de cada um deles. Aumentam as dificuldades econômicas nos Estados Unidos, onde a produção vem caindo enquanto cresce o número de desempregados, o que delinea uma perspectiva de crise econômica.

O imperialismo norte-americano é o centro da reação mundial. Segue uma política de atentados contra a soberania nacional de todos os povos, de corrida armamentista e preparativos de uma terceira guerra mundial, que seria a mais terrível catástrofe para a humanidade.

As guerras de agressão continuam a encontrar terreno na existência do imperialismo e este ainda tem desencadeado bárbaros atentados contra numerosos povos. Em virtude, porém, da correlação de forças favorável ao socialismo e às forças amantes da paz, surgiu em nossa época a possibilidade real de impedir as guerras. A luta pela paz — tarefa primordial de todos os povos — tem condições para ser plenamente vitoriosa. A política consequente de coexistência pacífica praticada pela União Soviética e pelos demais países socialistas ganha a simpatia dos povos, desfaz as

manobras da «guerra fria» e consegue resultados concretos no sentido do alívio da tensão internacional. A rápida cessação da agressão imperialista ao Egito mostrou mais uma vez que a causa da paz e da libertação nacional tem a seu favor forças mais poderosas do que os agentes da guerra.

As modificações na arena internacional criam condições mais favoráveis para a luta pelo socialismo, tornam mais variados os caminhos da conquista do poder pela classe operária e as formas de construção da nova sociedade. A possibilidade de uma transição pacífica ao socialismo se tornou real numa série de países.

O ascenso do socialismo, da causa da paz e do movimento de libertação nacional no mundo inteiro influi de modo positivo no crescimento das forças políticas antiimperialistas e democráticas no Brasil. A nova situação internacional cria condições favoráveis ao desenvolvimento econômico de nosso país, à libertação da dependência em relação ao imperialismo, à democratização da vida política nacional. Estas condições são especialmente favoráveis à aplicação de uma política externa independente e de paz, em benefício da emancipação econômica da nação. Uma política desta ordem, que muitos países do mundo capitalista já praticam, encontra o apóio de poderosas forças que atuam no cenário mundial.

Conquanto se beneficie da influência dos fatores positivos da situação internacional, o povo brasileiro é obrigado a enfrentar a pressão e os atentados do imperialismo norte-americano, que ocupa posições-chave

na economia de nosso país e interfere nas questões de sua política interna e externa. Não obstante as derrotas que tem sofrido, não cessa a penetração econômica dos monopólios norte-americanos. Os círculos dirigentes dos Estados Unidos com o apoio dos setores entreguistas, tomam medidas para vincular o Brasil aos preparativos bélicos e aos planos de uma terceira guerra mundial. Esta é a mais grave ameaça que pesa sobre a nossa Pátria e contra esta ameaça tendem a unir-se todos os brasileiros favoráveis à manutenção da paz.

A luta contra o imperialismo norte-americano, pela independência nacional do Brasil é parte integrante da luta pela paz mundial. As vitórias da causa da paz no mundo inteiro contribuem para os êxitos da luta emancipadora de nosso povo. Existem condições para derrotar a política de dependência ao imperialismo norte-americano e anular suas ameaças. A situação internacional é favorável às forças que lutam pela paz, pela emancipação nacional e pela democracia no Brasil.

Handwritten signature or initials in blue ink.

IV

APROFUNDA-SE A CONTRADIÇÃO ENTRE A NAÇÃO BRASILEIRA E O IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO

AS MODIFICAÇÕES na situação econômica e política do país, bem como na situação internacional, determinam importantes alterações na disposição das forças sociais e definem o caminho para a solução dos problemas da revolução brasileira.

Como decorrência da exploração imperialista norte-americana e da permanência do monopólio da terra, a sociedade brasileira está submetida, na etapa atual de sua história, a duas contradições fundamentais. A primeira é a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura. O desenvolvimento econômico e social do Brasil torna necessária a solução destas duas contradições fundamentais.

A sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que expressa nas várias formas da luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo.

A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas ant imperialista e antifeudal, nacional e democrática. A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pre-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da vida política. Estas transformações removerão as causas profundas do atraso de nosso povo e criarão, com um poder das forças ant imperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado, as condições para a transição ao socialismo, objetivo não imediato, mas final, da classe operária brasileira.

Na situação atual do Brasil, o desenvolvimento econômico capitalista entra em choque com a exploração imperialista norte-americana, aprofundando-se a contradição entre as forças nacionais e progressistas em crescimento e o imperialismo norte-americano que obstaculiza a sua expansão. Nestas condições, a contradição entre a nação em desenvolvimento e o impe-

rialismo norte-americano e os seus agentes internos tornou-se a contradição principal da sociedade brasileira.

O golpe principal das forças nacionais, progressistas e democráticas se dirige, por isto, atualmente, contra o imperialismo norte-americano e os entreguistas que o apoiam. A derrota da política do imperialismo norte-americano e de seus agentes internos abrirá caminho para a solução de todos os demais problemas da revolução nacional e democrática no Brasil.

Para realizar a sua política de exploração e de vinculação de nosso país aos seus planos guerreiros, o imperialismo norte-americano conta com o apoio de setores de latifundiários e de setores da burguesia. Servem ao imperialismo norte-americano os latifundiários que estão ligados, por seus interesses, à exploração imperialista, numerosos intermediários do comércio exterior, os sócios de empresas controladas pelo capital monopolista norte-americano e determinados agentes de negócios bancários e comerciais.

Estes setores — minoria verdadeiramente ínfima — constituem as forças entreguistas que, dentro e fora dos órgãos de Estado, sustentam a política de dependência ao imperialismo norte-americano.

Ao inimigo principal da nação brasileira se opõem, porém, forças muito amplas. Estas forças incluem o proletariado, lutador mais consequente pelos interesses gerais da nação; os camponeses, interessados em liquidar uma estrutura retrógrada que se apoia na exploração imperialista; a pequena burguesia urbana, que não po-

de expandir as suas atividades em virtude dos fatores de atraso do país; a burguesia, interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano, derivadas da disputa em torno dos preços dos produtos de exportação, da concorrência no mercado internacional ou da ação extorsiva de firmas norte-americanas e de seus agentes no mercado interno; os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos e que são prejudicados por estes.

São forças, portanto, extremamente heterogêneas pelo seu caráter de classe. Incluem desde o proletariado, que tem interesse nas mais profundas transformações revolucionárias, até parcelas das forças mais conservadoras da sociedade brasileira. A sua consequência na luta contra o imperialismo norte-americano não pode ser evidentemente a mesma, porém todas essas forças possuem motivos para se unirem contra a política de submissão ao imperialismo norte-americano. Quanto mais ampla for esta unidade, maiores serão as possibilidades de infligir uma derrota completa àquela política e garantir um curso independente, progressista e democrático ao desenvolvimento da nação brasileira.

V

A FRENTE ÚNICA E A LUTA POR UM
GOVERNO NACIONALISTA E
DEMOCRÁTICO

AS TAREFAS impostas pela necessidade do desenvolvimento independente e progressista do país não podem ser resolvidas por nenhuma força social isoladamente. Disto decorre a exigência objetiva da aliança entre todas as forças interessadas na luta contra a política de submissão ao imperialismo norte-americano. A experiência da vida política brasileira tem demonstrado que as vitórias antiimperialistas e democráticas só puderam ser obtidas pela atuação em frente única daquelas forças.

A frente única se manifesta nas múltiplas formas concretas de atuação ou de organização em comum, que surgem no país, por iniciativas de diferentes origens e de acordo com as exigências da situação. Entre estas formas, a mais importante atualmente é o movimento nacionalista. O seu desenvolvimento expressa

um grau mais elevado de unidade e concentração das forças antiimperialistas. Constituiu um fato novo, resultante não só de fatores objetivos, entre os quais o desenvolvimento do capitalismo, que fortaleceu as posições da burguesia, como também das lutas patrióticas de massas, que se travaram durante muitos anos com a participação combativa do proletariado e de sua vanguarda comunista. Tendem a unir-se e podem efetivamente unir-se no movimento nacionalista a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia e os setores de latifundiários que possuam contradições com o imperialismo norte-americano.

O movimento nacionalista vem exercendo influência para elevar a consciência antiimperialista das massas e para agrupar os setores nacionalistas dos partidos políticos, do parlamento, das forças armadas e do próprio governo. Superando as divergências que existem entre os seus participantes, o movimento nacionalista atrai para a sua frente de luta entidades, partidos, correntes e personalidades do mais variado caráter social e orientação política. Assim é que a Frente Parlamentar Nacionalista, cujo aparecimento tem notável significação em nossa vida política, unificou a ação de grande número de parlamentares pertencentes aos mais diversos partidos com representação no Congresso, quer sejam governistas ou oposicionistas.

O movimento nacionalista vem surgindo nas diferentes regiões com plataformas que, ao lado de pontos comuns, apresentam questões variadas, de acordo com a influência de determinadas forças políticas e da maior sensibilidade, por motivos locais, a esta ou aquela rei-

vindicação antiimperialista. Os comunistas consideram que é necessário tudo fazer, dentro do mais alto espírito de unidade, para impulsionar o movimento nacionalista, ampliar seu caráter de massas e ajudar sua coordenação em escala nacional. Isto contribuirá para acelerar a polarização em processo entre as forças antiimperialistas e democráticas, de um lado, e as forças entreguistas, do outro lado.

Os comunistas devem ser um fator por excelência unitário dentro da frente única nacionalista e democrática. Por isto, não condicionam a sua permanência na frente única à total aceitação de suas opiniões. Os participantes da frente única poderão aceitar essas opiniões somente como resultado de sua justeza, de sua força persuasiva e acima de tudo, da sua comprovação pela experiência política concreta. Defendendo firmemente suas opiniões, os comunistas consideram que, se forem justas, tais opiniões acabarão sendo aceitas pelas massas e pelos aliados, vindo a prevalecer através de processos democráticos, dentro da frente única. Os comunistas não são exclusivistas e, ao mesmo tempo que encaram com espírito autocrítico a sua própria atividade, aceitam e valorizam as opiniões corretas procedentes das outras forças da frente única.

Sendo inevitavelmente heterogênea, a frente única nacionalista e democrática encerra contradições. Por um lado, há interesses comuns e, portanto, há unidade. Este é um aspecto fundamental e explica a necessidade da existência da frente única, a sua capacidade de superar as contradições internas entre os seus componen-

tes. Por outro lado, há interesses contraditórios e, portanto, as forças sociais integrantes da frente única se opõem no terreno de certas questões, esforçando-se para fazer prevalecer seus interesses e pontos de vista.

O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano. Embora explorado pela burguesia, é do interesse do proletariado aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista. Entretanto, marchando unidos para atingir um objetivo comum, a burguesia e o proletariado possuem também interesses contraditórios.

A burguesia se empenha em recolher para si todos os frutos do desenvolvimento econômico do país, intensificando a exploração das massas trabalhadoras e lançando sobre elas o peso das dificuldades. Por isto, a burguesia é uma força revolucionária inconsequente, que vacila em certos momentos, tende aos compromissos com os setores entreguistas e teme a ação independente das massas.

O proletariado tem interesse no desenvolvimento antiimperialista e democrático conseqüente. A fim de assegurá-lo, ao mesmo tempo que luta pela causa comum de todas as classes e camadas que se opõem à exploração imperialista norte-americana, o proletariado defende os seus interesses específicos e os das vastas massas trabalhadoras e bate-se por amplas liberdades democráticas, que facilitem a ação independente das massas. O proletariado deve salvaguardar, por isto,

a sua independência ideológica, política e organizativa dentro da frente única.

E' indispensável, entretanto, jamais perder de vista que, a luta dentro da frente única é diferente, em princípio, da luta que a frente única trava contra o imperialismo norte-americano e as forças entreguistas. Neste último caso, o objetivo consiste em isolar o inimigo principal da nação brasileira e derrotar a sua política. Já a luta do proletariado dentro da frente única não tem por fim isolar a burguesia nem romper a aliança com ela, mas visa a defender os interesses específicos do proletariado e das vastas massas, simultaneamente ganhando a própria burguesia e as demais forças para aumentar a coesão da frente única. Por se travar dentro da frente única, esta luta deve ser conduzida de modo adequado, através da crítica ou de outras formas, evitando elevar as contradições internas da frente única ao mesmo nível da contradição principal, que opõe a nação ao imperialismo norte-americano e seus agentes. Assim, é preciso ter sempre em vista que as contradições de interesses e divergências de opinião dentro da frente única, embora não devam ser ocultadas e venham a causar dificuldades, podem ser abordadas e superadas, sem romper a unidade.

Os comunistas de modo algum condicionam a sua participação na frente única a uma prévia direção do movimento. Tendo por objetivo a ampliação e a coesão da frente única, os comunistas trabalham para que as forças antiimperialistas e democráticas, principalmente as grandes massas da cidade e do campo, aceitem a direção do proletariado, uma vez que esta direção é,

do ponto de vista histórico, a única capaz de dar à frente única firmeza e consequência política. A conquista da hegemonia do proletariado é, porém, um processo de luta árduo e paulatino, que avançará à medida em que a classe operária forjar a sua unidade, estabelecer laços de aliança com os camponeses e defender de modo acertado os interesses comuns de todas as forças que participam da frente única.

Para a unidade da classe operária tem grande importância o fortalecimento do movimento sindical. Este alcançou numerosas vitórias nos últimos tempos, possibilitando aos trabalhadores defender o seu nível de vida, restabelecer a liberdade sindical e elevar o seu grau de unidade e organização. As organizações intersindicais têm contribuído para a unidade da classe operária, mas a experiência vem demonstrando que o movimento sindical tem avançado à medida que se fortalece a unidade de ação dos trabalhadores nos sindicatos, federações e confederações, isto é, nos quadros da organização sindical existente no país. O movimento sindical tem avançado igualmente à medida em que os trabalhadores aprendem a utilizar as conquistas da legislação social vigente e procuram concretizá-la e aperfeiçoá-la, influyendo no parlamento, com a pressão de massas, para a aprovação de novas leis. Os sindicatos e as demais organizações profissionais não devem servir a objetivos partidários, mas precisam ser instrumentos da unidade dos trabalhadores de todas as tendências ideológicas e políticas, na luta por suas reivindicações imediatas, pelo direito de greve, pelo melhoramento da previdência social, etc. Simultâneamen-

te, cabe aos sindicatos um grande papel no amplo movimento nacionalista e democrático.

Os camponeses constituem a massa mais numerosa da nação e representam uma força cuja mobilização é indispensável ao desenvolvimento conseqüente das lutas do povo brasileiro. O movimento camponês se encontra, entretanto, bastante atrasado, sendo baixíssimo o seu nível de organização. Para impulsionar o movimento camponês, é preciso partir do seu nível atual, tomando por base as reivindicações mais imediatas e viáveis, como o salário mínimo, a baixa de arrendamento, a garantia contra os despejos e evitando, no trabalho prático as palavras de ordem radicais que ainda não encontram condições maduras para a sua realização. Também no campo, a experiência demonstra que a atuação através de formas legais de luta e de organização é aquela que permite alcançar êxitos para as massas. Assim é que tem progredido, além das associações rurais e cooperativas, a organização dos assalariados e semi-assalariados em sindicatos, que já obtiveram vitórias em contendas com fazendeiros. Tem grande importância a defesa jurídica dos direitos já assegurados aos camponeses. A ação de massas se mostra indispensável para vencer a resistência dos latifundiários no Parlamento e conquistar a aprovação de leis que correspondam aos interesses dos trabalhadores agrícolas, inclusive a elaboração de uma legislação trabalhista adequada ao campo.

As camadas médias urbanas são extremamente sensíveis às reivindicações de caráter nacionalista e de-

mocrático. Aos pequenos negociantes, ao funcionalismo civil e militar e a outros setores da pequena burguesia cabe um posto destacado nas lutas do povo brasileiro. Importante papel desempenha a intelectualidade, que em sua esmagadora maioria está interessada no progresso e na emancipação nacional. Como setor mais combativo da intelectualidade, o movimento estudantil tem dado importante contribuição às lutas do povo brasileiro. A unidade dos estudantes das mais diversas tendências doutrinárias e políticas é um fator essencial para o fortalecimento das organizações estudantis, universitárias e secundárias, que têm sido baluartes da frente única nacionalista e democrática. Seguindo o exemplo dos estudantes, a juventude dos sindicatos, dos clubes esportivos e recreativos pode unir-se e obter vitórias na luta por suas reivindicações.

A formulação dos objetivos comuns, num processo de discussão democrática, vai se tornando necessária para a frente única à medida que aumenta a envergadura de suas tarefas. Os comunistas são de opinião que uma plataforma de frente única deve incluir os seguintes pontos fundamentais :

1 POLITICA EXTERIOR INDEPENDENTE E DE PAZ — Estabelecimento de relações amistosas com todos os países, acima de diferenças de regime social, na base de respeito mútuo da integridade territorial e da soberania, da não agressão, da não intervenção nos assuntos internos e da igualdade de direitos e vantagens recíprocas. Desvinculação de compromissos com quaisquer blocos militares, denúncia de tratados belí-

cistas e de ajustes antinacionais como o da cessão de Fernando de Noronha. Apóio às propostas que vissem ao alívio da tensão internacional e ao término da «guerra fria». Apóio às lutas de libertação nacional de todos os povos.

2 DESENVOLVIMENTO INDEPENDENTE E PROGRESSISTA DA ECONOMIA NACIONAL — Intercâmbio comercial com todos os países, inclusive os países socialistas. Desenvolvimento da iniciativa estatal nacionalista nos setores do petróleo, energia elétrica, siderurgia, minerais estratégicos e outros setores básicos. Proteção e estímulo da iniciativa privada nacional. Execução de um programa federal para o desenvolvimento das regiões mais atrasadas do país e, em particular, incentivo à industrialização do nordeste. Revogação dos privilégios cambiais ou de qualquer outra ordem concedidos ao capital estrangeiro, selecionando suas inversões de acordo com os interesses do desenvolvimento do país e sem prejuízo dos empreendimentos nacionais. Dar preferência aos financiamentos em geral, governamentais ou não, sempre que não condicionados a exigências políticas e escolhendo livremente aqueles que, seja qual for sua procedência, ofereçam melhores condições no que se refere a juros, prazos de amortização e assistência técnica.

3 MEDIDAS DE REFORMA AGRÁRIA EM FAVOR DAS MASSAS CAMPONESAS — Redução das taxas de arrendamento e prolongamento dos seus prazos contratuais. Defesa dos camponeses contra a grilagem e os despejos. Facilitar aos camponeses o acesso

à terra, particularmente junto aos centros urbanos e vias de comunicação. Garantia da posse da terra e entrega de títulos de propriedade aos atuais posseiros. Aplicação dos direitos dos trabalhadores do campo já consolidados em lei. Legislação trabalhista adequada ao campo. Facilitar aos camponeses o crédito bancário, particularmente do Banco do Brasil, os transportes, a armazenagem e a assistência técnica.

4 ELEVACÃO DO NÍVEL DE VIDA DO POVO — Combate enérgico à inflação e à carestia. Equilíbrio orçamentário e política tributária que não sacrifique as massas nem prejudique as atividades produtivas. Salários e vencimentos que assegurem melhores condições de vida aos trabalhadores e ao funcionalismo. Democratização dos órgãos governamentais de controle do abastecimento e dos preços, de tal maneira que possam servir efetivamente aos interesses das massas populares. Aumento das verbas destinadas à educação e saúde do povo. Estímulo ao desenvolvimento da cultura nacional. Aplicação efetiva e melhoria da legislação trabalhista.

5 CONSOLIDAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA LEGALIDADE DEMOCRÁTICA — Garantia dos direitos democráticos contidos na Constituição. Abolição completa das discriminações políticas e ideológicas. Garantia do direito de greve e dos direitos sindicais dos trabalhadores. Direito de voto aos analfabetos, bem como aos soldados e marinheiros.

Os comunistas apresentam esta plataforma para um amplo debate do qual possa resultar a formulação

unitária dos objetivos comuns das forças nacionalistas e democráticas.

A frente única nacionalista e democrática acumula forças à medida que luta por soluções positivas para os problemas colocados na ordem-do-dia, realizando-as na proporção de sua capacidade e das condições favoráveis de cada momento. A exigência dessas soluções positivas para os problemas brasileiros conduz, inevitavelmente, à necessidade de um governo que possa aplicar com firmeza em tôdas as esferas da política interna e exterior a política de desenvolvimento e de emancipação reclamada pelo povo brasileiro. A luta das correntes nacionalistas e democráticas para alcançar modificações na composição e na política do governo atual assume, e tende a assumir cada vez mais, o caráter de luta por um governo de coligação nacionalista e democrático.

Um governo nacionalista e democrático pode ser conquistado pela frente única nos quadros do regime vigente e aplicar uma política externa de independência e de paz, assegurar o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, tomar medidas em favor do bem-estar das massas, garantir as liberdades democráticas.

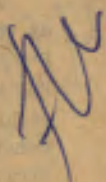
O desenvolvimento da situação no país indica que esta orientação política pode vir a ser gradualmente realizada por um ou por sucessivos governos que se apoiem na frente única nacionalista e democrática.

Um governo nacionalista e democrático dependerá fundamentalmente do apoio das massas e, por isto, o

ascenso do movimento de massas não poderá deixar de influir no sentido da radicalização de sua composição e de sua política. Esta radicalização será também resultado da necessidade inevitável de medidas mais enérgicas e profundas diante dos atentados do imperialismo norte-americano e das forças entreguistas e reacionárias no país.

O curso dos acontecimentos no Brasil indica, por conseguinte, a possibilidade real de um processo em que, sob a pressão das ações independentes das massas e diante da necessidade de medidas mais conseqüentes contra o inimigo principal da nação, um governo de coligação nacionalista e democrática abrirá caminho para uma nova correlação de forças, que possibilite completar as transformações revolucionárias exigidas pelo desenvolvimento econômico e social de nossa Pátria.

Ainda que dispostos a participar dos governos de caráter nacionalista e democrático, os comunistas os apoiarão de modo resolutivo, mesmo que não venham a fazer parte de sua composição.



VI

O CAMINHO PACIFICO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

OS COMUNISTAS consideram que existe hoje em nosso país a possibilidade real de conduzir, por formas e meios pacíficos, a revolução antiimperialista e antifeudal. Nestas condições, este caminho é o que convém à classe operária e a toda a nação. Como representantes da classe operária e patriotas, os comunistas, tanto quanto deles dependa, tudo farão para transformar aquela possibilidade em realidade.

O caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, o ascenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país. Sua possibilidade se tornou real em virtude das mudanças qualitativas da situação internacional, que resultaram numa correlação de forças decididamente favorável à classe operária e ao movimento de libertação dos povos.

O caminho pacífico significa a atuação de tôdas as correntes antilimperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e de organização de massas. E' necessário, pois, defender esta legalidade e estendê-la, em benefício das massas. O aperfeiçoamento da legalidade, através de reformas democráticas da Constituição, deve e pode ser alcançado pacificamente, combinando a ação parlamentar e a extra-parlamentar.

O povo brasileiro pode resolver pacificamente os seus problemas básicos com a acumulação, gradual mas incessante, de reformas profundas e conseqüentes na estrutura econômica e nas instituições políticas, chegando até à realização completa das transformações radicais colocadas na ordem-do-dia pelo próprio desenvolvimento econômico e social da nação.

A fim de encaminhar a solução de seus problemas vitais, o povo brasileiro necessita conquistar um governo nacionalista e democrático. Esta conquista poderá ser efetuada através dos seguintes meios mais prováveis :

- 1 PELA pressão pacífica das massas populares e de tôdas as correntes nacionalistas, dentro e fora do Parlamento, no sentido de fortalecer e ampliar o setor nacionalista do atual governo, com o afastamento do poder de todos os entreguistas e sua substituição por elementos nacionalistas.
- 2 ATRAVÉS da vitória da frente única nacionalista e democrática nos pleitos eleitorais.
- 3 PELA resistência das massas populares, unidas aos setores nacionalistas do Parlamento, das forças armadas e do governo, para impor ou restabelecer a

legalidade democrática, no caso de tentativas de golpe por parte dos entreguistas e reacionários, que se proponham implantar no país uma ditadura a serviço dos monopólios norte-americanos.

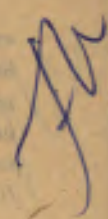
O complexo desenvolvimento da vida política nacional é que determinará como será realizada a conquista de um governo nacionalista e democrático.

Sejam quais forem as vicissitudes que o povo brasileiro tiver de enfrentar para resolver pacificamente os seus problemas, será sempre necessário o amplo desenvolvimento da luta de classes do proletariado, dos camponeses e das camadas médias urbanas em defesa dos seus interesses específicos e dos interesses gerais da nação.

A escolha das formas e meios para transformar a sociedade brasileira não depende somente do proletariado e das demais forças patrióticas. No caso em que os inimigos do povo brasileiro venham a empregar a violência contra as forças progressistas da nação é indispensável ter em vista outra possibilidade — a de uma solução não pacífica. Os sofrimentos que recaírem sobre as massas, em tal caso, serão da inteira responsabilidade dos inimigos do povo brasileiro.

Quanto aos comunistas, tudo farão para alcançar os objetivos vitais do proletariado e do povo por um caminho que, sendo de luta árdua, de contradições e de choques, pode evitar o derramamento de sangue na insurreição armada ou na guerra civil. Os comunistas

confiam em que, nas circunstâncias favoráveis da situação internacional, as forças antiimperialistas e democráticas terão condições para garantir o curso pacífico da revolução brasileira.



VII

PELA VITÓRIA DA FRENTE ÚNICA NACIONALISTA E DEMOCRÁTICA NAS ELEIÇÕES

A EXPERIÊNCIA política do país vem demonstrando que o povo já alcançou importantes vitórias dentro do Parlamento e dos órgãos legislativos nos Estados e municípios. Esta experiência também já demonstrou que é possível eleger nacionalistas e democratas para os postos executivos. As eleições constituem, portanto, um acontecimento de excepcional importância em nossa vida política.

As eleições, no Brasil, ainda estão submetidas a sérias restrições antidemocráticas. Certas destas restrições derivam do poder econômico e político concentrado em mãos das classes exploradoras e são inevitáveis mesmo nas melhores condições da democracia burguesa. Outras, porém, são restrições possíveis de eliminar ainda no regime atual, à medida que avança o processo da democratização. Os comunistas lutam, por isto, pela

extensão do direito de voto aos analfabetos, bem como aos soldados e marinheiros. Lutam, igualmente, pela restituição da legalidade ao Partido Comunista, fazendo cessar uma discriminação anticonstitucional, consumada numa conjuntura reacionária e mantida até hoje em flagrante desrespeito aos postulados da Carta Magna.

As restrições antidemocráticas que ainda pesam sobre o processo eleitoral não impedem, porém, a afirmação da sua crescente importância para determinar os rumos da vida política do país. Combinadas a outras formas pacíficas e legais de lutas de massas, as eleições podem dar vitórias decisivas ao povo. Massas de milhões vêm utilizando o voto para expressar a sua vontade de influir nos destinos da nação. A participação mais entusiástica nas eleições é, assim, um dever para os comunistas.

Esta participação não visa exclusivamente a obter pequenos proveitos imediatos e a utilizar uma oportunidade para fazer agitação de palavra-de-ordem. O objetivo fundamental da participação dos comunistas nas eleições consiste em eleger para os postos executivos e legislativos os candidatos da frente única, que possam fortalecer os setores nacionalistas do Parlamento e do governo. Todo o trabalho eleitoral dos comunistas, seja em âmbito nacional como em estadual e municipal, deve ser considerado uma parte do trabalho geral de formação e desenvolvimento da frente única, visando sempre à mudança da correlação de forças políticas e à conquista de um governo nacionalista e democrático.

Os comunistas se empenham, por este motivo, em contribuir para a constituição de amplas coligações

eleitorais, que tenham força para levar à vitória os candidatos da frente única. A ação independente dos comunistas se realizará, não fora, mas dentro da frente única. Lutando, na medida de suas possibilidades, para eleger seus próprios candidatos, os comunistas não adotam, porém, uma posição exclusivista, colocam acima de tudo a necessidade de desenvolver e fortalecer a frente única e consideram que a vitória dos candidatos não comunistas da frente única é também sua vitória. Esta orientação contribuirá para aprofundar nacionalmente e em cada local a polarização em processo entre nacionalistas e entreguistas, a fim de isolar e derrotar os candidatos comprometidos com o imperialismo norte-americano.

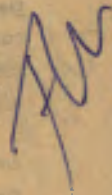
Buscando formar amplas coligações eleitorais, que levem à vitória os nacionalistas e os democratas, é necessário ter em vista a composição de classe mais ou menos heterogênea dos partidos políticos brasileiros, sem, entretanto, estabelecer identidade entre eles. Os comunistas apóiam os elementos nacionalistas e democratas que existem em todos os Partidos. Tais elementos constituem uma ala considerável do PSD, a qual tem lutado com relativo êxito contra a ala reacionária do mesmo partido, ligada aos latifundiários, mais retrógrados e a interesses imperialistas. Em proporção menor, existem elementos nacionalistas na UDN que se chocam com a alta direção nacional do seu partido, ainda dominada por conhecidos golpistas e porta-vozes do imperialismo norte-americano. Partidos como o PTB,

o PSP e o PSB, que possuem maior base popular nos centros urbanos, apresentam uma tendência nacionalista e democrática mais acentuada. O PTB, cujo maior contingente eleitoral provém das massas trabalhadoras, de modo geral orienta-se por uma política nacionalista e popular. O mesmo ocorre com o PSB, cuja base social repousa em setores da pequena burguesia urbana e, em particular, da intelectualidade. Tanto o PTB como o PSB já defendem plataformas nacionalistas e democráticas.

A medida que se desenvolve o capitalismo no país, os partidos políticos brasileiros adquirem um caráter cada vez mais estável e nacional. Em virtude, porém, da extrema desigualdade de desenvolvimento que se verifica entre as diferentes regiões, os Partidos políticos não puderam ainda superar as divergências, por vezes agudas, que lavram entre as suas seções estaduais e até mesmo municipais. Esta circunstância não pode deixar de ser levada em conta, a fim de distinguir, com justeza, as variações de orientação entre os diretórios nacionais, estaduais e municipais.

Os comunistas apóiam nas eleições os partidos, alas e seções de partidos e personalidades de atuação nacionalista reconhecida não os confundindo, porém, com os falsos nacionalistas, que procuram enganar o povo com a sua demagogia eleitoreira.

É com esta visão das eleições e de suas perspectivas essenciais que os comunistas se mobilizam para tomar parte nos pleitos de 1958 e 1960.



VIII

FORTALECER O PARTIDO PARA A APLICAÇÃO DE UMA NOVA POLÍTICA

○ PROLETARIADO brasileiro necessita de uma vanguarda marxista-leninista organizada e combativa a fim de realizar sua política de classe. O Partido Comunista do Brasil, que é esta vanguarda, deve ser capaz de cumprir o seu papel na ação política concreta.

Isto exige que o nosso Partido se depure de persistentes defeitos e adquira qualidades novas. O subjetivismo, que exerceu longo domínio em nossas fileiras, deve ser combatido em profundidade, através da reeducação dos dirigentes e militantes no espírito de uma nova política, que emane diretamente das condições objetivas de nosso país e seja a correta aplicação dos princípios universais do marxismo-leninismo, às originais particularidades concretas do desenvolvimento histórico-nacional. O abandono dos princípios universais do marxismo-leninismo, como síntese científica da experiência do movimento operário mundial, conduz inevitavelmente à desfiguração do caráter de classe do

Partido, e à degenerescência revisionista. Mas, o desconhecimento das particularidades concretas do próprio país condena o Partido, irremediavelmente, à impotência sectária e dogmática.

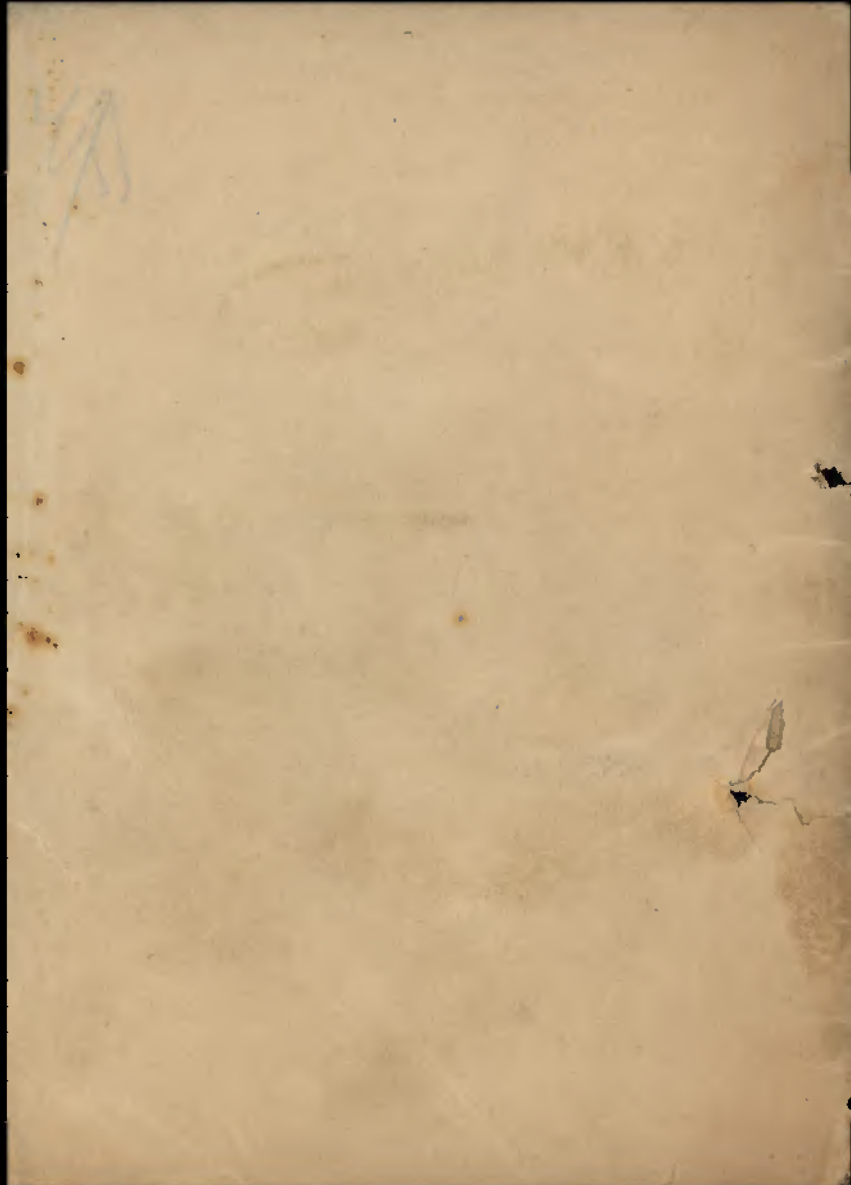
As concepções dogmáticas e sectárias, que nas condições atuais de nosso Partido constituem o perigo fundamental a combater, se opõem de modo radical ao próprio caráter da missão que os comunistas têm a cumprir. A frente da classe operária deve estar um Partido que saiba dirigir a luta pelos objetivos revolucionários na ação política corrente, diária, determinada pelas próprias exigências do movimento real das massas, das classes e das forças políticas. A esta característica essencial se subordinam as atividades de agitação e propaganda, do trabalho de massas e de organização do Partido.

Para que os comunistas possam cumprir sua importante tarefa, devem estar a serviço das massas e lançar-se decididamente à atividade junto às massas. Ao invés de se voltarem apenas para o trabalho interno do Partido, precisam dedicar o fundamental de suas energias à atuação legal nas organizações de massas e aí exercer uma função eminentemente construtiva. É indispensável, por conseguinte, tomar as medidas adequadas para que o maior número possível de quadros, militantes e dirigentes, realizem atividades legais entre as massas. Participando das lutas de massas nos movimentos reivindicativos, nas campanhas políticas, nas eleições, os comunistas não têm outro fim senão o de tornar vitoriosas as aspirações das massas, aprender com elas e educá-las a partir do nível de consciência

que já atingiram. Os comunistas devem ser em toda parte batalhadores isentos de exclusivismo, abnegados e conseqüentes, pela construção da frente única nacionalista e democrática.

O Comitê Central concita a todos os militantes a empenharem-se no fortalecimento do Partido para torná-lo o instrumento adequado à execução vitoriosa da nova política traçada nesta Declaração, que deve guiar, de agora em diante, toda a atividade do Partido.

Rio, março de 1958.



Curso Básico

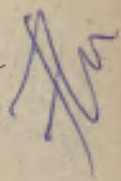
Xa

40

P.C.B.

15

CURSO BÁSICO



O PARTIDO COMUNISTA, SUA POLITICA E SUA ORGANIZAÇÃO

1ª. AULA

- 1) — As classes, os partidos e o desenvolvimento social.
- 2) — Os principais obstáculos ao desenvolvimento do Brasil.
- 3) — O desenvolvimento econômico do país.

1 — As classes, os partidos e o desenvolvimento social

O PCB é o partido da classe operária. Que é a classe operária? Por que o PCB é o seu Partido?

— Quando observamos a sociedade brasileira, verificamos que há grande diferença na maneira como vivem as pessoas. Há pobres, ricos e remediados. Alguns são donos de grandes fábricas, de edifícios, de bancos onde se movimentam bilhões de cruzeiros, enquanto a maioria da população das cidades nada possui a não ser os braços para

trabalhar. No interior, alguns são donos de muitas terras, de grandes fazendas e plantações, enquanto outros trabalham na enxada, de manhã à noite, e não possuem nem um pedaço de terra. Esta diferença significa que as pessoas se dividem em classes sociais.

Que são classes sociais? Lênin dizia que as classes são grandes grupos de pessoas que se distinguem pelo lugar que ocupam na produção, por sua situação em relação aos meios de produção, pelo papel que desempenham na organização social do trabalho e pela maneira e a proporção em que recebem a parte da riqueza social de que dispõem.

— Assim, os capitalistas — que constituem a burguesia — são os proprietários dos meios de produção (fábricas, máquinas, etc.), os operários não possuem meios de produção e são obrigados a vender sua força de trabalho; os capitalistas dirigem o processo do trabalho, os operários são obrigados a trabalhar para o capitalista; os capitalistas recebem a maior parte do produto sob a forma de lucro, os operários recebem uma ínfima parte sob a forma de salário. Os capitalistas formam uma classe, os operários outra. A luta de classe é, assim, uma característica das sociedades divididas em classes com interesses opostos.

— As classes sociais lutam pelos seus interesses através dos partidos políticos e de outras organizações. Os partidos burgueses defendem os interesses da burguesia, da classe capitalista. O

PCB, como partido da classe operária, tem como objetivo de sua luta o socialismo, a abolição completa da exploração capitalista. A sociedade está em constante desenvolvimento. Antes do capitalismo houve vários regimes sociais: o regime de comunidade primitiva, o escravismo e o feudalismo.

— O **capitalismo** é o regime em que os meios de produção (fábricas, máquinas, terra, etc), são propriedade dos capitalistas e latifundiários. Os operários possuem apenas seus braços, sua força de trabalho, ou seja, sua capacidade para trabalhar. Para não morrerem de fome, são obrigados a vender sua força de trabalho aos capitalistas. Produzem enormes lucros para os patrões e recebem apenas um mísero salário.

O regime capitalista não é eterno. Vivemos na época de transição do capitalismo ao socialismo.

— O **socialismo** é o regime em que os meios de produção constituem propriedade não de algumas pessoas, mas de toda a sociedade, representada pelo Estado socialista. Não há patrões nem empregados. Todos são trabalhadores. Cada um recebe um salário de acordo com o trabalho que realiza para a sociedade socialista. Do produto total criado pelos trabalhadores, uma parte serve para satisfazer as necessidades pessoais dos trabalhadores e de suas famílias, sob a forma de salário; outra parte serve para satisfazer as necessidades de toda a sociedade (escolas, hospitais, estradas, novas fábricas, defesa, etc.). No socialismo não há classes exploradas nem exploradoras. O Estado é formado

pelos próprios trabalhadores, através de seus representantes eleitos, e serve aos interesses de toda a sociedade.

— Antigamente, o socialismo era um sonho, mas hoje é uma realidade. Os povos da União Soviética já construíram a sociedade socialista, vivem livres da exploração do homem pelo homem. O socialismo está em construção em vários países da Europa e da Ásia, inclusive na grande China. Um terço da humanidade já vive no regime socialista.

— O PCB tem como objetivo construir o socialismo também no Brasil. Mas, para alcançar o socialismo, a classe operária brasileira deve partir da situação atual de nosso país, deve afastar primeiramente os obstáculos que entravam o seu desenvolvimento, deve criar condições para que possam ser vitoriosas no Brasil as transformações socialistas.

2 — Os principais obstáculos ao desenvolvimento do Brasil

— O Brasil é um país que possui grandes riquezas naturais: minérios e petróleo, terras férteis, florestas e pastagens. Entretanto, o povo brasileiro vive em situação de grande pobreza, alimenta-se mal, veste-se mal. Milhões de camponeses e operários moram em choças ou barracos, não têm escolas nem hospitais. O brasileiro morre moço. (Exemplos).

— Quais as causas desse contraste entre um país rico e um povo pobre?

— A primeira causa é a exploração do Brasil pelo imperialismo, pelas potências imperialistas. Que é o imperialismo?

— Os diversos países do mundo não se desenvolveram igualmente. Enquanto alguns povos permaneceram atrasados, vivendo quase exclusivamente da agricultura e da criação de gado, outros progrediram e criaram uma poderosa indústria, grandes fábricas. Durante o século passado, o capitalismo se desenvolveu aceleradamente em alguns países da Europa (Inglaterra, França, Alemanha, etc.) e nos Estados Unidos. Formaram-se nestes países os monopólios, ou trustes, grupos de grandes capitalistas que dominam a produção de um ou vários produtos e passam a dirigir os governos dos países imperialistas. A fim de atender aos interesses dos monopólios, os países imperialistas trataram de conquistar colônias e dominar os países atrasados, com o objetivo de: a) conseguir novos mercados para vender seus produtos industriais; b) assegurar a posse de fontes de matérias primas; c) colocar capitais nos países atrasados, para explorar a mão-de-obra barata e obter maiores lucros.

— O Brasil se desenvolveu muito lentamente, por causa da escravidão e do latifúndio. Somente a partir da primeira guerra mundial a indústria começou a progredir. Esse atraso facilitou a entrada do capital imperialista no país, o domínio de nossa economia pelos monopólios estrangeiros.

Inicialmente, o imperialismo Inglês conquistou maior influência. Desde a segunda guerra mundial, no entanto, o imperialismo dos Estados Unidos passou a predominar em nosso país. Embora o Brasil seja um país soberano, com governo próprio, está de fato sob a dependência econômica do sistema imperialista, sobretudo do imperialismo norteamericano, e sofre sérias restrições à sua soberania.

Como o imperialismo explora o Brasil?

a) Através do comércio exterior, os países imperialistas nos vendem caro seus produtos industriais (máquinas, petróleo, etc.) e compram barato nossos gêneros alimentícios e matérias primas (café, cacau, algodão, ferro, manganês, etc.). As relações comerciais não são em pé de igualdade. Temos de entregar uma quantidade cada vez maior de produtos brasileiros em troca de uma quantidade cada vez menor de produtos estrangeiros (Exemplos).

b) Através dos empréstimos. O governo e os bancos dos Estados Unidos nos emprestam a juros altos e prazos curtos. Além disso, nos obrigam a empregar esses créditos na compra de equipamentos, máquinas, etc., aos próprios monopólios americanos, por preços elevados. Para pagar um empréstimo, temos que pedir outro empréstimo, e o país vai se endividando sempre mais. Os Estados Unidos fazem com o Brasil o que o agiota faz com o trabalhador. (Exemplos).

c) Através das inversões de capital. Os monopólios estrangeiros trazem para o Brasil algum capital e fundam empresas industriais, de transportes, bancos, etc.. Os lucros são remetidos para os capitalistas estrangeiros e, dentro de alguns anos, ultrapassam todo o capital trazido para o Brasil. Estes lucros representam dinheiro brasileiro, produto do trabalho do povo brasileiro, mas não ficam no Brasil para ampliar nossa produção. Representam uma sangria de nossa riqueza, em benefício dos milionários dos países imperialistas (Exemplos).

— Os monopólios imperialistas dominam setores fundamentais da economia brasileira: energia elétrica, frigoríficos, moinhos, indústrias automobilísticas, de pneumáticos, química, etc.. Associam-se a capitalistas nacionais e desnacionalizam empresas brasileiras, que passam a remeter parte dos lucros para o estrangeiro.

— A exploração imperialista pesa sobre toda a nação. Entrava o progresso do país e agrava a situação de pobreza do povo. Prejudica numerosos capitalistas nacionais, que não podem expandir seus negócios.

— A segunda causa é o latifúndio, o monopólio da propriedade da terra por um punhado de latifundiários. Que é o latifúndio?

Chama-se latifúndio a grande propriedade da terra; de tipo atrasado, que predomina na agricultura brasileira. Alguns milhares de grandes proprietários possuem mais da metade das terras utilizadas na lavoura e na criação, enquanto milhões de lavra-

dores e trabalhadores agrícolas não dispõem de um pedaço de terra. Em vastas regiões do país, a maior parte das terras das fazendas não é aproveitada. Os processos de cultivo são os mais primitivos e dão um rendimento muito baixo. Os latifundiários exploram a mão-de-obra barata dos camponeses assalariados.

— Em muitas zonas, ainda predomina o latifúndio de tipo mais atrasado, que se baseia na exploração dos camponeses através de processos pré-capitalistas. Chama-se exploração de tipo pré-capitalista a que não se baseia no salário, forma de exploração própria do capitalismo. Entre as formas pré-capitalistas estão a «meia», a «terça», o «cambão», etc., variando de uma região para outra. Em algumas zonas do centro-sul do país, o capitalismo já penetrou mais na agricultura, e nas plantações se emprega o pagamento em salário, máquinas agrícolas e processos mais modernos de cultivo. Em geral, as formas capitalistas se combinam com o monopólio da terra e com a exploração pré-capitalista.

— O latifúndio é um dos maiores responsáveis pelo atraso do Brasil, porque impede o desenvolvimento de uma agricultura moderna de alto rendimento, entrava o crescimento da produção agrícola e pecuária e reduz a grande massa de camponeses e assalariados rurais a uma situação de extrema miséria, dificultando a ampliação do mercado interno para a produção industrial.

3 — O desenvolvimento econômico do país

— A exploração imperialista e o monopólio da terra entravam o desenvolvimento da economia brasileira. Entretanto, nos últimos decênios, o capitalismo tem se desenvolvido com certa rapidez em nosso país. Surgiram vários ramos da indústria pesada: siderurgia, petróleo, construção de máquinas. A indústria leve abastece quase completamente o mercado nacional. Este desenvolvimento econômico desempenha um papel progressista, porque se choca com os obstáculos ao progresso do país e cria a necessidade de afastar tais obstáculos.

Apesar desse desenvolvimento capitalista, o Brasil continua a ser um país atrasado, subdesenvolvido. A razão disso é que o desenvolvimento econômico se realiza com a conservação da dependência ao imperialismo e com a permanência do latifúndio, que freiam e deformam o progresso do país. Para que o desenvolvimento econômico siga um caminho independente e progressista, deve dirigir-se no sentido da liquidação do domínio imperialista e do monopólio da terra.

PERGUNTAS

- 1) Por que há diferenças de classe na sociedade?
- 2) Que é capitalismo? Que é socialismo?
- 3) Por que o P.C.B. é o partido da classe operária?
- 4) Por que o Brasil é rico e seu povo é pobre?
- 5) Que é o imperialismo?

- 6) Como os imperialistas exploram o Brasil?
- 7) Que é o latifúndio?
- 8) Que são formas de exploração pré-capitalistas?
- 9) Por que o latifúndio prejudica o Brasil?
- 10) Por que o Brasil se desenvolve economicamente, mas continua atrasado?

PREGUNTAS

- 1) Por que os imperialistas exploram o Brasil?
- 2) Que é o latifúndio?
- 3) Que são formas de exploração pré-capitalistas?
- 4) Por que o latifúndio prejudica o Brasil?
- 5) Por que o Brasil se desenvolve economicamente, mas continua atrasado?

2ª. aula

- 1) — As classes sociais no Brasil
- 2) — O Estado brasileiro e o governo atual

1 — As classes sociais no Brasil

Como já dissemos, a sociedade brasileira está dividida em classes. Qual a posição das diversas classes sociais em face dos obstáculos ao progresso do Brasil — o imperialismo e o latifúndio?

Os latifundiários, ou seja, os grandes proprietários de fazendas e plantações, que monopolizam a propriedade da terra e se acham vinculados a formas pré-capitalistas, são a classe mais reacionária da sociedade brasileira, estão ligados às formas de produção mais atrasadas. São fortes os seus laços com o imperialismo, embora possam surgir, em certos momentos, conflitos entre setores de latifundiários e os monopólios estrangeiros.

Um setor da burguesia é constituído por capitalistas que têm seus interesses entrelaçados com os dos monopólios imperialistas na indústria, nos bancos e no comércio de exportação e importação (Exemplos).

Assim, o imperialismo se apóia em setores de

latifundiários e capitalistas, cujos interesses se ligam aos dos exploradores estrangeiros, para manter sua dominação em nosso país.

— Grandes forças sociais têm, no entanto, interesses contrários à dominação imperialista e ao atraso do país:

— A classe operária é a classe mais firme e conseqüente na luta pela libertação nacional e por profundas transformações democráticas. Como a classe mais explorada, está interessada em afastar todos os obstáculos ao progresso do país, pois a eliminação desses obstáculos abrirá caminho para o socialismo. Com o desenvolvimento do capitalismo, a classe operária cresce e concentra-se, intensifica suas lutas, eleva sua consciência revolucionária, fortalece a unidade e a organização de suas fileiras.

— As massas camponesas sofrem as conseqüências do sistema latifundiário. Mais de 3/4 dos que trabalham no campo não possuem a propriedade da terra, vivendo em extrema pobreza. Com a penetração do capitalismo na agricultura, forma-se uma camada de camponeses ricos, mas cresce o número de camponeses arruinados e aumenta a quantidade de assalariados rurais. As massas de assalariados agrícolas, além de receberem baixos salários, não gozam dos direitos assegurados em lei aos trabalhadores. As massas camponesas, sobretudo as camadas mais oprimidas e exploradas, têm interesse em uma profunda reforma agrária e na emancipação do país do domínio imperialista.

— A pequena burguesia urbana (pequenos comerciantes, industriais e artesãos, parte dos funcionários públicos, intelectuais e estudantes, homens de profissões liberais) constitui uma força revolucionária na luta antiimperialista e democrática, e importantes camadas da classe média dela participam ativamente. Com o desenvolvimento capitalista, a pequena-burguesia se diferencia: uma camada menor se torna abastada, e a grande maioria sofre uma situação de instabilidade econômica que evolui para a proletarianização e a leva a posições radicais.

— A burguesia ligada aos interesses nacionais, a grande maioria da burguesia brasileira, em virtude de seus próprios interesses de classe é levada a chocar-se com o capital monopolista estrangeiro, que representa obstáculo à expansão de seus negócios (Exemplos). A burguesia não é conseqüente na luta revolucionária contra o imperialismo e o latifúndio. Em conseqüência de sua natureza de classe exploradora, de sua debilidade econômica e política e de seus laços com o sistema imperialista, procura também defender seus interesses mediante acordos e concessões ao imperialismo. A burguesia intensifica a exploração dos trabalhadores e lança sobre eles o peso das dificuldades que resultam da exploração imperialista e do atraso do país (Exemplos).

2 — O Estado brasileiro e o governo atual

— Já conhecendo as classes sociais que for-

mam a sociedade brasileira, podemos agora definir o que é o Estado, o caráter do regime político no Brasil. O Estado é o instrumento que as classes dominantes utilizam para exercer o seu poder sobre as outras classes. Surgiu com a divisão da sociedade em classes. Há milhares de anos, na sociedade comunista primitiva, não havia Estado porque não havia exploração do homem pelo homem, nem classes sociais. Quando uma parte da sociedade passou a ser explorada pela outra, tornou-se necessário empregar a força para manter os explorados subordinados aos exploradores. Lênin disse: «Eis porque, quando a sociedade se divide em classes, aparece um grupo especial de homens ocupados unicamente em governar e que têm necessidade para isto de um aparelho para submeter pela força: prisões, destacamentos especiais de homens armados, etc.»

— O Estado brasileiro representa os interesses dos latifundiários, dos capitalistas associados ao capital monopolista estrangeiro, particularmente o norte-americano, e da burguesia ligada aos interesses nacionais. Este caráter heterogêneo leva a contradições e compromissos de classe no seio do próprio Estado.

— Como resultado do desenvolvimento econômico, das lutas de massas pela democracia e pela emancipação nacional, há uma tendência à democratização do regime político. Esse processo democrático enfrenta a oposição das forças reacionárias e as tendências capituladoras da própria burguesia. [Citar exemplos: a Constituição de 1946 — seus

dois aspectos; a composição do governo e do Poder Legislativo; as Forças Armadas; o Poder Judiciário; os Partidos políticos). Apesar dessa tendência à democratização, o atual regime político conserva aspectos essenciais reacionários (Exemplos).

O governo João Goulart-Tancredo Neves

— O governo constituído após a crise política de agosto de 1961, com João Goulart na Presidência da República e Tancredo Neves na presidência do Conselho de Ministros, formou-se à base do compromisso com o imperialismo e o latifúndio. É um governo heterogêneo, que inclui desde conhecidos agentes do imperialismo até membros da Frente Parlamentar Nacionalista. Nasceu da conciliação entre a maioria parlamentar reacionária (PSD e UDN), a direção do PTB e o grupo golpista, em torno da emenda parlamentarista. Os golpistas conservam posições importantes no aparelho de Estado, principalmente nas Forças Armadas, e continuam a conspirar. Em virtude de todas estas contradições, o governo é débil e instável.

— A política do atual governo está expressa no programa do Conselho de Ministros, apresentado ao Parlamento. No terreno econômico-financeiro, o programa prossegue na linha de conduta do governo de Jânio Quadros e insiste na política de «estabilização monetária» e de liberalismo cambial, ditada pelo FMI. Promete novas concessões aos trustes imperialistas e contém graves ameaças à Petrobrás.

Trata de reduzir a reforma agrária a medidas extremamente limitadas, que não podem levar à transformação profunda do sistema latifundiário. No que se refere à política externa, assume uma posição dúbia e vacilante. (Analisar o programa à base das indicações contidas na Resolução do CC de outubro de 1961).

— O novo governo chocar-se-á inevitavelmente com o descontentamento das massas trabalhadoras e populares, vítimas da inflação e da carestia, dos compromissos que agravam a dependência do país aos monopólios ianques e ao Departamento de Estado. Contra o governo não poderão deixar de colocar-se todos os patriotas e democratas, que estão dispostos a lutar pela solução dos problemas básicos da nação.

— O sr. João Goulart, dadas as peculiaridades do sistema parlamentarista brasileiro, é também responsável pela política e pela conduta do governo. Em vista dos compromissos que o vinculam ao movimento nacionalista e aos trabalhadores, está em condições de influir no sentido de que seja modificado o governo e se realizem as reformas de base incluídas no programa do PTB, de que seja defendida a democracia e assuma o Brasil uma posição efetivamente independente no cenário mundial, ao invés de conciliar com os generais golpistas e de capitular, como vem fazendo, diante do imperialismo norte-americano, dos piores exploradores do povo e dos representantes dos latifundiários.

— Os comunistas se colocam, assim, em opo-

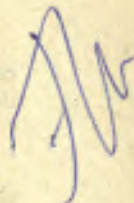
sição a esse governo, ao mesmo tempo que tudo farão para continuar na vanguarda das lutas reivindicatórias dos trabalhadores e de tôdas as ações em defesa dos interesses da nação.

PERGUNTAS

- 1) Que setores sociais servem de apoio ao imperialismo?
- 2) Que forças sociais têm interesses contrários à dominação imperialista?
- 3) Por que a classe operária é a força mais conseqüente na luta antiimperialista?
- 4) Em que consiste o duplo caráter da burguesia ligada aos interesses nacionais?
- 5) Que é o Estado e como surgiu?
- 6) Qual o caráter do Estado brasileiro?
- 7) Que tendência representa o governo João Goulart-Tancredo Neves?
- 8) Em que consiste a política econômico-financeira do governo e qual o seu objetivo?
- 9) Por que é possível derrotar a política de compromisso com o imperialismo e o latifúndio do governo atual?
- 10) Como derrotar essa política?

PERGUNTA

- 1) Que sistema de ensino de Matemática é utilizado?
- 2) Que foram os principais resultados da pesquisa?
- 3) Por que a escolha desta metodologia?
- 4) Em que sentido o estudo contribui para a prática docente?
- 5) Qual o objetivo da pesquisa?
- 6) Qual o contexto da pesquisa?
- 7) Que resultados foram obtidos?
- 8) Em que sentido a pesquisa é relevante?
- 9) Por que a pesquisa é necessária?
- 10) Como interpretar os dados?



3ª. aula

- 1 — A nova época em que vivemos
- 2 — A possibilidade de impedir uma nova guerra mundial
- 3 — A situação do mundo favorece nossa luta.

1. A nova época em que vivemos

— Durante a segunda guerra mundial e no após-guerra, modificações profundas alteraram a situação internacional. Vivemos hoje em uma nova época: a época da passagem do capitalismo ao socialismo. Que fatos caracterizam a época atual?

- A luta dos dois sistemas sociais opostos — o capitalismo e o socialismo;
- as revoluções socialistas e as revoluções de libertação nacional;
- o desmoronamento do imperialismo, a liquidação do sistema colonial;
- a passagem de mais e mais povos ao caminho socialista.

Vivemos assim na época do triunfo do socialismo e do comunismo em escala universal.

— O aspecto principal de nossa época consiste em que o sistema socialista mundial vai se

convertendo no fator decisivo do desenvolvimento da sociedade humana.

a) Os êxitos do sistema socialista:

— O sistema socialista já abarca mais de um terço da população do globo e demonstra sua superioridade sobre o capitalismo, desenvolvendo as forças produtivas num ritmo jamais igualado e elevando continuamente o nível de vida material e cultural dos trabalhadores (Dados comparativos entre a URSS e os Estados Unidos).

— O socialismo conseguiu na URSS uma vitória completa e definitiva, e o plano setenal em execução significará um novo e grandioso avanço na construção das bases da sociedade comunista. Grandes êxitos são também alcançados pela República Popular da China e pelos demais países socialistas. (Dados). A superioridade da URSS sobre os países capitalistas no terreno científico e tecnológico (satélites artificiais, naves espaciais, foguetes, etc.).

— Enquanto o sistema imperialista é enfraquecido por contradições internas, o campo socialista fortalece sua unidade e coesão. As relações entre os países socialistas se baseiam nos princípios do internacionalismo proletário. (Citar a Declaração da Conferência dos 81 Partidos Comunistas e Operários).

— Progredindo continuamente, sem crises econômicas, o sistema socialista exerce uma influência cada vez maior na situação internacional. As conquistas históricas do mundo socialista atraem para

as idéias do socialismo a consciência das grandes massas de todos os continentes.

b) A decomposição do sistema imperialista:

— O sistema capitalista mundial atravessa um processo profundo de decadência e decomposição. Apesar de que, em alguns países capitalistas, a produção aumenta, o ritmo de crescimento é muito inferior ao dos países socialistas. No país mais rico do mundo capitalista — os Estados Unidos — há um desemprego crônico em grandes proporções. Embora seja enorme a produção de material bélico, o ritmo de crescimento da produção vai se tornando cada vez mais lento.

— A situação interna dos países capitalistas assinala a agravação das contradições sociais, o recrudescimento da luta da classe operária e das massas populares em defesa de seus interesses vitais e dos direitos democráticos. Sofrendo as consequências da instabilidade econômica e do aumento da exploração capitalista, os trabalhadores elevam sua consciência política, intensificam a luta grevista, unem-se e organizam-se.

— O sistema colonial do imperialismo desagrega-se. Nos quinze anos do após-guerra surgiram na Ásia e na África cerca de 40 novos Estados soberanos. Mais de um bilhão de seres humanos libertaram-se da dependência política em face das potências imperialistas. A humanidade entrou em um novo período histórico de sua vida: os povos já libertados tomam parte ativa na política internacional. O

desmoronamento total do colonialismo é inevitável (Congo, Argélia, Laos, etc.).

— A vitória da revolução cubana constitui um acontecimento de extraordinária significação para a América Latina, iniciando em nosso continente uma nova etapa histórica. O governo revolucionário de Fidel Castro, que expressa a vontade das massas trabalhadoras e populares, realizou naquele país irmão profundas transformações sociais: a reforma agrária radical, a nacionalização das empresas imperialistas, dos bancos e das maiores empresas privadas, a elevação do nível de vida material e cultural do povo. Pela primeira vez, surge na América Latina um país livre da dominação imperialista. Em face da nova situação do mundo, o imperialismo norte-americano não pôde até agora intervir militarmente em Cuba. A revolução cubana recebe o apoio entusiástico dos países socialistas, a solidariedade dos povos latino-americanos e enfrenta com êxito as ameaças imperialistas.

— Todas as forças revolucionárias se unem contra o jugo imperialista e a exploração. Os povos construtores do socialismo e do comunismo, o movimento revolucionário da classe operária nos países capitalistas, a luta de libertação nacional dos povos oprimidos e os movimentos democráticos — todas estas forças se fundem em uma torrente única que socava e destrói o sistema imperialista mundial.

2 — A possibilidade de impedir uma nova guerra mundial

— O problema mais candente da atualidade é o da guerra ou paz. O imperialismo ameaça lançar a humanidade numa nova guerra mundial. Com os modernos meios de destruição em massa (armas atômicas e nucleares, foguetes intercontinentais, etc.), uma guerra mundial pode causar a destruição de países inteiros, de centenas de milhões de vidas. Os comunistas são firmemente contra a guerra e consideram a luta pela paz sua tarefa primordial.

— Enquanto existir o imperialismo, haverá base para as guerras agressivas. As contradições próprias do imperialismo levam as grandes potências capitalistas a buscar solução na guerra. Ainda não desapareceu, portanto, o perigo de uma nova guerra mundial. A principal força de agressão e de guerra é o imperialismo norte-americano. Os círculos agressivos dos Estados Unidos atentam contra a soberania dos povos, intensificam a corrida armamentista, sabotam as negociações de paz, fazem provocações contra os países socialistas e organizam blocos agressivos com o objetivo de desencadear a guerra (Exemplos).

— A natureza agressiva do imperialismo não se modificou. Entretanto, existem no mundo de hoje forças capazes de fazer fracassar seus planos agressivos. A guerra não é fatalmente inevitável. Já passou o tempo em que os imperialistas podiam determinar, à sua vontade, que houvesse ou não houvesse

guerra. Pode-se impedir a guerra mundial mediante os esforços conjuntos do campo socialista, da classe operária internacional, do movimento de libertação nacional, dos países que se pronunciam contra a guerra e de todas as forças pacíficas. (Citar exemplos de como a ação da URSS, dos países socialistas e das forças pacíficas pôde impedir que a agressão imperialista no Egito, Síria, Iraque, etc. se transformasse em guerras locais).

— Em nossa época é possível, portanto, impedir que se realizem os planos agressivos dos imperialistas. Mas se, apesar de tudo, os círculos imperialistas desencadearem a guerra, os povos têm hoje forças para varrer e sepultar definitivamente o capitalismo.

— A política exterior dos países socialistas se baseia no princípio da coexistência pacífica e da emulação econômica dos países socialistas com os países capitalistas. Em um ambiente de paz, o regime socialista demonstra cada vez mais sua superioridade em relação ao capitalismo. O socialismo não necessita da guerra para vencer definitivamente. A paz é um fiel aliado do socialismo, já que o tempo trabalha para o socialismo e contra o capitalismo.

— A política de coexistência pacífica corresponde aos interesses de todos os povos. A coexistência pacífica dos Estados não significa renúncia à luta de classes. É uma forma de luta de classes entre o socialismo e o capitalismo. Nas condições da coexistência pacífica surgem possibilidades favoráveis para o desenvolvimento da luta de classes nos países

capitalistas e dos movimentos de libertação nacional nos países dependentes. Por sua vez, a luta de classes e a luta de libertação nacional contribuem para a consolidação da coexistência pacífica. (Exemplos).

— A coexistência pacífica de Estados com diferentes regimes sociais não significa a conciliação da ideologia socialista com a ideologia burguesa. Pelo contrário, pressupõe a intensificação da luta da classe operária e de todos os partidos comunistas pela triunfo das idéias socialistas.

— A luta pela paz significa desmascarar a política do imperialismo, acompanhar com vigilância as maquinações dos incendiários de guerra, elevar o grau de organização das forças de paz, intensificar de maneira incessante as ações de massas contra a política de guerra, fortalecer a colaboração com todos os Estados pacíficos.

As tarefas mais urgentes em defesa da Paz são: a cessação da corrida armamentista, a proibição das armas atômicas, de sua produção e de suas experiências; a liquidação das bases militares estrangeiras; a dissolução dos blocos militares; a conclusão de um tratado de paz com a Alemanha; frustrar os preparativos dos revanchistas alemães e não permitir o renascimento do militarismo japonês.

— O futuro próximo trará novos êxitos às forças da paz e do socialismo. A superioridade dessas forças será absoluta. Nestas condições, antes da vitória total do socialismo na terra, mesmo que se mantenha o capitalismo em uma parte do mundo,

surgirá a possibilidade real de excluir a guerra mundial da vida da sociedade.

3 — A situação do mundo favorece nossa luta

— O desenvolvimento impetuoso do sistema socialista e do movimento de libertação dos povos e o conseqüente enfraquecimento do sistema imperialista exercem influência grandemente favorável ao crescimento das forças antiimperialistas e democráticas no Brasil.

— A existência do sistema socialista mundial e sua política de defesa da independência dos povos constituem um forte apoio à causa dos países subdesenvolvidos como o Brasil. Em contraste com a ação dos países imperialistas, a assistência técnica e material prestada pelos países socialistas baseia-se no princípio da igualdade de direitos e no respeito à soberania nacional.

— Pela primeira vez na história, criou-se para os países subdesenvolvidos a possibilidade de obter equipamentos, créditos em condições favoráveis e assistência técnica, sem a necessidade de submeter-se às imposições de caráter econômico, político e militar das potências imperialistas. Este fator novo na situação mundial atua no Brasil como um estímulo à luta das forças patrióticas por uma política exterior independente, que sirva à causa de nossa emancipação econômica.

— O processo acelerado de decomposição do sistema colonial do imperialismo repercute profundamente no Brasil, incentivando o movimento naciona-

lista. As vitórias dos povos que se libertam do jugo estrangeiro revelam o quanto é precário o poder das potências imperialistas no mundo de hoje. O grandioso exemplo da revolução cubana influi poderosamente na luta pela libertação nacional de nosso país. O povo brasileiro pode apoiar-se agora, em sua luta, na solidariedade dos países que se libertaram do domínio colonial, dos povos que pugnam por sua independência, do proletariado das metrópoles imperialistas e na ajuda moral e material do poderoso campo socialista.

— A nova situação mundial, que prenuncia a coexistência pacífica entre os países de diferentes regimes sociais, reflete-se em nosso país, estimulando as forças que resistem ao imperialismo norte-americano e pugnam por uma política externa de paz e amizade com todos os povos, inclusive com a União Soviética, a República Popular da China e demais países socialistas.

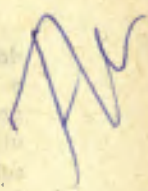
1870. The first of these was the
establishment of a permanent
mission at Peking in 1861. The
second was the establishment of a
mission at Shanghai in 1862. The
third was the establishment of a
mission at Canton in 1863. The
fourth was the establishment of a
mission at Hankow in 1864. The
fifth was the establishment of a
mission at Tientsin in 1865. The
sixth was the establishment of a
mission at Peking in 1866. The
seventh was the establishment of a
mission at Shanghai in 1867. The
eighth was the establishment of a
mission at Canton in 1868. The
ninth was the establishment of a
mission at Hankow in 1869. The
tenth was the establishment of a
mission at Tientsin in 1870.

The first of these missions was
established at Peking in 1861. The
second was established at Shanghai
in 1862. The third was established
at Canton in 1863. The fourth
was established at Hankow in 1864.
The fifth was established at Tientsin
in 1865. The sixth was established
at Peking in 1866. The seventh
was established at Shanghai in 1867.
The eighth was established at Canton
in 1868. The ninth was established
at Hankow in 1869. The tenth
was established at Tientsin in 1870.

The first of these missions was
established at Peking in 1861. The
second was established at Shanghai
in 1862. The third was established
at Canton in 1863. The fourth
was established at Hankow in 1864.
The fifth was established at Tientsin
in 1865. The sixth was established
at Peking in 1866. The seventh
was established at Shanghai in 1867.
The eighth was established at Canton
in 1868. The ninth was established
at Hankow in 1869. The tenth
was established at Tientsin in 1870.

The first of these missions was
established at Peking in 1861. The
second was established at Shanghai
in 1862. The third was established
at Canton in 1863. The fourth
was established at Hankow in 1864.
The fifth was established at Tientsin
in 1865. The sixth was established
at Peking in 1866. The seventh
was established at Shanghai in 1867.
The eighth was established at Canton
in 1868. The ninth was established
at Hankow in 1869. The tenth
was established at Tientsin in 1870.

The first of these missions was
established at Peking in 1861. The
second was established at Shanghai
in 1862. The third was established
at Canton in 1863. The fourth
was established at Hankow in 1864.
The fifth was established at Tientsin
in 1865. The sixth was established
at Peking in 1866. The seventh
was established at Shanghai in 1867.
The eighth was established at Canton
in 1868. The ninth was established
at Hankow in 1869. The tenth
was established at Tientsin in 1870.



4ª. AULA

- 1) — A necessidade da revolução antiimperialista e antifeudal.
- 2) — O inimigo principal do povo brasileiro e as forças que a êle se opõem.
- 3) — A frente única nacionalista e democrática.
- 4) — A direção do proletariado no movimento revolucionário.

1 — A necessidade da revolução antiimperialista e antifeudal

— Para que o Brasil possa progredir rapidamente, para que o povo brasileiro tenha efetiva liberdade e desfrute uma vida melhor, é necessário eliminar a dominação imperialista e o latifúndio — realizar a revolução antiimperialista e antifeudal.

— Que é a revolução?

— A revolução é uma mudança radical na vida da sociedade, a derrubada de um regime social caduco e o estabelecimento de um novo regime progressista, a passagem do poder do Estado das mãos das classes reacionárias para as mãos das classes progressistas.

No Brasil é necessária uma revolução porque a dominação do imperialismo e do latifúndio entravam o desenvolvimento do país, reduzem nosso povo à pobreza e à ignorância. Como há forças sociais que utilizam o poder do Estado para manter o povo submetido à exploração dos imperialistas e dos latifundiários, somente através da revolução será possível alcançar a liberdade, o progresso e o bem-estar.

— As classes exploradoras e opressoras sempre apresentam a revolução como um crime contra a ordem e a pátria. No entanto, a revolução é um meio necessária que todos os povos usam, através da história, para se libertarem dos regimes de opressão e exploração. «A revolução é a locomotiva da história» — sem ela não pode haver progresso. (Exemplos da revolução francesa, da Grande Revolução de Outubro, da revolução cubana).

— Dizemos que a revolução no Brasil de hoje é antiimperialista e antifeudal porque ela deve varrer a dominação do imperialismo e do latifúndio. Não se trata ainda de uma revolução socialista, porque não há condições para realizar imediatamente transformações socialistas em nosso país. O problema agudo e imediato é o de libertar o Brasil do imperialismo norte-americano e do regime atrasado do latifúndio. Para resolver este problema é possível unir grandes forças sociais. As transformações antiimperialistas e antifeudais abrirão caminho ao socialismo. Quanto à luta da classe operária contra a burguesia, esta existe e deve ser travada em de-

fesa dos interesses dos trabalhadores. Mas o seu objetivo imediato não é a implantação do socialismo e sim o fortalecimento da classe operária, de sua unidade, organização e consciência para que possa assumir a direção do movimento revolucionário.

— Que tarefas a revolução deve realizar em nosso país?

a) Libertar o Brasil da dependência econômica e política em relação ao imperialismo. Isto exige medidas radicais para acabar com a exploração dos monopólios estrangeiros que atuam no país, principalmente norte-americanos. (Exemplos — nacionalização da Light, da Standard, da Bond & Share, etc.).

b) Eliminar o monopólio da propriedade da terra, pôr fim ao latifúndio, às formas de exploração como a «meia», a «terça», o «cambão», etc. Entregar as terras aos camponeses e assalariados agrícolas para que as explorem sob formas individuais (cada um com seu sítio) ou associadas (cooperativas).

c) Desenvolver a economia nacional de modo independente e progressista. Promover a industrialização do país, a introdução da técnica moderna na agricultura, etc.

d) Elevar efetivamente o nível de vida material e cultural dos operários, dos camponeses e de todo o povo.

e) Garantir ao povo as liberdades democráticas (de palavra, de imprensa, de reunião, de organização, etc.) e assegurar novos direitos democráti-

cos às massas (a participação no poder; o direito ao trabalho, etc.).

— A realização dessas tarefas não é simples nem fácil. Exige profundas transformações revolucionárias na sociedade brasileira. Exige uma completa mudança na situação política e a passagem do poder do Estado às mãos das forças sociais interessadas nessas transformações — a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia ligada aos interesses nacionais. Sendo o proletariado a força revolucionária mais conseqüente, deverá ter o papel dirigente nessas transformações para que elas sejam levadas até o fim.

2 — O inimigo principal do povo brasileiro e as forças que a ele se opõem

Ao lutarem por estes objetivos revolucionários, os comunistas devem levar em conta que o principal inimigo a enfrentar, na situação presente, é constituído pelo imperialismo norte-americano e por seus agentes internos.

Por que o imperialismo norte-americano e seus agentes são o principal inimigo? a) A dependência de nosso país em relação aos monopólios ianques é o maior entrave à emancipação e ao progresso da economia nacional; b) A intervenção do governo de Washington nos assuntos internos do Brasil é um obstáculo ao avanço da democracia e à mudança da política exterior de acordo com os interesses

nacionais; o imperialismo norte-americano apoia e estimula as forças mais reacionárias dentro do país.
c) Como a dominação imperialista afeta os interesses de amplas camadas e fere os sentimentos nacionais de todos os patriotas, é contra ela que se podem unir as maiores forças sociais e políticas.

O golpe principal das forças nacionais e democráticas dirige-se atualmente contra o imperialismo yanque e os setores entreguistas que o apoiam. A luta pela emancipação nacional constitui a tarefa principal do povo brasileiro. Cada passo à frente nessa luta ajudará a abrir caminho para a solução dos demais problemas.

— O movimento nacional contra o imperialismo e seus agentes não se realiza isoladamente, mas em estreita ligação com os movimentos democráticos e populares;

- com o movimento pela reforma agrária e pelas reivindicações camponesas;
- com a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida;
- com a luta pelas liberdades democráticas.

— A fim de manter seu domínio em nosso país, o imperialismo yanque conta com o apoio de setores da latifundiários e capitalistas, cujos interesses estão ligados ao sistema de exploração imperialista e que, por sua vez, se apoiam nos monopólios estrangeiros para assegurar seus privilégios. Embora sejam minoria ínfima, estas forças dispõem de grande poder político e de fortes posições no Estado.

— Ao inimigo principal da nação se opõem forças muito amplas e poderosas: o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia ligada aos interesses nacionais. Em certas circunstâncias, de modo temporário e instável, podem também opor-se ao imperialismo ianque alguns setores de latifundiários e grupos capitalistas ligados a monopólios estrangeiros rivais dos norte-americanos,

3 — A frente única nacionalista e democrática

— A fim de derrotar o inimigo comum — o imperialismo ianque e os seus agentes internos — é necessária a frente única das várias forças interessadas na emancipação e no progresso do Brasil.

Frente única significa a união de forças diversas em torno de um objetivo comum, sem que cada uma dessas forças renuncie a seu próprio programa e a sua organização própria.

— A frente única no Brasil atual é muito ampla do ponto-de-vista da sua composição de classe (indicar as forças que se unem na frente única). Pelas modificações que visa a introduzir na vida do país e pela natureza das forças que a compõem, pode ser caracterizada como uma **frente nacionalista e democrática**.

— Na fase atual, não é uma organização que abranja todas as forças nacionalistas e democráticas, nem se propõe à realização completa dos objetivos revolucionários. Desenvolve-se na luta por objetivos

nacionais e democráticos de caráter parcial. Apresenta-se sob variadas formas concretas de unidade de ação e de organização.

— A forma de frente única mais importante atualmente é o **movimento nacionalista**. Este movimento agrupa setores de diversas classes e camadas, atrai entidades, partidos, correntes e personalidades das mais variadas orientações políticas na luta por soluções patrióticas: — defesa do petróleo e das riquezas nacionais, controle e regulamentação do capital estrangeiro, ampliação do intercâmbio com os países socialistas, proteção à indústria nacional, assim como por mudanças na política e na composição do governo num sentido nacionalista e democrático.

— Após a crise de agosto, reagrupam-se as forças políticas. As forças mais conseqüentes da frente única de resistência democrática não aceitaram a conciliação com o golpismo e se mobilizam, agora em nível novo e mais alto, com características mais radicais. A Declaração de Goiânia e a Frente de Libertação Nacional possibilitam a estruturação em todo o país de poderoso movimento em prol da emancipação de nossa pátria e da defesa da democracia.

— A unidade de ação dessas forças é uma exigência da própria luta contra o imperialismo. Nenhuma delas, isoladamente, pode derrotar o inimigo comum da nação. A frente única não é, portanto, uma invenção artificial de nenhuma corrente, mas uma política que decorre da própria realidade.

— A frente única contém **contradições** internas, porque é composta de forças sociais diversas, que se unem em torno de interesses comuns mas conservam também interesses opostos.

— O proletariado, os camponeses e as massas populares são firmes na luta pela libertação nacional e pelas transformações democráticas.

— A burguesia ligada aos interesses nacionais não tem firmeza na luta antiimperialista, tende aos compromissos com o inimigo; e certos setores burgueses assumem posição vacilante em relação à reforma agrária.

— Alguns setores de latifundiários e capitalistas podem adotar eventualmente posições nacionalistas, mas querem conservar a estrutura agrária e preconizam um regime político reacionário.

— A classe operária deve realizar na frente única a política de **união e luta**, que significa: aliar-se à burguesia ligada aos interesses nacionais e a outras forças na luta por objetivos comuns; e, ao mesmo tempo, lutar contra as tendências conciliadoras e antidemocráticas desses aliados.

— A classe operária deve, para isso: defender seus interesses específicos e os das massas trabalhadoras e populares; desenvolver a luta de classes na cidade e no campo; bater-se por amplas liberdades democráticas.

— Com essa política, nosso objetivo é reforçar as posições do setor mais conseqüente e firme da frente única. A classe operária necessita fortalecer-

-se como classe, organizar-se e adquirir consciência revolucionária e impedir que as vacilações da burguesia atinjam suas fileiras.

— A luta dentro da frente única difere da luta contra o imperialismo norte-americano e seus agentes. Na luta contra o inimigo principal, visamos a isolá-lo e destruí-lo. Dentro da frente única visamos a tornar mais unidas as forças que lutam contra o inimigo comum. As divergências na frente única podem ser enfrentadas sem romper a unidade, embora venham a causar atritos.

4 — A direção do proletariado no movimento revolucionário

— O movimento antiimperialista e democrático no Brasil, em sua fase atual, se ressent de vacilações porque ainda não é um poderoso movimento de massas e à sua frente se encontram setores burgueses e pequeno-burgueses.

— Só poderá adquirir maior vigor e consequência à medida em que a classe operária dê participação ativa e lutar por assumir sua vanguarda, em aliança com as massas camponesas e outras camadas populares.

A proporção que se aprofunda a luta antiimperialista e se colocam diante da frente única objetivos mais radicais, certos setores nacionalistas burgueses se inclinam a uma política de conciliação com o inimigo.

— A fim de impulsionar o movimento, as forças mais conseqüentes da frente única devem, intensificar as ações antiimperialistas e democráticas, imprimindo-lhes um caráter cada vez mais firme e denunciar as hesitações dos conciliadores.

— É necessário travar a luta pelos interesses das massas trabalhadoras e populares — operários, camponeses, camadas médias — para alargar e reforçar a base de massas da frente única.

— A classe operária, através de sua vanguarda comunista, não condiciona sua participação na frente única a uma prévia direção do movimento. A direção do proletariado (hegemonia) deve ser conquistada como resultado de um processo de luta.

— Para que o proletariado assuma a direção do movimento revolucionário é necessária que:

a) salvguarde dentro da frente única sua independência ideológica, política e organizativa; b) forje sua unidade, sobretudo através do movimento sindical; c) estabeleça uma sólida aliança com os camponeses — seu aliado fundamental — e com as camadas médias; e d) defenda acertadamente os interesses comuns de todas as forças que participam da frente única.

— A direção do movimento passará às mãos da classe operária à medida em que se fortalecer e ampliar o movimento de massas, os elementos conciliadores forem isolados, como conseqüência de suas atitudes de compromisso em relação ao inimigo, e as massas se convencerem por sua própria experiência de que somente o proletariado, sob a direção do

Partido Comunista, pode dirigir até o fim a luta pela libertação nacional e pelas transformações democráticas.

PERGUNTAS

- 1) Que é revolução?
- 2) Por que é necessária uma revolução no Brasil?
- 3) Por que a revolução é antiimperialista e anti-feudal, e não socialista?
- 4) Por que o imperialismo norte-americano e seus agentes são o inimigo principal?
- 5) Que é a frente-única?
- 6) Qual o caráter da frente única no Brasil atual?
Por que é necessária a unidade?
- 7) Que contradições existem na frente-única? Por que?
- 8) Que é a política de união e luta?
- 9) Por que é necessária a direção do proletariado no movimento revolucionário?
- 10) Que condições são necessárias para a direção do proletariado?

5ª aula

- 1) — As soluções imediatas por que lutam os comunistas.
- 2) — Um governo nacionalista e democrático — nosso objetivo imediato.
- 3) — A passagem das soluções imediatas às transformações revolucionárias.
- 4) — A possibilidade de um caminho pacífico.

1 — As soluções imediatas por que lutam os comunistas

— A fim de avançar no caminho da revolução, é necessário travar uma luta constante com o inimigo — o imperialismo norte-americano e seus agentes internos — obter vitórias parciais, acumular forças revolucionárias. Ser revolucionário não é esperar passivamente a «hora H» da revolução, nem pensar que as transformações mais profundas podem ser feitas hoje mesmo, de acordo com os nossos desejos.

— Para abrir caminho às transformações radicais, para ganhar forças, é preciso lutar agora por **soluções nacionalistas e democráticas** de caráter parcial, por medidas econômicas e políticas que se

dirijam contra a subordinação ao imperialismo e os interesses retrógrados dos latifundiários.

— A conquista dessas reformas de estrutura é possível desde já, nos quadros do atual regime dependendo do crescimento das lutas de massas, do poderio da frente nacionalista e democrática e do papel que nela desempenharem as forças revolucionárias mais conseqüentes.

— Ao lutar por soluções positivas de caráter imediato, a classe operária não renuncia à revolução, às transformações radicais, como pregam os reformistas. Quando luta por reformas, o objetivo da classe operária é golpear o imperialismo norte-americano e seus agentes internos, acumular forças revolucionárias, modificar a situação em favor do povo e preparar condições para a realização completa das transformações radicais.

— Que soluções imediatas apontam os comunistas para os problemas do país?

a) Desenvolvimento econômico independente

Os comunistas chamam as forças antiimperialistas e democráticas a lutar por um programa de desenvolvimento econômico que tenha em mira a industrialização do país, com base, principalmente, nos recursos internos.

— Referir-se a algumas soluções de caráter antiimperialista como a abolição dos privilégios concedidos ao capital estrangeiro, restrição da remessa de lucros, início imediato da nacionalização

das empresas americanas, sobretudo dos trustes de energia elétrica, uma política financeira livre das imposições do Fundo Monetário Internacional, ampliação do comércio exterior, com os países socialistas e outras medidas indicadas na Resolução Política do V Congresso — (item 14).

b) — Reforma agrária e reivindicações dos camponeses

Os comunistas lutam por uma reforma agrária que liquide o monopólio da propriedade da terra pelos latifundiários e fortaleça a economia camponesa, sob formas individuais ou associadas. Torna-se necessário reformar a Constituição em um sentido democrático, tendo em vista eliminar os dispositivos que dificultam a realização de uma reforma agrária radical e outras reformas básicas. A fim de abrir caminho para essa reforma radical, é necessário lutar por medidas parciais:

— Explicar algumas soluções imediatas no campo — desapropriação de grandes propriedades incultas ou pouco cultivadas para o loteamento entre pequenos agricultores, aumento dos tributos sobre as grandes propriedades, regulamentação dos contratos de arrendamento, garantia de indenização por benfeitorias, defesa dos arrendatários contra despejos, etc. (Resolução política — item 15).

c — Elevação do nível de vida e direitos dos trabalhadores.

No momento atual, o combate à carestia ocupa

lugar importante na mobilização das massas, visando a exigir do governo uma política financeira livre das imposições do FMI e que assegure a elevação do salário real dos trabalhadores, o imediato congelamento dos preços dos artigos de consumo popular e medidas práticas contra a inflação. Os trabalhadores devem lutar pela elevação do seu nível de vida e ampliação dos seus direitos sociais:

— Reajustamento geral dos salários e vencimentos. Modificação da lei do salário mínimo a fim de garantir sua revisão anual, extensão à família, etc.. Contenção da carestia da vida. Aperfeiçoamento da Previdência Social e participação dos operários em sua direção. Aplicação efetiva e aperfeiçoamento da legislação trabalhista. Garantia dos direitos já estabelecidos para os trabalhadores rurais, legislação trabalhista adequada ao campo, etc.. (Resolução Política — item 16).

d) — Defesa e ampliação das liberdades democráticas

Os comunistas chamam todos os cidadãos a defender cada liberdade pública, cada direito democrático inscrito na Constituição, e denunciam quaisquer tentativas reacionárias de violação da legalidade.

— A necessidade de reforma na Constituição para ampliar os direitos democráticos. Legalidade para o PCB. Eliminação do artigo 58 da Lei Eleitoral. Liberdade sindical. Regulamentação do direito de

greve. Revogação da lei de segurança, etc... (Resolução Política — item 17).

e) — **Melhoria do nível de educação e saúde do povo**

Lutamos para que o desenvolvimento econômico do país se traduza na melhora substancial dos índices de educação e saúde das massas.

— Aperfeiçoamento do sistema de ensino público gratuito, aumento das verbas para a instrução pública, cabendo ao ensino privado papel auxiliar. Melhoria da assistência médica fornecida pela previdência social, etc. (Resolução política — item 18).

f) — **Política externa independente e pacífica**

Os comunistas lutam pela mudança de nossa política externa, por uma política de defesa da soberania nacional e da paz mundial que sirva à causa do desenvolvimento independente do Brasil.

— Amizade e cooperação com todos os povos. Manutenção da paz e da coexistência pacífica. Relações com a China e outros países socialistas. Solução dos problemas internacionais por meio de negociações. Cessação da corrida armamentista e desarmamento geral. Solidariedade aos povos que lutam contra o imperialismo. Apoio à revolução cubana, etc. (Resolução política — item 19).

2) — Um governo nacionalista e democrático — nosso objetivo imediato

— As lutas do povo brasileiro pelas soluções antiimperialistas e democráticas criam condições para a formação de um governo capaz de realizar estas soluções, um governo de coalisção que represente as forças nacionalistas e populares. Este é o objetivo imediato da classe operária.

— Um governo nacionalista e democrático é aquele capaz de realizar medidas dirigidas contra a dominação imperialista e em benefício do povo, embora se trate ainda de medidas parciais. Um governo desse tipo pode ser conquistado dentro dos quadros do atual regime, como resultado das lutas de massas e da mudança da correlação de forças políticas.

— Na situação atual do país, um governo nacionalista e democrático pode ser formado por vários caminhos:

a) — pela pressão das massas populares, das forças nacionalistas, no sentido de mudar a política e a composição do governo;

b) — pela mobilização das massas para alcançar a vitória dos candidatos nacionalistas e democráticos nos pleitos eleitorais;

c) — no caso de tentativas antidemocráticas por parte dos entreguistas e reacionários, pela ação das massas populares, unidas aos setores nacionalistas existentes no próprio aparelho do Estado, com

o objetivo de impor ou restabelecer pela força os direitos do povo.

— As circunstâncias concretas de cada situação é que poderão determinar o caminho para a formação de um governo nacionalista e democrático. Uma orientação patriótica e popular pode ser realizada por um ou por sucessivos governos que se apoiem na frente nacionalista e democrática e sejam sua expressão.

— Nas condições criadas após a crise de agosto de 1961, os comunistas consideram necessária a união de todas as forças patrióticas e populares para a luta pela mudança do atual Conselho de Ministros e pela formação de um Conselho de Ministros nacionalista e democrático, através da pressão sobre o Congresso Nacional e outras formas de luta de massas.

— A participação da classe operária em um governo nacionalista e democrático depende do papel que os trabalhadores desempenharem na luta antiimperialista e na vida política, do grau de sua unidade e organização.

— Os comunistas, como representantes da classe operária, reivindicarão sua participação em um governo nacionalista e democrático. Mesmo que não participem dele, hão de apoiá-lo e resolutamente, na medida em que realize uma política patriótica. E continuarão lutando para dele participar.

3) — A passagem das soluções imediatas às transformações revolucionárias

— A medida em que um governo nacionalista e democrático adotar soluções parciais para os problemas do país, enfrentará a oposição do imperialismo norte-americano e de seus agentes internos. Terá então necessidade de aplicar medidas mais enérgicas e profundas contra o inimigo. Deverá entrar em um processo de **radicalização** de sua política e de sua composição, processo que deve ser impulsionado pela classe operária e outros setores populares.

— A formação de um governo nacionalista e democrático não significa ainda a solução completa das tarefas fundamentais da atual etapa da revolução. Será necessário para isso eliminar radicalmente a exploração do capital imperialista e pôr fim ao monopólio da terra pelos latifundiários. Aí não se trata de reformas parciais, mas de transformações de profundo conteúdo revolucionário. Sua realização exige que o Poder esteja nas mãos das forças mais revolucionárias.

— A fim de realizar as transformações radicais na estrutura econômica e social do país, a classe operária, apoiada nos camponeses e nas camadas médias, terá que lutar contra a influência das forças conciliadoras. Esta luta para fazer avançar a revolução levará ao Poder um governo das forças anti-imperialistas e antifeudais onde o proletariado, como

a força revolucionária mais conseqüente, deverá ter o papel dirigente.

— A direção do proletariado no movimento antiimperialista e democrático é, portanto, uma questão decisiva. Completadas no fundamental as tarefas da revolução nacional e democrática, a direção (hegemonia) do proletariado é também a condição política principal para assegurar a transição ao socialismo.

4) — A possibilidade de um caminho pacífico

— Nas condições atuais do Brasil e do mundo, existe a possibilidade real de que a revolução anti-imperialista e antifeudal atinja seus objetivos por um caminho pacífico.

— As condições que determinam essa possibilidade são, principalmente:

a) A presente situação internacional (a existência e o fortalecimento do sistema socialista mundial, os êxitos do movimento de libertação nacional).

b) O processo de democratização em curso no país, o ascenso do movimento operário, o fortalecimento da frente nacionalista e democrática.

— Existindo a possibilidade de um caminho pacífico, os comunistas tudo farão, no que deles dependa, para transformá-la em realidade.

— O caminho pacífico significa a realização dos objetivos revolucionários sem que seja inevitável a insurreição armada e a guerra civil. Isto exige que as massas disponham de grandes forças e estejam

organizadas, impõe uma ação enérgica das forças nacionalistas e democráticas para quebrar a resistência das forças entreguistas e reacionárias por meios pacíficos.

— O caminho pacífico nada tem a ver, portanto, com a conciliação de classes, o espontaneísmo e a passividade. Exige a intensificação da luta de massas, que não exclui os choques e conflitos com o inimigo. Exige o desenvolvimento da luta de classes, condição indispensável ao fortalecimento da unidade e da organização dos trabalhadores. Exige a defesa e a ampliação das liberdades democráticas.

— A escolha dos meios para fazer vitoriosa a revolução não depende somente do proletariado e demais forças revolucionárias. Os inimigos externos e internos resistirão por todos os meios à perda de suas posições. Em desespero de causa, podem recorrer à violência, para impedir a vitória do povo, criando uma situação em que a revolução não teria outra possibilidade senão a de uma **solução pela luta armada**.

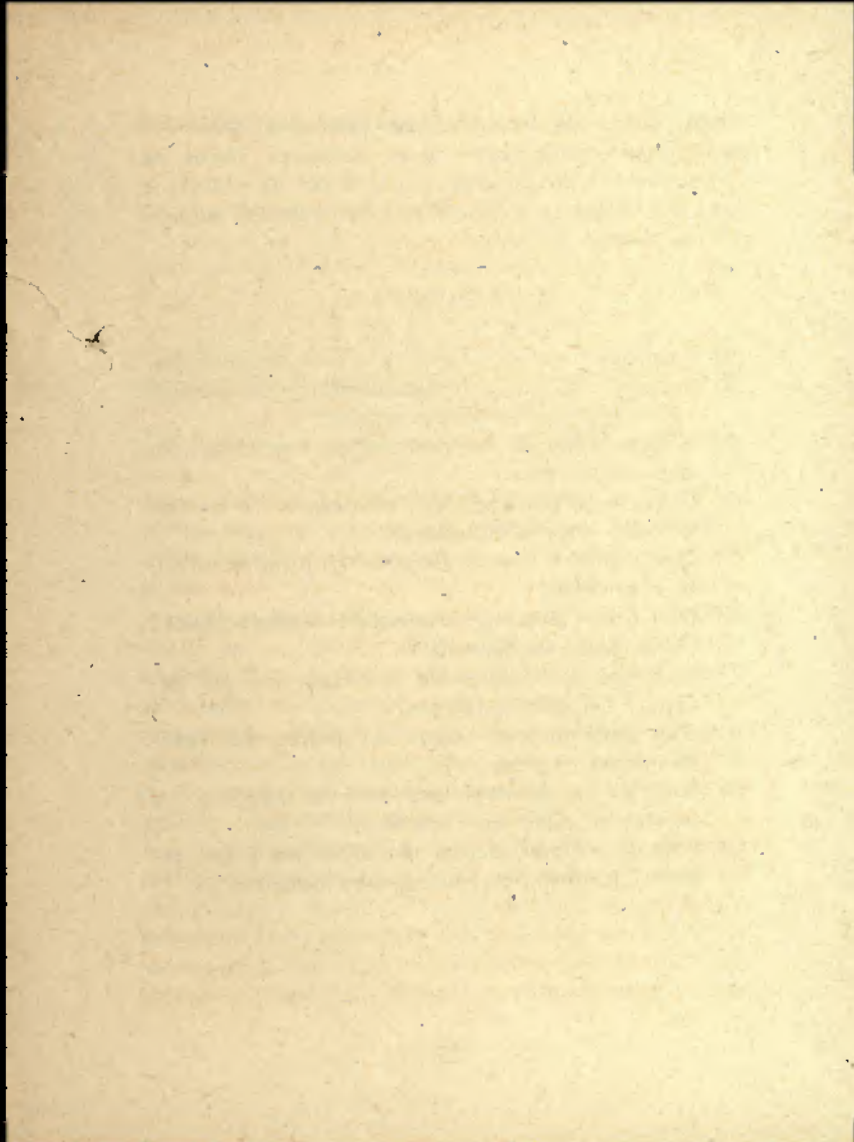
— O proletariado e seus aliados acumulam forças em sua luta e se esforçam por alcançar os objetivos revolucionários por um caminho pacífico. Mas não devem perder de vista que, em certas circunstâncias, suas forças podem ser necessárias para tornar a revolução vitoriosa por um **caminho não pacífico**.

— A experiência da crise de agosto de 1961 demonstrou que, para livrar nosso país dos monopólios norte-americanos e de seus agentes internos.

temos ainda de travar duros combates. Devemos estar sempre preparados para enfrentar tôdas as consequências do aguçamento da luta de classes e das crises políticas e, portanto, para rápidas mudanças nas formas de luta.

PERGUNTAS

- 1) Com que objetivo lutamos por soluções parciais?
- 2) Aponte algumas soluções para um desenvolvimento econômico independente.
- 3) Indique algumas reivindicações imediatas dos dos camponeses.
- 4) Como é possível elevar imediatamente o nível de vida dos trabalhadores?
- 5) Que significa uma política externa independente e pacífica?
- 6) Que é um governo nacionalista e democrático? Como pode ser formado?
- 7) A classe operária pode participar de tal governo? Em que condições?
- 8) Que governo será capaz de realizar as transformações radicais?
- 9) Por que é possível um caminho pacífico na revolução? Que significa isso?
- 10) Pode-se afirmar que a revolução no Brasil seguirá, fatalmente, um caminho pacífico?



6.ª AULA

- 1) — Como e por que surgiu o PCB?
- 2) — O partido de vanguarda da classe operária.
- 3) — Dirigir as massas e aprender com as massas.

1 — Como e por que surgiu o P.C.B.?

— Os inimigos do comunismo repisam constantemente a calúnia de que o Partido Comunista é uma criação artificial de um punhado de agitadores, dos «agentes de Moscou». Para eles, as idéias comunistas são uma «ideologia exótica», estranha ao povo brasileiro e aos seus interesses.

— Mas, se assim fôsse, não se poderia compreender a enorme vitalidade do PC e das idéias que propaga. Se o PC fôsse uma organização artificial, já teria sido liquidado há muito tempo pelas campanhas de repressão policial, pelo terror e pelas torturas. Se as idéias comunistas fôsem estranhas ao nosso povo, não poderiam sobreviver em face da colossal máquina de propaganda dos inimigos do comunismo.

— Entretanto, o PC continua a enraizar-se entre os trabalhadores e o povo. Suas idéias ganham cada dia novas consciências. Isto demonstra

que o Partido Comunista surgiu como resultado de profundas exigências do desenvolvimento social e sua existência corresponde a interesses reais — aos interesses da classe operária.

— O Partido Comunista do Brasil foi fundado em 25 de março de 1922. Sua fundação decorre da elevação da consciência de classe do proletariado brasileiro como consequência de um conjunto de fenômenos:

a) o crescimento industrial do país durante e após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o que provocou o agravamento das contradições sociais;

b) a Grande Revolução Socialista de Outubro na Rússia, a formação do primeiro Estado proletário, que significou uma reviravolta na história da humanidade e levou a todo o mundo as idéias triunfantes do marxismo-leninismo;

c) os grandes movimentos grevistas de 1917-1919, nos principais centros industriais do Brasil.

— Em seus 39 anos de vida, o PCB foi sempre o defensor firme e combativo dos interesses da classe operária e do povo brasileiro, lutando à frente das massas pela independência nacional, pelas liberdades democráticas, pela paz mundial e pelo bem-estar dos trabalhadores. Manteve sempre erguida a bandeira do socialismo e da solidariedade internacional do proletariado. Toda a sua existência é, assim, marcada pela luta em defesa das aspirações das massas populares e dos interesses nacionais. Os comunistas foram sempre os

animadores e os combatentes de vanguarda em tôdas as lutas sindicais, em todos os movimentos patrióticos, em defesa do patrimônio, da soberania e da cultura nacionais. Eles têm sido o porta-estandarte fiel e combativo das aspirações e das lutas da nação brasileira: da classe operária, das massas camponesas, das classes médias, da intelectualidade, de tôdas as forças de liberdade e progresso social.

— Citar alguns episódios destacados da história do PCB: a insurreição nacional-libertadora de 1935; a luta ilegal durante o Estado Novo; a atuação patriótica na guerra contra o nazi-fascismo; as campanhas pela paz, em defesa do petróleo, contra o envio de tropas para a Coréia, etc..

2 — O partido de vanguarda da classe operária

— A classe operária dispõe de várias organizações para a sua luta: sindicatos, sociedades beneficentes, cooperativas, etc. Por que é necessário, então, o Partido Comunista?

— Apenas com a ajuda dos sindicatos, das sociedades beneficentes, etc., os operários não poderão liquidar o capitalismo e construir a sociedade socialista. Para êste fim, é necessária uma organização de tipo superior, que não se limite à luta pela satisfação das necessidades imediatas dos trabalhadores e tenha como objetivo conduzir a classe operária ao Poder, realizar a transforma-

ção revolucionária da sociedade. Esta organização é o Partido Comunista.

— O Partido Comunista deve ser a vanguarda da classe operária, a parte mais avançada e consciente dessa classe, capaz de conduzir as amplas massas trabalhadoras tanto na luta pelas suas reivindicações imediatas como na luta pela eliminação do capitalismo e pela construção do socialismo.

— Por que o Partido Comunista pode desempenhar esse papel de vanguarda?

a) O PC não atua às cegas, orienta-se pela teoria revolucionária do marxismo-leninismo, que expressa cientificamente os interesses fundamentais da classe operária;

b) a principal força do Partido Comunista consiste em não estar isolado, em não constituir um grupo estreito e fechado de revolucionários, mas em manter-se ligado intimamente às grandes massas trabalhadoras, cujas lutas se esforça por encabeçar.

— O PC não pode ser integrado, portanto, por todos os operários, mas apenas pelos elementos de vanguarda, mais conscientes e avançados, da classe operária. Sendo, por sua natureza, o partido do proletariado, o PC deve possuir raízes não só no meio operário, mas em outras camadas do povo.

— Os comunistas não são pessoas excepcionais, mas operários, camponeses, intelectuais e empregados comuns, gente simples do povo. Devem

distinguir-se apenas por sua maior consciência dos interesses coletivos. Por sua firmeza de convicções e, conseqüentemente, por seu espírito revolucionário, por sua disposição de enfrentar tôdas as dificuldades na luta pela causa que abraçaram.

— Algumas pessoas, expressando pontos-de-vista da burguesia, negam a necessidade da existência do Partido Comunista nos países que lutam por sua libertação nacional e consideram necessária apenas uma «vanguarda do povo» ou a frente única nacionalista.

— A necessidade da frente nacionalista e democrática não exclui, porém, a existência e a atuação independentes do Partido Comunista. Se a frente única encarna os interesses políticos gerais do povo brasileiro, o Partido Comunista, que é o defensor mais conseqüente desses interesses e, por isso, participa da frente única, não pode deixar de existir e atuar como representante dos interesses de classe do proletariado que, além da revolução anti-imperialista e democrática, visa chegar ao socialismo e à sociedade sem classes.

— O proletariado procura conduzir a luta pela emancipação nacional de modo conseqüente, devendo por isso conservar, dentro da frente única, sua independência ideológica, política e organizativa. Tal independência é inconcebível sem que exista um Partido Comunista, uma vanguarda guiada pela teoria marxista-leninista e ligada profundamente às massas.

3 — Dirigir as massas e aprender com as massas

— O PC só pode ser um partido de vanguarda se está estreitamente ligado às massas e goza de seu apôlo. Como se torna o PC um verdadeiro dirigente de massas? Quando convence as massas de que exprime e defende corretamente os interesses delas. E só pode convencê-las não com palavras, mas com fatos: por sua política, por sua iniciativa, por sua fidelidade ao povo.

— Ao mesmo tempo que difunde entre os trabalhadores o seu programa e educa as massas na luta pelos objetivos revolucionários e pelas transformações radicais da sociedade, o PC organiza a luta de massas pela satisfação das necessidades imediatas e parciais dos trabalhadores e do povo.

— Para isso, as organizações do Partido devem ter a ligação mais estreita, diária, com as massas. Cada comunista deve pertencer à uma organização de massas e ali realizar um trabalho permanente e paciente de esclarecimento e organização. (Exemplificar com as organizações de massas existentes no local — sindicatos, ligas camponesas, associações estudantis, etc.).

— Como trabalhar nas organizações de massas? O PC de modo algum pretende privar essas organizações de sua autonomia. Os comunistas se esforçam para que cada uma dessas organizações realize suas próprias tarefas, de acordo com sua natureza específica. (Exemplo: os sindicatos devem

aluar fundamentalmente em torno das reivindicações econômicas e sociais dos operários).

— Os comunistas respeitam as decisões e a disciplina das organizações de massa em que atuam, cumprem seus estatutos e consideram seu dever ajudar cada organização a defender melhor os interesses das massas. São os campeões da luta pela unidade dos trabalhadores e dos patriotas de todas as tendências. Esforçam-se para ser os mais ativos, esclarecidos e combativos lutadores. Somente assim podem conquistar a confiança das massas e dirigi-las, elevando sua consciência política.

— Através das organizações de massas é que o Partido se liga estreitamente aos trabalhadores e ao povo. Por isso, os comunistas têm a obrigação de participar dessas organizações, mesmo quando seus dirigentes e grande parte dos associados são indiferentes ou hostis em relação a nós.

— Os comunistas não podem irritar-se com a incompreensão das massas. Devem encontrar o caminho para chegar à consciência e ao coração dos trabalhadores, sem temer as prevenções, os preconceitos e mesmo os insultos.

— Qual o papel da organização de base no trabalho de massas?

— As organizações de base são o alicerce do Partido, o ponto-de-apôio para o trabalho junto às massas. Elas atuam ali onde é possível estabelecer ligação com os trabalhadores e o povo,

influir sobre eles. Cada organização de base é constituída dos membros do Partido que trabalham numa mesma empresa ou residem numa mesma área de moradia. Admite-se também organizações de base femininas, juvenis e, em casos excepcionais, de setor profissional.

— As organizações de base devem participar ativamente da vida da massa no local de trabalho ou de moradia, dos seus movimentos e lutas, das suas organizações, ouvindo-a atentamente, recolhendo as suas experiências e levando-a a conhecer, assimilar e pôr em prática as palavras-de-ordem, as resoluções, a linha política do Partido.

— Que significa, para os comunistas, dirigir as massas?

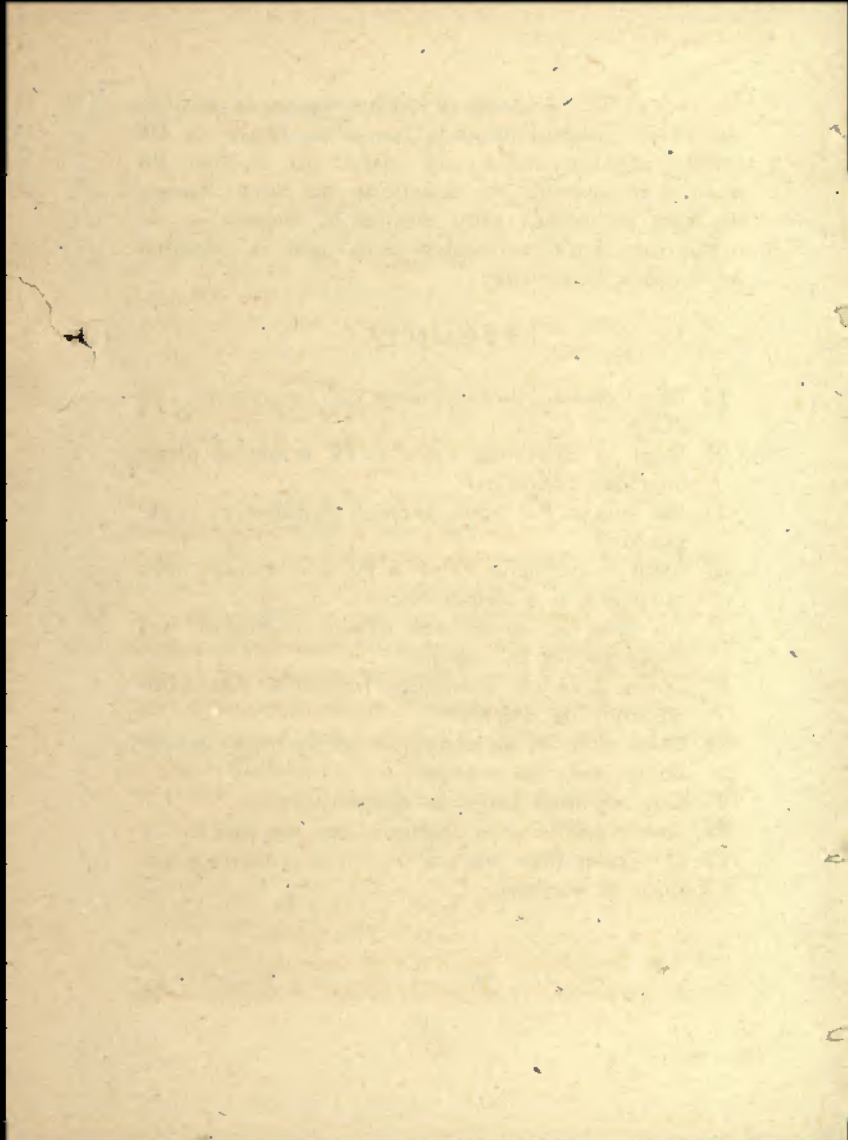
— Só podemos dirigir as massas quando levamos em conta sua experiência e o nível de sua consciência, quando não nos desligamos da realidade e não avançamos demasiado, sòzinhos. Se a vanguarda avança isolada, perde a direção das massas, que não a acompanham, e é derrotada. (Exemplos).

— Mas, levar em conta o nível de consciência das massas não significa adaptar-se às massas mais atrasadas e seguir a reboque delas. Os comunistas atuam de acôrdo com as exigências da vida, porém marcham adiante do movimento espontâneo das massas, esforçam-se para orientar êsse movimento, para conduzí-lo à conquista dos objetivos já maduros. (Exemplos).

— O PC só pode dirigir as massas e ensiná-las se êle próprio aprende com elas, isto é, se êle estuda atentamente o que nasce da prática do povo, e se embebe da sabedoria do povo. Aprender com as massas para ensinar às massas — eis o princípio marxista-leninista pelo qual se orientam os Partidos Comunistas.

PERGUNTAS

- 1) Que causas determinaram o surgimento do PCB?
- 2) Qual a diferença entre o PC e outras organizações operárias?
- 3) Por que o PC pode exercer o papel de vanguarda?
- 4) Qual a distinção entre o PC e a frente única nacionalista e democrática?
- 5) Por que os comunistas devem trabalhar nas organizações de massas?
- 6) Como deve um comunista trabalhar nas organizações de massas?
- 7) Qual o papel da organização de base no trabalho junto às massas?
- 8) Que significa isolar-se das massas?
- 9) Que significa ir a reboque das massas?
- 10) Que quer dizer aprender com as massas e ensinar às massas?



7ª aula

- 1) — Como é organizado o P.C. — o centralismo democrático.
- 2) — O que significa ser comunista.
- 3) — A democracia partidária e a direção coletiva.
- 4) — A liberdade e a disciplina no Partido Comunista.

1 — Como é organizado o PC — o centralismo democrático

— A organização do PC não é arbitrária. Decorre do próprio papel que desempenha o Partido, da natureza de classe do proletariado, dos objetivos e tarefas em função dos quais se organizam os comunistas.

— O Partido Comunista é uma união voluntária dos comunistas. Ele se caracteriza pela unidade de vontade e de ação dos seus membros. Essa unidade resulta do fato de que todos os comunistas lutam pelo mesmo ideal, servem à mesma classe — a classe operária, e entre eles não deve haver interesses fundamentais divergentes.

Os interesses que o PC expressa são os interesses de toda a classe operária. Tais interê-

ses só podem manifestar-se através de uma vontade unida, que reúna as diversas ações isoladas dos operários em uma luta comum. Somente uma **direção centralizada** pode unificar todas as forças, orientá-las para um objetivo determinado, dar unidade às ações isoladas dos operários ou de setores da classe operária.

— Daí a necessidade do **centralismo** na organização do Partido, isto é, a existência de um **centro único dirigente** (Exemplos).

— Mas a vontade única do PC só pode ser criada por meios democráticos, isto é, através do trabalho conjunto, coletivo, quando se confrontem diferentes opiniões e propostas para adotar-se, em seguida, resoluções obrigatórias para todos. Assim, o centralismo do PC é um **centralismo democrático**, ou seja, baseado na vontade das massas partidárias. A vontade comum elaborada por esse meio reflete de maneira mais completa e real as necessidades objetivas da luta de classe do proletariado.

— O **centralismo democrático** significa:

a) eleição de todos os órgãos dirigentes do Partido, de baixo a cima;

b) prestação de contas periódica dos órgãos do Partido perante as organizações partidárias que os elegeram;

c) rigorosa disciplina partidária e subordinação da minoria à maioria;

d) caráter obrigatório das resoluções dos órgãos superiores para os órgãos inferiores.

(Exemplificar com fatos da vida do Partido e dispositivos dos Estatutos).

2 — O que significa ser comunista

— Membro do Partido é todo aquele que aceita o Programa e os Estatutos do PCB e que contribui para a atividade deste com meios materiais e por sua participação em uma das organizações partidárias.

— (Justificar cada uma destas condições, sem as quais o Partido não poderia constituir um todo organizado, sujeito a uma disciplina única e dotado da necessária unidade de pensamento e de ação).

— O ingresso no Partido Comunista implica em deveres e direitos para o combatente da causa operária.

— (Explicar os deveres do membro do Partido — art. 3º dos Estatutos)

— (Explicar os direitos do membro do Partido — art. 4º dos Estatutos).

3 — A democracia partidária e a direção coletiva

— Quando se aplica o centralismo democrático, os comunistas podem participar ativamente no trabalho do Partido. Esta é a essência da democracia partidária. Cria-se condições para que os membros do Partido possam discutir todas as questões, controlar o cumprimento das resoluções ado-

tadas, eleger os dirigentes, conhecer e examinar sua atividade.

— A democracia interna do Partido não consiste apenas em que os comunistas elejam os seus dirigentes. Os membros do Partido não só elegem e discutem como participam praticamente na orientação do trabalho do Partido.

— Mas a participação ativa de todos os comunistas na atividade do Partido não diminui a significação da direção, o papel dos dirigentes, que devem possuir capacidade, conhecimentos e experiência.

— Os quadros dirigentes não se encontram acima do Partido, e devem trabalhar sob o controle partidário. A democracia partidária é uma condição para a justa formação, seleção e educação dos quadros dirigentes. Ao mesmo tempo, a democracia é uma garantia de que a direção se apoiará na experiência coletiva e não refletirá apenas as opiniões pessoais de um ou outro dirigente.

— O que caracteriza a direção do PC é o método de trabalho coletivo. Só a direção coletiva permite evitar ao máximo as decisões unilaterais e errôneas. Dirigir coletivamente significa discutir coletivamente as questões, adotar e aplicar decisões coletivas. O trabalho individual do dirigente, fora do controle do órgão coletivo de direção, constitui violação da democracia partidária e da disciplina do Partido.

4 — A liberdade e a disciplina no Partido Comunista

As resoluções do Partido Comunista são elaboradas coletivamente, como resultado de uma ampla discussão de todas as questões. A discussão é necessária para:

- esclarecer todos os aspectos de cada problema;

- revelar os erros e deficiências do trabalho;

- convencer a todos do acerto das decisões adotadas.

- A discussão implica no exercício da crítica, que ajuda o Partido a corrigir seus erros, a aperfeiçoar sua atividade e a educar seus membros.

Em que consiste a crítica no PC?

- a) em revelar os defeitos e os erros;

- b) em esclarecer suas causas;

- c) em apresentar propostas para a sua correção.

— Mas o Partido distingue a crítica que o fortalece do ataque que o enfraquece. O Partido assegura a liberdade de crítica e chama à responsabilidade os dirigentes que acaso tentarem sufocá-la. Mas ninguém deve ter o direito de utilizar esta liberdade para enfraquecer a unidade do Partido.

— Como se pode distinguir a crítica útil do ataque nocivo? Para isso existem o Programa, as Resoluções e os Estatutos do Partido. Garantindo amplos direitos a seus membros, o Partido exige

dêles fidelidade a seu programa, a seus objetivos e a seus ideais. O Partido não pode admitir a pregação de opiniões antipartidárias e as considera incompatíveis com a permanência em seu seio.

— Enquanto as resoluções não são aprovadas, podem expressar-se no Partido diferentes opiniões e chocar-se pontos-de-vista opostos. Mas, depois de aprovadas as decisões, todos os comunistas atuam como um só homem. Nisto reside a essência da disciplina partidária, que exige a subordinação da minoria à maioria e o caráter obrigatório das resoluções adotadas.

— Que significação tem a disciplina no PC?

— A disciplina assegura ao Partido a organização e a unificação dos esforços de todos os comunistas, tendo em vista os objetivos comuns. Mas a disciplina comunista não é uma disciplina cega. Sua força consiste em que é uma disciplina consciente, porque se baseia na solidariedade ideológica dos comunistas e na aceitação consciente das resoluções partidárias, em cuja elaboração cada comunista teve participação ativa.

— A unidade de ação não significa, de modo algum, que no Partido não pode haver diferenças de opinião. Se não houvesse tais diferenças, o PC se transformaria em uma organização morta. O aparecimento de divergências em torno de uma ou outra questão é inevitável e admissível.

— A disciplina partidária não exige que ninguém renuncie à sua própria convicção. Mas obriga todo comunista a submeter-se às decisões adota-

das e levá-las à prática, mesmo quando não está de acôrdo com elas ou propôs outras decisões. A disciplina exige também què as questões internas do Partido não sejam discutidas fora das fronteiras partidárias.

— A experiência do movimento operário demonstra que, sem uma severa disciplina, o partido do proletariado transforma-se em uma organização amorfa, incapaz de encabeçar a luta dos trabalhadores.

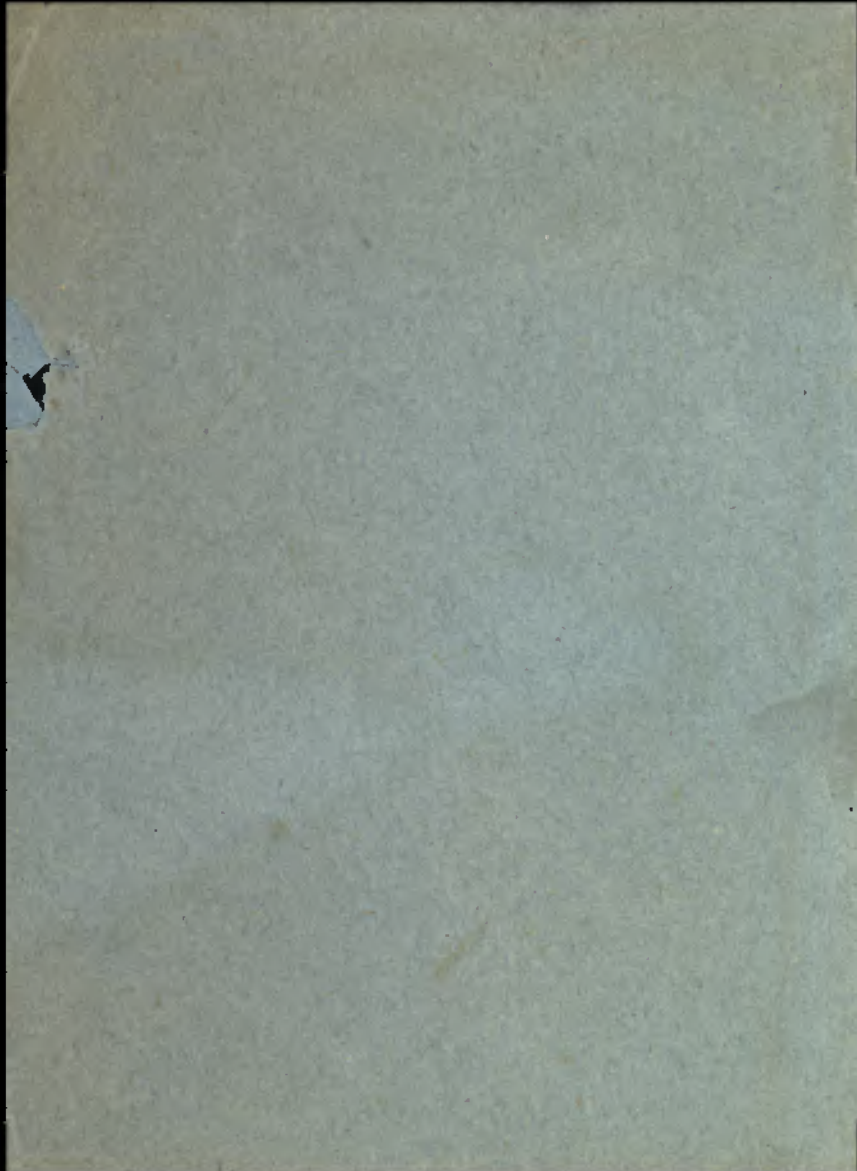
— Os Estatutos do PCB estabelecem medidas disciplinares para os membros e organizações que não se submetem às resoluções adotadas. (citar artigos). Constitui grave infração à disciplina partidária a formação de «frações», isto é, de grupos de membros do Partido que estabelecem relações orgânicas entre si para opôr-se às decisões da maioria e combater a linha do Partido.

— Em conclusão: — No Partido Comunista, a ampla democracia une-se com a direção centralizada, a livre discussão com uma severa disciplina e com a unidade de ação. A democracia sem direção centralizada transformaria o Partido em um clube de discussões. O centralismo sem democracia ou com uma democracia insuficiente produziria o burocratismo atrofante. A união correta do centralismo com a democracia assegura o amplo desenvolvimento da atividade e da iniciativa no Partido e, ao lado disso, uma firme direção, necessária na luta política.

PERGUNTAS

- 1) Por que o PC deve ter uma direção centralizada?
- 2) Que significa centralismo democrático?
- 3) Quem pode ser membro do Partido?
- 4) Quais são os deveres do membro do Partido?
- 5) Quais são os direitos do membros do Partido?
- 6) Dar um exemplo de violação do centralismo democrático.
- 7) Que significa direção coletiva e como deve ser praticada?
- 8) Por que é necessária a crítica no PC e em que consiste?
- 9) Por que deve haver disciplina no PC?
- 10) A disciplina no PC impede que existam diferenças de opinião?

22



9

A posição dos
comunistas
diante das
reformas de base

3 =

10

7

Cadernos de NOVOS RUMOS

**A posição dos
comunistas
diante das
reformas de base**

7

Cadernos de NOVOS RUMOS
Rio de Janeiro, 1963

A realização das reformas de base constitui exigência colocada hoje no centro da vida política do País.

Até algum tempo atrás, somente as forças antiimperialistas e democráticas mais radicais propunham medidas destinadas a golpear o imperialismo e o latifúndio. Falar em reforma agrária e em encampação de empresas estrangeiras era considerado "pregação subversiva", "crime contra as instituições".

A situação agora é outra. Camadas cada dia mais amplas da população já compreendem que a solução dos problemas nacionais exige medidas contra a dominação imperialista e a estrutura agrária atrasada baseada no latifúndio. Já não são apenas as forças mais radicais que propõem reformas. Entretanto, as reformas propostas pelo atual Governo não são as reformas efetivas exigidas pelo povo. Têm como objetivo conciliar os interesses de setores da burguesia com a manutenção dos privilégios do imperialismo e do latifúndio, numa tentativa de protelar indefinidamente a solução profunda dos problemas. De outro lado, são as próprias forças retrógradas que, diante da crescente radicalização das lutas de massas, acenam com falsas reformas para tentar enganar e dividir as forças patrióticas e democráticas e manter, assim, o seu domínio.

Com exceção de um pequeno número de elementos da extrema reação, todos hoje dizem admitir a premência de reformas de base. A batalha já não se trava apenas em torno da necessidade ou não de fazer reformas, mas do seu verdadeiro significado e alcance. Não basta, pois, falar de reformas em geral. É necessário apresentar soluções efetivas para os problemas nacionais, criticar e combater as falsas soluções que não atingem as verdadeiras causas dos problemas, as medidas inócuas que visam apenas a enganar o povo, mas que contam, por vezes, com o apoio de setores conciliadores da frente nacionalista e democrática.

Os comunistas têm manifestado reiteradamente sua opinião sobre as reformas de estrutura exigidas pelos interesses do povo. Entendemos que se torna cada vez mais imperiosa a necessidade de imprimir um novo curso ao desenvolvimento econômico e político do País. Esse curso deve consistir na adoção de soluções nacionalistas e democráticas que, embora parciais, estejam fora dos marcos da subordinação ao imperialismo norte-americano e aos interesses retrógrados dos latifundiários. Trata-se de soluções de caráter positivo, de reformas de estrutura que impliquem a adoção de uma política de desenvolvimento independente e progressista do País. Acreditamos que a conquista dessas reformas é possível nos quadros do atual regime. A luta por soluções parciais imediatas possibilita golpear as posições do imperialismo norte-americano e de seus agentes internos, acumular forças revolucionárias, modificar a correlação de forças em favor do povo e preparar condições para a realização das transformações radicais que assegurarão a plena emancipação econômica e política do Brasil, abrindo o caminho para o socialismo em nossa Pátria.

Apresentamos, em seguida, a opinião dos comunistas sobre qual deva ser o conteúdo das reformas de base hoje prementes:

REFORMA DO SISTEMA CAMBIAL E POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR

A reforma do sistema cambial deve ter como objetivo conseguir o equilíbrio do balanço de pagamentos, deter o processo de desvalorização do cruzeiro e conter as pressões inflacionárias provenientes do setor externo. Para isso, urge uma política orientada no sentido de impedir a evasão de recursos cambiais e aumentar a capacidade para importar, sem maior endividamento externo do País.

— O monopólio das operações de câmbio pelo Banco do Brasil, com a eliminação completa do mercado livre cambial e a fixação das taxas exclusivamente pelo Governo. Dêste modo, é possível adotar medidas efetivas contra as fraudes cambiais, como o subfaturamento, o superfaturamento, as remessas clandestinas de lucros e juros. Sômente com a eliminação do subfaturamento das exportações e do superfaturamento das importações, pode-se impedir, numa estimativa modesta, uma sangria de divisas da ordem de 300 milhões de dólares por ano. .

— Suspensão temporária das remessas de lucros, "royalties", juros, etc. para o exterior, até que sejam superadas as atuais dificuldades cambiais. De acôrdo com os dados oficiais, isto significa reter, nos próximos três anos, uma parte da receita cambial estimada em 166 milhões de dólares anuais, apenas no que diz respeito às remessas confessadas. Ao reiniciar-se a transferência desses rendimentos, deve ser rigorosamente aplicada a Lei de Remessa de Lucros, impedindo-se qualquer transferência de lucros obtidos sobre o capital reinvestido e limitando-se as remessas à percentagem estabelecida.

— Fortes restrições à concessão de divisas para fretes, seguros, turismo, donativos, etc, com o objetivo de reduzir radicalmente a saída de moeda estrangeira.

— Contrôlê rigoroso das transferências de valores e bens de cidadãos brasileiros para o exterior, a fim de impedir que parte apreciável da riqueza nacional seja depositada e aplicada em países estrangeiros, quando no Brasil há escassez de recursos para investimentos.

A política de comércio exterior deve ter em vista impedir a perda de substância que resulta da queda dos preços externos de nossos produtos de exportação, aumentar a receita cambial do País e assegurar a importação dos produtos essenciais ao processo de desenvolvimento.

— Política de defesa dos preços externos dos produ-

tos primários, por meio de acordos internacionais com os países interessados. Estímulo às exportações, não através das medidas costumeiras de desvalorização do cruzeiro, mas de uma política orientada para a conquista de novos mercados e a ampliação das vendas nos mercados existentes, inclusive com a diversificação dos produtos exportados. Remoção dos obstáculos ao intercâmbio bilateral com os países socialistas e intensificação do comércio com essa área. Com o fim de aumentar as exportações para os países socialistas, ampliar as importações de equipamentos, matérias-primas e combustíveis provenientes desses países, em termos de competição com as correntes tradicionais de comércio do Brasil. Denúncia dos "Acôrdos do Trigo" com os Estados Unidos.

— Monopólio das exportações de café pelo IBC, a fim, de impedir as manobras especulativas das firmas exportadoras, controladas em grande parte por grupos estrangeiros. Ampliação das exportações de café, sobretudo do produto de baixo custo, a fim de aumentar nossa capacidade de competição. Redução substancial das subvenções concedidas ao setor cafeeiro. A política em relação ao café deve ter em mira reduzir a pressão que este setor exerce no sentido da desvalorização externa do cruzeiro, como um dos principais fatores inflacionários.

— Contrôlo drástico das importações, com o estabelecimento do regime de licença prévia e o fornecimento de divisas, segundo critérios que estabeleçam rigorosa prioridade para a compra de equipamentos, matérias-primas e combustíveis necessários ao desenvolvimento do País.

Proibição da importação de artigos de luxo ou supérfluos e de produtos que podem ser fabricados no País, inclusive equipamentos.

POLÍTICA DE RESTRIÇÃO AO CAPITAL MONOPOLISTA ESTRANGEIRO

Sômente a eliminação completa das atividades do

capital monopolista estrangeiro no Brasil pode conduzir à plena emancipação econômica do País. Entretanto, é possível desde já orientar-se no sentido de restringir o seu campo de ação, eliminar alguns dos aspectos mais nocivos de sua influência na economia nacional e, deste modo, criar condições mais favoráveis ao desenvolvimento independente do País.

— Registro obrigatório dos capitais estrangeiros aplicados no Brasil, com permanente e efetiva fiscalização de suas atividades. Obrigatoriedade de uma contabilidade padronizada para as empresas estrangeiras e da prestação de informações semestrais aos órgãos do Governo. Extinção das ações ao portador emitidas pelas sociedades anônimas, para identificação dos capitais estrangeiros.

— Encampação das empresas estrangeiras de energia elétrica e telecomunicações, tendo em vista as necessidades da segurança nacional e o papel que desempenham na vida do País. A indenização aos proprietários deve ser estabelecida segundo o custo histórico, após um rigoroso tombamento físico-contábil, em que se apurem os lucros ilegais obtidos por tais empresas. Nacionalização, segundo o mesmo processo, das empresas imperialistas da indústria de alimentação, particularmente frigoríficos, moinhos de trigo e fábricas de leite em pó. A fim de permitir a indenização às empresas nacionalizadas em títulos com o pagamento a longo prazo, modificação do dispositivo constitucional que estabelece a indenização prévia e em dinheiro nos casos de desapropriação.

— Supressão da influência de grupos monopolistas no comércio exportador de matérias-primas, com a proibição da atividade de empresas imperialistas na mineração, extração, beneficiamento, financiamento, transporte e exportação de nossos produtos, especialmente café, cacau, algodão, minérios de ferro e manganês.

— Eliminação da atividade dos trustes internacionais no setor petrolífero, através das seguintes medidas: monopólio pela Petrobrás da importação do petróleo e derivados; criação de uma subsidiária que realize a distribuição em grosso dos derivados do petróleo, ficando a distribuição a varejo a cargo de empresas de capital exclusivamente brasileiro; encampação das refinarias particulares.

— Como primeiro passo para a nacionalização das empresas estrangeiras que atuam no ramo da indústria automobilística e de construção naval, avaliação dos favores cambiais e tributários que lhes foram concedidos, convertendo-os em ações ordinárias que pertencerão à União.

— Eliminação dos privilégios concedidos ao capital estrangeiro em detrimento do capital nacional, tais como o de importar equipamento sem cobertura cambial (regime da instrução 113), as isenções fiscais, os favores creditícios e outros.

— Proibição da compra de empresas nacionais, ou de suas ações, por grupos alienígenas e da colocação no mercado brasileiro de títulos e ações emitidos por empresas estrangeiras. Interdição da atividade de empresas estrangeiras de financiamentos, investimentos, seguros e capitalização, com o fim de evitar que grupos monopolistas continuem a mobilizar recursos nacionais para seus empreendimentos.

— Modificação da política de empréstimos no exterior, tendo em vista resguardar a soberania nacional e assegurar o desenvolvimento independente do País. Denúncia de todos os acordos lesivos aos interesses nacionais, como os que resultam de imposições do Fundo Monetário Internacional. Interrupção temporária do pagamento das dívidas no exterior, até que se regularize a situação cambial. Reexame dos empréstimos externos contraídos por entidades públicas, com o objetivo de con-

vertê-los em compromissos vencíveis a longo prazo. A fim de prosseguir na realização de obras básicas que exijam créditos externos (centrais hidrelétricas, usinas siderúrgicas, etc) deve-se dar preferência ao financiamento realizado de governo a governo, através de entidades públicas, sempre que possível com o pagamento em produtos de exportação como o café.

— Restrição efetiva à ação do capital estrangeiro no terreno do crédito, tendo em mira reservar o mercado de capitais a empreendimentos brasileiros e incrementar os investimentos genuinamente nacionais. Interdição aos bancos estrangeiros de receberem depósitos no Brasil. Proibição de empréstimos e avais concedidos por bancos estatais a empresas estrangeiras, inclusive sob a forma de tomada de ações destas empresas.

REFORMA TRIBUTÁRIA E POLÍTICA FINANCEIRA

A reforma tributária deve visar ao aumento da receita pública e ao equilíbrio orçamentário, com a finalidade de eliminar o foco de inflação representado pelo déficit do orçamento federal.

— Modificação do sistema tributário, de modo a que o peso principal da carga fiscal recaia sobre os grupos de altas rendas, através de impostos diretos, e não sobre as massas consumidoras, que pagam impostos indiretos. Atualmente, o imposto de renda constitui apenas 26% da receita tributária, enquanto os impostos indiretos representam 74%.

— Elevação das taxas e da arrecadação do imposto de renda, a fim de que este tributo represente pelo menos 50% da receita federal. Devem ser instituídas tabelas fortemente progressivas, para que o imposto de renda incida principalmente sobre as pessoas físicas de rendas elevadas.

— Com o objetivo de aumentar a arrecadação do imposto de renda, estabelecimento de penalidades severas para os fraudadores do fisco, inclusive a pena de prisão e o confisco de bens, assim como reaparelhamento dos órgãos arrecadadores. Proibição às sociedades anônimas de distribuírem lucros através da entrega de ações gratuitas a seus acionistas. Extinção das ações ao portador.

— Criação de um novo imposto sobre os acréscimos anuais de bens e valores dos possuidores de grandes fortunas.

— Transferência para a União da competência de fixar e cobrar o imposto territorial rural, retirando-o da alçada do Município, a fim de assegurar a arrecadação e utilização mais efetivas desse tributo. A lei deve assegurar aos Municípios, como compensação, uma quota sobre o montante da arrecadação realizada.

Conjugada com a reforma tributária, a política financeira deve ter por objetivo assegurar a taxa de investimento necessária ao desenvolvimento econômico do País, sobretudo mediante a mobilização de recursos não-inflacionários, evitando-se um corte brusco nas despesas estatais e uma política de compressão do consumo.

— Lançamento de um empréstimo interno compulsório, a ser coberto pelos grupos de altas rendas, com o objetivo de formar um fundo nacional antiinflacionário, ao qual recorreria o Governo sempre que fôsse necessário evitar as emissões inflacionárias de papel-moeda.

— Redução das despesas orçamentárias apenas no que se refere à eliminação dos gastos adiáveis e superfluos, sem qualquer restrição nas verbas destinadas a obras públicas e investimentos estatais de caráter econômico ou social. Redução dos *deficits* das ferrovias e empresas de navegação mediante o reequipamento técnico e a elevação das tarifas que beneficiam grandes produtores, intermediários e setores privilegiados, como é o

caso dos fretes para transporte de minério de ferro.

— Reforma bancária, com o objetivo de aumentar o controle do Estado sobre a rede bancária privada, inclusive através dos redescontos. Elevação da percentagem de depósitos que os bancos particulares devem recolher obrigatoriamente ao Banco do Brasil. Fortalecimento das entidades estatais de crédito: Banco do Brasil, BNDE, Banco do Nordeste, Banco de Crédito da Amazônia e Caixas Econômicas. Rigorosa seleção de crédito para impedir o financiamento de atividades especulativas e para discriminar contra a produção e o comércio de artigos de luxo e supérfluos, em favor da produção e do comércio de artigos de primeira necessidade e de amplo consumo.

REFORMA AGRÁRIA E MEDIDAS PARCIAIS EM BENEFÍCIO DOS CAMPONESES

A reforma agrária tem como objetivo fundamental a eliminação do latifúndio e o fortalecimento da economia camponesa, sob formas individuais ou associadas, bem como iniciar o estabelecimento da propriedade estatal na agricultura, tornando desse modo a terra acessível a todos os que nela trabalham, em particular aos camponeses sem terra ou com pouca terra. Somente uma reforma agrária radical poderá eliminar os entraves ao desenvolvimento das forças produtivas no campo, aumentar rapidamente a produção de alimentos e matérias-primas e criar condições para a elevação da produtividade da agricultura, a melhoria do nível de vida das massas camponesas e a expansão do mercado interno.

— A lei deve estabelecer um limite máximo de 500 hectares à propriedade territorial, sejam quais forem as condições de utilização da terra. Acima deste limite, as terras serão desapropriadas. Um limite mais elevado deve

ser previsto apenas em casos excepcionais, que a lei deve especificar, tendo em vista áreas de cultivo e pecuária para cuja exploração eficiente seja necessário manter uma extensão superior à estabelecida. As terras sujeitas à desapropriação, mas cuja unidade econômica seja conveniente preservar, devem ser entregues a cooperativas de trabalhadores agrícolas que contem com a ajuda técnica e financeira do Estado. Uma parte delas poderá ser destinada a fazendas de propriedade estatal.

— Tomar como base da reforma agrária a desapropriação e distribuição das propriedades latifundiárias, e não a colonização de terras públicas. Em razão disso, iniciar a reforma pelas áreas mais próximas dos centros urbanos e das principais vias de comunicação, onde a maioria das terras já se acham apropriadas e existem enormes extensões não aproveitadas, mal aproveitadas ou exploradas em condições de baixa produtividade. Quanto às terras de domínio público, aquelas que forem efetivamente cultivadas por posseiros devem ser entregues gratuitamente a estes e expedidos seus títulos de propriedade no mais breve prazo. A maior parte constituirá, no entanto, um fundo de reserva em mãos do Estado, tendo em vista o desenvolvimento da economia agropecuária, a sua distribuição segundo um plano e as necessidades crescentes de ocupação da terra, a conservação dos recursos naturais e a organização de fazendas-modelo, de propriedade estatal ou cooperativa.

— O pagamento de indenizações pelas terras desapropriadas deverá ser feito com títulos resgatáveis a longo prazo e a juros baixos, sem qualquer cláusula de reajustamento do valor dos títulos. *Uma reforma constitucional deve eliminar do artigo 141, parágrafo 16, a exigência de "prévia indenização em dinheiro" para as desapropriações por utilidade pública ou interesse social.* O prazo de pagamento das indenizações não deve ser

inferior a 20 anos, nem os juros superiores a 5% anuais. Quanto à fixação do montante da indenização, deve basear-se no valor registrado para fins de pagamento do imposto territorial, levando-se em conta a média do valor declarado nos três anos anteriores ao da aprovação da lei agrária.

— A reforma agrária deve assegurar a cada camponês a propriedade, a título gratuito, de um lote de terra capaz de garantir a subsistência de sua família e condições mínimas de bem-estar, devendo a extensão deste lote ser fixada de acordo com as condições de cada região, a natureza das terras e o tipo de cultura. Deverão ser beneficiados com a entrega gratuita do lote familiar não apenas os posseiros, nas terras públicas, mas também os arrendatários, parceleros, agregados e camponeses sem terra, em geral, que receberem parcelas das terras desapropriadas. Os camponeses que tiverem possibilidade de cultivar uma área cuja extensão ultrapasse a do lote familiar devem ter o direito de adquirir, a longo prazo e a juros baixos, uma parcela adicional até um limite estabelecido por lei. A reforma agrária deve garantir o direito do camponês à propriedade da terra. Entretanto, o acesso do lavrador à terra, em certos casos (como nas áreas irrigadas do Nordeste), deverá estar vinculado a formas coletivas de exploração, cuja necessidade é ditada por fatores de ordem econômica.

— A reforma agrária deve estabelecer que as terras sujeitas a contratos de arrendamento e parceria sejam desapropriadas e entregues, dentro dos limites de área estabelecidos por lei, aos camponeses que as cultivam.

— Modificação do artigo 156, parágrafo 2.º, da Constituição Federal, que permite a alienação ou concessão de terras públicas até dez mil hectares, sem prévia autorização do Senado, e em extensão ilimitada, desde que haja essa autorização. A lei deve estabelecer o limite

máximo de 500 hectares para a alienação ou concessão de terras de domínio público.

Ao mesmo tempo que se realiza a luta pela reforma agrária radical, é possível concretizar imediatamente medidas parciais que melhorem a situação das massas camponesas, incrementem a produção de gêneros alimentícios e matérias-primas:

— Regulamentação legal dos contratos de arrendamento e parceria, que devem ser escritos. O aluguel da terra não deve exceder 20% do valor da produção. Fixação dos prazos mínimos dos contratos em cinco anos. Prorrogação automática, pelo mesmo prazo, quando o proprietário não solicitar a terra alugada para realizar sua exploração direta. Arrendatários e parceiros devem ter garantia contratual de indenização das benfeitorias e direitos assegurados contra despejos arbitrários.

— Entrega imediata de títulos de propriedade aos posseiros que trabalham na terra e defesa rigorosa dos direitos dos camponeses contra a grilagem.

— Imposto territorial rural fortemente progressivo, com aumento da carga tributária sobre as grandes propriedades, em proporção à área total e à parte não aproveitada das terras, e isenção fiscal para as pequenas propriedades, de tipo familiar.

— Ajuda financeira direta dos bancos oficiais aos pequenos cultivadores, proprietários ou não, de modo que o crédito agrícola oficial não seja monopólio dos grandes fazendeiros.

— Estímulo ao cooperativismo entre os pequenos e médios lavradores; fixação de preços mínimos compensadores nas fontes de produção; garantia de transporte eficiente e barato para a produção de gêneros alimentícios; concessão de créditos para a aquisição de instrumentos agrícolas e fornecimento de sementes, adubos e inseticidas aos pequenos e médios agricultores, particu-

larmente quando se dedicarem à produção de alimentos.

— Combate à ação especulativa dos intermediários, com o estabelecimento de ampla rede estatal de armazéns e silos e melhoria do sistema de transportes.

— Aplicação efetiva da parte da legislação trabalhista já existente e que se estende aos trabalhadores agrícolas bem como imediatas providências governamentais no sentido de impedir sua violação. Elaboração de Estatuto que estabeleça uma legislação trabalhista adequada aos trabalhadores rurais. Concretização da portaria que regulamenta a sindicalização rural, com a plena garantia à organização livre e autônoma dos assalariados e semi-assalariados do campo e o reconhecimento imediato dos sindicatos rurais.

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Tendo em vista as desigualdades regionais do desenvolvimento econômico e social e, em particular, a gravidade da situação do Nordeste, é necessário empreender um programa efetivo para a solução desse problema de interesse nacional. O programa de desenvolvimento do Nordeste deve ser orientado no sentido de fixar os camponeses nordestinos nas zonas úmidas e férteis, inclusive as bacias beneficiadas pela açudagem, através da reforma agrária, e de promover a industrialização da região com base em recursos nacionais, mediante a iniciativa e o apoio da União.

— Desapropriação das terras dos latifúndios na faixa úmida do litoral, nos vales dos rios, nos baixios dos açudes e perto dos grandes centros urbanos. O pagamento das indenizações aos proprietários e a distribuição das terras aos camponeses deverão ser feitas nos termos propostos no item referente à reforma agrária.

— Aprovação urgente, pelo Congresso Nacional, do anteprojeto de irrigação do Nordeste, que visa ao apro-

veitamento econômico-social das terras irrigáveis por obras públicas, mediante a sua desapropriação, loteamento, arrendamento e venda posterior aos camponeses e trabalhadores agrícolas.

— Considerando que as condições de cultivo e produtividade nas terras irrigadas são criadas por investimentos públicos, as concessões de terras deverão estar vinculadas à participação dos beneficiários em cooperativas, que organizarão em bases coletivas não só a irrigação como a assistência técnica e financeira.

— Encampação das companhias de energia elétrica subsidiárias da Bond and Share na Bahia, em Pernambuco, em Alagoas e no Rio Grande do Norte. Desapropriação da SANBRA e da Anderson Clayton e sua transformação em empresas de economia mista, com participação majoritária do Estado.

— Industrialização do Nordeste à base da iniciativa ou do apoio da União, através de empresas estatais, de economia mista ou de grupos nacionais, com preferência para as constituídas com capitais da própria região e sem qualquer dependência em relação a grupos imperialistas.

— Utilização pelo Governo das possibilidades de ajuda dos países socialistas à industrialização do Nordeste, mediante a obtenção de créditos a longo prazo e a promoção de assistência técnica.

* * *

Apresentando sua opinião sobre as reformas de base, os comunistas consideram que a conquista dessas reformas depende, essencialmente, das lutas do povo brasileiro, da coesão e do poderio da frente única nacionalista e democrática e do papel que nela desempenharem as forças revolucionárias mais consequentes, sobretudo a classe operária, os camponeses e outras camadas populares.

Consideram, ainda, que a luta pela realização dessas reformas está intimamente ligada à luta pela formação de um governo nacionalista e democrático.

Oferecem, portanto, suas propostas como base para a elaboração de uma plataforma unitária do povo brasileiro e como objetivo para a luta de todos os patriotas e democratas.

Abril de 1963

11

S.D

Editora Aliança do Brasil Ltda.
Av. Rio Branco, 257 -- sala 905
Rio de Janeiro - Guanabara.

8

20

AL

**Os comunistas
brasileiros definem
sua posição ante a
grave situação do País**

Rio, 1962

**Os comunistas
brasileiros definem
sua posição ante a
grave situação do País**

Rio, 1962

Os comunistas
brasileiros definem
sua posição ante a
grave situação do País

JW

Os acontecimentos das últimas semanas revelam um agravamento considerável da situação política nacional. As soluções de compromisso que vêm sendo adotadas pelas classes dominantes são cada vez mais precárias, surgem novas crises de governo, sucessivos conflitos entre as forças que se acham no poder. Enquanto os grupos reacionários e entreguistas realizam esforços desesperados para tentar deter o processo democrático, as forças interessadas no progresso e na libertação do País intensificam sua atividade e manifestam uma combatividade crescente. Abrem-se, assim, diante do povo brasileiro, perspectivas para avançar no sentido de novas e maiores conquistas.

— I —

Fatores diversos contribuem para o agravamento da situação política nacional. A causa mais profunda reside em que o desenvolvimento econômico dos últimos anos, deformado e entravado pela dominação imperialista e pelo latifúndio, aguçou extremamente as contradições da estrutura econômico-social. Criou-se uma exigência premente de reformas profundas e radicais. Neste mesmo sentido, influem poderosamente na vida do País elementos de ordem externa como a superioridade crescente do sistema socialista sobre o sistema imperialista, os grandiosos êxitos da luta de libertação nacional e, em particular, o exemplo revolucionário de Cuba.

Em consequência de tais fatores, eleva-se a consciência política das massas trabalhadoras e populares, radicaliza-se e amplia-se a luta contra o imperialismo e o latifúndio. A medida que se fortalece sua unidade, o movimento ope-

rário exerce uma influência dia a dia mais importante na vida política do País e na frente única nacionalista e democrática. As classes dominantes sabem agora que não podem deixar de levar em conta este novo fator da situação brasileira. Nesse sentido, foi de enorme significação a greve política de âmbito nacional realizada a 5 de julho, poderosa manifestação de força que influiu seriamente no curso dos acontecimentos, pondo por terra os planos das forças reacionárias e abrindo uma perspectiva nova à ação política dos trabalhadores. O IV Encontro Sindical Nacional, através da voz de 3.500 delegados de centenas de sindicatos de todo o País, além de levantar a bandeira das reivindicações de classe, reafirmou a coesão, o espírito unitário e a disposição de luta do proletariado, que exige, no interesse de toda a Nação, a realização imediata das reformas básicas, a formação de um governo nacionalista e democrático.

Atinge novas proporções a luta das massas camponesas e dos trabalhadores agrícolas contra a brutalidade da exploração dos latifúndios e pela posse da terra. Sucedem-se os choques violentos dos camponeses com os grileiros, os capangas dos latifundiários e as forças policiais, de norte a sul do País — no Maranhão, na Paraíba, na Bahia, em Goiás, no Estado do Rio — assim como as greves de assalariados agrícolas, particularmente em São Paulo. Eleva-se a consciência política das massas do campo, que revelam maior combatividade e lutam para libertar-se da opressão e da miséria. Cresce o nível de sua organização e multiplica-se o número de associações e ligas camponesas, de sindicatos de trabalhadores agrícolas, cujos efeitos ascendem a centenas de milhares em todo o País.

Nas cidades, é sobretudo o movimento estudantil que expressa a crescente indignação das camadas médias, cada dia mais afetadas pela inflação e a carestia, pelas dificuldades de abastecimento dos gêneros mais essenciais, pelos problemas de habitação, transporte, saúde e educação. A greve nacional universitária revelou a força do movimento estudantil organizado e seu crescente papel na vida política nacional. Assim também, os acontecimentos de 5 de julho na Baixada Fluminense expressaram, de forma espontânea e violenta, o justo descontentamento das grandes massas

urbanas e sua disposição de não tolerar passivamente a proteção criminosa das soluções para os problemas vitais do povo.

— II —

O agravamento das contradições da sociedade brasileira, a elevação da consciência política das massas, a ampliação e radicalização da luta contra o imperialismo e o latifúndio, a necessidade cada vez mais urgente de mudança na estrutura econômico-social do País não podem deixar de influir nas posições dos diversos setores das classes dominantes, manifestando-se em conflitos dentro do bloco heterogêneo de forças que detêm o poder do Estado, em crises de governo que se repetem com maior frequência.

Em face da premência das reformas de estrutura, os setores retrógrados, constituídos pelos latifundiários mais atrasados e pela burguesia entreguista, esforçam-se por criar obstáculos à sua realização, considerando-as uma ameaça aos seus privilégios. São porta-vozes destas forças os círculos dirigentes do PSD e da UDN, além de outros agrupamentos políticos que compõem, em conjunto, a maioria do atual Parlamento. Sua resistência às reformas tem como objetivo impedi-las, ou, na medida em que isto seja impossível, torná-las inócuas ou insignificantes, a fim de que sejam salvaguardados seus interesses caducos. Entre essas forças distingue-se uma ala direita extremada (Lacerda, "Ação Democrática Parlamentar"), que se opõe praticamente a qualquer compromisso em torno das reformas e atua como brigada de choque da reação.

Como consequência do processo de industrialização e da evolução política dos últimos anos, aumenta no aparelho do Estado a influência da burguesia ligada aos interesses nacionais, imprimindo-lhe a marca de sua natureza dúplice e conciliadora. Essa camada da burguesia, representada fundamentalmente pelos círculos dirigentes do PTB, pelo sr. João Goulart e pelas forças políticas que o cercam, é favorável a reformas de base. Sua aspiração principal consiste em impulsionar o desenvolvimento econômico capitalista, e este impõe a adoção de medidas co-

mo, por exemplo, a regulamentação da remessa de lucros do capital estrangeiro e uma reforma agrária limitada, que representam restrições ao capital imperialista e à propriedade latifundiária, não implicando, porém, a eliminação efetiva desses fatores de atraso do País. Embora não sendo revolucionária, tal posição leva este setor da burguesia a conflitos com os interesses do imperialismo e das forças reacionárias. Do mesmo modo, no plano internacional, esta camada da burguesia trata de utilizar em favor de seus interesses a nova situação mundial, o crescente poderio dos países socialistas e a Revolução Cubana, servindo-se desses fatores inclusive como elementos de pressão sobre o governo e os monopólios dos Estados Unidos, a fim de aumentar seu poder de barganha e obter concessões. Esta é uma das razões que explicam os aspectos positivos da atual política exterior do Brasil, o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com os países socialistas, a defesa da autodeterminação dos povos e do princípio de não-intervenção e a aproximação com os chamados países não-alinhados em questões como a do desarmamento. Ao mesmo tempo, a política dessa camada da burguesia é ditada pela necessidade de ter em conta as aspirações democráticas e antilimperialistas das massas populares, pela intenção de amainar o seu descontentamento em face dos problemas que se aguçam, desviá-las do caminho revolucionário e manter dentro dos limites convenientes aos seus interesses de classe as mudanças que já se tornam prementes.

Assim, embora seja levada, na defesa de seus próprios interesses, a entrar em conflito com o imperialismo e as forças reacionárias, esta camada da burguesia não é capaz de realizar uma política no sentido de romper efetivamente com o sistema imperialista, porque a ele está vinculada pelos seus interesses fundamentais de classe exploradora e também porque teme o avanço do socialismo. Esta contradição essencial determina a natureza dúptica da burguesia ligada aos interesses nacionais e marca toda a sua política conciliadora. Sendo interessada na realização de reformas de base, alia-se em certa medida às forças que lutam pelo progresso e a libertação do País, participando da frente única nacionalista e democrática, mas é incapaz de encabeçar uma luta revolucionária pelas transformações

antimperialistas e antilatifundiárias, porque recela que a luta de massas se converja em revolução popular e afete seus interesses de classe exploradora. Daí a sua tendência constante a chocar-se com o imperialismo e as forças reacionárias e, ao mesmo tempo, a solucionar estes conflitos através de compromissos.

Os acontecimentos recentes demonstram, por um lado, que a luta entre os dois setores das classes dominantes não exclui a tendência à conciliação, e que, por outro lado, a conciliação não elimina os motivos que levam à luta. Não implicando um rompimento decidido com os fatores de atraso e dependência do País, a política de conciliação se realiza em detrimento dos interesses do povo, conduz inevitavelmente a um novo agravamento dos problemas e gera novas crises, embora possa assegurar por algum tempo certo entendimento entre as classes dominantes e relativa estabilidade política, como ocorreu durante o governo do sr. Tancredo Neves.

— III —

A crise do governo que irrompeu em julho deste ano, por ocasião da mudança de gabinete, foi encerrada com um novo compromisso em torno da formação do Conselho de Ministros chefiado pelo sr. Brochado da Rocha. O acordo das classes dominantes realizou-se, porém, em bases diferentes do que foi concluído em setembro de 1961, pois a burguesia ligada aos interesses nacionais, fortaleceu suas posições, tanto no poder executivo como nas forças armadas. Embora vários ministros sejam homens conhecidos por seus vínculos com o movimento nacionalista, a política de conciliação com o imperialismo é evidenciada por fatos como a aceleração dos planos da "Aliança para o Progresso", a manutenção, no essencial, das normas econômico-financeiras ditadas pelo Fundo Monetário Internacional, assim como pela presença de ministros como Walter Moreira Sales e Renato Costa Lima, cujas ligações com os monopólios ianques são notórias.

Ao condicionar a sobrevivência de seu governo à antecipação do plebiscito e à concessão de delegação de po-

dêres para realizar certas reformas, o atual primeiro-ministro revela mais uma vez os objetivos imediatos do setor nacionalista burguês no poder, já proclamados pelo presidente da República no discurso de 1.º de maio. Trata-se da realização do referendo popular sobre o sistema de governo, no mais breve prazo possível, a fim de obter a volta ao presidencialismo e reforçar os poderes da camada da burguesia que o sr. João Goulart representa.

Os projetos de delegação de poderes enviados pelo sr. Brochado da Rocha à Câmara indicam claramente a essência conciliadora da política do atual Governo. Se, de um lado, contêm algumas medidas positivas, como o monopólio da importação do petróleo e derivados e a prorrogação dos contratos de arrendamentos, de outro lado propõem uma reforma tributária antipopular, não incluem medidas efetivas contra o imperialismo e o latifúndio, deixando a porta aberta a um compromisso com os inimigos da Nação. E foi realmente o que sucedeu, pois os projetos de delegação de poderes, apresentados como exigências fundamentais do Gabinete, foram postos em segundo plano para facilitar o cambalacho entre as lideranças partidárias e o Conselho de Ministros, tendo como objetivo a votação da emenda constitucional que antecipa a data do plebiscito.

Esta política de conciliação favorece o imperialismo norte-americano e as forças reacionárias, que se utilizam dela para manter suas posições e impedir as mudanças necessárias ao progresso do País. Intensifica-se em todas as frentes a atividade dos inimigos da Nação. A embaixada dos Estados Unidos constitui-se em centro distribuidor de recursos financeiros aos governantes entreguistas como Carlos Lacerda, Juraci Magalhães, Cid Sampaio e outros. Fundos da "Aliança para o Progresso" do BID e de outras instituições tanques, além das "caixinhas" do IPES, do IBAD e de outras organizações reacionárias, são postos a serviço de intensa campanha anticomunista, com o objetivo de dividir o movimento operário, as entidades estudantis, enfim, a frente única das forças que se opõem ao imperialismo e ao latifúndio.

Os grupos retrógrados controlam com rigor crescente todos os instrumentos de propaganda, intimidam jornalistas, compram jornais, corrompem aberta e clinicamente. Utilizam-se particularmente dos elementos mais reacioná-

rios da alta hierarquia eclesiástica e do clero católico, para explorar os sentimentos religiosos de alguns setores da população e envolvê-los em sua conspiração reacionária. Pressionam o Governo, por todos os meios, no sentido de modificar a política externa de relações com todos os povos, e empregam os recursos mais escusos e todo tipo de provocações visando conseguir a rutura de relações com Cuba e, especialmente, com a União Soviética. Utilizam-se dos postos que conservam no aparelho de Estado, sobretudo nas forças armadas, para conseguir manifestações de apoio às posições políticas mais reacionárias. Dispondo de maioria no Parlamento, tratam de impedir a aprovação de qualquer medida efetiva em favor dos interesses nacionais, ao mesmo tempo que levantam agora de maneira hipócrita a bandeira da defesa da legalidade constitucional, porque as massas se mobilizam para exigir do poder legislativo as reformas indispensáveis ao progresso do País.

O agravamento da situação política não pode deixar de refletir-se no interior das forças armadas, onde se manifesta uma divisão cada vez mais evidente entre os chefes militares, ao mesmo tempo que se intensifica a atividade política entre a oficialidade e a tropa. As recentes manifestações ostensivas dos ministros militares e de generais pertencentes ao dispositivo militar do Governo, no sentido da antecipação do plebiscito, assim como as últimas declarações de alguns generais reacionários contra as "ameaças comunistas" e em defesa da "legalidade constitucional", que consideram ameaçada, revelam o sentido do choque que se esboça na área militar. Os fatos indicam que não está excluída a possibilidade de pronunciamentos militares, capazes de gerar conflitos importantes.

— IV —

Em face desse quadro da situação política, os comunistas consideram que a principal tarefa imediata do povo brasileiro consiste em lutar para isolar e derrotar as forças pró-imperialistas e reacionárias, por um governo nacionalista e democrático que inicie um programa de medidas efe-

tivas contra o imperialismo e o latifúndio, entre as quais devem estar.

a) Repulsa às imposições do FMI e aos planos da Aliança para o Progresso;

b) Limitação drástica da remessa de lucros dos monopólios estrangeiros e ampliação do monopólio estatal do petróleo;

c) Nacionalização das empresas estrangeiras concessionárias de serviços públicos, com indenização pelo custo histórico, assim como de outras empresas imperialistas que operem em setores fundamentais da economia do País;

d) Realização de uma reforma agrária radical, estabelecendo a entrega das terras dos latifúndios às massas camponesas, com a indenização das terras desapropriadas em títulos da dívida pública e segundo o valor tributado;

e) Medidas concretas contra a inflação e a carestia, rigoroso controle do câmbio e do comércio exterior;

f) Revogação das leis reacionárias, que violam os direitos do cidadão, como a Lei de Segurança Nacional, Legalidade para o Partido Comunista;

g) Reforma da lei eleitoral, com a eliminação das discriminações antidemocráticas, como as do artigo 58; restrição à influência do dinheiro nas eleições e direito de voto para analfabetos e soldados;

h) Política externa independente, de ampliação de nosso comércio exterior, de convivência pacífica entre os países de diferentes regimes sociais, em favor do desarmamento e da paz mundial;

i) Combate aos grupos terroristas, eliminação dos focos de provocação golpista nas forças armadas e garantia das liberdades democráticas para todos os cidadãos;

A fim de alcançar este objetivo, é necessário fortalecer a união de todas as forças nacionalistas e democráticas: a classe operária, os camponeses e as massas populares, que constituem a base do movimento pela libertação e o progresso do País, e a burguesia ligada aos interesses nacionais. Um governo nacionalista e democrático, capaz de adotar medidas efetivas contra os inimigos da Nação, deverá ser um governo de coalizão onde estejam representadas as forças integrantes da frente única, inclusive aquelas que dão a maior contribuição na luta ant imperialista e anti-

feudal; os operários, os camponeses, a intelectualidade revolucionária, as camadas médias. Não poderia inspirar confiança ao povo, nem realizar um programa efetivo de frente única, um governo do qual participasse apenas a burguesia ligada aos interesses nacionais, cujas tendências ao compromisso com o inimigo são evidentes.

A conquista de um governo nacionalista e democrático exige que as massas travem uma luta constante tendo como objetivo principal isolar e derrotar as forças que representam o imperialismo e o latifúndio e, neste sentido, utilizem os choques entre os dois setores das classes dominantes. Isto não deve significar um apoio passivo às posições da burguesia ligada aos interesses nacionais, porque esta camada da burguesia, ao mesmo tempo que utiliza o movimento de massas a fim de exercer pressão sobre as forças retrógradas, tende a entrar em conciliação com estas às custas do povo.

Por essa razão, um aspecto fundamental da ação das massas na luta para derrotar as forças do imperialismo e do latifúndio deve ser o combate à política de compromisso entre o setor burguês, representado pelo sr. João Goulart, e as forças reacionárias.

Não é possível lutar efetivamente para isolar e derrotar as forças reacionárias e alijá-las do poder, não é possível conquistar um governo nacionalista e democrático que realize reformas efetivas, sem derrotar a política de compromisso, que favorece o inimigo, realizada por aquele setor da burguesia. Para que seja efetivo o golpe principal contra o imperialismo e as forças reacionárias que o apóiam, é necessário golpear também a política de concessões a estas forças, com as quais a burguesia ligada aos interesses nacionais procura encerrar cada episódio da luta. A luta contra a conciliação só pode ter êxito através da mobilização das grandes massas trabalhadoras e populares, que devem levantar suas próprias bandeiras, exigir medidas efetivas contra o imperialismo, o latifúndio e a reação, e combater constantemente os compromissos com o inimigo, realizados pelo setor vacilante da frente única.

Na aplicação dessa tática, é necessário combater duas tendências falsas e nocivas.

A tendência "esquerdista" consiste em não determinar

que o golpe principal deve ser desfechado contra o imperialismo e seus agentes internos, em não distinguir entre as forças reacionárias e entregulistas e o setor nacionalista burguês, em não perceber as contradições existentes entre estes dois setores das classes dominantes e não procurar utilizar estes conflitos para aprofundar a luta contra o imperialismo e o latifúndio, para fazer avançar o movimento de massas e criar condições mais favoráveis à formação de um governo nacionalista e democrático.

A tendência direitista consiste em identificar de modo absoluto as posições da classe operária e das forças populares com os interesses do setor burguês representado pelo sr. João Goulart, em perder de vista o caráter duplice e conciliador da burguesia ligada aos interesses nacionais e não travar uma luta permanente contra a política de compromisso com o imperialismo e a reação, realizada por essa camada burguesa. Tal posição condenaria a classe operária e as massas a uma atitude passiva diante da política de conciliação com as forças reacionárias e, em última análise, a se tornarem cúmplices dessa política, ou simples massa de manobra do setor nacionalista burguês na luta para assegurar seus privilégios por meio de uma composição com a reação e o imperialismo.

— V —

A luta pela mudança na correlação de forças políticas e pela formação de um governo nacionalista e democrático está inseparavelmente ligada à luta pela realização imediata de reformas na estrutura do País, orientadas contra o imperialismo e o latifúndio. Estas reformas se converteram em uma necessidade irreprimível. Entretanto, a maioria parlamentar resiste a aprová-las ou trata de esvaziá-las de qualquer conteúdo efetivo. O governo João Goulart-Brochado da Rocha proclama sua disposição de realizá-las, abandonando-as, porém, para barganhar com o Parlamento a antecipação do plebiscito. Ao mesmo tempo que fala em reformas, o governo atual anuncia pela boca do entregulista Roberto Campos a conclusão de um escan-

daioso "acôrdo de garantia de investimentos" com os Estados Unidos, cujo objetivo declarado consiste em assegurar novos privilégios ao capital imperialista em nosso País. Os fatos demonstram que as reformas necessárias ao progresso nacional só poderão ser realizadas efetivamente, de acôrdo com os interesses do povo brasileiro, se forem desencadeados grandes movimentos de massas pela sua concretização. Essa é uma das tarefas inadiáveis traçadas pelo Encontro de Libertação Nacional e pelo Encontro Nacional Sindical, realizado recentemente em São Paulo. A ação de massas pelas reformas básicas deve estar intimamente vinculada à luta pelas reivindicações imediatas dos trabalhadores e do povo, pela elevação dos salários, pela revisão do salário mínimo, contra a carestia de vida, pela solução dos problemas do abastecimento que afligem amplas camadas da população.

O sr. João Goulart e outros representantes da burguesia alegam que o obstáculo à realização das reformas reside no sistema parlamentarista, porque este fraciona os poderes, dilui a autoridade governamental e impossibilita a execução eficaz de um programa administrativo. Afirmam que, sem a antecipação do plebiscito e a volta ao presidencialismo, não pode haver reformas de base. Essa argumentação, entretanto, destina-se a ocultar ao povo a essência do problema. Os comunistas são favoráveis à realização do plebiscito, no mais curto prazo, porque o povo deve ser consultado sobre a forma de governo, alterada sem o seu consentimento por uma maioria parlamentar reacionária. Mas a solução dos problemas nacionais não depende da escolha entre o parlamentarismo ou o presidencialismo. O empecilho às reformas de estrutura não está na forma de governo, mas na composição dos órgãos governamentais, na política de conciliação com o imperialismo e o latifúndio. Governos presidencialistas como os dos srs. Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros tampouco realizaram as reformas necessárias ao desenvolvimento independente e progressista do País, dado que se baseavam, como o atual, em um compromisso entre a burguesia ligada a interesses nacionais e as forças pró-imperialistas e reacionárias. Sem se deixar desviar para o debate secundário em torno do sistema de governo, o povo brasileiro deve intensificar sua luta por um governo nacionalista e democrático.

Essa luta é hoje inseparável da participação ativa na campanha eleitoral, que constitui uma importante batalha política. Os setores retrógrados lançam todo o peso de seus recursos, recorrem à corrupção eleitoral em proporções nunca vistas, monopolizam os meios de propaganda e dominam a imprensa, com o objetivo de conquistar os postos eletivos e impedir a realização das reformas de estrutura necessárias ao povo. Cumpre intensificar a ação das forças populares para eleger a 7 de outubro próximo os candidatos nacionalistas à Câmara e ao Senado, às assembleias e governos estaduais, às câmaras e prefeituras municipais, assim como para assegurar a eleição dos candidatos indicados pelos comunistas. O máximo de entusiasmo, de iniciativa e de trabalho são necessários para superar nas urnas o poder corruptor e a máquina de propaganda do imperialismo e da reação.

Ao mesmo tempo, devemos ter em vista que a situação política atual apresenta sinais de extrema gravidade. O conflito entre o governo João Goulart-Brochado da Rocha e a maioria parlamentar não foi resolvido com o compromisso concluído em agosto e pode reacender-se durante o "esforço concentrado" em que a Câmara examinará a emenda constitucional. Como consequência da discussão dessa emenda, poderá ocorrer um novo agravamento do conflito ou uma solução temporária de compromisso.

Nestas condições, a posição do movimento operário e das forças populares não pode ser de expectativa, à espera de que se produzam novas crises de governo. Sejam quais forem os acontecimentos que venham a ocorrer, as massas estarão preparadas para enfrentá-los na medida em que se mobilizarem desde já, através das organizações operárias, camponesas, estudantis, por todas as formas, e intensifiquem a luta pelas reformas de estrutura, por um governo nacionalista e democrático, pelas suas reivindicações imediatas, pela defesa e ampliação das liberdades, pelo isolamento e derrota das forças que representam o imperialismo e o latifúndio, contra a política de conciliação do Governo atual com os inimigos do povo e da Nação.

O momento presente exige dos comunistas que ponham em tensão todas as suas forças, estreitem sua ligação com as massas trabalhadoras da cidade e do campo, compreendam corretamente a situação política e avaliem com acerto

o grau de radicalização da consciência das massas. Da atividade dos comunistas, da sua capacidade em organizar e dirigir as massas, depende hoje em grande parte o maior ou menor avanço no sentido dos objetivos revolucionários do povo brasileiro.

Rio, agosto de 1962

Transcrito de NOVOS RUMOS de 31 de Agosto a 6 de Setembro de 1962.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
DIVISION OF THE PHYSICAL SCIENCES
DEPARTMENT OF CHEMISTRY
530 SOUTH EAST ASIAN AVENUE
CHICAGO, ILLINOIS 60607-7070
TEL: 773/936-5000 FAX: 773/936-5001

OFFICE OF THE DEAN

1000 UNIVERSITY AVENUE, SUITE 1000
CHICAGO, ILLINOIS 60607-7070
TEL: 773/936-5000 FAX: 773/936-5001

7/25

EDITORA ALIANÇA DO BRASIL
Av. Rio Branco, 257/sala 905
Rio de Janeiro/GB.

12

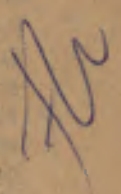
3

V Congresso

Resolução Política da
Covenção Nacional
dos Comunistas (Ago 60)

NOTA

Nos últimos dias de agosto de 1960, reuniu-se no Rio de Janeiro a Convenção Nacional dos comunistas brasileiros. Durante vários dias, delegados vindos de todo o País debateram os problemas nacionais e a linha política a ser adotada pelo movimento comunista brasileiro. A base do debate estavam as "Teses para discussão", anteriormente publicadas e submetidas a intensa e pública crítica, aberta a todos os comunistas, através das páginas de "Novos Rumos". Ao final da Convenção, a opinião comum sobre os temas debatidos foi formulada e aprovada, sob a forma de "Resolução Política da Convenção Nacional dos Comunistas", cujo texto é publicado na presente edição.



I

O Partido Comunista do Brasil, partido da classe operária, tem como objetivo supremo o estabelecimento da sociedade socialista, que se baseia na propriedade social dos meios de produção, põe fim à exploração do homem pelo homem e aos antagonismos de classe. Somente no socialismo o povo brasileiro encontrará não apenas sua definitiva emancipação nacional como a completa libertação social, o pleno florescimento de suas forças produtivas, o caminho aberto para o desenvolvimento do bem-estar material, da vida democrática e da cultura espiritual.

Nas condições atuais, entretanto, o Brasil tem seu desenvolvimento entravado pela exploração do capital imperialista internacional e pelo monopólio da propriedade da terra em mãos da classe dos latifundiários. As tarefas fundamentais que se colocam hoje diante do povo brasileiro são a conquista da emancipação do país do domínio imperialista e a eliminação da estrutura agrária atrasada, assim como o estabelecimento de amplas liberdades democráticas e a melhoria das condições de vida das massas populares. Os comunistas se empenham na realização dessas transformações, ao lado de todas as forças patrióticas e progressistas, certos de que elas constituem uma etapa prévia e necessária no caminho para o socialismo.

O Brasil sofre a exploração do capital monopolista estrangeiro através do comércio exterior, dos empréstimos financeiros e das inversões diretas de capital, inclusive em ramos fundamentais da indústria. A partir da Segunda Guerra Mundial, os monopólios norte-americanos alcançaram o predomínio absoluto sobre os seus competidores de outros países imperialistas e passaram a atrair para os seus empreendimentos capitais brasileiros, com os quais, em vários casos, se associam diretamente. A exploração imperialista, sobretudo norte-americana, impõe pesados sacrifícios à nação. Os monopólios ianques apropriaram-se de parcela considerável do valor criado pelos trabalhadores brasileiros e provocam graves deformações na economia nacional, entravando o seu progresso e agravando a situação de pobreza das grandes massas de nosso povo. A opressão imperialista norte-americana faz sentir seus efeitos sobre todas as camadas da população.

A estrutura agrária brasileira se baseia predominantemente na grande propriedade da terra. O Brasil figura entre os países de maior concentração latifundiária, o que resulta na existência de imensa massa de assalariados rurais e camponeses sem terra. O monopólio da propriedade da terra pelos latifundiários serve de base às formas pré-capitalistas de exploração. Em vastas zonas, predominam os processos mais primitivos de trabalho, com ínfima produtividade. Algumas áreas da região Centro-Sul se destacam pela aplicação de métodos mais modernos de cultivo, mas, na maior parte do País, a penetração capitalista na agricultura se processa lentamente. Em regra, combinam-se os métodos capitalistas à conservação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas, o que permite um grau mais elevado de exploração dos trabalhadores do campo. O monopólio da terra e as relações de produção pré-capitalistas não somente obstaculizam o

desenvolvimento da agricultura como constituem sério entrave ao processo de industrialização, restringindo consideravelmente a expansão do mercado interno.

A economia brasileira tem sofrido, nas últimas décadas, importantes modificações que resultam do desenvolvimento do capitalismo. Este desenvolvimento se processa dentro dos marcos da dependência ao imperialismo e da manutenção do monopólio da terra, não segue um curso independente e está sujeito a graves deformações. Entretanto, contrapondo-se a tais fatores adversos, o desenvolvimento capitalista nacional, que se manifesta particularmente na industrialização, impulsiona as forças produtivas e constitui elemento objetivamente progressista.

Apesar de seu progresso recente, o Brasil ainda não superou a situação de país subdesenvolvido. O padrão de vida do povo brasileiro continua a ser dos mais baixos do mundo. Em comparação com os países capitalistas adiantados, são muito inferiores os índices brasileiros de alimentação, saúde e educação. O curso atual de desenvolvimento econômico, que se adapta à dependência com relação ao imperialismo e à conservação do monopólio da terra, agrava as contradições fundamentais da sociedade brasileira, sem superá-las. Um outro curso de desenvolvimento, que se encaminhe para a liquidação do domínio imperialista e do monopólio da terra, é reclamado pelas necessidades objetivas da economia do país e corresponde aos interesses nacionais e populares.

3

Os latifundiários são a classe mais reacionária da sociedade brasileira, encarnam as relações de produção mais atrasadas e constituem um obstáculo à expansão das forças produtivas. São fortes os seus laços com o imperialismo, embora, em determinadas circunstâncias, surjam entre setores de latifundiários e monopólios estrangeiros contradições secundárias. Os interesses permanentes da

classe dos latifundiários se contrapõem aos objetivos da revolução brasileira.

A burguesia brasileira, na sua grande maioria, em virtude de seus próprios interesses de classe, é levada a chocar-se com o capital monopolista estrangeiro, que representa obstáculo à expansão dos seus negócios. A burguesia ligada aos interesses nacionais possui um duplo caráter. Pertencendo a um país explorado pelo imperialismo, encerra um potencial revolucionário e é uma força capaz de opor-se à dominação imperialista. Em consequência, porém, de sua natureza de classe exploradora, de sua debilidade econômica e política e de seus laços com o sistema imperialista, procura também defender seus interesses mediante acordos e concessões ao imperialismo. A fim de enfrentar o imperialismo, necessita apolar-se nas massas e pode, em certa medida, estimular a ação das massas. Temerosa, porém, de que a luta independente do proletariado ameace os seus interesses de classe exploradora, procura restringir o movimento de massas e mantê-lo nos limites convenientes aos seus objetivos. Empenhando-se em recolher para si todos os frutos do desenvolvimento econômico, a burguesia intensifica a exploração das massas trabalhadoras e lança sobre elas o peso das dificuldades que resultam da exploração imperialista e do atraso do País. A burguesia é, assim, na sua grande maioria, uma força antiimperialista inconsequente, que é capaz de enfrentar o imperialismo e, simultaneamente, vacila e tende aos compromissos com o inimigo da Nação. Um setor da burguesia é constituído por capitalistas que têm seus interesses entrelaçados com os dos grupos imperialistas na indústria, nos bancos e no comércio de importação e exportação. Esta minoria entreguista da burguesia constitui um apoio social interno da dominação imperialista.

No seu conjunto, a pequena burguesia urbana é uma força revolucionária, tem posição favorável à luta antiimperialista e democrática, e importantes camadas peque-

no-burguesas dela participam ativamente. Com o desenvolvimento capitalista, a pequena burguesia se diferencia: uma camada menor se torna abastada e a grande maioria sofre uma situação de instabilidade econômica que evolui para a proletarização e a leva freqüentemente a posições radicais.

As massas camponesas sofrem as conseqüências do sistema latifundiário. Mais de três quartas partes dos que trabalham no campo são desprovidos da propriedade da terra, vivendo, geralmente, em condições de extrema pobreza. Com a penetração capitalista na agricultura, forma-se uma camada de camponeses ricos; mas, de outro lado, cresce o número de camponeses total ou parcialmente proletarizados, aumenta a quantidade de assalariados rurais permanentes ou temporários e muitos camponeses são obrigados a emigrar para as cidades. As massas de assalariados agrícolas, além de receberem baixos salários, não gozam dos direitos assegurados em lei aos trabalhadores. Uma grande parte dos camponeses se encontra em situação intermediária, submetida a um trabalho extenuante e a precárias condições de vida. As massas camponesas, sobretudo as camadas mais oprimidas e exploradas, têm interesse em profundas transformações na estrutura agrária e na emancipação econômica do País, constituindo o aliado fundamental do proletariado na revolução antilimpialista e antifeudal.

O proletariado industrial cresce e concentra-se com o desenvolvimento do capitalismo, que acentua a exploração do trabalho assalariado. Em vista do processo inflacionário acelerado, a alta dos preços das mercadorias e serviços supera o periódico aumento nominal dos salários e vencimentos, provocando a queda do salário real, como tendência constante. Intensifica-se o ritmo de trabalho em muitas empresas, e a modernização das fábricas vem acompanhada de novas e mais brutais formas de exploração, da crescente subordinação do salário à obrigação de maior produtividade, da substituição do trabalho do

homem pelo de mulheres e menores. A baixa do salário real força os trabalhadores a fazerem horas extraordinárias ou procurarem outras ocupações remuneradas, o que leva à abolição, na prática, do preceito legal que limita a 8 horas a jornada diária, e significa séria ameaça à saúde dos operários. Algumas conquistas sociais dos trabalhadores são desrespeitadas, e a Previdência Social não atende satisfatoriamente às necessidades das massas. Nestas condições, a classe operária intensifica suas lutas, eleva sua consciência revolucionária e fortalece a unidade e a organização de suas fileiras. Os operários encarnam as forças produtivas modernas, a forma de economia mais avançada, são o elemento mais revolucionário da sociedade.

4

O Estado brasileiro representa os interesses dos latifundiários, dos capitalistas associados ao capital monopolista estrangeiro, particularmente o norte-americano, e da burguesia ligada aos interesses nacionais. Este caráter heterogêneo leva a contradições e compromissos de classe no seio do próprio Estado.

A medida que declina a influência conservadora dos latifundiários, como resultado do desenvolvimento econômico e das lutas de massas pela democracia e pela emancipação nacional, afirma-se a tendência à democratização do regime político. Esse processo democrático enfrenta a oposição das forças reacionárias e as tendências capituladoras da própria burguesia, sendo assinalado por retrocessos ou interrupções temporárias.

Embora a Constituição de 1946 encerre aspectos reacionários, como os dispositivos que limitam extremamente as possibilidades de realização de uma reforma agrária democrática, inscreve as liberdades e os direitos sociais conquistados pelas massas após a derrota mundial do fascismo e do Estado Novo no País: liberdade de palavra,

de imprensa, de reunião e de organização, sufrágio universal, regime representativo, direito de greve, etc. A Constituição estabelece, assim, instrumentos legais para a luta do povo brasileiro pela libertação nacional, pela democracia e por suas reivindicações sociais.

As forças reacionárias possuem posições decisivas no Governo e no Parlamento e conseguem impor medidas contrárias aos interesses nacionais e populares. Entretanto, ainda que o processo eleitoral esteja submetido a restrições antidemocráticas, as massas conseguem influir na composição do Poder Legislativo e obter a aprovação de reivindicações populares e de medidas antilimperialistas. Essa tendência à democratização se reflete, igualmente, nas forças armadas, embora estas continuem a ser órgãos de repressão a serviço do Estado. Particularmente no seio do Exército desenvolve-se uma importante corrente nacionalista, que participa ativamente da luta antilimperialista e possui tendências democráticas. O Poder Judiciário não tem ficado à margem desse processo de democratização.

A composição dos partidos políticos brasileiros continua sendo, em geral, heterogênea. Elementos nacionalistas existem em todos os partidos — mesmo nos dois maiores partidos de tendência conservadora, o PSD e a UDN — e, freqüentemente, entram em choque, dentro dos mesmos, com os setores entregulistas e reacionários. Acentua-se o crescimento dos partidos mais caracteristicamente urbanos, que têm certa base popular, como o PTB, o PSP e o PSB. Estes partidos tomam certas posições em defesa dos interesses das massas, sendo que o PTB goza de influência no seio da classe operária, e tanto este como o PSB já possuem plataformas nacionalistas e democráticas.

Apesar dessa tendência à democratização, o atual regime político conserva aspectos essenciais reacionários. O aparelho do Estado é utilizado pelas classes dominantes para intensificar a exploração dos trabalhadores e do povo e para realizar uma política exterior que mantém a dependência do País ao imperialismo. Os direitos dos

cidadãos sofrem graves restrições e as liberdades democráticas são muitas vezes violadas, como se verifica pela proibição do registro eleitoral do Partido Comunista, pela freqüente repressão policial a greves e manifestações populares, pelas ações arbitrárias de autoridades contra os camponeses e pela censura arbitrária ao rádio e à televisão.

5

Em virtude da natureza da coligação de que surgiu, o governo do sr. Juscelino Kubitschek tomou uma feição heterogênea, nêle figurando um setor entreguista ao lado de um setor nacionalista burguês. Sua composição é o resultado de um compromisso entre essas forças. Apesar de alguns aspectos nacionalistas e democráticos que existem em sua atuação, o governo do sr. Kubitschek realiza, no essencial, uma política de conciliação com o imperialismo norte-americano, o latifúndio e as forças reacionárias.

O atual governo levou a efeito algumas iniciativas de interesse nacional no terreno do desenvolvimento econômico. Entretanto, seu programa de metas se baseia, em grande parte, na atração de inversões maciças de capital imperialista, que deformam profundamente a industrialização do País e absorvem grande parte da receita em divisas com a remessa de lucros para o exterior. Se bem que desse alguns passos para ampliar o comércio exterior brasileiro, aumentando seu intercâmbio com os países socialistas, não foi capaz de romper, decididamente, com o monopólio dos Estados Unidos em nossas trocas externas. Apesar de haver resistido, sob pressão das massas, a algumas exigências do Fundo Monetário Internacional, fez repetidas concessões aos interesses imperialistas e aos latifundiários e exportadores de café, acelerando a desvalorização do cruzeiro e impulsionando o processo inflacionário. Recusando-se a enfrentar as causas básicas do

atraso do País — a dependência ao imperialismo e a estrutura latifundiária — o governo do sr. Kubitschek trata de financiar seu programa de desenvolvimento econômico com emissões inflacionárias de papel-moeda, que elevam brutalmente o custo de vida, enriquecem uma minoria privilegiada e reduzem o salário real dos trabalhadores, lançando sobre as massas o peso de enormes privações.

A política exterior brasileira acha-se em contradição evidente com as exigências do desenvolvimento econômico e político do País. Em lugar de realizar uma política independente, o atual governo continua a apoiar invariavelmente na ONU e em outras assembléias internacionais as posições dos Estados Unidos e de outras potências imperialistas. Embora a Operação Pan-Americana formule a necessidade da luta contra o subdesenvolvimento na América Latina, não passa de uma tentativa de conciliação dos interesses da burguesia dos países latino-americanos com os dos monopólios dos Estados Unidos, desde que subordina o desenvolvimento econômico de nossos países à pretensa "ajuda" do imperialismo norte-americano.

A medida que os aspectos negativos da política do atual governo se tornam mais evidentes, cresce entre as forças nacionalistas e populares a aspiração por um governo efetivamente capaz de mudar de rumo e empreender novos passos no sentido da emancipação e do progresso do País.

6

A revolução brasileira se processa na era da transição do capitalismo para o socialismo, quando um terço da humanidade vive sob o regime socialista. A superioridade crescente do socialismo sobre o capitalismo no plano mundial, o desenvolvimento ascendente do movimento de libertação dos povos e o conseqüente debilitamento do sistema imperialista exercem poderosa influência favorável

ao crescimento das forças ant imperialistas e democráticas no Brasil.

O poderio do sistema socialista mundial, que tem à frente a União Soviética, constitui um forte apoio à causa dos países subdesenvolvidos como o Brasil. Pela primeira vez na história, criou-se para o nosso país a possibilidade de obter equipamentos, créditos e assistência técnica sem a necessidade de submeter-se às imposições de caráter econômico, político e militar das potências imperialistas. Este fator novo atua no Brasil como um estímulo à luta das forças patrióticas e progressistas por uma política exterior independente e de paz.

O processo acelerado de decomposição do sistema colonial do imperialismo repercute profundamente no Brasil, constituindo vigoroso incentivo ao movimento nacionalista. As vitórias alcançadas pelos povos que se libertam do jugo estrangeiro revelam o quanto é precário o poder das potências imperialistas no mundo de hoje. A revolução popular cubana, que derrubou a tirania a serviço do imperialismo norte-americano e avança vitoriosamente pelo caminho da libertação nacional e da eliminação do latifúndio, influi poderosamente nas lutas do povo brasileiro, suscitando em nosso país um amplo movimento de solidariedade.

Em consequência da correlação de forças favoráveis ao socialismo e aos povos que lutam pela paz, surgiu em nossa época a possibilidade real de impedir a guerra e assegurar a coexistência pacífica entre os países de diferentes regimes sociais.

A nova situação mundial, em que são cada vez mais poderosas e influentes as forças que defendem a causa da paz, reflete-se em nosso país estimulando a resistência ao imperialismo norte-americano e a luta por uma política externa de paz e amizade com todos os povos, inclusive com a União Soviética, a República Popular da China e demais países socialistas.

A sociedade brasileira encerra duas contradições fundamentais que exigem solução radical na atual etapa histórica de seu desenvolvimento. A primeira é a contradição entre a Nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, que se expressa, essencialmente, como contradição entre os latifundiários e as massas camponesas.

A contradição antagônica entre o proletariado e a burguesia, inerente ao capitalismo, é também uma contradição fundamental da sociedade brasileira. Mas esta contradição não exige solução radical e completa na atual etapa da revolução, uma vez que, na presente situação do País, não há condições para transformações socialistas imediatas.

Em sua atual etapa, a revolução brasileira é antilimpialista e antifeudal, nacional e democrática. São suas tarefas essenciais.

— A completa libertação econômica e política da dependência em relação ao imperialismo, o que exige medidas radicais para eliminar a exploração dos monopólios estrangeiros que operam no País, principalmente os norte-americanos.

— A transformação radical da estrutura agrária, com a eliminação do monopólio da propriedade da terra, das relações pré-capitalistas de trabalho e, conseqüentemente, dos latifundiários como classe.

— O desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, mediante a industrialização do País e a superação do atraso de nossa agricultura.

— A elevação efetiva do nível de vida material e cultural dos operários, dos camponeses e de todo o povo.

— A garantia real das liberdades democráticas e a conquista de novos direitos democráticos para as massas.

A realização dessas tarefas implica em transformações

revolucionárias na sociedade brasileira. Exige uma profunda mudança na correlação de forças políticas e a passagem do Poder estatal às mãos das forças antiimperialistas e antifeudais — a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia ligada aos interesses nacionais — entre as quais o proletariado, como a força revolucionária mais conseqüente, deverá ter o papel dirigente.

8

Na luta por esses objetivos revolucionários, os comunistas levam em conta que, na situação presente, é a exploração imperialista norte-americana que constitui o principal obstáculo ao desenvolvimento independente e progressista da Nação. No plano econômico, a dependência de nosso país em relação aos monopólios ianques é o maior entrave à plena utilização dos recursos internos para a emancipação e o progresso da economia nacional. No plano político, a intervenção do governo de Washington nos assuntos internos do País representa permanente impedimento ao processo de democratização e à aplicação de uma política exterior consentânea com os interesses nacionais. O imperialismo norte-americano constitui ponto de apoio e fonte de estímulo para as forças mais reacionárias dentro do País. Como a sua dominação afeta os interesses de amplas camadas da população e fere os sentimentos nacionais de todos os patriotas, é contra ele que se podem unir as maiores forças sociais e políticas no Brasil.

Nestas condições, a contradição que se aprofunda, entre a nação brasileira e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos, tornou-se a contradição principal, dominante, na sociedade brasileira. O golpe principal das forças nacionais, progressistas e democráticas dirige-se atualmente contra o imperialismo ianque e os setores entreguistas que o apóiam. A luta pela emancipação nacional constitui a tarefa principal do povo brasileiro. Cada

passo à frente na realização dessa tarefa contribuirá para abrir caminho à solução dos demais problemas da revolução nacional e democrática.

O desenvolvimento econômico do País aprofunda também a contradição entre as forças produtivas e o monopólio da terra, entre os latifundiários e os camponeses, exigindo, desde já, transformações na estrutura agrária. A medida que se expandem as relações capitalistas, desenvolve-se a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa na luta de classes entre operários e patrões. Assim, o movimento nacional contra o imperialismo e seus agentes, tendo assumido o primeiro plano nas lutas atuais do povo brasileiro, não se realiza isoladamente, mas em íntima vinculação com os movimentos de natureza democrática e popular. A solução das tarefas fundamentais da revolução, na atual etapa, exige que as grandes massas de nosso povo — sobretudo os trabalhadores da cidade e do campo — participem, cada vez mais, da luta pela emancipação nacional. Para isto, é indispensável sua mobilização através dos movimentos pela reforma agrária, pela ampliação das liberdades democráticas e pelas reivindicações das massas trabalhadoras e populares.

9

O principal inimigo da revolução brasileira é constituído pelo imperialismo norte-americano e por seus agentes internos. A fim de manter seu domínio em nosso país, o imperialismo lanque conta com o apóio de setores de latifundiários e capitalistas, cujos interesses são vinculados ao sistema de exploração imperialista, e que, por sua vez, se apóiam nos monopólios estrangeiros para assegurar seus privilégios. Estas forças constituem o apoio social interno do imperialismo, atuam dentro e fora dos órgãos do Estado para manter e agravar a situação de dependência do País. Embora minoria ínfima, dispõem de

grande poder político e de fortes posições no aparelho estatal.

Ao inimigo principal da Nação se opõem forças muito amplas e poderosas: o proletariado, que é a classe mais firme e conseqüente na luta pela libertação nacional e a mais interessada em profundas transformações democráticas; os camponeses, interessados em liquidar uma estrutura agrária retrógrada que se apóia na dominação imperialista; a pequena burguesia urbana, que não pode expandir suas atividades em virtude do atraso do País; a burguesia ligada aos interesses nacionais, que é prejudicada pela ação dos monopólios imperialistas. Em certas circunstâncias, de modo temporário e instável, podem também opor-se ao imperialismo ianque alguns setores de latifundiários e grupos capitalistas ligados a monopólios estrangeiros rivais dos norte-americanos.

10

A fim de derrotar o inimigo comum, é necessária a frente única das várias forças interessadas na emancipação e no progresso do Brasil. A aliança dessas forças resulta de exigências da própria situação objetiva.

Como o imperialismo norte-americano e seus agentes internos constituem o inimigo principal, a frente única é muito ampla do ponto de vista de sua composição de classe. Pelo conteúdo das modificações que se propõe introduzir na sociedade brasileira e pela natureza das forças que a integram, é uma frente nacionalista e democrática. Na fase atual do processo de sua formação, a frente única não se apresenta sob a forma de uma organização que abranja todas as forças antiimperialistas e democráticas, nem se propõe ainda a realização completa dos objetivos revolucionários. Desenvolve-se na luta por objetivos nacionais e democráticos de caráter parcial. Manifesta-se em múltiplas formas concretas de

unidade de ação ou de organização. Entre estas, a mais importante, atualmente, é o movimento nacionalista.

O movimento nacionalista agrupa setores de diversas classes e camadas, atrai entidades, partidos, correntes e personalidades das mais variadas orientações políticas na luta por soluções patrióticas como a defesa do petróleo e de outras riquezas nacionais, o controle e a regulamentação do capital estrangeiro, a ampliação do intercâmbio com os países socialistas, a proteção à indústria nacional, assim como por mudanças na política e na composição do governo num sentido nacionalista e democrático.

11

Sendo composta de forças sociais diversas, que se unem em torno de interesses comuns, mas conservam também interesses opostos, a frente nacionalista e democrática encerra contradições. Enquanto o proletariado, os camponeses e as massas populares são firmes na luta pela libertação nacional e pelas transformações democráticas, a burguesia ligada aos interesses nacionais não tem firmeza na luta antiimperialista, tende aos compromissos com o inimigo, e certos setores burgueses assumem atitude vacilante em relação à reforma agrária. Há, finalmente, setores de latifundiários e capitalistas que podem adotar, eventualmente, posições nacionalistas, mas querem conservar a estrutura agrária atual e preconizam um regime político reacionário.

A classe operária deve aliar-se à burguesia ligada aos interesses nacionais e a outras forças, e, simultaneamente, lutar contra as tendências conciliadoras e antidemocráticas que nelas se manifestam. Ao mesmo tempo que pugna pela causa comum, contra a espoliação imperialista norte-americana, o proletariado precisa defender seus interesses específicos e os das massas trabalhadoras e populares, desenvolver a luta de classes contra os explo-

radores da cidade e do campo e bater-se por amplas liberdades democráticas que facilitam a ação independente das massas, objetivando dêsse modo reforçar as posições do setor mais conseqüente e firme da frente única. O proletariado necessita fortalecer-se como classe, organizar-se e adquirir consciência revolucionária, impedir que as vacilações da burguesia atinjam suas fileiras. Para isso, deve salvaguardar dentro da frente única sua independência ideológica, política e organizativa, condição essencial para que possa assumir a hegemonia do movimento e conduzi-lo à realização conseqüente dos objetivos antiimperialistas e democráticos, criando assim as premissas para a transição ao socialismo.

A luta dentro da frente única difere da luta que as forças nacionalistas e democráticas travam contra o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. Enquanto neste último caso o que se tem em vista é isolar o inimigo comum e destruí-lo, dentro da frente única visamos tornar mais coesas as forças que lutam por objetivos comuns, motivo por que as contradições de interesses e divergências de opinião dentro da frente única podem ser enfrentadas sem romper a unidade, embora não devam ser ocultadas e venham a causar choques e atritos.

12

O movimento antiimperialista e democrático no Brasil, em sua fase atual, se ressentido de vacilações e inconseqüências porque ainda não assumiu o caráter de um poderoso movimento de massas e à sua frente se encontram setores burgueses e pequeno-burgueses. Só poderá adquirir maior vigor e conseqüência à medida em que a classe operária dêle participar ativamente e lutar por assumir a sua vanguarda, em aliança com as massas camponesas e outras camadas populares.

A proporção que se aprofunda a luta antiimperialista e

democrática e se colocam diante da frente única objetivos mais radicais, certos setores nacionalistas burgueses se inclinam a uma política de conciliação com o imperialismo e as forças reacionárias. A fim de impulsionar o movimento, as forças mais conseqüentes da frente única devem intensificar as ações antiimperialistas e democráticas, imprimir-lhes um caráter cada vez mais firme e denunciar as hesitações dos setores conciliadores. Para fortalecer e ampliar a frente única, para transformá-la num poderoso movimento de massas, é necessário desenvolver em seu seio as forças que pugnam, ao lado das soluções nacionalistas, pelas transformações democráticas. Ao par da luta pelos interesses gerais da Nação, é necessário travar a luta pelos interesses vitais das massas — sobretudo dos operários, dos camponeses e das camadas médias — como condição essencial para alargar e reforçar as bases da frente única, mediante a participação ativa das massas trabalhadoras e populares.

A classe operária, através de sua vanguarda comunista, não condiciona sua participação na frente única a uma prévia direção do movimento. A hegemonia do proletariado deve ser conquistada como resultado de um processo de luta árduo e paulatino, durante o qual a classe operária forja sua unidade, estabelece uma sólida aliança com os camponeses — seu aliado fundamental — e defende acertadamente os interesses comuns de todas as forças que participam da frente única. A direção do movimento passará às mãos da classe operária, à medida em que os elementos conciliadores forem isolados, como consequência de suas atitudes de compromisso em relação ao inimigo, e as massas se convencerem, por sua própria experiência, de que somente o proletariado, sob a direção do Partido Comunista, é capaz de conduzir até o fim a luta pela libertação nacional e pelas transformações democráticas.

Com a intensificação da luta do povo brasileiro contra a dependência e o atraso do País criam-se condições para imprimir novo curso ao desenvolvimento econômico e político de nossa pátria. Esse curso deve consistir na adoção de soluções de caráter nacionalista e democrático que, embora ainda parciais, saiam dos marcos atuais da subordinação ao imperialismo norte-americano e aos interesses retrógrados dos latifundiários. Trata-se de soluções de caráter positivo e de reformas de estrutura que impliquem na ampliação dos direitos democráticos do povo e na aplicação de uma política interna e externa adequada ao desenvolvimento independente e progressista do País.

A conquista de reformas econômicas e políticas de caráter antilimperialista e popular é possível desde já, nos quadros do atual regime, dependendo, essencialmente, do crescimento das lutas de massas, do poderio da frente nacionalista e democrática e do papel que nela desempenharem as forças revolucionárias mais conseqüentes, sobretudo a classe operária, os camponeses e outras camadas populares. Ao lutar por soluções parciais de caráter imediato, a classe operária tem como objetivo golpear as posições do imperialismo norte-americano e de seus agentes internos, acumular as forças revolucionárias, modificar a correlação de forças em favor do povo e preparar as condições para a realização completa das transformações radicais exigidas pela atual etapa histórica.

Os comunistas chamam todas as forças antilimperialistas e democráticas a lutar por um programa de desenvolvimento econômico que objetive a industrialização do País com base, principalmente, nos recursos internos. A ajuda econômica estrangeira deve ser aceita sob a forma de

financiamento, de governo a governo, em condições favoráveis ao nosso país e sem concessões políticas. É necessário lutar para abolir os privilégios concedidos ao capital imperialista mediante, entre outras, as seguintes medidas: rigorosa restrição às remessas de lucros, royalties e juros, e do retorno de capital estrangeiro; encampação das subsidiárias da Brazilian Traction (Light) e da Bond and Share; extensão do monopólio estatal à distribuição, em grosso, dos derivados de petróleo; interdição aos bancos estrangeiros de receberem depósitos no País e proibição aos capitais estrangeiros de atuarem no ramo de seguros; política nacionalista de defesa dos nossos minérios; encampação dos frigoríficos estrangeiros. Os interesses nacionais exigem o desenvolvimento dos setores econômicos fundamentais através do capitalismo de Estado: petróleo, siderurgia, eletricidade, indústria química, energia atômica, transportes e outros. Um programa de desenvolvimento progressista exige a ampliação e diversificação do comércio exterior, mediante a intensificação das relações comerciais com a União Soviética e outros países socialistas, a Europa e a América Latina; exige, igualmente, o monopólio estatal de câmbio em benefício exclusivo dos empreendimentos nacionais e a aplicação da receita de divisas com prioridade para as importações essenciais. A fim de evitar que o desenvolvimento econômico se realize, como ocorre atualmente, por meio do agravamento da espoliação das massas, é necessário combater a inflação e defender o valor do cruzeiro através de medidas no terreno cambial, financeiro e econômico; eliminar as emissões de papel-moeda para fins improdutivos; seleccionar rigorosamente o crédito, favorecendo as atividades produtivas essenciais; reduzir os impostos indiretos e aumentar os tributos que incidem sobre os altos rendimentos. Urge, por fim, impulsionar o desenvolvimento do Norte e Nordeste, através de investimentos básicos do governo federal, fornecimentos de créditos a empreendimentos progressistas, facili-

dades para a obtenção de divisas, assistência técnica e medidas de reforma agrária, que ampliem o mercado interno e elevem o nível de vida das massas rurais.

15

Os comunistas têm o dever de lutar à frente das massas camponesas por uma reforma agrária que liquide o monopólio da propriedade da terra pelos latifundiários e fortaleça a economia camponesa, sob formas individuais ou associadas. A fim de abrir caminho para essa reforma agrária radical é necessário lutar por medidas parciais, como a desapropriação de grandes propriedades incultas ou pouco cultivadas, com base no preço da terra registrado para fins fiscais, e loteamento das terras entre pequenos agricultores sem terra ou com pouca terra, mediante pagamentos módicos e a longo prazo; por um forte aumento da carga tributária sobre as grandes propriedades e isenções fiscais para as pequenas propriedades; pela utilização das terras do Estado para formar núcleos de economia camponesa; pela entrega dos títulos de propriedade aos atuais posseiros e a defesa rigorosa dos direitos dos camponeses contra a grilagem. Simultaneamente, cumpre organizar as massas de arrendatários e parceiros na luta pela regulamentação legal dos contratos, visando a baixa das taxas de arrendamento e parceria, com o estabelecimento de limites máximos; o prolongamento dos prazos contratuais; a garantia de indenização por benfeitorias; a defesa dos arrendatários e parceiros contra despejos. Os camponeses devem exigir que os bancos oficiais prestem ajuda financeira aos pequenos cultivadores, proprietários ou não, de modo que o crédito agrícola oficial não seja monopólio dos grandes fazendeiros. A fim de aumentar a produção agrícola, é necessário estimular o cooperativismo entre os pequenos e médios agricultores; garantir-lhes transporte barato e dar-lhes crédito para a aquisição de instrumentos agríco-

las e outros meios de produção; assegurar-lhes preço mínimo compensador para seus produtos; incentivar a mecanização da agricultura e o emprego da técnica moderna; realizar um programa de investimentos estatais para o fomento da agricultura, sobretudo da produção de gêneros alimentícios.

16

Os comunistas consideram que, nas condições atuais do mundo e de nosso País, as massas trabalhadoras podem obter importantes vitórias na luta pela elevação do seu nível de vida e pela ampliação dos direitos sociais. A fim de que os frutos do desenvolvimento econômico não sejam monopolizados por uma infima minoria, os trabalhadores devem lutar constantemente pelo reajustamento geral dos salários e vencimentos; pelo salário profissional e pela extensão, a todos os trabalhadores, do salário família de que gozam os servidores públicos; pela modificação da lei do salário mínimo, a fim de garantir sua revisão anual, sua extensão à família e a inclusão das despesas com instrução, recreação e contribuições de previdência. Cabe aos trabalhadores pugnar pela contenção da carestia da vida, exigindo a adoção de medidas concretas para incentivo à produção e controle dos preços, inclusive a participação de representantes dos sindicatos nos órgãos governamentais de abastecimento e preços. Ao mesmo tempo que lutam pelo aperfeiçoamento e moralização das instituições de previdência social, devem os trabalhadores exigir a participação de representantes operários em sua direção, de acordo com a nova lei de previdência. A atual legislação trabalhista precisa ser efetivamente aplicada e aperfeiçoada, com a eliminação dos dispositivos de caráter reacionário da Consolidação das Leis do Trabalho, e sua adaptação, no que se refere à estrutura do movimento sindical, aos dispositivos constitucionais e às conquistas práticas do movimento operário. Constitui,

por fim, dever inadiável do movimento operário a luta pela garantia dos direitos já estabelecidos para os trabalhadores rurais mas, em geral, não aplicados, pela extensão ao campo de outros direitos já conquistados pelos trabalhadores das cidades e por uma legislação trabalhista adequada ao campo, assim como pelo reconhecimento legal dos sindicatos de assalariados agrícolas.

17

Os comunistas chamam todos os cidadãos a defender, firmemente, cada liberdade política, cada direito democrático inscrito na Constituição, e denunciam quaisquer tentativas reacionárias de violação de legalidade. Ao mesmo tempo, consideram necessárias reformas na Carta Magna, com o objetivo de ampliar os direitos democráticos e possibilitar medidas mais conseqüentes em defesa da economia nacional e a realização de uma reforma agrária em grande escala. A consolidação e a ampliação da democracia exigem a livre organização dos partidos políticos, sem quaisquer obstáculos para o seu registro eleitoral, a legalização do Partido Comunista do Brasil e a eliminação das discriminações contra os comunistas que derivam do artigo 58 da lei eleitoral; a completa libertação das organizações sindicais da tutela do Ministério do Trabalho e a abolição de todas as formas de intervenção policial e discriminação ideológica no movimento sindical, como em qualquer outra esfera; a regulamentação do direito constitucional de greve em bases democráticas; a revogação da lei de segurança nacional; a plena garantia do direito de organização para os camponeses e assalariados agrícolas; o direito de voto para os analfabetos, soldados e cabos das forças armadas; a abolição das desigualdades jurídicas que afetam as mulheres e o combate efetivo a todas as discriminações raciais e religiosas.

Os comunistas lutam para que o desenvolvimento econômico do País se traduza na melhora substancial dos índices de educação e saúde das massas. Impõe-se, neste sentido, exigir o aperfeiçoamento e ampliação do sistema de ensino público gratuito, mediante o aumento das verbas destinadas à instrução, devendo ser reservada ao ensino privado um papel estritamente auxiliar. É necessário concentrar os recursos à disposição do Estado numa luta em grande escala contra o analfabetismo; desenvolver o ensino técnico e científico e a pesquisa tecnológica e científica, a fim de superar seu atraso em relação às exigências do progresso econômico do País, e avançar no sentido da sua independência tecnológica; exigir do Estado o apoio e o estímulo material a todas as manifestações da cultura nacional e democrática. A solução dos problemas de assistência e de saúde pública está profundamente ligada ao aumento da renda nacional e à elevação do nível de vida do nosso povo. Entretanto, é preciso que as massas lutem, desde já, pelo aumento e melhoria da assistência médica fornecida pela previdência social, pela concessão de maiores verbas a hospitais, ambulatórios, postos médicos e serviços higiênicos.

19

Os comunistas chamam todos os brasileiros a lutar por uma política externa de defesa da soberania nacional e da paz mundial, que sirva à causa do desenvolvimento independente do Brasil. Esta política deve basear-se na amizade e cooperação com todos os povos, nos princípios do respeito mútuo à integridade territorial e à soberania, de não agressão, de não intervenção nos assuntos internos e de igualdade de direitos e vantagens recíprocas. O povo brasileiro está vitalmente interessado na manutenção da paz e na coexistência pacífica entre os países de regimes

sociais diferentes, a fim de que possa progredir livre da ameaça de uma guerra atômica. Para alcançar uma política exterior independente e pacífica, o povo brasileiro deve lutar contra a subordinação do Brasil às exigências do Departamento de Estado norte-americano; pelo estabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética, a República Popular da China e outros países socialistas; pela solução dos litígios internacionais através de negociações; pela interdição imediata e definitiva das experiências com armas termonucleares e a proibição da produção e do emprego dessas armas; pela cessação da corrida armamentista e pelo desarmamento geral, que viria liberar imensos recursos materiais e possibilitar seu emprego para fins construtivos. A fim de fortalecer a luta contra o inimigo comum, deve o povo brasileiro manifestar solidariedade aos povos coloniais e dependentes em seus conflitos com as potências imperialistas; estreitar as relações de amizade e cooperação com os países subdesenvolvidos da América Latina, Ásia e África; dar todo o apoio à revolução cubana contra quaisquer tentativas de agressão ou intervenção do imperialismo norte-americano nos assuntos internos de Cuba. A defesa da independência nacional exige, igualmente, a denúncia dos tratados e acordos lesivos ao País, tais como o Tratado do Rio de Janeiro, a Carta de Bogotá, o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, a Declaração de Caracas, o Ajuste sobre Fernando de Noronha e o Acordo de Roboré.

20

Com o desenvolvimento das lutas do povo brasileiro pela libertação nacional e pelas reivindicações populares, criam-se condições para a formação de um governo de coalizão que represente no Poder estatal as forças integrantes da frente nacionalista e democrática. A luta por soluções positivas e imediatas para os problemas do povo e a luta por um governo nacionalista e democrático capaz

de realizá-las, constituem, do ponto de vista tático, a tarefa central da classe operária e dos comunistas.

Esse governo pode ser conquistado dentro dos quadros do atual regime, como resultado da luta de massas e da mudança na correlação de forças políticas. Na situação atual do País, um governo nacionalista e democrático pode ser formado como consequência da pressão das massas trabalhadoras e populares e das correntes antiimperialistas e democráticas no sentido de mudar a política e a composição do governo, fortalecendo e ampliando o setor nacionalista nêle existente. Pode ser formado também através da mobilização das massas para alcançar a vitória dos candidatos nacionalistas e democráticos nos pleitos eleitorais. E, no caso de tentativas antidemocráticas por parte dos entreguistas e reacionários, um governo nacionalista e democrático pode surgir da ação das massas populares, unidas aos setores nacionalistas das forças armadas, do Parlamento e do governo, com o objetivo de impor ou restabelecer pela força os direitos do povo.

As circunstâncias particulares de cada conjuntura política é que poderão determinar o caminho concreto para a formação de um governo nacionalista e democrático. Além disso, uma orientação patriótica e popular pode ser realizada por um ou por sucessivos governos que se apóiem na frente nacionalista e democrática e sejam sua expressão.

A participação da classe operária em um governo nacionalista e democrático depende, fundamentalmente, do papel que os trabalhadores desempenharem na luta antiimperialista e na vida política do País, depende do crescimento do movimento de massas e do grau de unidade e organização do proletariado. Os comunistas consideram que é seu dever, como representantes da classe operária, reivindicar sua participação em um governo conquistado pela frente nacionalista e democrática. Entretanto, na medida em que tal governo realize uma política patriótica e democrática, os comunistas o

apoiarão resolutamente, mesmo que não façam parte de sua composição, e continuarão lutando para dele participar.

21

A medida em que um governo nacionalista e democrático adotar soluções parciais de caráter patriótico e progressista para os problemas do País, enfrentará a oposição do imperialismo norte-americano e de seus agentes internos. A fim de defender as conquistas já alcançadas e prosseguir num caminho independente e democrático, esse governo terá necessidade de adotar medidas mais enérgicas e profundas contra o inimigo principal da Nação e as forças reacionárias, devendo entrar, assim, em um processo de radicalização de sua política e de sua composição. As forças mais firmes e conseqüentes da frente única — principalmente a classe operária e outros setores populares — devem estar preparadas e vigilantes para, através da pressão de massas, vencer as tendências conciliadoras e impulsionar o governo no sentido de ações mais radicais contra o imperialismo e as forças reacionárias internas.

A formação de um governo nacionalista e democrático não significa ainda a solução completa das tarefas fundamentais da atual etapa da revolução. Para isso, é necessário eliminar radicalmente a exploração do capital imperialista e pôr fim ao monopólio da propriedade da terra pelos latifundiários. Estes objetivos ultrapassam o âmbito das reformas parciais, implicando em transformações econômico-sociais de profundo conteúdo revolucionário. Sua realização exige, portanto, que o Poder estatal esteja nas mãos das forças mais revolucionárias da sociedade, interessadas em transformações antilimperialistas e democráticas radicais.

Diante do imperativo de medidas mais conseqüentes contra o imperialismo e seus agentes internos, a classe

operária, apoiada nos camponeses e em outras forças populares, continuará lutando para modificar a correlação de forças e afastar do Governo os elementos conciliadores. Esta luta para realizar as transformações radicais exigidas pelo desenvolvimento do País e para fazer avançar a revolução levará ao Poder um governo das forças antiimperialistas e antifeudais, onde o proletariado, como a força revolucionária mais conseqüente, deverá ter o papel dirigente.

A questão da hegemonia do movimento antiimperialista e democrático constitui, por conseguinte, questão decisiva. O proletariado luta para que a revolução nacional e democrática se desenvolva ininterruptamente, adquira a máxima amplitude e profundidade, seja uma revolução democrático-burguesa de novo tipo, parte integrante da revolução socialista mundial. Para isso, é indispensável a hegemonia do proletariado na frente revolucionária e a conquista do Poder pelas forças antiimperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado. Uma vez completadas, nos seus aspectos essenciais, as tarefas da revolução nacional e democrática, a hegemonia do proletariado será também a condição política fundamental que deverá assegurar a transição ao socialismo, objetivo final da classe operária brasileira.

22

Nas condições atuais do Brasil e do mundo, existe a possibilidade real de que a revolução antiimperialista e antifeudal atinja seus objetivos por um caminho pacífico.

As condições que determinam essa possibilidade residem na presente situação internacional, em que influem de modo decisivo a existência e o fortalecimento do sistema socialista mundial e os êxitos do movimento de libertação nacional, assim como no processo de democratização em curso no País, no ascenso do movimento operário, no fortalecimento da frente nacionalista e democrática. Desde

que existe a possibilidade de um caminho pacífico, os comunistas tudo farão, no que deles dependa, para transformar essa possibilidade em realidade.

O caminho pacífico da revolução não significa conciliação de classe, passividade ou espontaneísmo. Significa unicamente a realização das tarefas revolucionárias sem que seja inevitável a insurreição armada ou a guerra civil. O avanço do movimento revolucionário por um caminho pacífico exige a mobilização das massas, a ação enérgica dos trabalhadores e do povo para quebrar a resistência das forças entreguistas e reacionárias. Exige a luta de massas, que não exclui os choques e conflitos com o inimigo. Para transformar em realidade a possibilidade de um caminho pacífico da revolução é necessário desenvolver a luta de classes, condição indispensável ao fortalecimento da unidade e da organização dos trabalhadores e ao crescimento de seu papel na vida política do País. É necessário que as forças revolucionárias, particularmente a classe operária, lutem incessantemente pelas liberdades democráticas e por sua ampliação, como condição que favorece a ação independente das massas.

A escolha dos meios para libertar a Nação e transformar a sociedade brasileira não depende somente do proletariado e das demais forças revolucionárias. Os inimigos internos e externos do povo brasileiro resistirão, por todos os meios possíveis, à perda de suas posições. Em desespero de causa, tais inimigos podem recorrer à violência para impedir a ascensão das forças revolucionárias ao Poder, criando uma situação em que a revolução não teria outra possibilidade senão a de uma solução pela luta armada. Enquanto acumulam forças para transformar em realidade a possibilidade de uma solução pacífica, o proletariado e seus aliados não devem jamais perder de vista que, em certas circunstâncias, as suas forças podem ser necessárias para tornar a revolução vitoriosa por um caminho não pacífico.

O Partido Comunista está chamado a desempenhar uma missão histórica, no curso da revolução brasileira, como vanguarda consciente e organizada da classe operária. Cabe ao proletariado conduzir a luta pela emancipação nacional de modo conseqüente, devendo por isso conservar, dentro da frente única, sua independência ideológica, política e organizativa. A fim de cumprir seu papel independente, o proletariado necessita do Partido Comunista, partido revolucionário da classe operária, guiado pela teoria marxista-leninista, partido de ação política e de massas vinculado por múltiplos laços aos trabalhadores.

Os comunistas só realizarão o seu papel histórico na medida em que se colocarem a serviço das massas e se lançarem decididamente à atividade junto às massas. Cada organização do Partido deve, antes de tudo, promover a participação ativa, paciente e contínua dos militantes comunistas nas organizações de massas. A esta exigência essencial devem subordinar-se as atividades de propaganda, do trabalho de massa e de organização. Para estabelecer relações acertadas entre o Partido e as massas, entre o Partido e a frente única, é necessário combater tanto as concepções sectárias, que se traduzem no menosprezo pelo trabalho de massas e pela atuação na frente única, como as tentativas liquidacionistas, que se exprimem na subestimação do papel do Partido como vanguarda e na tendência a substituí-lo pela frente única.

A tarefa principal dos comunistas no trabalho de massas consiste em fortalecer a unidade e a organização da classe operária, para que ela desempenhe papel dirigente no movimento antil imperialista e democrático. A fim de cumprir essa tarefa, os comunistas devem intensificar e

aperfeiçoar cada vez mais sua atuação no movimento sindical. Os sindicatos e demais organizações profissionais não devem servir a objetivos que dividem os operários, mas constituir instrumentos de unidade de ação dos trabalhadores de tôdas as tendências ideológicas e políticas que atuam no movimento sindical e dos trabalhadores ainda desorganizados e sem filiação partidária. Para obter a unidade de ação, os comunistas atuam na organização sindical existente e utilizam a Consolidação das Leis do Trabalho, procurando organizar os trabalhadores na luta por suas reivindicações. Ao mesmo tempo que defendem as conquistas da legislação social, devem chamar as massas a concretizá-la, aperfeiçoá-la e ampliá-la. Cumpre aos comunistas lutar para que o movimento sindical não seja uma atividade apenas de cúpula, porém conte com a participação ativa das massas trabalhadoras. A organização dos trabalhadores nos próprios locais de trabalho, nas empresas, é o passo decisivo para estreitar os laços entre os sindicatos e a massa de associados, bem como para organizar as massas não sindicalizadas. Preocupação constante deve ser a organização sindical das categorias de trabalhadores ainda desorganizados. Os comunistas devem atuar no sentido de coordenar melhor o movimento operário dentro da estrutura sindical legal. Trabalhando para aperfeiçoar a forma vertical de organização, esforçam-se para que seja instituída legalmente a forma horizontal de organização, desde o município e o Estado até a Central Unitária, que deve ser a expressão da unidade nacional dos trabalhadores. Cabe ao movimento operário um papel decisivo na luta pela libertação nacional e pelas transformações democráticas. Os comunistas lutam para que as organizações sindicais, além da defesa dos interesses profissionais dos trabalhadores, assumam uma posição cada vez mais ativa em defesa dos interesses nacionais e se integrem no movimento anti-imperialista, participando de iniciativas conjuntas com outros setores patrióticos.

A aliança do proletariado com as massas camponesas é condição básica para que êle possa imprimir ao movimento revolucionário uma direção firme. A fim de impulsionar a organização das massas do campo, é necessário dar atenção principal aos assalariados e semi-assalariados agrícolas. Sua organização em sindicatos deve constituir a base para a mobilização das massas camponesas. A organização dos camponeses deve partir das reivindicações mais imediatas e viáveis como a baixa das taxas de arrendamento, a prorrogação dos contratos, a garantia contra os despejos, a permanência dos posseiros na terra e a legitimação das posses, etc. Ao mesmo tempo, cumpre aos comunistas intensificar o movimento pela reforma agrária. Na mobilização dos assalariados rurais e dos camponeses é necessário empregar as mais variadas formas de luta e de organização, adaptando a cada região as experiências dos sindicatos de assalariados e semi-assalariados, das ligas camponesas, associações rurais e cooperativas. Nesse processo, é de grande importância a utilização dos meios legais, especialmente a defesa jurídica dos direitos das massas do campo. Os comunistas devem contribuir para que a classe operária, através de suas organizações, estreite seus laços com os camponeses, ajudando-os na realização de conferências e congressos, na organização de associações e cooperativas, na luta pelo reconhecimento dos sindicatos de trabalhadores agrícolas pelo Ministério do Trabalho e, em geral, na conquista de reivindicações econômicas e sociais.

Em sua atuação entre as camadas médias, os comunistas devem ter em conta que os pequenos negociantes, pequenos industriais e artesãos, funcionários civis e militares

e outros setores da pequena burguesia podem constituir uma força ativa do movimento antiimperialista, quer através de sua organização específica, quer participando de organizações de frente única.

Os comunistas devem dedicar particular atenção à intelectualidade, que, em sua grande maioria, é partidária do progresso e da emancipação nacional. A unidade dos intelectuais de diversas tendências políticas e ideológicas pode ser alcançada em torno de objetivos comuns como a defesa da cultura nacional e de seu desenvolvimento, a preservação e ampliação das liberdades democráticas, a salvaguarda dos interesses éticos e profissionais dos intelectuais.

A unidade dos estudantes de várias tendências doutrinárias e políticas é fator essencial para o fortalecimento das organizações estudantis universitárias e secundárias, que constituem baluartes da frente nacionalista e democrática. A fim de fortalecer essa unidade e ampliar o caráter de massas do movimento estudantil, é necessário combinar a ação política com a defesa das reivindicações específicas dos estudantes, com a luta pela solução dos problemas culturais, econômicos e sociais que afetam juventude.

As ações unitárias de operários e estudantes em torno de questões de interesse geral, quer na luta antiimperialista, quer na luta contra a carestia, etc., devem ser estimuladas, uma vez que representam formas práticas de aliança do proletariado com os setores mais combativos da pequena burguesia.

Considerando o importante papel que cabe à juventude na vida social e política do País, devem os comunistas intensificar seu trabalho entre os jovens, organizando-os nos sindicatos, em clubes esportivos, recreativos e culturais, e em organizações de massas, ou em entidades especificamente juvenis.

Maior atenção deve ser dedicada ao trabalho de massas entre as mulheres, que podem ser reunidas nos mais

variados tipos de organizações, especificamente femininas ou não, para a luta em torno de reivindicações, tais como o amparo à criança, o combate à carestia, a abolição da desigualdade de direitos, a melhoria das condições de vida nos bairros, etc.

27

Participando ativamente das eleições e do trabalho parlamentar, os comunistas esforçam-se para ajudar a fortalecer e ampliar a Frente Parlamentar Nacionalista, a fim de que ela possa transformar-se em um bloco majoritário capaz de obter soluções patrióticas por via legislativa. Os comunistas atuam nos sindicatos, no seio da população rural, no movimento estudantil, entre a intelectualidade e outros setores para conseguir apoio de massas à Frente Parlamentar Nacionalista. Apóiam igualmente a ação da F.P.N. no sentido de estender sua influência aos Estados e municípios, mediante a constituição de blocos nacionalistas nas assembleias legislativas e câmaras municipais.

O desenvolvimento da frente única e de suas ações políticas de massas exige a constituição de coligações ou a realização de acordos com partidos políticos, diretórios, alas e personalidades desses partidos para a luta conjunta por reivindicações nacionalistas e populares no âmbito nacional, estadual e municipal, dentro ou fora dos períodos eleitorais. Estimulando essas iniciativas e delas participando, os comunistas estão sempre dispostos a marchar ombro a ombro com os elementos e as alas nacionalistas que existem, em maior ou menor proporção, em todos os partidos políticos, em torno de objetivos patrióticos e democráticos. Devemos ter em vista igualmente acordos políticos de caráter duradouro, principalmente com partidos que tenham influência na classe operária e nas massas trabalhadoras.

Para que o Partido possa desenvolver-se como um partido de massas, com capacidade de iniciativa e, ao mesmo tempo, combativo e disciplinado, é indispensável a justa aplicação do centralismo democrático. No terreno da organização do Partido, é necessário combater simultaneamente as concepções sectárias e os métodos mandonistas, que entravaram durante muitos anos o seu desenvolvimento, e, de outro lado, as concepções liberais e as tendências anárquicas, que pregam o abandono do centralismo.

A fim de superar essas tendências, é necessário estabelecer relações acertadas entre os organismos superiores e inferiores, de modo que as direções respeitem a autonomia das organizações subordinadas e estimulem sua iniciativa, sem abdicar, porém, de sua função dirigente, e sem permitir que ganhem terreno concepções nocivas como a pretensão à independência dos organismos inferiores, que se manifesta sob a forma de localismo ou setorismo. O Partido só pode atuar como um todo organizado se as direções, de cima a baixo, realizarem a planificação do trabalho e o controle do cumprimento das tarefas. Tanto deve ser combatida a exagerada centralização do trabalho, que se manifestava no excesso de planos e tarefas impostos aos organismos inferiores, sem atenção às condições reais existentes, como o espontaneísmo no trabalho de direção e a abolição de todo o trabalho planificado. O Partido deve manter a disciplina consciente em suas fileiras, condição básica para assegurar sua unidade de pensamento e ação. Neste sentido, são igualmente prejudiciais ao Partido os métodos mandonistas e impositivos e as tendências à violação da disciplina partidária, o desrespeito às resoluções coletivas dos organismos e às diretivas dos órgãos dirigentes. Maiores esforços devem ser realizados em todos os órgãos dirigentes para a aplicação do princípio da direção cole-

tiva, tendo em vista, sobretudo, evitar que as direções restritas atuem em substituição aos órgãos dirigentes coletivos e mobilizar o conjunto desses órgãos para o trabalho efetivo de direção.

29

A luta pelo desenvolvimento do Partido e pela realização de sua política exige a intensificação do trabalho ideológico, que deve estar voltado para o combate simultâneo às tendências dogmáticas e revisionistas. Em particular, é indispensável um esforço permanente para eliminar o sectarismo e o dogmatismo, que possuem raízes antigas e extensas na direção e nas fileiras do PCB. A fim de superar o dogmatismo e o revisionismo é necessário organizar em todo o Partido a educação ideológica em base marxista-leninista, unindo indissolúvelmente os princípios do socialismo científico com o estudo da realidade brasileira e com a prática do movimento revolucionário em nosso país. O combate às influências ideológicas estranhas à classe operária impõe a generalização da experiência histórica do Partido, o conhecimento do processo de sua formação e a crítica aprofundada às concepções pequeno-burguesas que predominaram, em diversos períodos, na sua direção e em suas fileiras. Exige, igualmente, uma ação constante de desmascaramento das idéias falsas que circulam no Partido como resultado da pressão ideológica exercida, de um lado, pela pequena burguesia e pela burguesia e, de outro lado, pela propaganda do imperialismo e da reação.

30

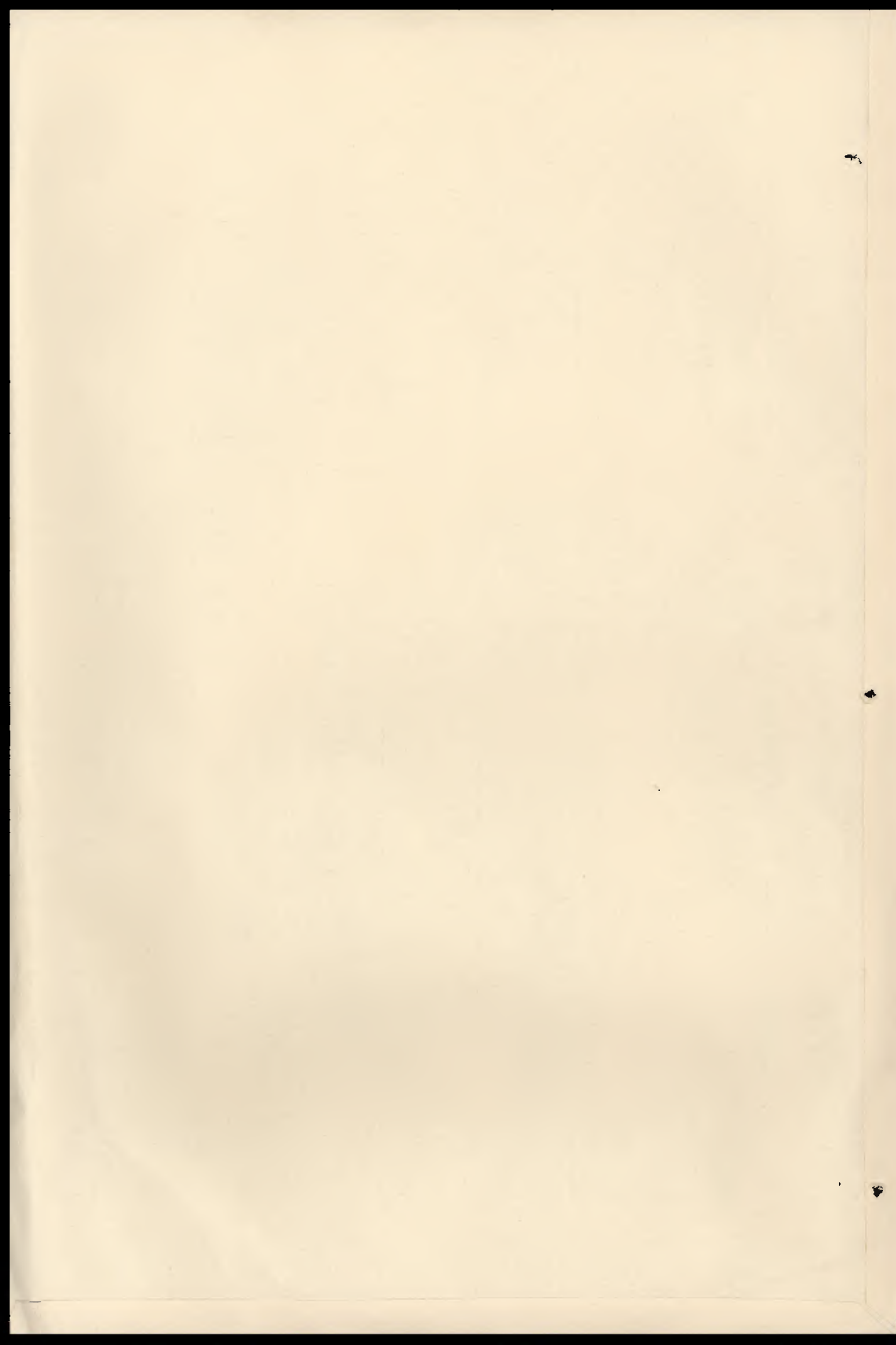
As condições políticas atuais são particularmente favoráveis ao crescimento e fortalecimento do Partido e à conquista de sua legalidade. O recrutamento de novos militantes, a multiplicação dos efetivos do Partido, deve

constituir uma preocupação constante de cada comunista. A concepção do Partido como uma pequena organização de propagandistas e agitadores, de "poucos, porém bons" corresponde ao estágio primitivo do movimento revolucionário e não pode prevalecer na situação nova em que vivemos. A classe operária e o povo brasileiro necessitam ter à frente de suas lutas um grande Partido Comunista, que seja poderoso do ponto de vista numérico e organizativo, consciente e firme do ponto de vista político e ideológico. O crescimento das fileiras do Partido deve estar, por isso, intimamente associado a um trabalho persistente de consolidação da estrutura partidária e de educação dos comunistas no espírito do marxismo-leninismo.

A legalidade do Partido Comunista não é uma reivindicação exclusiva dos comunistas, mas uma medida necessária à consolidação da democracia em nosso país, um direito democrático de parcela considerável do eleitorado. A luta pela legalidade do Partido, tarefa imediata para todos os comunistas — deve ser conduzida tanto por meios jurídicos como através da mobilização da opinião pública, e assumir o caráter de um amplo movimento que receba o apoio de todas as forças democráticas.



PRESIDENCIA DA REPÚBLICA
CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL
SECRETARIA GERAL



25

A INTERNACIONAL

Rep. O.
00028
57
47
w

Do pé, ó vítimas da fome,
De pé, famélicos da terra,
Rege a razão, ruge e consome
A crosta bruta que a soterra.
Cortai o mal bem pelo fundo,
Do pé, de pé não mais senhores,
Se nada somos em tal mundo
Sejamos tudo, ó produtores.

Bis

Bem unidos façamos
Nesta luta final
De uma terra sem ams
A Internacional.

Crime do rico a lei encobre,
O Estado oprime o desgraçado,
Não há direito para o pobre,
Ao rico tudo é tolerado.
A opressão não mais sujeitos,
Somos iguais todos os seres,
Não mais deveres sem direitos,
Não mais direitos sem deveres.

Bis

Bem unidos façamos,
Nesta luta final,
De uma terra sem ams
A Internacional.

Soros da terra os ativos,
Trabalhador forte e fecundo.
Pertence a terra aos produtivos,
O parasita deixa o mundo.
O parasita que te nutres
Do nosso sangue a potojar,
Se nos faltarem os abutres
Não deixa o sol de fulgurar.

Bis

Bem unidos façamos,
Nesta luta final,
De uma terra sem ams
A INTERNACIONAL.

45



Nº 9170

PASSEIO EM MOSCÔU

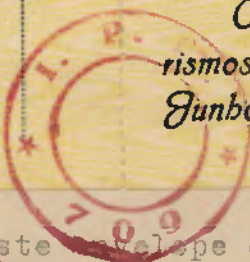
Nº 9170

48
[Signature]



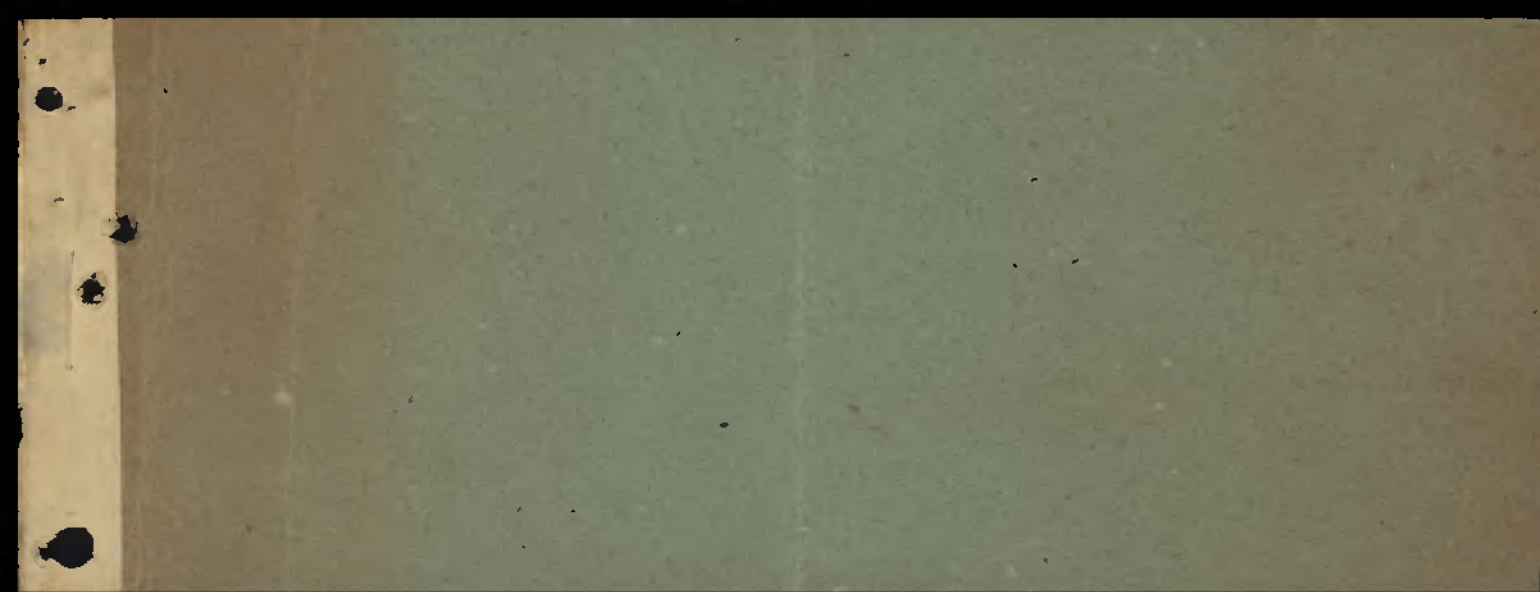
Um passeio em Moscou para duas pessoas, com passagem de ida e volta e estada de 10 dias pagas.

O cheque sorteado corresponderá aos quatro últimos algarismos do primeiro prêmio da Loteria Federal do dia 13 de Junho de 1964.



Contém este envelope 8 (oito) exemplares do documento acima - "PASSEIO EM MOSCÔU" - com os números 9171, 9172, 9173, 9174, 9175, 9177, 9178 e 9179.





Nº 9171

PASSEIO EM MOSCOU

Nº 9171

Cr\$ 1.000,00

Um passeio em Moscou para duas pessoas, com passagem de ida e volta e estada de 10 dias pagas.

O cheque sorteado corresponderá aos quatro últimos algarismos do primeiro prêmio da Loteria Federal do dia 13 de Junho de 1964.

Nº 9172

PASSEIO EM MOSCOU

Nº 9172

Cr\$ 1.000,00

Um passeio em Moscou para duas pessoas, com passagem de ida e volta e estada de 10 dias pagas.

O cheque sorteado corresponderá aos quatro últimos algarismos do primeiro prêmio da Loteria Federal do dia 13 de Junho de 1964.

Nº 9173

PASSEIO EM MOSCOU

Nº 9173

Cr\$ 1.000,00

Um passeio em Moscou para duas pessoas, com passagem de ida e volta e estada de 10 dias pagas.

O cheque sorteado corresponderá aos quatro últimos algarismos do primeiro prêmio da Loteria Federal do dia 13 de Junho de 1964.

Nº 9174

PASSEIO EM MOSCOU

Nº 9174

Cr\$ 1.000,00

Um passeio em Moscou para duas pessoas, com passagem de ida e volta e estada de 10 dias pagas.

O cheque sorteado corresponderá aos quatro últimos algarismos do primeiro prêmio da Loteria Federal do dia 13 de Junho de 1964.

Nº 9175

PASSEIO EM MOSCOU

Nº 9175

Cr\$ 1.000,00

Um passeio em Moscou para duas pessoas, com passagem de ida e volta e estada de 10 dias pagas.

O cheque sorteado corresponderá aos quatro últimos algarismos do primeiro prêmio da Loteria Federal do dia 13 de Junho de 1964.

№ 9176.

.....

Nº 9177

PASSEIO EM MOSCOU

Nº 9177

Cr\$ 1.000,00

Um passeio em Moscou para duas pessoas, com passagem de ida e volta e estada de 10 dias pagas.

O cheque sorteado corresponderá aos quatro últimos algarismos do primeiro prêmio da Loteria Federal do dia 13 de Junho de 1964.

Nº 9178

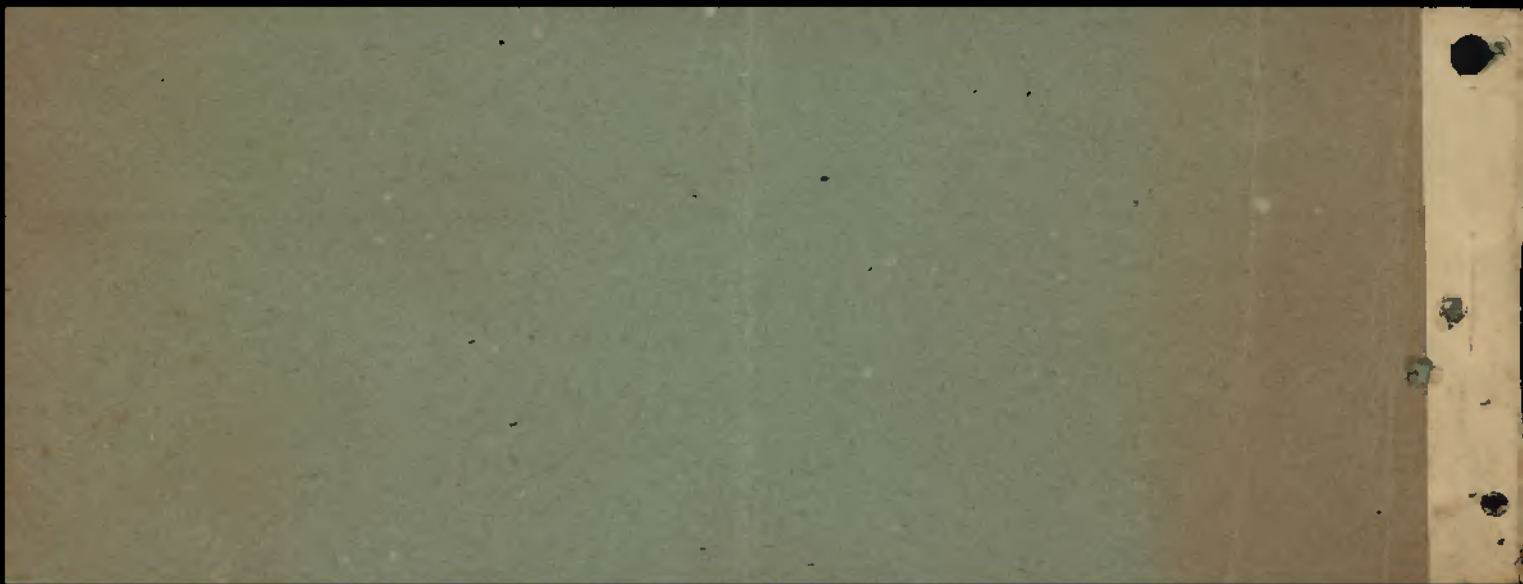
PASSEIO EM MOSCOU

Nº 9178

Cr\$ 1.000,00

Um passeio em Moscou para duas pessoas, com passagem de ida e volta e estada de 10 dias pagas.

O cheque sorteado corresponderá aos quatro últimos algarismos do primeiro prêmio da Loteria Federal do dia 13 de Junho de 1964.





BALANCETE MENSAL

Dia Mês Ano

1 - Finanças ordinárias:

Mensalidade de sócios

Mensalidade de colaboradores

2 - Finanças extraordinárias:

De iniciativa

De doações e visitas

De empreendimentos

Arrecadação total do mês

3 - Despesas do Município

- Enviado ao Estadual:

- De cota mensal

- De extras

Total enviado

4 - Em caixa no município

Município de

As)

Cr\$

Cr\$

Cr\$

Cr\$

Cr\$

Cr\$

Cr\$

Cr\$

Cr\$

Cr\$

Cr\$

CR\$ 200,00

Sorteia-se, entre amigos, um relógio de ouro, marca "Tressa", quadrado, de pulso, a correr pelo primeiro prêmio da loteria mineira do dia 30 de novembro de 1962.

Nº

328

Nº

328

Este envelope contém 2 (dois) exemplares do documento acima, com os números 329 e 330.

Este envelope contém 39 (trinta e nove) exemplares do documento acima - "Balancete Mensal ...".

CR\$ 200,00

Sorteia-se, entre amigos, um relógio de ouro, marca "Tressa", quadrado, de pulso, a correr pelo primeiro prêmio da loteria mineira do dia 30 de novembro de 1962.

Nº

329

Nº

829

CR\$ 200,00

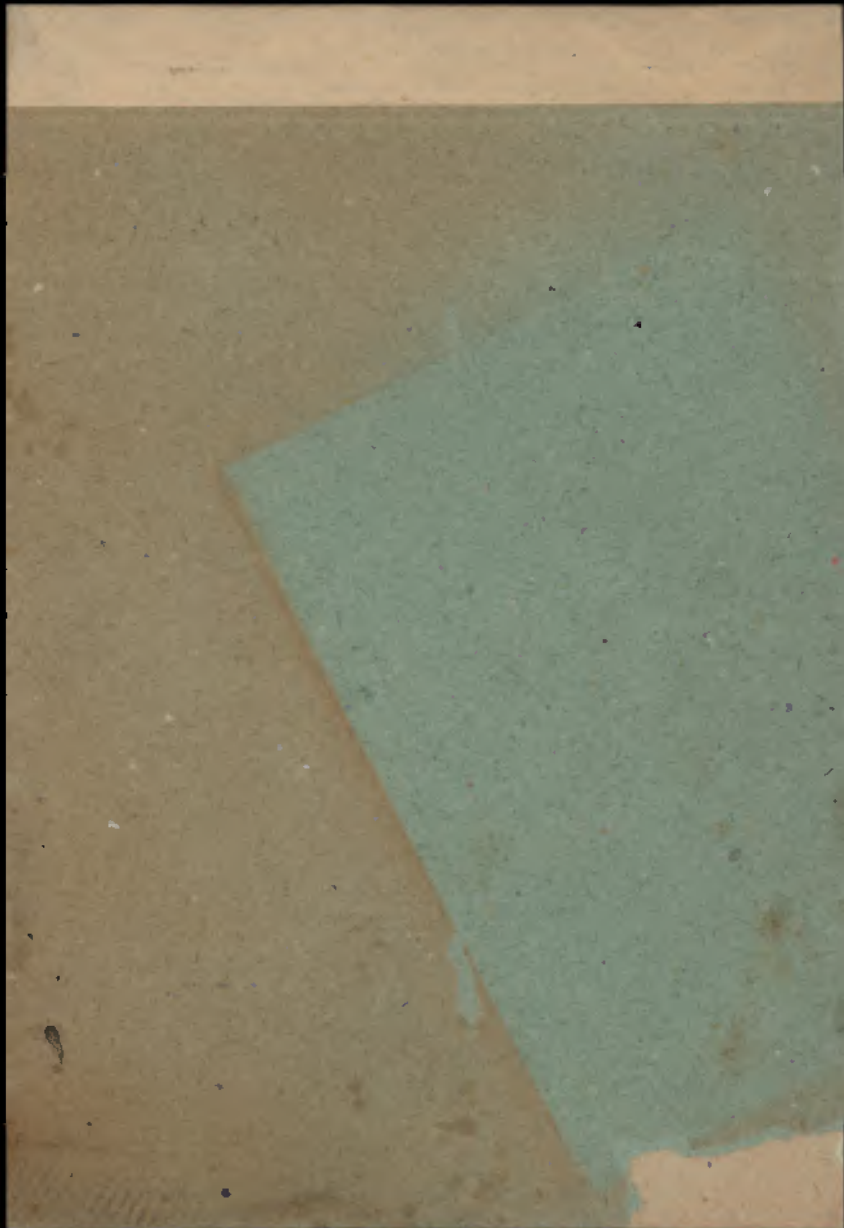
Sorteia-se, entre amigos, um relógio de ouro, marca "Tressa", quadrado, de pulso, a correr pelo primeiro prêmio da loteria mineira do dia 30 de novembro de 1962.

Nº

330

Nº

830



BALANCETE MENSAL

Dia.....

Mês.....

Ano.....

1 - Finanças ordinárias:

Mensalidade de sócios Cr\$.....

Mensalidade de colaboradores Cr\$.....

2 - Finanças extraordinárias:

De iniciativa Cr\$.....

De doações e visitas Cr\$.....

De empreendimentos Cr\$.....

Arrecadação total do mês Cr\$.....

3 - Despesas do Município Cr\$.....

- Enviado ao Estadual:

- De cota mensal Cr\$.....

- De extras Cr\$.....

Total enviado Cr\$.....

4 - Em caixa no município Cr\$.....

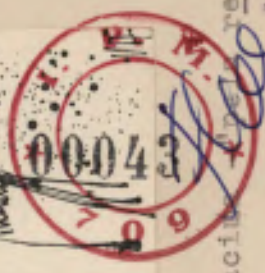
Município de.....

As).....



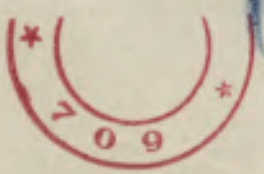
pela revolução
anti-imperialista
e anti-feudal

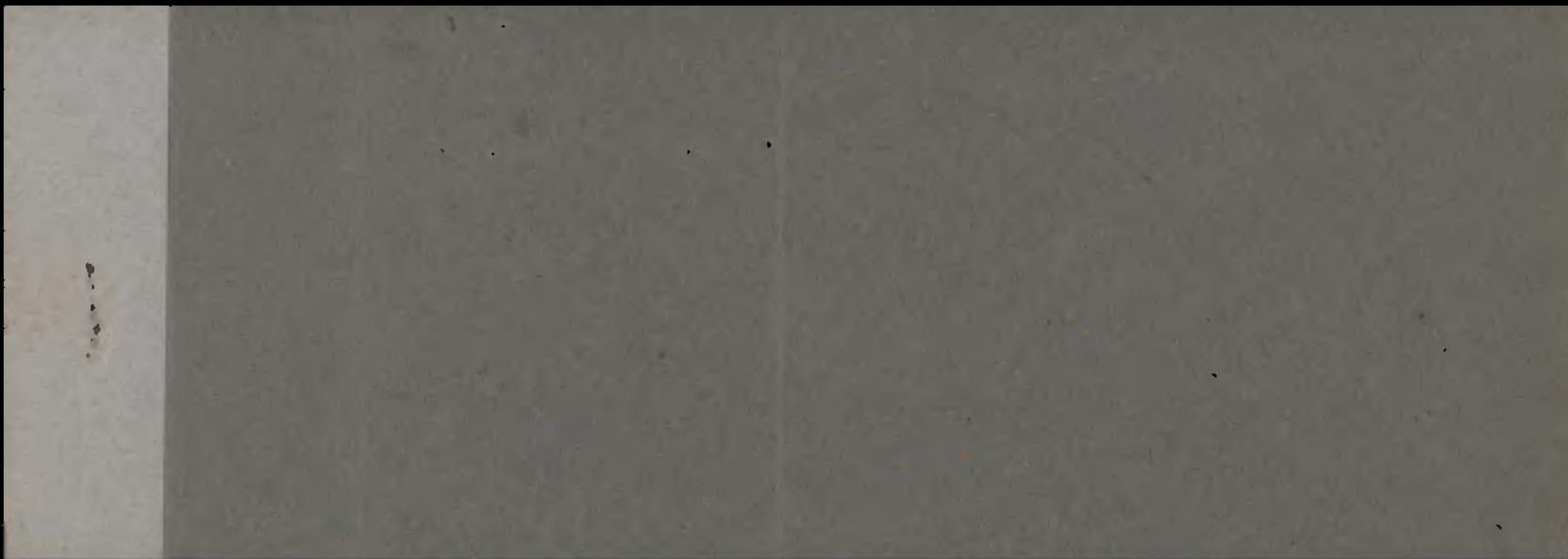
cr\$ 500



Este envelope contém 9 (nove) exemplares do documento acima
Volução anti-imperialista e ..."

Handwritten signature in blue ink.



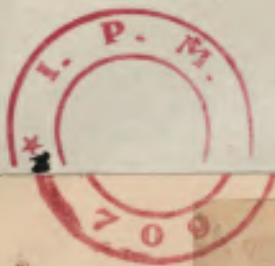


pela revolução
anti-imperialista
e anti-feudal

cr\$ 500







CONTRIBUIÇÃO

Recebido do amigo _____

Cr\$ _____ relativo ao _____
mês de _____ de 196 _____

Minas Gerais

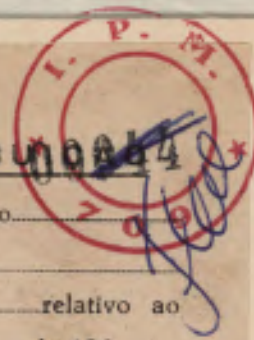


CONTRIBUIÇÃO

Recebido do amigo _____

Cr\$ _____ relativo ao _____
mês de _____ de 196 _____

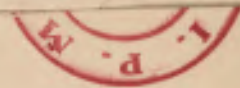
Minas Gerais



Pluch
50
cu

- Este envelope contém 190 (duzentos e noventa) exemplares do documento acima - "Contribuição ...".

43



- Este envelope contém 19 (dezenove) exemplares do documento acima - "Mensalidade ...".

Minas Gerais

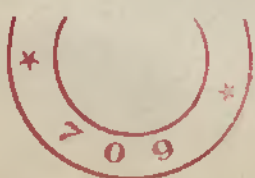
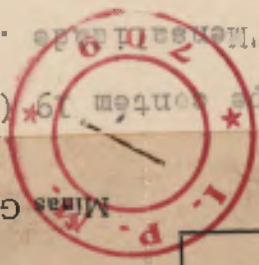
MES	ANO
-----	-----

Município de _____
de sua mensalidade. _____
Cr\$ _____
Recebido de _____

MENSALIDADE

00048

Pluch



44



CONTRIBUIÇÃO

Recebido do amigo.....

Cr\$.....relativo ao
mês de.....de 196.....

Minas Gerais

CONTRIBUIÇÃO

Recebido do amigo.....

Cr\$.....relativo ao
mês de.....de 196.....

Minas Gerais



Chmetal

Liberal

TOP

LIBERAL

MENSALIDADE

Recebido de.....

Cr\$

de sua mensalidade.

Município de

MÊS	ANO
-----	-----

Minas Gerais

MENSALIDADE

Recebido de.....

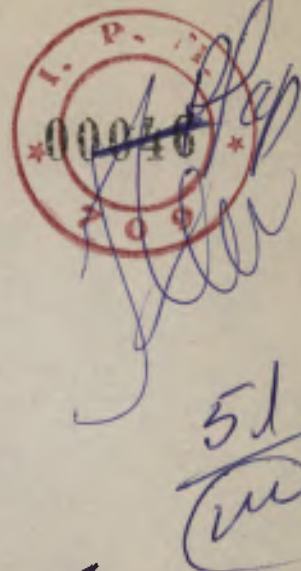
Cr\$

de sua mensalidade.

Município de

MÊS	ANO
-----	-----

Minas Gerais



Alguns trabalhos de
propaganda do Par
tido Comunista -
apresentado na Ba
hia em abril de 1964.



52
m

53
W





Saudemos a luta das mulheres saianas contra CARESTIA

A cada dia aumentam os preços!
Cada dia é mais difícil conseguir alimentos para os nossos filhos!
Unamo-nos contra a fome!

Contribui financeiramente para a vitória desta campanha com Cr. \$ 10,00

Tudo pelo engrandecimento da ANIMAÇÃO POPULAR DA PAZ

55
W

Nº 45788

CAMPAHA PRO-IMPrensa
do

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

O Sr. contribuiu
com uma parcela do seu salario para 1ª Campanha
Nacional de ajuda ao Partido do Proletariado e do Povo
Comite C. do Povo, de de 194.....

Luiz Carlos Pinto
SECRETARIO GERAL



Laurique F. Santiago

55
[Signature]

[Signature] P. M.



Laurigui

...NÍFICO, que a presente copia
...a está anexa ao original que
...foi enviado.
...Dois fe
Rio de Janeiro, 08, de 19
[Signature]
1901 de 10, M

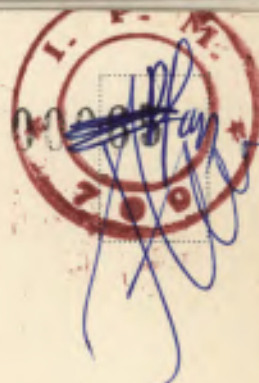
P. M. *[Signature]*

57
140



Prezada ouvinte,
Felicitamos pela passagem
da data de 8 de Março -
Dia Internacional
das Mulheres e fazemos
votos de paz, felicidade
e exitos na vida.

МЗД
а
г
е
л
с
т
в
о
«П
р
а
в
д
а»



Куда

Кому

Красная линия

Фото И. Щапина

А 07696. 1964 г. Т. 1150000 вкл. Зак. 2457. Цена 2 к.
Ордена Ленина типография газеты «Правда»
имени В. И. Ленина

Prezada ouvinte,

Felicitamos pela passagem
da data de 8 de Março -
Dia Internacional
das Mulheres e fazemos
votos de paz, felicidade
e exitos na vida.

«П Р А В Д А»

Куда
Кому
Ирисы
Do.....

А 07696. 1964 г. Т. 1150000 экз. 2
Ордена Ленина типография
имени В. И. Лен



58
W

B/2

Partido Comunista Brasileiro



MANIFESTO E PROGRAMA

Ao Povo Brasileiro!

Aos Trabalhadores!

A organização legal dos comunistas em partido político é legítima reivindicação democrática e patriótica, que se impõe como um imperativo dos dias de hoje.

Vivemos numa nova época histórica, na qual os mais importantes problemas podem ser resolvidos a favor dos interesses da paz e da democracia. Multiplicam-se as forças que se opõem à guerra. E, em consequência do gigantesco esforço dos povos amantes da paz e da luta das grandes massas populares pela sua emancipação nacional e social, a idéia da coexistência pacífica e do entendimento internacional vai ganhando terreno no mundo inteiro.

O irresistível vauço do socialismo e suas repercussões entre nós, bem como os êxitos da classe operária e de todo o nosso povo em sua perseverante luta democrática e emancipadora, fizeram com que se criassem condições novas e promissoras para o Brasil.

Refletindo essa nova situação, a justiça brasileira, em consonância com as tradições liberais de nosso povo, já firmou jurisprudência sobre o direito dos comunistas à livre atividade política, absolvendo-os nos processos contra eles instaurados.

Dirigentes de vários partidos, membros do Poder Legislativo, vultos de renome da intelectualidade, autoridades governamentais e partidos políticos pronunciam-se pela legalidade do partido comunista, reconhecem nos comunistas uma força política, com a qual muitas vezes se encontram lado a lado, na ação comum por objetivos patrióticos e democráticos.

Ao Povo Brasileiro!

Aos Trabalhadores!

A organização legal dos comunistas em partido político é legítima reivindicação democrática e patriótica, que se impõe como um imperativo dos dias de hoje.

Vivemos numa nova época histórica, na qual os mais importantes problemas podem ser resolvidos a favor dos interesses da paz e da democracia. Multiplicam-se as forças que se opõem à guerra. E, em consequência do gigantesco esforço dos povos amantes da paz e da luta das grandes massas populares pela sua emancipação nacional e social, a idéia da coexistência pacífica e do entendimento internacional vai ganhando terreno no mundo inteiro.

O irresistível vau do socialismo e suas repercussões entre nós, bem como os êxitos da classe operária e de todo o nosso povo em sua perseverante luta democrática e emancipadora, fizeram com que se criassem condições novas e promissoras para o Brasil.

Refletindo essa nova situação, a justiça brasileira, em consonância com as tradições liberais de nosso povo, já firmou jurisprudência sobre o direito dos comunistas à livre atividade política, absolvendo-os nos processos contra eles instaurados.

Dirigentes de vários partidos, membros do Poder Legislativo, vultos de renome da intelectualidade, autoridades governamentais e partidos políticos pronunciam-se pela legalidade do partido comunista, reconhecem nos comunistas uma força política, com a qual muitas vezes se encontram lado a lado, na ação comum por objetivos patrióticos e democráticos.

58
w

PROGRAMA
1967
70

Tendo como objetivo programático final o estabelecimento do socialismo, os comunistas brasileiros lutam por um governo que assegure a plena emancipação econômica do país, a eliminação da estrutura agrária atrasada, a ampliação das liberdades democráticas e a melhoria das condições de vida das massas populares, bem como uma política externa independente. Estão certos de que essas transformações constituem uma etapa prévia e necessária no caminho para o socialismo. E empenham-se em realizá-las, ao lado de todas as forças patrióticas e progressistas, batendo-se pelo respeito às liberdades fundamentais do homem e ao princípio democrático da pluralidade dos partidos, consagrados em nossa Constituição. Assim, como cidadãos brasileiros, anseiam por ver efetivado o direito de organizar legalmente o seu Partido.

Em todos os países onde prevalece o regime democrático, os partidos comunistas têm existência legal assegurada. A proscrição dos partidos comunistas é uma característica dos sistemas políticos reacionários, que negam os direitos dos cidadãos e as liberdades democráticas.

Compatriotas!
Trabalhadores!

Está em vossas mãos fazer o indispensável para a organização legal dos comunistas em partido político, fator de reforçamento da unidade da classe operária e das liberdades democráticas para nosso povo. Tendo recebido numerosas sugestões de comunistas e não comunistas, os Estatutos e o Programa do Partido Comunista Brasileiro serão encaminhados ao Tribunal Superior Eleitoral, na forma da lei vigente. Compete agora a todos vós levar avante até a vitória a grande batalha para o registro do Partido Comunista Brasileiro.

Organizai para isso, por toda parte, nos Estados, nos Territórios, nos Municípios, nas cidades e no interior, amplas comissões de homens e mulheres democratas e progressistas, comunistas e não comunistas, para angariar assinaturas de eleitores. Adotai as mais amplas iniciativas, dentro de um sólido trabalho de unidade, para que se atinja e supere, em curto prazo, o total de 50.000 assinaturas de eleitores, exigido pela lei eleitoral para o registro do Partido.

Nos locais instalados para tal fim, e de casa em casa, junto a cada brasileiro e a cada brasileira, apresentai as listas para a coleta de assinaturas dos eleitores e, juntamente com elas, levai a todo o povo os Estatutos e o Programa do Partido Comunista Brasileiro. Uni vossos esforços aos de todos os demais patriotas e democratas que desejam ver nossa Pátria emancipada e almejam o desenvolvimento independente de sua economia, a completa democratização da vida política do país, a elevação do bem-estar e da cultura do povo e a cooperação eficaz do Brasil em prol da paz mundial.

Em nome dos comunistas de todo o Brasil,

(a) Luiz Carlos Prestes

Rio de Janeiro, agosto de 1961.

Programa
no livro
↓

PROGRAMA

O Partido Comunista Brasileiro tem como objetivo alcançar o socialismo no Brasil. No socialismo o povo brasileiro encontrará sua definitiva emancipação nacional e a completa libertação social. As forças produtivas se expandirão e abrir-se-á o caminho para o desenvolvimento do bem-estar material, da vida democrática e da cultura de nosso povo.

O povo brasileiro luta para conseguir um governo que assegure a plena emancipação econômica do país e a eliminação da estrutura agrária atrasada, o estabelecimento de amplas liberdades democráticas e a melhoria das condições de vida das massas populares.

O Partido Comunista Brasileiro empenhar-se-á na realização dessas transformações, ao lado de todas as forças patrióticas e progressistas, e com esse fim apresenta o Programa a que se refere o Art. 1º dos seus Estatutos:

- Desenvolvimento econômico do país, objetivando sua industrialização com base, principalmente, nos recursos internos. Defesa da indústria nacional e das riquezas minerais.

- Desenvolvimento dos setores econômicos fundamentais do país (petróleo, siderurgia, eletricidade, indústria química, energia atômica, transporte e outros), através de empresas estatais.

- Rigorosa restrição às remessas de lucros, «royalties», juros e ao retorno de capital estrangeiro.

- Redução dos gastos de divisas com fretes, através do desenvolvimento e proteção da marinha mercante nacional.

- Encampação das empresas estrangeiras de energia elétrica.

- Encampação dos frigoríficos estrangeiros.

- Interdição aos Bancos estrangeiros de receber depósitos no país e proibição aos capitais estrangeiros de atuar no ramo de seguros.

- Extensão do monopólio estatal à distribuição em grosso dos derivados do petróleo.

- Monopólio estatal do câmbio, em benefício dos empreendimentos nacionais e das importações essenciais e ampliação do comércio externo.

- Combate à inflação e defesa do valor do cruzeiro.

- Desenvolvimento do Norte e do Nordeste através de créditos, financiamentos e medidas que levem à industrialização e à reforma agrária nessas regiões.

- Efetivação da reforma agrária em todo o país. Medidas parciais que abram caminho para essa reforma agrária, tais como a desapropriação das grandes propriedades incultas ou pouco cultivadas, loteamento de terras entre pequenos agricultores sem terra ou com pouca terra, abolição da meia, da terça, do vale e do barracão, entrega de títulos de propriedade aos posseiros, combate à grilagem e aos despejos, regulamentação legal dos contratos de arrendamento e parceria e sua prorrogação, baixa dos arrendamentos, estímulo ao cooperativismo entre os pequenos e médios agricultores, garantia de crédito, ajuda técnica e transporte barato, de assistência médica e instrução elementar.

- Reajustamento geral periódico dos salários e vencimentos, para a elevação do nível de vida. Salário profissional e extensão do salário família a todos os trabalhadores. Revisão do salário mínimo de acordo com o custo de vida e a necessidade de melhoria das condições de existência do trabalhador não qualificado.

- Contenção à carestia de vida e controle dos preços dos bens de amplo consumo.

- Combate à corrupção administrativa.

- Moralização das instituições de previdência social e participação efetiva dos trabalhadores em sua direção, por livre escolha das categorias profissionais.

- Eliminação dos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho que ferem os direitos e interesses dos trabalhadores e do movimento sindical.

- Garantia dos direitos já estabelecidos para os trabalhadores rurais e extensão ao campo de outros direitos já conquistados pelos trabalhadores das cidades. Legislação trabalhista adequada ao campo e reconhecimento efetivo do direito de sindicalização dos assalariados agrícolas.

- Defesa dos direitos democráticos e conquistas sociais inscritos na Constituição. Ampliação desses direitos e conquistas através de reformas constitucionais.

- Livre organização dos partidos políticos, eliminação das discriminações ideológicas contra os comunistas e outras correntes de opinião, liberdade e autonomia sindicais, revogação do decreto Lei 9070, revogação da lei de segurança nacional, plena garantia de organização para os camponeses e assalariados agrícolas, direito de voto aos soldados e cabos das Forças Armadas, direito de voto aos analfabetos, abolição das desigualdades jurídicas que atingem as mulheres, combate efetivo a todas as discriminações raciais e religiosas.

- Combate ao analfabetismo. Aperfeiçoamento e ampliação do sistema de ensino público gratuito. Regime universitário democrático em acordo com as exigências do progresso da nação.

- Desenvolvimento do ensino técnico e científico e da pesquisa tecnológica e científica para superar seu atraso em relação às exigências do progresso econômico do país. Defesa da cultura nacional e estímulo ao seu desenvolvimento.

- Política externa independente. Reconhecimento do direito de autodeterminação dos povos. Contra a intervenção de qualquer país nos negócios internos de outro. Solidariedade ao povo cubano e a todos os povos que lutam pela emancipação nacional e em defesa da própria soberania. Relações diplomáticas, comerciais e culturais com a União Soviética, a República Popular da China, e todos os países socialistas. Admissão da China na ONU. Estreitamento do intercâmbio e das relações de fraternidade com os povos irmãos da América Latina e da África. Atuação independente das delegações brasileiras na ONU e demais organizações internacionais, visando à solução pacífica das divergências, através de negociações.

- Defesa da causa da Paz Mundial e da coexistência pacífica entre todos os povos.

PROGRAMA

O Partido Comunista Brasileiro tem como objetivo alcançar o socialismo no Brasil. No socialismo o povo brasileiro encontrará sua definitiva emancipação nacional e a completa libertação social. As forças produtivas se expandirão e abrir-se-á o caminho para o desenvolvimento do bem-estar material, da vida democrática e da cultura de nosso povo.

O povo brasileiro luta para conseguir um governo que assegure a plena emancipação econômica do país e a eliminação da estrutura agrária atrasada, o estabelecimento de amplas liberdades democráticas e a melhoria das condições de vida das massas populares.

O Partido Comunista Brasileiro empenhar-se-á na realização dessas transformações, ao lado de todas as forças patrióticas e progressistas, e com esse fim apresenta o Programa a que se refere o Art. 1º dos seus Estatutos:

— Desenvolvimento econômico do país, objetivando sua industrialização com base, principalmente, nos recursos internos. Defesa da indústria nacional e das riquezas minerais.

— Desenvolvimento dos setores econômicos fundamentais do país (petróleo, siderurgia, eletricidade, indústria química, energia atômica, transporte e outros), através de empresas estatais.

— Rigorosa restrição às remessas de lucros, royalties, juros e ao retorno de capital estrangeiro.

— Redução dos gastos de divisas com fretes, através do desenvolvimento e proteção da marinha mercante nacional.

— Encampação das empresas estrangeiras de energia elétrica.

— Encampação dos frigoríficos estrangeiros.

— Interdição aos Bancos estrangeiros de receber depósitos no país e proibição aos capitais estrangeiros de atuar no ramo de seguros.

— Extensão do monopólio estatal à distribuição em grosso dos derivados do petróleo.

— Monopólio estatal do câmbio, em benefício dos empreendimentos nacionais e das importações essenciais e ampliação do comércio externo.

— Combate à inflação e defesa do valor do cruzeiro.

— Desenvolvimento do Norte e do Nordeste através de créditos, financiamentos e medidas que levem à industrialização e à reforma agrária nessas regiões.

— Efetivação da reforma agrária em todo o país. Medidas parciais que abram caminho para essa reforma agrária, tais como a desapropriação das grandes propriedades incultas ou pouco cultivadas, loteamento de terras entre pequenos agricultores sem terra ou com pouca terra, abolição da meia, da terça, do vale e do barracão, entrega de títulos de propriedade aos posseiros, combate à grilagem e aos despejos, regulamentação legal dos contratos de arrendamento e parceria e sua prorrogação, baixa dos arrendamentos, estímulo ao cooperativismo entre os pequenos e médios agricultores, garantia de crédito, ajuda técnica e transporte barato, de assistência médica e instrução elementar.

— Reajustamento geral periódico dos salários e vencimentos, para a elevação do nível de vida, Salário profissional e extensão do salário família a todos os trabalhadores. Revisão do salário mínimo de acordo com o custo de vida e a necessidade de melhoria das condições de existência do trabalhador não qualificado.

— Contenção à carestia de vida e controle dos preços dos bens de amplo consumo.

— Combate à corrupção administrativa.

— Moralização das instituições de previdência social e participação efetiva dos trabalhadores em sua direção, por livre escolha das categorias profissionais.

— Eliminação dos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho que ferem os direitos e interesses dos trabalhadores e do movimento sindical.

— Garantia dos direitos já estabelecidos para os trabalhadores rurais e extensão ao campo de outros direitos já conquistados pelos trabalhadores das cidades. Legislação trabalhista adequada ao campo e reconhecimento efetivo do direito de sindicalização dos assalariados agrícolas.

— Defesa dos direitos democráticos e conquistas sociais inscritos na Constituição. Ampliação desses direitos e conquistas através de reformas constitucionais.

— Livre organização dos partidos políticos, eliminação das discriminações ideológicas contra os comunistas e outras correntes de opinião, liberdade e autonomia sindicais, revogação do decreto Lei 9070, revogação da lei de segurança nacional, plena garantia de organização para os camponeses e assalariados agrícolas, direito de voto aos soldados e cabos das Forças Armadas, direito de voto aos analfabetos, abolição das desigualdades jurídicas que atingem as mulheres, combate efetivo a todas as discriminações raciais e religiosas.

— Combate ao analfabetismo. Aperfeiçoamento e ampliação do sistema de ensino público gratuito, Regime universitário democrático em acordo com as exigências do progresso da nação.

— Desenvolvimento do ensino técnico e científico e da pesquisa tecnológica e científica para superar seu atraso em relação às exigências do progresso econômico do país. Defesa da cultura nacional e estímulo ao seu desenvolvimento.

— Política externa independente. Reconhecimento do direito de autodeterminação dos povos. Contra a intervenção de qualquer país nos negócios internos de outro. Solidariedade ao povo cubano e a todos os povos que lutam pela emancipação nacional e em defesa da própria soberania. Relações diplomáticas, comerciais e culturais com a União Soviética, a República Popular da China, e todos os países socialistas. Admissão da China na ONU. Estreitamento do intercâmbio e das relações de fraternidade com os povos irmãos da América Latina e da África. Atuação independente das delegações brasileiras na ONU e demais organizações internacionais, visando à solução pacífica das divergências, através de negociações.

— Defesa da causa da Paz Mundial e da coexistência pacífica entre todos os povos.

58
W

1979

9

52/3

25-3-922

25-3-962

40º ANIVERSÁRIO do
Partido Comunista
do Brasil

60
w

PROGRAMA

***** DE *****

PRESTES

***** DA *****

FRENTE

Democrática

***** DE *****

Libertação

Nacional



MANIFESTO 43031

1 — Por Um Governo Democrático Popular

Substituição da atual ditadura feudal-burguesa servil do imperialismo por um governo revolucionário, emanção direta do povo o legítimo representante de bloco de todas as classes e camadas sociais, de todos os setores da população do país que participem efetivamente da luta revolucionária pela libertação nacional do jugo imperialista, sob a direção do proletariado.

2 — Pela Paz e Contra a Guerra Imperialista

Interdição absoluta da arma atômica, rigoroso controle internacional dessa interdição e a condenação como criminoso de guerra do governo que primeiro utilizar essa arma de agressão e extermínio em massa. Luta efetiva pela paz, contra os provocadores de guerra e todas as medidas de preparação guerreira. Contra a política reacionária guerreira do Governo norte-americano, por uma política de paz no mundo inteiro e apoio á luta anti-imperialista e de libertação nacional de todos os povos. Contra o Tratado do Rio de Janeiro e de todos os demais tratados internacionais de guerra contra qualquer concessão de bases militares em nosso solo ao governo norte-americano. Imediato restabelecimento de relação comerciais e diplomaticas com a União Soviética, com a China Popular, com a Alemanha Democrática e todos os povos amantes da paz.

3 — Pela Imediata Libertação do Brasil do Jugo Imperialista

Confiscação e imediata nacionalização de todos os bancos, empresas industriais, de serviços públicos de transporte, de energia elétrica minas, etc., pertencente ao imperialismo. Imediata anulação da dívida externa do Estado e denúncia de todos os acordos e tratados lesivos aos interesses da nação. Imediata expulsão do território nacional de todas as missões militares ianques, de todos os técnicos, agentes e espiões norte-americanos, como de todos os destacamentos militares ianques que ocupam nossa terra.

4 — Pela Entrega da Terra a Quem a Trabalha

Confiscação das grandes propriedades latifundiarias com todos os bons moveis e imoveis nelas existentes, sem in-

60
w

1 — Por Um Governo Democrático Popular

Substituição da atual ditadura feudal-burguesa servil do imperialismo por um governo revolucionário, emanção direta do povo o legítimo representante de bloco de todas as classes e camadas sociais, de todos os setores da população do país que participem efetivamente da luta revolucionária pela libertação nacional do jugo imperialista, sob a direção do proletariado.

2 — Pela Paz e Contra a Guerra Imperialista

Interdição absoluta da arma atômica, rigoroso controle internacional dessa interdição e a condenação como criminoso de guerra do governo que primeiro utilizar essa arma de agressão e extermínio em massa. Luta efetiva pela paz, contra os provocadores de guerra e todas as medidas de preparação guerreira. Contra a política reacionária guerreira do Governo norte-americano, por uma política de paz no mundo inteiro e apoio à luta anti-imperialista e de libertação nacional de todos os povos. Contra o Tratado do Rio de Janeiro e de todos os demais tratados internacionais de guerra contra qualquer concessão de bases militares em nosso solo ao governo norte-americano. Imediato restabelecimento de relação comerciais e diplomáticas com a União Soviética, com a China Popular, com a Alemanha Democrática e todos os povos amantes da paz.

3 — Pela Imediata Libertação do Brasil do Jugo Imperialista

Confiscação e imediata nacionalização de todos os bancos, empresas industriais, de serviços públicos de transporte, de energia elétrica, minas, etc., pertencente ao imperialismo. Imediata anulação da dívida externa do Estado e denúncia de todos os acordos e tratados lesivos aos interesses da nação. Imediata expulsão do território nacional de todas as missões militares ianques, de todos os técnicos, agentes e espiões norte-americanos, como de todos os destacamentos militares ianques que ocupam nossa terra.

4 — Pela Entrega da Terra a Quem a Trabalha

Confiscação das grandes propriedades latifundiárias com todos os bens móveis e imóveis nelas existentes, sem in-

denização, e imediata entrega gratuita da terra, máquinas, ferramentas, animais, veículos, etc., aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos os demais trabalhadores agrícola que queiram se dedicar à agricultura. Abolição de todas as formas semi-feudais de exploração da terra, abolição da meia, da terça, etc., abolição do vale e obrigação de pagamento em dinheiro a todos os trabalhadores. Imediata anulação de todas as dívidas dos camponeses para com o Estado, banco, fazendeiro, comerciantes e usurários.

5 — Pelo Desenvolvimento Independente Da Economia Nacional

Completa nacionalização das minas, das quedas d'água e de todos os serviços públicos. Nacionalização dos bancos e empresas de seguro, assim como de todas as grandes empresas industriais e comerciais de caráter monopolista ou que exerçam influência preponderante na economia nacional, com ou sem indenização conforme a posição de seus proprietários na luta pela libertação nacional do jugo imperialista. Controle estatal do comércio externo, controle dos lucros dos grandes capitalistas, aplicação dos impostos indiretos e instituição do imposto fortemente progressivo sobre a renda e ampla liberdade para o comércio interno. Ajuda estatal técnica e financeira para o cultivo da terra, estímulo ao cooperativismo e garantia de preço mínimo para a produção dos pequenos agricultores.

6 — Pelas Liberdades Democráticas Para o Povo

Efetiva liberdade de manifestação do pensamento de imprensa, de reunião, de associação, de organização sindical, etc. Direito de voto para todos os homens e mulheres maiores de 18 anos, inclusive analfabetos, soldados marinha. Abolição de todas as desigualdades econômicas e jurídicas que ainda pesam sobre a mulher. Completa separação da Igreja do Estado e ampla liberdade para prática de todos os cultos. Abolição de todas as discriminações de raças, cor, religião, nacionalidade, etc. Ajuda e proteção especial aos indígenas, defesa de suas terras e estímulo à sua organização livre e autônoma. Justiça rápida e efetiva com juizes eleitos pelo povo.

00070

69

7 — Pelo Imediato Melhoramento Das Condições Das Massas Trabalhadoras

Aumento geral de salários, inclusive do salário mínimo familiar, que devem ser colocados no nível já atingido pelo custo da vida. Escala movel de salários. Salário igual para igual trabalho, para homens, mulheres e menores. Abolição imediata de assiduidade de cem por cento. Aposentadorias e pensões que satisfaçam as necessidades dos trabalhadores e suas famílias, e ajuda aos desempregados. Democratização da legislação social, sua ampliação e extensão aos assalariados agriculas. Assistencia social custeado pelo párrão e pelo Estado. Fiscalização dos direitos dos trabalhadores bem como a administração da assistencia social, entregue aos proprios trabalhadores por intermedio de seus sindicatos. Imediata melhoria da situação economica dos soldados e marinheiros.

8 — Instrução e Cultura Para o Povo

Ensino gratuito para todas as crianças entre 7 e 14 anos de idade e redução de todas as taxas e impostos que pesam sobre a instrução secundária e superior. Trabalho para a juventude que termina seus estudos. Apoio e estímulo á atividade científica e artistica de carater democratico.

9 — Por Um Exercito Popular De Libertação Nacional

Expulsão das forças armadas de todos os fascistas e agentes do imperialismo e imediata reintegração em suas fileiras dos militares delas afastados por motivo de sua atividade democratica e revolucionaria. Livre acesso das praças de pé ao oficialato de suas respectivas corporações. Armamento geral do povo e reorganização democratica das forças armadas na luta pela libertação nacional e para a defeza da nação contra os ataques do imperialismo e de seus agentes no país.

(Publicado No Manifesto Do Agosto De 1950)

Para Vereador á Camara Municipal Do Recife

Vote Em **GUILHEME VASCONCELOS**

Candidato de PRESTES

60
w

7 — Pelo Imediato Melhoramento Das Condições Das Massas Trabalhadoras

Aumento geral de salários, inclusive do salário mínimo familiar, que devem ser colocados no nível já atingido pelo custo da vida. Escala móvel de salários. Salário igual para igual trabalho, para homens, mulheres e menores. Abolição imediata de assiduidade de cem por cento. Aposentadorias e pensões que satisfaçam as necessidades dos trabalhadores e suas famílias, e ajuda aos desempregados. Democratização da legislação social, sua ampliação e extensão aos assalariados agrícolas. Assistência social custeado pelo patrão e pelo Estado. Fiscalização dos direitos dos trabalhadores bem como a administração da assistência social, entregue aos próprios trabalhadores por intermédio de seus sindicatos. Imediata melhoria da situação econômica dos soldados e marinheiros.

8 — Instrução e Cultura Para o Povo

Ensino gratuito para todas as crianças entre 7 e 14 anos de idade e redução de todas as taxas e impostos que pesam sobre a instrução secundária e superior. Trabalho para a juventude que termina seus estudos. Apoio e estímulo à atividade científica e artística de caráter democrático.

9 — Por Um Exército Popular De Libertação Nacional

Expulsão das forças armadas de todos os fascistas e agentes do imperialismo e imediata reintegração em suas fileiras dos militares delas afastados por motivo de sua atividade democrática e revolucionária. Livre acesso das praças de pé ao oficialato de suas respectivas corporações. Armamento geral do povo e reorganização democrática das forças armadas na luta pela libertação nacional e para a defesa da nação contra os ataques do imperialismo e de seus agentes no país.

(Publicado No Manifesto De Agosto De 1950)

Para Vereador à Câmara Municipal Do Recife

Vote Em **GUILHEME VASCONCELOS**

Candidato de **PRESTES**

59

68
cu

1. P. M.
00071
Recp
Hil

DISCURSO

pronunciado por ocasião da instalação
do Comité Municipal do P. C. B., por
Constancio Dulci, seu Secretário Po-
lítico e candidato á Deputado Fe-
deral pelo Partido Comunista do
Brasil

*Povo de minha terra! Senhores e Senhoras! Presados compa-
nheiros de Belo Horizonte, Juiz de Fora e Barbacena!
Trabalhadores e Trabalhadoras! Companheiros do Partido!*

A participação do Brasil na guerra ao lado das Nações Unidas, dos povos amantes da paz e da liberdade, com o consequente esmagamento do nazi-facismo militarmente, criou condições novas, abriu grandes perspectivas para o desenvolvimento pacífico de nossa Pátria, para o estabelecimento da verdadeira democracia em nossa terra.

Desde 1922 que o facismo começou a criar raízes no mundo, com sua implantação na Itália, por Mussolini. Em 1933, Hitler — outro facista — instalou o regime mais hediondo que a Humanidade já conheceu.

E com a invasão da Mandchuria no Extremo Oriente pelos militaristas feudais do Japão, firmaram-se cada vez mais no mundo, as garras dos abutres facistas Hitler, Mussolini e Hirohito, em 1939, desencadearam a mais tremenda guerra contra os povos. Ainda está na memória de todos o que foi a invasão da Austria, da Polónia com o arrasamento de Varsóvia; da Tchecoslováquia, Dinamarca e Noruega; da Holanda com a destruição de Rotterdam; a Bélgica, a França e o bombardeamento indiscriminado da Inglaterra. Apesar de um tratado de não agressão, os facistas alemães invadiram a União Soviética, seguindo-se uma série de horrores indescritíveis. Enquanto isso se passava na Europa, o parceiro da Ásia — Hirohito e seus samurais feudalistas, depois da invasão, da destruição e das atrocidades cometidas na velha China que sangrava, cometeram a traição de Pearl Harbour.

Os jornais, o rádio e os cinemas descreveram o que foi o regime de horror e terror que imperava na Alemanha e nos países que ia dominando. Os trucidamentos foram tão grandes, que os proprietários de cinemas foram obrigados a avisar às pessoas nervosas e impressio-

navels, que não assistissem tais documentários. Foram milhões e milhões de mortos. Só a União Soviética perdeu 16 milhões de seres humanos em defesa de sua liberdade e da democracia. Os horrores dos campos de concentração de Buchenwald e tantos outros, foram tamanhos, que empalideceriam um Léro.

Porém, os povos democratas, os povos que queriam a liberdade, os povos que desejam um mundo melhor, transformaram a guerra de extermínio, a guerra dos invasores facistas, em guerra de libertação de toda a Humanidade. E o nosso Brasil contribuiu de maneira admirável com o esforço de seus filhos para o esmagamento do facismo, enviando materi s primas para os arsenais das democracias e finalmente a Gloriosa Força Expedicionária aos campos da velha Europa. «Mas a vitória militar só não basta, disse-o Prestes. Já o estamos vendo. O facismo envenenou e corrompeu o mundo inteiro. Seus restos meio mortos e meio vivos, são ainda perigosos, precisam ser removidos, arrancados da raiz. Não esqueçamos o sangue derramado e continuemos de maneira conciente e enérgica, sem vacilações, a luta pela democracia, contra a barbarie, até o esmagamento definitivo, moral e político do nazi-facismo, da quinta-coluna e de todos os seus agentes no mundo inteiro».

O QUE QUEREM OS COMUNISTAS?

Nós comunistas nos batemos pela emancipação económica, política e social do Brasil; pelo maior desenvolvimento e progresso do país e de suas forças de produção. «Queremos a negação disso que aí temos, a negação da miséria e da fome, a negação do atraso e do analfabetismo, a negação da tuberculose e do impaludismo, a negação do barracão e do trabalho de só a só nas fazendas do senhor, a negação das limitações de toda ordem das liberdades civis, a negação enfim, da exploração do homem pelo homem. «Queremos ordem e paz internas, para chegarmos ao unico caminho que nos conduzirá á uma verdadeira democracia, que é uma Assembléia Nacional Constituinte, livremente eleita. «Só pelo caminho democrático de uma Assembléia Constituinte, será possível levar a termo a grande tarefa de renovação política e económica exigida pelo progresso de nossa Pátria.

O grande mestre Euclides da Cunha colocou diante dos brasileiros o grande dilema: — “progredir ou perecer”. E nós, comunistas estendemos as mãos á todos os democratas sinceros e amigos do povo, tenham esta ou aquela corrente política; esta ou aquela crença religiosa; esta ou aquela posição social, procurando resolver num espirito unitário, os grandes problemas que assobebam o Brasil.

OS QUINTAS-COLUNAS AGENTES DO FACISMO

Nós comunistas, temos inimigos, não resta duvida. Estes porém, são os agentes dos capitulacionistas chamberlainianos; são os agentes dos isolacionistas americanos da marca do senadôr Wheeler; de um Lindberg, de um Hearst, o magnata dos jornais americanos, intimamente ligados aos piores inimigos dos povos; são os magnatas dos trusts

navais, que não assistissem tais documentários. Foram milhões e milhões de mortos. Só a União Soviética perdeu 16 milhões de seres humanos em defesa de sua liberdade e da democracia. Os horrores dos campos de concentração de Buchenwald e tantos outros, foram tamanhos, que empalideceriam um Nero.

Porém, os povos democratas, os povos que queriam a liberdade, os povos que desejam um mundo melhor, transformaram a guerra de extermínio, a guerra dos invasores facistas, em guerra de libertação de toda a Humanidade. E o nosso Brasil contribuiu de maneira admirável com o esforço de seus filhos para o esmagamento do facismo, enviando materiais primos para os arsenais das democracias e finalmente a Gloriosa Força Expedicionária aos campos da velha Europa. «Mas a vitória militar só não basta, disse-o Prestes. Já o estamos vendo. O facismo envenenou e corrompeu o mundo inteiro. Seus restos meio mortos e meio vivos, são ainda perigosos, precisam ser removidos, arrancados de raíz. Não esqueçamos o sangue derramado e continuemos de maneira conciente e enérgica, sem vacilações, a luta pela democracia, contra a barbarie, até o esmagamento definitivo, moral e político do nazi-facismo, da quinta-coluna e de todos os seus agentes no mundo inteiro».

O QUE QUEREM OS COMUNISTAS?

Nós comunistas nos batemos pela emancipação econômica, política e social do Brasil; pelo maior desenvolvimento e progresso do país e de suas forças de produção. «Queremos a negação disso que aí temos, a negação da miséria e da fome, a negação do atraso e do analfabetismo, a negação da tuberculose e do impaludismo, a negação do barracão e do trabalho de sol a sol nas fazendas do senhor, a negação das limitações de toda ordem das liberdades civis, a negação enfim, da exploração do homem pelo homem. «Queremos ordem e paz internas, para chegarmos ao único caminho que nos conduzirá a uma verdadeira democracia, que é uma Assembléia Nacional Constituinte, livremente eleita. «Só pelo caminho democrático de uma Assembléia Constituinte, será possível levar a termo a grande tarefa de renovação política e econômica exigida pelo progresso de nossa Pátria.

O grande mestre Euclides da Cunha colocou diante dos brasileiros o grande dilema: — «progredir ou perecer». E nós, comunistas, estendemos as mãos a todos os democratas sinceros e amigos do povo, tenham esta ou aquela corrente política; esta ou aquela crença religiosa; esta ou aquela posição social, procurando resolver num espírito unitário, os grandes problemas que assobram o Brasil.

OS QUINTAS-COLUNAS AGENTES DO FACISMO

Nós comunistas, temos inimigos, não resta dúvida. Estes porém, são os agentes dos capitulacionistas chamberlainianos; são os agentes dos isolacionistas americanos da marca do senador Wheeler; de um Lindberg, de um Hearst, o magnata dos jornais americanos, intimamente ligados aos piores inimigos dos povos; são os magnatas dos trusts

e do capital colonizador; são os quintas-colunas verdes em nossa terra que pregaram e pregam pelos quadrantes do Brasil, a destruição da democracia, dos judeus, dos socialistas e comunistas!

Estes senhores querem a todo custo abrir uma luta religiosa no Brasil e como fracassam redondamente, tentam agora jogar o Exército Brasileiro contra o povo. Estes senhores sofrem de uma doença que se chama amnésia. Esquecem-se que o nosso Exército é um dos mais democráticos do mundo. Esquecem-se estes senhores que o exército glorioso de Andrade Neves, Caxias e Ozório, exército que teve em suas fileiras homens como Benjamin Constant e Siqueira Campos, esse exército de cujo seio saiu a Gloriosa Força Expedicionária, não é um exército facista. E o exército pelos seus generais, oficiais e soldados, ficará com o povo e apoiará o povo.

ESTÁLA A VELHA ESTRUTURA ECONOMICA

O arcabouço da economia brasileira estála por todos os lados. Com um capitalismo ainda incipiente, o que predomina no Brasil é o regime semi-feudal, é o latifúndio. É o regime das enormes propriedades agrícolas, é a exploração do solo de maneira extensiva e com recursos quase sempre primitivos, onde os trabalhadores, os colonos, meeiros sofrem as maiores privações, com salários de fome, sem assistência alguma, abandonados a própria sorte. O caso do zebu no Triângulo Mineiro é típico. Vimos durante o período de guerra como funcionava o verdadeiro pano verde triângulino. Touros vendidos por meio milhão, um milhão de cruzelros, verdadeira jogatina e escárnio à miséria do povo que não podia, e nem pôde adquirir carne suficiente para o seu sustento. Passou-se a fase da exportação obrigatória. Qual é o jornal que fala mais em vendas de touros indianos? Nenhum.

Em nosso município mesmo, em que pé se acham as indústrias locais? Com poucas exceções, como a Companhia Carburêto de Cálcio, cujos dirigentes possuem visão, procurando fazer face aos futuros concorrentes estrangeiros que se instalarão dentro em breve no Brasil, que procura dobrar sua produção, barateando-a portanto e facilitando assim o seu escoamento, quase todas as outras se mantêm como se estivessemos a 30 anos atrás, sem calcularem seus chefes as consequências da guerra sobre o país. A indústria de laticínios por exemplo, uma das bases econômicas do município, ainda está em estado embrionário, subdividida em pequenas fábricas, sem recursos técnicos suficientes, dependendo dos fornecedores de leite, distantes e incapazes de fornecerem matéria prima de primeira qualidade e por pouco preço. Quêdo bem diverso, é o que tivemos ocasião de observar em Pesqueira, Pernambuco, quando visitamos as fábricas de massa Peixe, dos irmãos Brito, onde possuem matéria prima de primeira qualidade, usando em suas fazendas, técnica agrícola já bem adiantada.

OS COMUNISTAS E A RELIGIÃO

Achamos que a religião é um caso de consciência. Stalin já afirmou isso numerosíssimas vezes. E a ampla liberdade religiosa que

gôsa a Igreja Ortodoxa Russa (que é a Igreja Católica, apenas separada do Vaticano), e' uma demonstração cabal do que disse o grande líder dos povos soviéticos. Estendemos as mãos á todos os catolicos realmente democratas, como o fêz o Partido Comunista Francês em 1934, e fazem todos os partidos comunistas do mundo. E só não as aceitam, aqueles que querem ser mais papistas que os proprios papas; mais cristãos que o proprio fundadôr do Cristianismo—Cristo. Todos sabemos que a religião cristã propagou-se pelo mundo, porque era em sua origem a religião dos oprimidos. A parábola de Cristo é bem clara: — « É mais facil um camêlo passar pelo fundo de uma agulha, do que um rico ir para o reino dos céus!

Publicada na Semana Religiosa de Pouso Alegre, Minas, no dia 14 de de julho de 1945, saíram dois tópicos que merecem ser reproduzidos.

“PIO X, na encíclica, “Il fermo proposito”, faz ao clero estas advertencias:-o sacerdote, elevado dos outros homens para cumprir a missão que Deus lhe confiou, deve mantêr-se imparcialmente acima dos interesses humanos, de todos os conflitos e de todas as classes sociais.

Assim procedendo, não encontra oposição alguma, nem é considerado homem de partidos, protetôr de uns e adversario de outros.”

BENTO XV, na sua celebre carta ao episcopado de Portugal, em 18-12-1919, diz textualmente:—“ A Igreja, evidentemente, não póde imiscuir-se nas facções, nem servir aos partidos politicos e por isso deve exortar se aos fiéis a obedecer ás autoridades constituídas, qualquer que seja a forma de governo.”

*Trabalhadores, Trababalhadoras, companheiros do Partido!
Povo de minha terra!*

O proletariado de Santos Dumont, inicia hoje, nova etapa no caminho de sua vida. O que estamos assistindo, representa um grande passo á frente no caminho de sua emancipação economica, politica, moral e cultural.

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, vanguarda esclarecida dos trabalhadores, batalhando pela União Nacional, pelo progresso, pela paz e ordem no paiz, mostrará aos trabalhadores dos campos e das cidades, como poderá, colaborando sinceramente com as forças democraticas e progressistas de nossa querida terra, com todos os industriais, comerciantes, proprietarios esclarecidos, dentro da ordem e da lei, levar o Brasil para dias melhores, elevando assim o padrão de vida dos trabalhadores.

Companheiros! Jamais esqueceis: — esta casa é nossa.
Tomai posse dela.

30/9/1945.

68
cu

gosa a Igreja Ortodoxa Russa (que é a Igreja Católica, apenas separada do Vaticano), e' uma demonstração cabal do que disse o grande líder dos povos soviéticos. Estendemos as mãos á todos os católicos realmente democratas, como o fêz o Partido Comunista Francês em 1934, e fazem todos os partidos comunistas do mundo. E só não as aceitam, aqueles que querem ser mais papistas que os proprios papas; mais cristãos que o proprio fundador do Cristianismo—Cristo. Todos sabemos que a religião cristã propagou-se pelo mundo, porque era em sua origem a religião dos oprimidos. A parábola de Cristo é bem clara: — É mais facil um camêlo passar pelo fundo de uma agulha, do que um rico ir para o reino dos céus!

Publicada na Semana Religiosa de Pouso Alegre, Minas, no dia 14 de julho de 1945, saíram dois tópicos que merecem ser reproduzidos.

“PIO X, na encíclica, “Il fermo proposito”, faz ao clero estas advertencias: -o sacerdote, elevado dos outros homens para cumprir a missão que Deus lhe confiou, deve mantêr-se imparcialmente acima dos interesses humanos, de todos os conflitos e de todas as classes sociais.

Assim procedendo, não encontra oposição alguma, nem é considerado homem de partidos, protetor de uns e adversario de outros.”

BENTO XV, na sua celebre carta ao episcopado de Portugal, em 18-12-1919, diz textualmente:—“ A Igreja, evidentemente, não póde imiscuir-se nas facções, nem servir aos partidos politicos e por isso deve exortar se aos fiéis a obedecer ás autoridades constituídas, qualquer que seja a forma de governo.”

Trabalhadores, Trababalhadoras, companheiros do Partido!
Povo de minha terra!

O proletariado de Santos Dumont, inicia hoje nova etapa no caminho de sua vida. O que estamos assistindo, representa um grande passo á frente no caminho de sua emancipação economica, politica, moral e cultural.

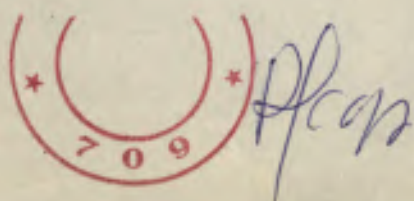
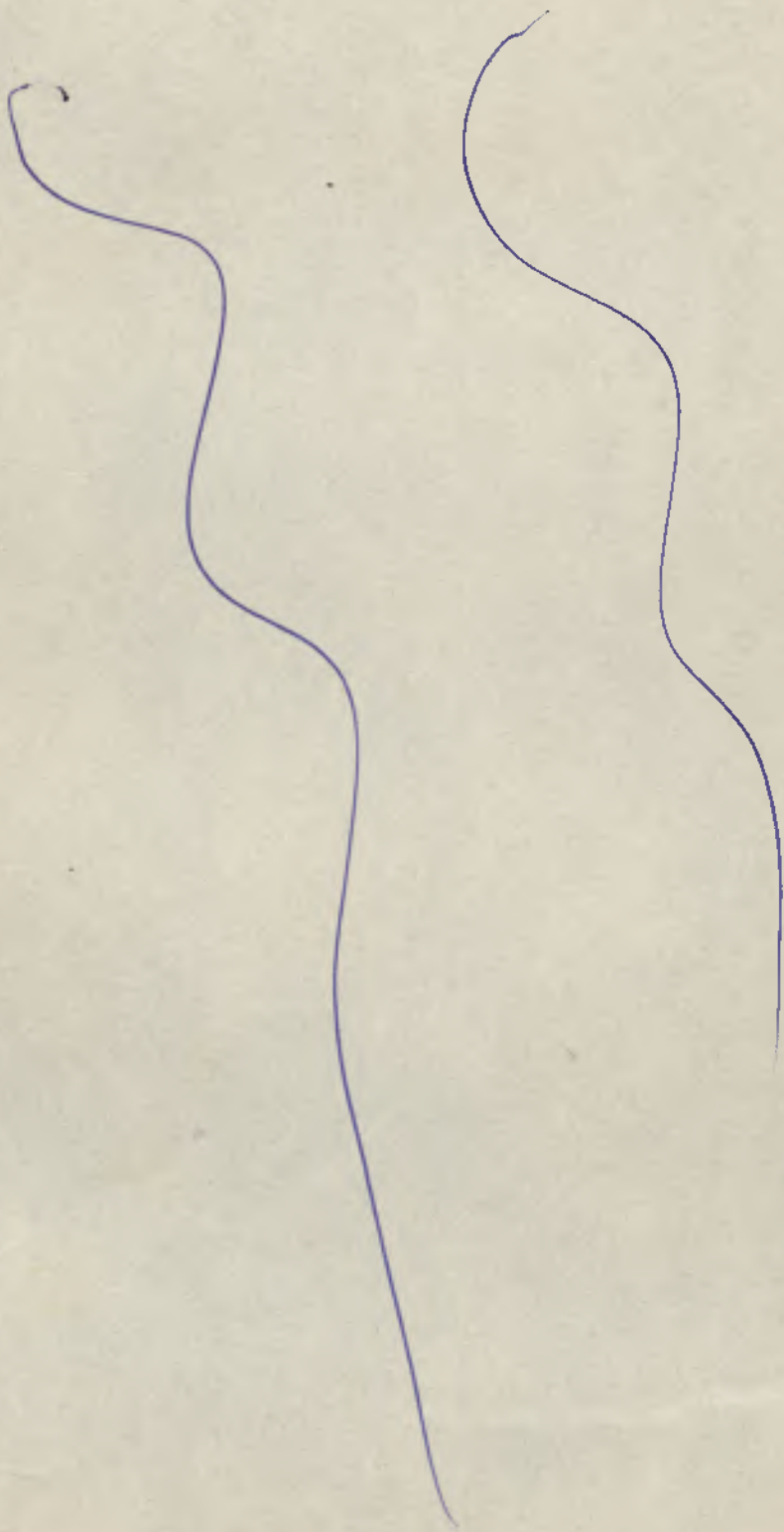
O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, vanguarda esclarecida dos trabalhadores, batalhando pela União Nacional, pelo progresso, pela paz e ordem no paiz, mostrará aos trabalhadores dos campos e das cidades, como poderá, colaborando sinceramente com as forças democraticas e progressistas de nossa querida terra, com todos os industriais, comerciantes, proprietarios esclarecidos, dentro da ordem e da lei, levar o Brasil para dias melhores, elevando assim o padrão de vida dos trabalhadores.

Companheiros! Jamais esqueceis: — esta casa é vossa.

Tomai pösse dela.

30/9/1945.

CERTIFICADO que a presente cópia
fotostática está idêntica ao original que
me foi apresentado.
Conferido Dou fe
Rio de Janeiro, 03 de Set de 1964
[Signature]
Emissa de 1 PM





5545

VOLUME	INÍCIO	FIM
1	1	73
2	74	292
3	293	495
4	496	809
5	810	1246
6	1247	1577
7	1578	1984
8	1985	2454
9	2455	2842
10	2843	3196-A
11	3197	3565
12	3566	3985
13	3986	4301
14	4302	4652
15	4653	5060
16	5061	5545
17	5546	5994
18	5995	6479
19	6480	7044
20	7045	7444
21	7445	7981
22	7982	8462
23	8463	8957
24	8958	9446
25	9447	10.103
26	10.104	10.667
27	10.668	11.190
28	11.191	11.745
29	11.746	12.315
30	12.316	12.834
31	12.835	13.369
32	13.370	13.925
33	13.926	14.469
34	14.470	14.955-A
35	14.956	15.377
36	15.378	15.817
37	15.818	16.336
38	16.337	16.729
39	16.730	17.072
40	17.073	17.385
41	17.386	17.646
42	17.647	17.917

VOLUME	INÍCIO	FIM
43	17.918	18.326
44	18.327	18.741
45	18.742	19.099
46	19.100	19.412
47		
48		
49		
50		
51		
52		
53		
54		
55		
56		
57		
58		
59		
60		
61		
62		
63		
64		
65		

